



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

A vigilância à distância de um clique **Perceções de utilizadores do *Facebook***

Fábio Rafael Gonçalves da Silva Augusto

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutora Maria João Simões

Covilhã, Outubro de 2014

À minha avó Mercedes, pelo tempo que me dedicou a tornar-me numa pessoa melhor, pelo carinho e pela dedicação. Um exemplo a seguir que demonstra que a força e a luta superam todas as adversidades...

Agradecimentos

Encontrar as palavras certas para agradecer a todos aqueles que têm contribuído para o meu desenvolvimento enquanto pessoa, estudante e profissional não constitui uma tarefa fácil. Porém e tendo em consideração que se trata, sem dúvida, do término de uma importante etapa, torna-se crucial relembrar aqueles que a tornaram possível.

Desta forma, expresso o meu mais genuíno agradecimento aos meus pais (Joaquim e Maria Ermelinda) por me terem acompanhado e apoiado ao longo de toda a minha vida e me terem possibilitado traçar o meu próprio percurso. Aos meus irmãos (Hugo e Catarina) por me incentivarem a procurar sempre a fazer mais e melhor e por representarem dois modelos a seguir. Aos meus cunhados (Bruno e Ana) e sobrinha (Mariana) pelo apoio demonstrado. À Ana por estar sempre ao meu lado e me acompanhar nos piores e melhores momentos.

Uma palavra de apreço para a minha orientadora, a Professora Doutora Maria João Simões, pelo tempo despendido, conselhos fornecidos e palavras de incentivo. A sua sabedoria e disponibilidade foram cruciais para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço também a todos os meus amigos que me acompanharam ao nível pessoal, académico e profissional.

Ao projeto CLDS+Viseu, uma palavra de gratidão por me permitir desenvolver novas competências.

Finalmente, um obrigado a todos aqueles que demonstraram disponibilidade e simpatia para a realização das entrevistas. Sem eles, este trabalho estaria incompleto.

A todos estes e todos aqueles que sempre acreditaram em mim, um sincero obrigado

Resumo

Atualmente, uma grande quantidade de dados é disponibilizada nas redes sociais digitais. Tal exposição generalizada de aspetos do foro público e privado coloca questões que se prendem com a vigilância a que os utilizadores estão (potencialmente) sujeitos.

Com o progressivo aumento do uso da rede social *Facebook*, a problemática da vigilância ganha novos contornos e a vigilância eletrónica torna-se ainda mais intensiva e extensiva, o que coloca novos desafios teóricos e conceptuais. Procurando dar resposta a alguns desses desafios, pretende-se, nesta dissertação, recorrendo a uma metodologia qualitativa, mapear as perceções que utilizadores do *Facebook* possuem sobre a vigilância a que poderão estar sujeitos, tendo em conta diversas dimensões de análise: a importância atribuída à vigilância; a vigilância social e institucional; a gestão do fornecimento de dados a amigos e conhecidos *versus* preocupação com a privacidade; a política de privacidade do *Facebook* e as modalidades de resistência à vigilância.

Palavras-chave

Facebook, Vigilância social, Vigilância institucional, (Política de) Privacidade, Modalidades de Resistência

Abstract

Nowadays, a large quantity of data is available on digital social networks; such widespread exposure of aspects of public and private lives rises questions regarding with the surveillance that users are (potentially) exposed to.

With the progressive use of *Facebook* network, the surveillance problem acquires new shapes and the electronic surveillance becomes even more either intensive and extensive, which places new theoretical and conceptual challenges. Looking for answers to some of these challenges, it is intended in this dissertation, applying a qualitative methodology, to map the perceptions that *Facebook* users have on the kind of surveillance that they might be exposed to, considering several analytical dimensions: the importance given to surveillance; the social and institutional surveillance; the management of data available to friends and acquaintances versus the concern with privacy; the *Facebook* privacy policy and the modalities of surveillance resistance.

Keywords

Facebook, Social Surveillance, Institutional Surveillance, Privacy (Policy), Modalities of Resistance.

Índice

Introdução.....	1
I - Enquadramento Teórico	5
Capítulo 1	5
Vigilância eletrónica: continuidades e reconfigurações	5
1.1. O conceito de vigilância: diálogos teóricos	5
1.2. Uma vigilância que acompanha os tempos.....	9
1.3. Os novos contornos da vigilância: o que mudou?	11
1.3.1. Rumo à vigilância líquida ou chegada adquirida?.....	14
1.3.2. Repensar a vigilância: cenários de mudança	16
Capítulo 2.....	23
Vigilância, Segurança, Privacidade e Liberdade: um equilíbrio complexo	23
2.1 “Não tenho nada a esconder”: o argumento que compromete?	23
2.2 O preço da liberdade.....	26
Capítulo 3	29
O impacto das redes sociais digitais.....	29
3.1 Redes sociais digitais: analisando o conceito.....	29
3.2 Redes sociais digitais: um pouco de história.....	31
3.3. A rede social que se tornou um fenómeno global: o <i>Facebook</i>	35
3.3.1. A ideia que esteve na origem do <i>Facebook</i>	39
Capítulo 4.....	43
Arquitetura da exposição.....	43
4.1. O <i>Facebook</i> enquanto ferramenta de vigilância?	43
4.1.1. O conceito de privacidade no contexto do <i>Facebook</i>	44
4.1.2. Uma organização capitalista	47
4.1.3. Uma transparência recíproca?.....	50
4.1.4. A arquitetura da exposição: quanto de nós o <i>Facebook</i> mostra?.....	52
4.2. Naturalização, desinteresse e/ou preocupação restringida?.....	57
4.3. Estratégias de prevenção: propostas teóricas.....	60
Capítulo 5	63
A perspetiva dos utilizadores	63
5.1. A visão dos utilizadores: que perceções	63
5.2. Da vigilância social à vigilância institucional: preocupação a dois ritmos?	66
II - Pesquisa Empírica	69
Capítulo 6.....	69
Desafios metodológicos	69
6.1. Objeto de estudo e objetivos.....	69
6.1.1. Construção do modelo de análise	70
6.2. Orientações metodológicas	73

6.2.1.	O uso de metodologia de base qualitativa	73
6.2.2.	Entrevista	75
6.3.	Caracterização da população entrevistada	77
6.4.	Da construção do guião ao tratamento dos dados	80
Capítulo 7	83
Análise e interpretação dos dados	83
7.1.	Gestão/Manutenção da conta: das motivações às práticas	83
7.2.	As amizades dentro e fora da rede: gestão dos fluxos de informação	89
7.4.	Vigilância social e vigilância institucional: que perceções?	99
7.5.	Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores	109
7.6.	Tipologia de utilizadores	115
Considerações Finais	119
Bibliografia:	127
Anexos	135
Anexo 1:Guião de entrevista	137
Anexo 2:Sinopses	143

Lista de Figuras

Ilustração 1: Evolução das redes sociais digitais	34
Ilustração 2: Vantagens associadas ao <i>Facebook</i> identificadas pelos entrevistados	94
Ilustração 3: Riscos associados ao <i>Facebook</i> identificados pelos entrevistados	95
Ilustração 4: Mudanças a levar a cabo no <i>Facebook</i> identificadas pelos entrevistados	115
Ilustração 5: Tipologia dos utilizadores do <i>Facebook</i> face à vigilância e às restrições aplicadas na rede	116
Ilustração 6: Caracterização dos diferentes tipos de utilizadores do <i>Facebook</i>	118

Lista de Tabelas

Tabela 1: Dimensões da vigilância	13
Tabela 2: Problemas associados à privacidade	25
Tabela 3: Direitos que são garantidos pelos utilizadores ao aceitarem os termos de uso e políticas de privacidade no studivz, <i>Facebook</i> e <i>MySpace</i>	57
Tabela 4: Modelo de Análise	72
Tabela 5: Caracterização da população entrevistada	79
Tabela 6: Auto-classificação dos entrevistados e tempo despendido na plataforma	88

Introdução

Utiliza o *Facebook*? Possui telemóvel? Usufri de cartão de crédito ou de débito? Tem uma conta no Gmail? Tais questões, ainda que possam parecer banais pela facilidade com que acedemos e utilizamos estas ferramentas, permitem introduzir a temática que irá ser debatida ao longo desta dissertação. John Gilliom e Torin Monaham (2013) referem que uma resposta positiva a qualquer uma das questões inicialmente colocadas significa que nos encontramos sobre vigilância, independentemente da entidade que possa estar a vigiar ou da dimensão que a vigilância possa adquirir.

Face a isto, parece fazer sentido afirmar que a sociedade da vigilância preconizada por David Lyon (1994) constitui uma realidade que assenta sobre todo um conjunto de atividades, lugares e instrumentos que potenciam o fenómeno. A vigilância aumentou intensiva e extensivamente, em particular, a partir dos atentados de 11 de Setembro, onde o dilema segurança/liberdade, ganha espaço em discursos que visam justificar o aumento da vigilância. A proliferação e uso de artefactos de vigilância cada vez mais sofisticados, levantam questões relacionadas com a possibilidade do fenómeno ter sofrido transformações, não só a nível quantitativo, como também a nível qualitativo.

Questão similar também se coloca com a emergência e crescente uso das redes sociais, onde, novamente, tem grande expressão a vigilância institucional, mas onde a vigilância social tem uma expansão sem precedentes, mesmo quando invisível ou impercetível pelos utilizadores, facto que conduz à seguinte pergunta de partida desta dissertação: de que forma o *Facebook* se pode constituir num artefacto de vigilância?

Tal pergunta de partida suscita diversas interrogações, tais como: É legítimo o *Facebook* armazenar uma quantidade tão elevada de informação acerca dos seus utilizadores? Os utilizadores possuem um real conhecimento do uso que é dado a todos os dados disponibilizados? A plataforma cumpre a sua política de privacidade? Ela é clara? Fará sentido caracterizar o *Facebook* como sendo uma ferramenta de vigilância? A transparência a que a plataforma apela aos seus utilizadores é seguida pela mesma no que diz respeito à forma como utiliza os seus dados? Quanto de nós o *Facebook* mostra? Somos conduzidos a expor mais do que queremos? O que justifica a exposição dos utilizadores? Tais interpelações procuram orientar toda a análise que irá ser apresentada, onde mais do que fornecer respostas fechadas e/ou definitivas, interessa contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno em causa.

Assim, a investigação que aqui se pretende levar a cabo, ainda que inserida na temática da vigilância, procura centrar o seu foco de análise na rede social digital: o *Facebook*. Tal escolha recai sobre a necessidade de compreender um fenómeno que tem despertado o interesse de diversos investigadores e da comunidade em geral. Neste sentido, surge como

objetivo geral: analisar as percepções que os utilizadores do *Facebook* possuem acerca da vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos.

Dos questionamentos iniciais e do objetivo geral derivam as seguintes dimensões de análise: a importância atribuída à vigilância; a vigilância social e institucional; a gestão do fornecimento de dados a amigos e conhecidos *versus* preocupação com a privacidade; a política de privacidade do *Facebook* e as modalidades de resistência à vigilância.

Face à problemática exposta, interessa referir que o trabalho que se segue encontra-se dividido em duas partes e sete capítulos. Na primeira parte, composta por vários capítulos, é levantado todo um conjunto de perspetivas teóricas que justificam e fomentam diversas questões relevantes para a temática.

No primeiro capítulo, intitulado “Vigilância eletrónica: continuidades e reconfigurações”, procura-se apresentar os principais aspetos do debate teórico em torno da vigilância e do seu processo de reconfiguração.

Posteriormente, no segundo capítulo “Vigilância, segurança, privacidade e liberdade: um equilíbrio complexo”, parte-se para o debate em torno dos binómios vigilância/privacidade e segurança/liberdade.

Dá-se a conhecer, de seguida, a história das redes sociais digitais, bem como o seu crescente impacto na sociedade, de modo a introduzir a rede que é objeto de análise da presente investigação.

No capítulo quatro, a análise procura dar resposta à seguinte questão teórica: o *Facebook* pode ser caracterizado como uma ferramenta de vigilância? Debatem-se também algumas estratégias encontradas na literatura que permitem combater ou minimizar os riscos associados à vigilância nas redes sociais.

O capítulo seguinte visa dar a conhecer algumas conclusões encontradas na literatura no que toca às percepções de utilizadores do *Facebook* face à vigilância que os rodeia, procurando-se, simultaneamente, diferenciar os dois tipos de vigilância - social e institucional - de forma a facilitar a análise que se pretende levar a cabo.

Após a discussão teórica, e portanto na segunda parte, é apresentada a estratégia metodológica assente numa abordagem qualitativa, onde aprofundar a reflexão e dar voz são “palavras de ordem”. No âmbito da metodologia escolhida ganha ênfase a técnica de entrevista semi-diretiva, nomeadamente, pelo seu grau de abertura que permite introduzir novas questões ou alterar a ordem das já estabelecidas.

No sétimo capítulo, ganha lugar a discussão dos dados empíricos recolhidos, sendo posteriormente expostas as principais linhas conclusivas que resultam de todo o processo de investigação.

I - Enquadramento Teórico

Capítulo 1

Vigilância eletrónica: continuidades e reconfigurações

1.1. O conceito de vigilância: diálogos teóricos

A vigilância começa a ganhar destaque na sociologia com os estudos levados a cabo por Michel Foucault (1975/2004). Contudo, autores clássicos como Karl Marx e Max Weber já haviam desenvolvido análises onde o tema da vigilância estaria, de alguma forma, presente. Para Karl Marx (1867/1979) a vigilância estaria integrada no sistema capitalista e, por consequência, na relação que se estabeleceria entre trabalho e capital:

“O operário trabalha sob o controlo do capitalista a quem o seu trabalho pertence. O capitalista fiscaliza cuidadosamente, para que o trabalho se faça como é preciso e para que todos os meios de produção, sejam empregues exclusivamente em vista do objectivo desejado, para que não haja desperdício da matéria-prima e para que o instrumento de trabalho seja manejado e deteriorado apenas na produção exigida pelo seu emprego no trabalho” (Marx, 1979: 25).

Por sua vez, Max Weber (1963) coloca o ênfase nos sistemas burocráticos que as empresas detêm, para ele não faz sentido, contrariamente a Marx, restringir a vigilância ao contexto das relações de classe, Weber aponta antes para a grande quantidade de informação que as empresas capitalistas possuem acerca dos trabalhadores, que possibilita que se criem tipificações acerca dos mesmos. O controlo burocrático é, desta forma, eficiente e necessário:

“Não podia deixar de reconhecer a inevitabilidade do controle burocrático na administração pública, nas grandes empresas capitalistas e nas máquinas partidárias politicamente eficientes (...) nada é mais eficiente e mais preciso do que o controle burocrático” (Weber, 1963: 67).

Weber (1963) aponta também para as principais características da administração burocrática, onde se denota o processo de recolha de informação e, conseqüentemente, de vigilância, ainda que tal fenómeno não seja diretamente abordado pelo autor:

“Precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discrição, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal - são levados ao ponto óptimo na administração rigorosamente burocrática” (Weber, 1963: 249).

Após alguns avanços, ainda que pouco aprofundados, no que toca ao estudo da vigilância, Michel Foucault (1975/2004) dá os primeiros grandes passos ao conceptualizá-la, não apenas enquanto o resultado das organizações e dos seus sistemas burocráticos, mas como algo que é inerente à sociedade. O autor considera que a sociedade moderna constitui, ela própria, uma “sociedade disciplinar”, onde a busca do poder é uma constante. Ainda que Foucault atribua grande importância às instituições onde a vigilância se desenvolve, ele vê a mesma como fazendo parte do “tecido social” e, portanto, como algo que ultrapassa as próprias instituições disciplinares. Foucault (2004: 143) aponta para a existência de uma relação entre o exercício da disciplina e a vigilância, estes dois aliados criam e gerem poder, uma vez que “o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplica”. A disciplina e a vigilância constituem assim, perante a perspectiva do autor, “ferramentas” imprescindíveis para o “jogo” do poder.

Seguindo a mesma linha de pensamento, autores como Anthony Giddens (1985) ultrapassam visões que restringem o conceito de vigilância a um mero reflexo do sistema capitalista, onde se dá a monitorização dos trabalhadores no seu local de trabalho, ou a um produto do Estado-nação, onde se colocam rótulos aos cidadãos através da existência de sistemas burocráticos. Para Giddens (1985) a vigilância gera poder por si só, o que coloca em causa a sua conceptualização enquanto um produto ou uma consequência do poder já existente.

Para o autor, vigilância é “a codificação de informações importantes para a administração de uma população de sujeitos, mais a supervisão directa destes por representantes oficiais e administradores de todo tipo” (Giddens, 1984: 183). Com o advento da sociedade moderna capitalista, vigilância e Estado-nação tornam-se cruciais, pois o Estado moderno faz-se valer da vigilância para controlar e organizar a população. Para Giddens a vigilância enquanto “mobilização do poder administrativo - através do armazenamento e controle de informação - é a forma primária de concentração de recursos de autoridade envolvidos na constituição do Estado-nação” (Giddens, 1985: 181).

Se, por um lado, a vigilância se torna necessária para a organização, por outro, levanta questões relacionadas com a invasão da vida privada. Tal dilema é “resolvido” por Giddens (1985) com a simples constatação da ligação incontestável que o ato de organizar e de vigiar possuem; o Estado-nação moderno assenta sobre este pressuposto da necessidade de ceder

aspectos do privado para ganhar uma sociedade que se afasta da rotina. As burocracias exigem vigilância e, como tal, vão convivendo num caos controlado.

Definir vigilância pode tornar-se uma tarefa complexa dada a profusão dos seus significativos, ainda que seja possível encontrar pontes entre as diferentes definições e conceptualizações já existentes, independentemente de valorizarem mais ou menos os aspectos negativos ou positivos do conceito.

Ainda que as conceptualizações que valorizam as duas faces do conceito (aspectos positivos e negativos) possam transparecer ser as mais democráticas, elas, podem encontrar falhas ao partir do pressuposto de que os aspectos positivos e negativos da vigilância se equiponderam, como se, de alguma forma, existisse um equilíbrio perfeito intrínseco ao conceito.

David Lyon (2001) refere que a vigilância possui duas facetas que destacam os aspectos positivos e negativos que são inerentes ao fenómeno, porém, o autor foca a sua atenção nas consequências e preocupações que a vigilância acarreta, o que poderá indicar um favorecimento, por parte de Lyon (2001), do lado mais negativo associado ao conceito.

Na mesma linha de pensamento Michel Foucault (1999) foca a sua análise no poder disciplinar da vigilância, para o autor a vigilância possui na sua natureza a coerção e dominação, onde o controlo do comportamento e a separação para posterior classificação representam uma constante. Foucault (1999) direciona, claramente, a sua perspectiva para os aspectos mais negativos e obscuros do conceito, sem por isso, deixar de se considerar um marco nos estudos da vigilância.

As abordagens negativas veem a vigilância como “um processo repressivo de recuperação de informação direccionado para a instalação ou reprodução da dominação” (Fuchs, 2011: 133), pelo que acabam por restringir a análise do conceito e menosprezar os aspectos positivos do mesmo.

Tais opções conceptuais mostram a complexidade que é inerente a uma qualquer tentativa de definição de um conceito que é multifacetado e que têm vindo a adaptar-se às diferentes sociedades. A vigilância existe e varia, mais ou menos, consoante o contexto em que se insere.

Além das definições anteriormente apresentadas, torna-se importante introduzir a conceptualização levada a cabo por Norris e Armstrong (1999: 5), sendo esta, de carácter mais geral e universal:

“É vista [a vigilância] não apenas como sendo tanto para proteção e facilitação mas também como estando altamente implicada na estrutura da regulamentação

totalitária. A vigilância é reconhecida como sendo pilar de todas as sociedades humanas já que o ato de socialização seria impensável sem a vigilância dos adultos. De que outra forma as crianças poderiam ser formadas como membros competentes de uma cultura?”

Todavia, à investigação que aqui se pretende levar a cabo, mais do que adotar uma definição, interessa fornecer linhas orientadoras que permitam “escapar” aos entraves de uma conceptualização que restringa o campo de análise.

Assim sendo, parece fazer todo o sentido explorar algumas das linhas de pensamento fornecidas por Fuchs (2011), após uma extensa discussão levada a cabo pela autora onde a mesma analisa múltiplas definições e pontos de vista de autores que se interessam em compreender o fenómeno. A vigilância constitui, portanto “um tipo específico de recuperação de informação, armazenamento e processamento, avaliação e uso que envolve dano potencial ou real, coerção, violência, relações de poder assimétricas, controle, manipulação, dominação, poder disciplinar” (Fuchs, 2011: 129). Tais relações de poder assimétricas, onde determinados indivíduos acumulam benefícios à custa de outros, que assentam numa lógica de competição e no controlo ou promoção de certos tipos de comportamento, estarão na base da vigilância. Neste sentido, a vigilância não assenta numa lógica de cooperação e de solidariedade, ou seja, nunca beneficia todos os agentes envolvidos. Porém, existem processos de informação que procuram o benefício do coletivo, tais processos são denominados como monitoramento.

Porém, e ainda que Christian Fuchs (2011) procure distinguir vigilância de monitoramento, onde o primeiro assentará sempre numa lógica de dominação e do prejuízo de um ou mais dos agentes envolvidos no processo e o segundo assentará na procura do bem comum, para Lyon (2001) o mesmo processo (vigilância) envolve aspetos positivos e negativos e, conseqüentemente, tanto poderá funcionar como uma ferramenta de dominação ou como um “antídoto” para uma sociedade que necessita de mecanismos que a permitam organizar-se. Tendo em conta tal debate em torno de uma definição, parece pertinente referir aquela que foi adotada por Gilliom e Monahan (2013: 2), para os autores a vigilância será a “monitorização de pessoas de forma a regular ou governar o seu comportamento”, tal definição, ainda que algo geral, acaba por, de forma clara, dar a conhecer o fenómeno de forma a criar pontes de entendimento entre as diversas definições que foram sendo apresentadas.

A vigilância não é uma mesma realidade para todas as sociedades e, como tal, a generalização do conceito produz um não conhecimento, Fuchs (2011) chega mesmo a criticar a caracterização de sociedade da vigilância, o que coloca em causa os pressupostos de David

Lyon (1994). Porém, mais importante do que caracterizar a sociedade será caracterizar os processos que envolvem a vigilância.

David Lyon (2001) explica que a denominação “sociedade da vigilância” apenas procura dar destaque a um processo que se tornou parte integrante da atual sociedade, tendo tal processo vindo a conduzir a importantes e significativas transformações sociais e, como tal, “merece” que lhe seja atribuído destaque. Na mesma linha de pensamento, Gilliom e Monahan (2013: 2) referem que a denominação “sociedade da vigilância” assenta no pressuposto de que “todas as actividades sociais, institucionais e de negócios de relevo envolvem monitorização sistemática, recolha e análise de informações de forma a tomar decisões, minimizar riscos, categorizar/classificar populações e exercer poder”.

Para terminar, é crucial referir, segundo David Lyon (2001), que a importância que a análise da vigilância possui para a sociologia reside no facto de a mesma contribuir para a organização da própria sociedade, quer seja através de mecanismos de controlo que promovem desigualdades sociais, quer seja através da facilitação de processos que, de alguma forma, contribuam para o bem-estar social.

1.2. Uma vigilância que acompanha os tempos

Ainda que a vigilância possa ser conceptualizada enquanto a permanente busca por informação, ela tem-se manifestado de diversas formas e por diversos motivos, tendo em consideração que varia consoante a sociedade em que se insere e ao longo da história que a “acolhe”. Tal como é referido por Gilliom e Monahan (2013), ainda que os estudos mais recentes atribuam grande destaque à emergência das tecnologias que vieram potenciar o fenómeno da vigilância, é importante lembrar que esta já existe há muito tempo. A vigilância sempre fez parte da sociedade, desde os tempos em que as pessoas observavam outras, quer seja no âmbito familiar, numa cidade pequena, numa escola ou numa instituição religiosa; sempre existiu a necessidade de vigiar o outro e continua a existir, apenas se foi alterando a forma de alcançar um mesmo objetivo.

No séc. XV, a vigilância religiosa constituía uma poderosa ferramenta de controlo da população, onde a procura de demónios e bruxas e o monitoramento pela manutenção da paz de espírito e de consciência religiosa representavam forças motrizes da sociedade. Eram mantidos registos rudimentares acerca dos nascimentos, casamentos, batizados e mortes. Com o passar do tempo, a vigilância religiosa tem vindo a perder a sua importância e legitimidade (Marx, 2002).

Os séculos XVI e XVII ficam marcados pela vigilância política que surge com a emergência do Estado-nação e com a necessidade de recolher e usar informação para posterior controlo da

população. A vigilância política torna-se assim, progressivamente, mais importante do que a vigilância religiosa (Marx, 2002).

Os séculos que se seguiram são assinalados por uma sociedade que “caminha” tendo por base o controlo que Estado, indústria e comércio exercem sobre a população. Os métodos de recolha de informação passam a desenvolver-se a grande escala e informações pessoais passam a ser recolhidas por motivos que ultrapassam a tributação, a aplicação da lei e o controlo de fronteiras, passando a ser recolhidas para determinar a cidadania, a elegibilidade para participação democrática e no planeamento social (Marx, 2002).

Neste sentido, os séculos XIX e XX são caracterizados por um aumento significativo de sistemas burocráticos e pela necessidade dos Estados-providência se regularem, assim, o número de conteúdos aumenta e a vigilância expande-se, com o intuito de assegurar a ordem e o controlo (Marx, 2002). No século XIX, o desenvolvimento da estatística, que passa a ser usada pelos Estados para processos de contagem, classificação e administração dos cidadãos, acaba por ser crucial para o desenvolvimento da vigilância e para que a mesma se tenha vindo a tornar mais eficiente (Simões, 2011). Tal desenvolvimento passa a permitir antecipar acontecimentos e deduzir potenciais riscos, ultrapassando, desta forma, a “mera” observação (Castel, 1991). A criação de perfis tem na base a estatística e a probabilidade de determinado acontecimento poder vir a ocorrer, assim sendo, tal desenvolvimento vem permitir que um indivíduo possa vir a ser mais ou menos vigiado consoante aquilo que os dados demonstram. Tal como foi referido por Correio (2010: 175), deu-se uma transição no que diz respeito aos mecanismos de vigilância, ao passo que na “sociedade disciplinar eram centrados na coerção”, na sociedade contemporânea tais mecanismos visam a previsão, onde é exercido controlo sem o auxílio do confinamento.

Tal como é referido por Simões (2011), ainda que a vigilância não seja um fenómeno novo, ele expandiu-se e tornou-se mais expressivo no final do século XX, tal aumento assenta no facto do fenómeno ter ultrapassado as esferas administrativa, produtiva e militar, às quais se encontrava confinado. A vigilância amplia-se a todas as esferas e campos da atividade social, tais como a saúde, espaços públicos, atividade comercial, entre outros. O fenómeno torna-se global e parte integrante do quotidiano dos indivíduos. A autora destaca ainda a importância de associar a análise do fenómeno da vigilância ao contexto em que se insere.

Neste sentido, interessa também ligar a vigilância a mais uma mudança significativa que ocorreu na sociedade e que tem na sua base desenvolvimentos tecnológicos: o aparecimento do computador. O facto de se ter dado a transição do dossiê ou dos documentos físicos para os documentos digitais alterou fortemente o fenómeno da vigilância, tornando-se mais intensiva e extensiva (Simões, 2011). Gilliom e Monahan (2013) destacam ainda a importância que a possibilidade de cada indivíduo poder aceder e possuir um computador tem para o

fenómeno ter sofrido profundas alterações e, simultaneamente, ter afetado diversas dimensões da vida das pessoas. Assim, é crucial aprofundar tais mudanças, pois a sua análise possibilita uma melhor compreensão do fenómeno que se pretende investigar, relacionado com a exposição nas redes sociais digitais.

1.3. Os novos contornos da vigilância: o que mudou?

A sociedade da vigilância preconizada por David Lyon (1994) assenta no pressuposto de que existe um extenso processo de recolha e processamento de detalhes das “nossas” vidas pessoais através do uso de computadores que podem pertencer, por exemplo, a grandes corporações e a departamentos governamentais. Neste sentido, a vigilância possui um forte aliado que a promove, o computador; esta ferramenta, pelos simples facto de possuir memória e conseguir cruzar dados provenientes de diversas fontes num curto espaço de tempo, vem, contrariamente às máquinas da era industrial, facilitar a execução de processos mentais.

Com esta nova ferramenta, alguns dos processos inerentes à vigilância são ampliados, como é o caso da categorização, os indivíduos vigiados estão, atualmente mais propensos a serem automaticamente selecionados, pelos rastros que vão deixando, e colocados em “caixas” que dizem algo acerca deles e dos seus possíveis comportamentos e atitudes. A necessidade de prever reações para um controlo mais eficaz, torna-se uma das grandes prioridades dos nossos tempos. A utilização de tecnologias que promovem a vigilância intensificou-se com o evento que ocorreu a 11 de Setembro de 2001: o ataque terrorista às Torres Gémeas do complexo empresarial World Trade Center, na cidade de Nova Iorque. Tal ataque, entre outros que se seguiram, serviu de justificação para que a vigilância aumentasse significativamente, existindo uma crescente aposta em sistemas mais sofisticados, tendo desta forma, o argumento da segurança ganho, claramente, ao argumento da liberdade e da privacidade.

Perante a possibilidade de, em qualquer momento e em qualquer lugar, os indivíduos se tornarem alvos da vigilância, algumas questões morais começam a surgir, pois se perante a lei somos todos inocentes até que se prove o contrário, perante a vigilância a premissa altera-se e passamos a ser todos possíveis culpados que necessitam de justificar as suas ações e comportamentos (Lyon, 1994). A vigilância torna o processo desumano, onde não há espaço para erros de cálculo, uma atitude errada é uma atitude registada e, por consequência, uma atitude que fica registada entra no “currículo” pessoal.

Ainda que o computador possa ser considerado como uma ferramenta essencial para os processos inerentes à vigilância, torna-se necessário discutir a sua capacidade para transformar a sua essência. Saber se complementa o processo e o torna mais evidente ou se altera a sua natureza requer uma análise aprofundada, onde uma questão se evidencia:

estamos perante a emergência de um novo tipo de vigilância ou perante uma vigilância que se faz valer de novos recursos, sem que, por isso, a sua essência seja alterada?

Neste sentido, Lyon (1994), através de investigações levadas a cabo por James Rule¹ (1973), identifica alguns fatores de mudança no processo de vigilância que emergiram nos anos noventa com base em desenvolvimentos tecnológicos, nomeadamente: i) o tamanho dos ficheiros ter aumentado significativamente, bem como os detalhes que os compõem e a capacidade de armazenamento dos mesmos; ii) ser possível reunir informações provenientes de diversos locais e traçar um perfil com base em dados dispersos, através da existência de computadores que possuem a capacidade de “comunicar” conteúdos e dados entre si, tal aspeto promove assim a crescente facilitação dos processos de categorização, de criação de perfis e de verificação de informações num curto espaço de tempo e iii) o aumento da velocidade do fluxo de conteúdos/dados. Além dos referidos fatores, Lyon (1994) acrescenta o facto de os sistemas de vigilância se alimentarem a si mesmos, ou seja, a confirmação ou procura de determinados dados passa pela “comunicação” entre sistemas de vigilância e não tanto pela “comunicação” entre sistema de vigilância e indivíduo, o que coloca, desde logo, problemas à fiabilidade dos dados existentes, onde um erro pode causar grandes danos e julgamentos errados passam a existir sem um “julgamento” onde o “arguido” possa ter voz.

Assim, e ainda que o computador permita, de forma considerável, um aumento da capacidade de vigilância, surge a necessidade de compreender se ele a vem alterar a nível qualitativo e não apenas quantitativo. Gary T. Marx (2002) aponta para uma efetiva mudança com o advento do computador, a natureza dos processos de vigilância mudaram ao tornar o fenómeno rotinizado e ao terem ampliado e aprofundado o processo.

Gary T. Marx (2002) aponta, desta forma, para um conjunto de dimensões que permitem distinguir a vigilância tradicional da nova vigilância. Para o autor as características inerentes quer à vigilância tradicional quer à nova vigilância não são totalmente rígidas, podendo ser transversais e variar consoante o contexto em que se inserem. Posto isto, apresenta-se a seguinte tabela comparativa:

¹ Procurou medir a eficácia dos sistemas de vigilância através da avaliação de quatro critérios chave: o tamanho dos ficheiros mantidos no sistema, o grau em que tais ficheiros se encontram centralizados, a velocidade com que a informação se movimenta no sistema e o número de pontos de contacto entre o sistema e o sujeito. Rule (*in* Lyon, 1994) adota o pior cenário possível no que diz respeito à relação que se estabelece entre uma sociedade e os processos de vigilância que a envolvem e a partir daí parte para a caracterização da sociedade, sendo que esta se pode afastar mais ou menos do completo caos.

TABELA 1: Dimensões da vigilância

Dimension	A. Traditional Surveillance	B. The New Surveillance
Senses	unaided senses	extends senses
Visibility (of the actual collection, who does it, where, on whose behalf)	visible	less visible or invisible
Consent	lower proportion involuntary	higher proportion involuntary
Cost (per unit of data)	expensive	inexpensive
Location of data collectors/analyzers	on scene	remote
Ethos	harder (more coercive)	softer (less coercive)
Integration	data collection as separate activity	data collection folded into routine activity
Data collector	human, animal	machine (wholly or partly automated)
Data resides	with the collector, stays local	with 3rd parties, often migrates
Timing	single point or intermittent	continuous (omnipresent)
Time period	present	past, present, future
Data availability	frequent time lags	real time availability
Availability of technology	disproportionately available to elites	more democratized, some forms widely available
Object of data collection	individual	Individual, categories of interest
Comprehensiveness	single measure	multiple measures
Context	contextual	accontextual
Depth	less intensive	more intensive
Breadth	less extensive	more extensive
Ratio of self to surveillant knowledge	higher (what the surveillant knows, the subject probably knows as well)	lower (surveillant knows things the subject doesn't)
Identifiability of object of surveillance	emphasis on know individuals	emphasis also on anonymous individuals, masses
Emphasis on	individuals	individual, networks systems
Realism	direct representation	direct and simulation
Form	single media (likely or narrative or numerical)	multiple media (including video and/or audio)
Who collects data	specialists	specialists, role dispersal, self-monitoring
Data analysis	more difficult to organize store, retrieve, analyze	easier to organize, store, retrieve, analyze
Data merging	discrete non-combinable data (whether because of different format or location)	easy to combine visual, auditory, text, numerical data
Data communication	more difficult to send, receive	easier to send, receive

Fonte: Marx, 2002:28-29

Tal tabela fornece importantes pistas conceptuais que possibilitam compreender algumas das grandes transformações que a vigilância tem vindo a sofrer. Marx (2002) procurou simplificar a árdua tarefa de caracterizar as mudanças que um “mesmo” fenómeno sofreu, sem perder a consciência da complexidade intrínseca a tal proposta. A vigilância parece, assim, ter, de facto, sofrido profundas mudanças face ao passado.

A nova vigilância tornou-se, portanto, menos visível, mais abrangente e especializada. Torna-se assim, um processo rotineiro que envolve manipulação, onde a recolha de dados é frequentemente associada a máquinas (computador) com menores custos financeiros e temporais. É um fenómeno que ultrapassa o interesse no indivíduo e valoriza categorias de interesse, o sujeito alvo, frequentemente, desconhece os processos de vigilância a que está sujeito, entre outras mudanças (Marx, 2002).

Contudo, David Lyon (1994) aponta para a dificuldade de resolver o debate que se impõe acerca da união que se tem vindo a estabelecer entre vigilância e tecnologia. Ainda que ela se resolva de uma forma relativamente simples a nível quantitativo, o mesmo não se pode afirmar a nível qualitativo. Mas algo pode ser dado como certo, a vigilância na era das tecnologias da informação e comunicação necessita de avaliação e da redefinição de antigos conceitos e, talvez, até mesmo da criação de novos.

As mudanças identificadas demonstram que a vigilância adquiriu novos contornos, porém, a compreensão de um qualquer fenómeno passa por analisar as diversas visões de quem o procura explicar. Assim sendo, analisa-se, de seguida a caracterização do fenómeno, tendo em conta liquidez que caracteriza a sociedade identificada por Bauman (2000).

1.3.1. Rumo à vigilância líquida ou chegada adquirida?

Caracterizar a sociedade atual não representa, de todo, uma tarefa fácil. Tornando-se ainda mais complexa, se tivermos em consideração as diferentes perspetivas teóricas que têm vindo a emergir. Zygmunt Bauman (2000) “resolve” tal debate ao considerar que não nos encontramos perante uma nova sociedade, mas antes numa nova fase da modernidade. Ela (modernidade) não se esgotou. As utopias de uma nova sociedade perderam-se, fluíram e tornaram-se inalcançáveis. Bauman (2000) utiliza o termo modernidade líquida como uma metáfora que caracteriza a sociedade atual em comparação com uma primeira fase da modernidade, caracterizada pela sua solidez. Passou-se, portanto de ideologias fortes e sólidas para um clima fluido, líquido e leve, caracterizado pela precariedade, incerteza e rapidez de movimento.

Na modernidade sólida, a solidez dos valores orientava as decisões das pessoas, representando o trabalho um pilar para o Homem. Na modernidade líquida, ainda que instituições - como a família, o trabalho e a religião - não tenham desaparecido, deixaram de ser as principais mentoras da vida das pessoas, passando a responsabilizar-se o indivíduo pelas suas próprias escolhas. O consumo passaria assim a caracterizar o indivíduo, “somos porque compramos”. A integração nesta sociedade do consumo estaria, portanto, dependente, do ato de consumir de forma desenfreada (Bauman, 2000).

Após esta pequena contextualização da grandiosa, extensa e complexa obra de Zygmunt Bauman, torna-se necessário situar a vigilância na modernidade líquida acima referida. Ainda que o autor não seja considerado um teórico da vigilância, ele fornece importantes contributos teóricos e/ou pistas conceptuais para o debate acerca da mesma. Tal importância é atestada, entre outros, por um teórico incontornável da vigilância, de seu nome David Lyon.

Atualmente, a vigilância não conserva a sua forma, ela sofre, constantemente, mutações e transformações, expandindo-se à medida que se vai, simultaneamente, adaptando às diferentes situações. A vigilância atua a nível local e global, onde as conexões estabelecidas entre diversos sistemas possibilitam uma maior abrangência e eficácia. A ideia de vigilância líquida também diz respeito à quebra e à fragilidade dos laços sociais, a um mundo onde a confiança é constantemente colocada em causa. O crescente consumismo, que nos torna vulneráveis à vigilância pela informação que disponibilizamos e que as empresas recolhem de nós para traçar o nosso perfil de consumidor, e a desconfiança generalizada contribuem para que as pessoas estejam mais propensas a processos de segmentação e classificação. Estamos assim perante uma sociedade assente na ideia de que todos os indivíduos podem constituir uma ameaça e de que não existem lugares seguros que nos protejam e onde nos possamos esconder. Todos em nosso redor podem contribuir para a nossa vigilância, quer seja as pessoas que podem conhecer-nos sem que nós tenhamos essa noção, quer seja de quem está a vigiar as “ameaças”, quer seja da própria família que pode ter algo a esconder e não constituir quem aparenta ser (Lyon, 2010).

A vigilância líquida de Bauman (2000) também se poderá referir à enorme quantidade de informação/dados que existem e à forma como os mesmos são analisados e dissecados ao limite. Tal como as relações atuais se podem caracterizar pela fluidez, uma vez que são também elas fragmentadas e curtas no tempo, onde o conhecimento do outro fica “incompleto”, também a vigilância constrói “seres incompletos” através de dados dispersos que contam histórias, por vezes, inacabadas, desligadas de um todo que somado forma o indivíduo vigiado (Lyon, 2010). Os perfis criam-se, por vezes, tendo por base a ligação de dados provenientes de diversas fontes que, no fundo, podem não contar uma história real: o perfil virtual de um indivíduo pode não coincidir com o seu perfil real, uma vez que a desconstrução do sujeito em dados e a sua (re)estruturação em ambientes virtuais pode conduzir a equívocos (Simões, 2011). Os fluxos de dados são cruciais, bem com a rapidez com que eles se movem. Tal como foi referido, os dados sobre os indivíduos podem conduzir a leituras incompletas ou erradas, o que poderá conduzir, por sua vez, a consequências indesejadas, ainda que não exista uma forma de as medir, podendo elas emergir e tornar-se autênticos pesadelos (Lyon, 2010).

As antigas instituições sólidas que visavam o controlo do crime, tornaram-se também elas fluidas e adaptáveis a um mundo de redes e *softwares*. Instalações como o panóptico, espaço

construído com o intuito de vigiar e com arquitetura que facilita tal tarefa, foram substituídas por sistemas mais complexos. Uma outra característica desta vigilância líquida diz respeito à responsabilização do cidadão, cabe a ele preservar a sua privacidade, a informação que disponibiliza é do seu encargo, assim, existe uma desresponsabilização institucional (Lyon, 2010).

Posto isto, torna-se importante analisar outras reflexões, também elas recorrendo a metáforas, que visam dar a conhecer as diversas facetas da vigilância.

1.3.2. Repensar a vigilância: cenários de mudança

As metáforas em torno da vigilância podem ser vistas como uma fotografia de uma determinada fase da sociedade, porém a fotografia não consegue prever alterações, nem se adapta a elas, por isso continuam a tirar-se fotografias. Por sua vez, um vídeo permite continuidade, mas é fruto de uma sequência de fotografias, pelo que uma melhor leitura do fenómeno vigilância poderá implicar olhar para as diferentes fotos que vão sendo tiradas ao longo do tempo de forma sequencial, olhando para o antes, o agora e o depois.

Ainda que as metáforas em torno da vigilância eletrónica não cumpram o objetivo de explicar na sua totalidade, elas cumprem a tarefa de facilitar a compreensão de um fenómeno complexo, deixando pistas que nos clarificam os processos e as consequências associadas à mesma. Neste sentido, perceber qual ou quais as melhores metáforas para analisar a realidade da vigilância eletrónica aparece como essencial.

A metáfora do panóptico tem vindo a ser usada como forma de analisar a vigilância em diferentes contextos, como o local de trabalho, o contexto de consumo ou a administração governamental. Tal metáfora é descrita e analisada aprofundadamente por Michel Foucault (1975/2004), ainda que Jeremy Bentham tenha publicado a sua obra em 1791, é Foucault o responsável pela sua popularidade. O panóptico representa, portanto, uma figura cuja arquitetura possibilita uma total vigilância dos indivíduos/reclusos, onde existe:

“na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado” (Foucault, 2004: 165 e 166).

Tal construção possibilita que da torre central, todas as celas, e, portanto, todos os reclusos estejam visíveis e, conseqüentemente, sejam vigiados. Esta construção constitui um cenário onde a vigilância atinge proporções dramáticas e devastadoras quando se pensa na dignidade humana e na liberdade individual. O panóptico cumpre a sua principal função quando o

comportamento do recluso é condicionado pela “ilusão” de uma vigilância constante, mais importante do que vigiar durante 24 horas, é induzir esse pensamento no sujeito vigiado. Cumprida esta função, o panóptico cumpre-se e faz-se cumprir (Foucault, 2004).

Ainda que Jeremy Bentham (*in* Lyon, 1994) considere o panóptico como uma aspiração, para Foucault (2004) o “poder do panóptico” já habita e é intrínseco às instituições modernas.

Atualmente, seria de esperar que o panóptico constituísse o modelo, por excelência, que melhor caracteriza e explica a vigilância contemporânea, pois o sujeito que se sente vigiado não possui uma clara noção da entidade que o vigia, dos dados que são retirados e do uso que é feito dos mesmos, o que parece assentar no princípio desta mesma metáfora, onde o sujeito vive e respira com a incerteza constante de que nada é privado e de que nada escapa ao controlo de quem vigia. Na era das tecnologias de informação e comunicação a mesma incerteza habita nos indivíduos, onde todos os seus passos podem conduzir à criação de perfis que contam uma história que pode ou não assemelhar-se à realidade.

Para Mark Poster (*in* Lyon, 1994), a atual sociedade, onde os consumidores são fortemente vigiados, encontra-se perante um “Superpanóptico”, onde os próprios indivíduos participam ativamente na sua constituição enquanto agentes vigiados, graças às enormes quantidades de informação que é disponibilizada de forma gratuita.

Porém, também a abordagem de Michel Foucault (2004) possui limitações, nomeadamente, no que diz respeito à possibilidade da sua generalização a diferentes esferas sociais. Se por um lado Foucault considera que o panóptico se encontra presente - além da prisão - nas empresas capitalistas, em diversas instituições governamentais e em organizações militares, por outro, existe quem defenda que esta metáfora não se pode expandir para todas as esferas mencionadas da mesma forma. Neste sentido interessa trazer para o debate o conceito de “instituição total”² de Goffman (1974), uma vez que a prisão, enquanto “instituição total” difere de escolas e firmas onde os indivíduos não têm que permanecer durante 24h e, portanto, o poder disciplinar não atua da mesma forma. Uma segunda limitação diz respeito ao facto de o modelo apenas ter em consideração a disciplina por meio do medo e da incerteza, ao passo que a disciplina e a vigilância podem ser “impostas” de diferentes formas, os indivíduos podem sentir-se seduzidos a aceitar o controlo e a vigilância, neste sentido Bauman (2000) aponta para a sedução pela dependência do mercado. A terceira limitação, prende-se com o facto de Foucault transmitir com a metáfora do panóptico a ideia de que a vigilância é intrinsecamente má, porém, ela (que aqui se defende ser sob a forma de monitoramento) possui mais-valias para a sociedade, como é o caso dos sistemas de informação em saúde, que possibilitam dar uma melhor resposta à população.

² “Um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 1974: 11).

O silêncio de Foucault (2004) no que diz respeito à ligação que se estabelece entre a vigilância e o computador que veio possibilitar a expansão da mesma não deixa de ser curioso, ainda que justificável pelo carácter de novidade do fenómeno. Mesmo os autores que incorporam o panóptico nas suas análises valorizam os rápidos desenvolvimentos que têm vindo a dar-se a nível tecnológico, onde a criação de bases de dados com o auxílio de computadores “capazes de comunicar” entre si vem “obrigar” a uma (re) definição da metáfora do panóptico. Mark Poster (1990) com o “superpanopticon” e Diana Gordon (1987) com o termo “electronic panopticon” (in Haggerty e Ericson, 2000) constituem dois exemplos de autores que sentiram a necessidade de atualizar a metáfora face aos desafios que a vigilância enfrenta atualmente, onde as tecnologias de informação e comunicação, em particular o computador, trazem consigo a necessidade de voltar a conceptualizar a vigilância e as teorias que a incorporam, bem como as metáforas que a visam explicar.

Uma outra metáfora de destaque advém de George Orwell (2007), com a obra “Nineteen Eighty Four” de 1949, onde descreve uma sociedade na qual a vigilância atinge também proporções catastróficas, um cenário de futuro em que o Estado se faz valer de extensos sistemas burocráticos para policiar a sociedade. Neste cenário, existe a figura do *Big Brother* que controla todos os cidadãos, invadindo não só o espaço público, como também o privado, através do uso de televisores. No fundo, Orwell (2007) aponta para um cenário distópico, ou seja, para uma fase da sociedade que sendo indesejável e evitável, constitui uma possível realidade num futuro próximo. Há, assim, uma espécie de alerta que o autor procura lançar, assente na ideia de que se um certo conjunto de peças se encaixarem e a sociedade nada o fizer para evitar, uma sociedade da vigilância pode nascer. Tal realidade é descrita pelo autor:

“O telecrã [televisor] captava e emitia ao mesmo tempo. Qualquer som que Winston fizesse acima do nível de um tenuíssimo sussurro seria por ele registado; além disso, enquanto alguém permanecesse no campo de visão dominado pela placa metálica, podia ser não apenas ouvido mas também visto. Não havia, é claro, maneira de as pessoas saberem se estavam a ser observadas em dado momento” (2007: 6 e 7).

A obra de Orwell (2007) revela um poder latente que a tecnologia possui para controlar a sociedade, onde a perda de privacidade é uma, se não a principal, consequência. No fundo, aponta-se para a existência de uma “sociedade transparente”. O Estado atuaria legitimando-se com base no pressuposto da manutenção da ordem social e com base na importância de manter a conformidade com os padrões e regras vigentes.

Contudo, e ainda que a figura do *Big Brother* possua aspetos que se encontrem presentes na sociedade atual, onde a vigilância é uma realidade, há quem questione a utilidade de tal modelo para explicar a vigilância eletrónica contemporânea. David Lyon (1994), refere que

Orwell não previu a rápida expansão da vigilância e a sua globalização, muito menos previu que não seria o Estado o único elemento central e perpetuador da vigilância. Seguindo a mesma linha de pensamento Kevin Haggerty e Richard Ericson (2000) referem que Orwell não teve em consideração a existência de instituições não-governamentais que pudessem promover, também elas, a vigilância a diferentes níveis. Neste sentido, a vigilância acabou por, em determinados aspetos, ultrapassar as expectativas de George Orwell, onde o aparecimento dos computadores e a sua “união” com o desenvolvimento da internet trouxeram consigo novas possibilidades de vigiar e controlar. Talvez possamos afirmar, com alguma segurança, que Orwell se “enganou” na escolha da tecnologia que promoveria a vigilância, os computadores substituíram os televisores e são eles que tornam as nossas casas e a nossa privacidade em espaços abertos a todos os interessados.

Como se pode verificar, existem diferentes formas de interpretar uma mesma realidade, porém, elas não se esgotam com os exemplos supramencionados, ainda que se encontrem largamente difundidos e sejam fruto de diversas análises. Assim, considera-se pertinente lançar uma última metáfora, fundamentalmente, pelo facto de dar a conhecer uma nova forma de interpretar a realidade da vigilância, em geral, e da vigilância eletrónica, em particular. Esta metáfora constitui uma mais-valia, face às duas anteriores, por considerar, entre outros aspetos, que a vigilância contemporânea vem quebrar com as hierarquias existentes e promover uma maior democratização, como se verá de seguida.

Haggerty e Ericson (2000) introduzem no debate teórico em torno da vigilância o conceito “the surveillant assemblage” para caracterizar a vigilância contemporânea. O conceito “assemblages” aponta para uma crescente convergência de sistemas de informação e de recolha de dados, onde a vigilância constitui um dos principais componentes institucionais da modernidade tardia. Neste sentido, tem vindo a emergir a necessidade ou o interesse, tendo em consideração variações sob a forma de controlo, governança, segurança e lucro, de juntar diversas componentes e criar sistemas funcionais, onde se seguiu um aumento exponencial de tecnologias de vigilância, bem como a convergência das mesmas (Hier, 2003). No fundo, a combinação de diversos sistemas, práticas e tecnologias e a sua integração em algo maior impulsiona a vigilância e conduz a mesma a atingir novos patamares. A polícia, bem como diversas organizações, procura combinar diferentes bases de dados digitais acerca da população, de forma a facilitar o controlo da mesma, tal aspeto vem, em parte, comprovar a convergência e a “assemblage” a que Haggerty e Ericson (2000) se referem.

Os autores apontam, neste sentido para o carácter “rhizomatic of the surveillant assemblage” (in Hier, 2003: 402), onde dão a conhecer uma nova metáfora acerca da vigilância contemporânea. A metáfora acerca do rizoma facilita a compreensão de dois atributos que podemos encontrar na vigilância contemporânea e que caracterizam “the surveillant assemblage” a que Haggerty e Ericson (2000) se referem. Um primeiro que se relaciona com o

fato de ser um fenómeno crescente com a capacidade para se regenerar quando enfrenta adversidades, e em segundo, e contrariamente a Orwell e Foucault, não promove a manutenção das hierarquias, mas sim a nivelção das mesmas. O rizoma é uma planta que se assemelha às ervas daninhas, pelo seu rápido crescimento e que cresce em múltiplas direções, não possuindo uma estrutura centralizada como um tronco. A vigilância também ela não possui uma estrutura que coordene os diferentes sistemas de vigilância, operando tendo por base uma expansão horizontal, daí nivelar as hierarquias. Assim, a existência de um centro de poder que coordene e promova a vigilância passa a dar lugar a uma multiplicidade de sistemas que operam em constante processo de articulação.

Segundo Haggerty e Ericson (2000), a resultante “surveillant assemblage” - convergência de diferentes sistemas de vigilância que passam a atuar como um todo - opera através da abstração dos corpos dos indivíduos, uma vez que os separa do espaço físico que os envolve e os coloca, de forma dispersa, em bases de dados. Tais dados são alojados em diferentes localizações e conduzem à criação de “data doubles” que se traduz numa espécie de “um eu virtual”. Os autores apontam também para a dificuldade que os indivíduos enfrentam para conseguir manter o anonimato ou escapar ao controlo e monitoramento por parte das instituições, Haggerty e Ericson (2000) apelidam tal fenómeno como “the disappearance of disappearance”.

Todas as metáforas aqui apresentadas facilitam a compreensão de algumas das dimensões que compõem o fenómeno da vigilância eletrónica. Porém, todas elas valorizam determinados aspetos em detrimento de outros, daí a necessidade de conjugar diferentes contributos. Ainda que as análises de Orwell e Foucault reforcem a existência de hierarquias no que toca à vigilância, onde poucos indivíduos poderosos controlam e vigiam uma vasta população (“*top-down*”), a análise levada a cabo por Haggerty e Ericson vem fornecer novas linhas de pensamento ao considerar que a vigilância se tornou “rizomática”, onde as hierarquias sofreram alterações. Atualmente e devido ao poder que as instituições detêm, ninguém se encontra a salvo, todas as instituições contemporâneas sujeitam os seus membros a vigilância, independentemente do seu estatuto. Assim, é possível referir que a vigilância atua em todas as direções (*top-down*, *bottom-up* e horizontalmente), aspeto referido também por David Lyon (2001), e se tornou mais complexa e abrangente, onde a convergência se tornou a palavra de ordem.

Simões (2011) refere que seria simplista considerar que a vigilância apenas reforça e serve a posição dos mais poderosos, tal como se deduz da leitura de Foucault através do panóptico. Tendo em conta as perspetivas do estruturalismo e do voluntarismo da ação, onde a primeira aponta para a existência de indivíduos passivos face a um sistema que os controla e a segunda refere que a vigilância não condiciona a ação dos sujeitos, é importante adotar uma perspetiva que não assuma posições tão radicais e que ultrapasse determinismos (social e

tecnológico). Ainda que existiam estruturas rígidas que condicionam a ação humana, existe a possibilidade dos indivíduos terem a oportunidade de a reduzir, resistir, mudar e dar novas formas aos constrangimentos impostos pelos grupos dominantes. Assim sendo, parece fazer mais sentido adotar uma postura que não esqueça a existência das estruturas que condicionam a nossa ação, mas que valorize, simultaneamente, a autonomia e o livre arbítrio.

Capítulo 2

Vigilância, Segurança, Privacidade e Liberdade: um equilíbrio complexo

2.1 “Não tenho nada a esconder”: o argumento que compromete?

O argumento “não tenho nada a esconder”, muito semelhante ao argumento “quem não deve não teme”, surge frequentemente associado ao debate que se tem vindo a estabelecer entre privacidade/liberdade e segurança/vigilância. Quando, por exemplo, um determinado governo se faz valer de ferramentas de vigilância para controlar os seus cidadãos, questões relacionadas com a privacidade vêm à tona, onde argumentos como “não tenho nada a esconder” são vulgarmente utilizados. Porém, este argumento que tem vindo a fazer parte do discurso popular necessita de uma análise aprofundada, sendo que ele assenta sobre um conjunto de questões de extrema importância, constituindo um ponto de partida quando se procura colocar nos “pratos da balança” os binómios segurança/privacidade e vigilância/liberdade.

À partida e de uma forma algo superficial, tal como o próprio argumento na sua forma mais básica, facilmente se obtém uma resposta que o coloca em causa, todos temos algo a esconder, algo que não queremos que alguém veja, não estamos predispostos a expor todos os aspetos das nossas vidas e, como tal, temos sempre algo com que nos preocupar em proteger e manter em privado (Solove, 2007).

Contudo, tal resposta apenas “ataca” o argumento na sua forma mais “extrema”, onde o mesmo é visto e interpretado como dizendo respeito a toda a informação pessoal, porém, o argumento pode dizer respeito apenas a determinado tipo de informação. De forma a preservar a segurança nacional, o governo de um determinado país pode aceder a determinadas informações, sem que para isso tenha que saber tudo acerca dos seus cidadãos (Solove, 2007). Porém, e independentemente da forma como o argumento é visto, ele, nas suas diversas “formas”, acaba por conduzir a uma grande questão: quanto da minha privacidade/liberdade devo ceder para estar seguro ou de quanta segurança devo abdicar para preservar a minha privacidade/liberdade? Ou seja, qual a dose certa de segurança/vigilância e privacidade/liberdade para que a “receita” da vida resulte? Com isto, argumentos como “não tenho nada a esconder”, independentemente da sua validade e veracidade, acabam por trazer à superfície questões-chave, que ainda que não possuam

respostas fechadas, permitem que determinadas linhas orientadoras de pensamento conduzam a um maior esclarecimento conceptual.

Solove (2007) refere que o argumento em causa, quando associado a potenciais riscos que envolvam governos e países, tende a promover segurança em detrimento de privacidade, fundamentalmente pela legitimidade que lhe é atribuída. Se escutar conversas telefónicas e vigiar as ruas com camaras pode salvar vidas, porque não o permitir? Só quem tem, de facto, algo a esconder pode contestar tais medidas. O argumento, nesta forma, torna-se difícil de contestar, nomeadamente, ao excluir de “cena” todos os aspetos prejudiciais que a vigilância acarreta, contudo, se tivermos em consideração todos os problemas que a vigilância traz para a privacidade/liberdade, o argumento perde a sua validade (Solove, 2007). A grande questão no que diz respeito à vigilância imposta por agências governamentais não se prende, segundo Solove (2007), em saber se o governo deve ou não vigiar, mas antes apurar os motivos por que o faz e, mais importante, ter sentido de responsabilidade para o fazer, respondendo perante uma entidade reguladora que o faça justificar as suas ações. Assim, mais do que colocar na balança privacidade/liberdade e segurança/vigilância, é importante que se analise se existem condições legais e morais para que a segurança possa ocorrer sem “violar” a privacidade/liberdade do cidadão.

Talvez o grande problema do argumento “não tenho nada a esconder” esteja relacionado com a própria conceção de privacidade, caso se assuma que privacidade se relaciona com o ato de esconder algo que os indivíduos considerem ser mau, o argumento ganha “terreno”, porém, a privacidade possui diversas dimensões que ultrapassam esta conceção simplista e, se tivermos em consideração o carácter multidimensional do conceito, tal argumento só tem a perder (Solove, 2007). Hull, Lipford e Latulipe (2011) ao referirem que o conceito de privacidade deve ser analisado tendo em consideração o contexto em que se insere e o seu carácter multidimensional, parecem reforçar a ideia de Solove (2007).

Neste sentido, o conceito de privacidade não pode ser reduzido a uma “única essência”, constitui antes uma “pluralidade de diferentes coisas que não partilham um elemento em comum” (Solove, 2007: 756). O autor opta por explorar e dar a conhecer o conceito, abordando os principais problemas e ameaças que constituem violações da privacidade que, conseqüentemente, facilitam a compreensão do carácter multidimensional do conceito. Solove (2007) aponta para quatro grandes categorias de problemas relacionados com a privacidade que contêm dezasseis subcategorias, a primeira, designada “recolha de informação”, diz respeito às diversas formas de obter informação acerca de um ou mais indivíduo (s); tal categoria abrange duas subcategorias que dizem respeito à vigilância e à interrogação que constituem os principais problemas relacionados com a privacidade que os indivíduos podem enfrentar. A segunda categoria diz respeito ao processamento de informação que envolve o seu armazenamento, análise e manipulação, onde os principais

problemas dizem respeito à identificação dos indivíduos, à insegurança associada ao uso que pode ser dado à informação, à forma como a informação é organizada e “agregada”, aos usos secundários que se pode dar à informação recolhida e à exclusão, onde os indivíduos se encontram “excluídos” do processo de tomada de decisão acerca do uso que é feito dos seus dados. A terceira, “disseminação da informação”, diz respeito à forma como a informação é transmitida a outros. Tal categoria possui sete problemas associados: a possível “quebra de confidencialidade”, a própria revelação de informação, a exposição que pode promover, a facilitação e o aumento do acesso a informação privada, a possibilidade de se promover a prática de chantagear, a apropriação de informação imprópria e a distorção da mesma. Em último, a “invasão” da privacidade do indivíduo, que diz respeito a interferências diretas na vida do indivíduo e das decisões que a regulam, onde se associam duas subcategorias, a intromissão na vida privada e a interferência no processo de tomada de decisões que regulam a vida de um determinado indivíduo (Solove, 2007). De forma a facilitar a compreensão dos problemas previamente enunciados, apresenta-se a seguinte figura:

TABELA 2: Problemas associados à privacidade

Information Collection	Information Processing	Information Dissemination	Invasion
Surveillance	Aggregation	Breach of Confidentiality	Intrusion
Interrogation	Identification	Disclosure	Decisional Interference
	Insecurity	Exposure	
	Secondary Use	Increased Accessibility	
	Exclusion	Blackmail	
		Appropriation	
		Distortion	

Fonte: Solove, 2007, adaptado

Para o autor, analisar os problemas associados à privacidade poderá contribuir para uma melhor conceptualização da mesma, na medida que definições clássicas têm vindo a “falhar” ao não fornecerem linhas claras de raciocínio, alimentando apenas um debate que não tem fim. Desta forma, é possível compreender o carácter multidimensional do conceito, através da análise dos vários problemas que estão associados às diferentes fases de um processo. Assim, é possível associar problemas reais e não continuar a percorrer um caminho rumo à abstração. Procurar uma definição onde seja possível incluir todos os problemas associados à privacidade acaba por negligenciar a análise dos mesmos, sendo, exatamente neste sentido que Solove (2007) procura percorrer o caminho inverso, ao explorar e enquadrar os problemas nas dimensões que melhor se adequam, sem a preocupação de definir, mas com a preocupação de facilitar a delimitação de barreiras em torno do conceito. Para Solove (2007) o conceito de privacidade deve ser visto como uma espécie de “chapéu-de-chuva” que protege um conjunto vasto de coisas, onde a procura por uma definição abrangente não

favorece uma melhor compreensão, pelo contrário, remete para o esquecimento daquilo que realmente importa, a análise dos reais problemas que estão associados à privacidade. Na mesma linha de pensamento, David Lyon (1994) refere que o conceito de privacidade levanta problemas conceptuais que dificulta as análises levadas a cabo, tendo-se tornado consideravelmente mais difícil, a partir do séc. XX, separar o público do privado, ou seja, não existe uma linha distinta que separe os dois domínios, mas antes zonas cinzentas e confusas que impossibilitam leituras claras. Mesmo a casa, que antes fora considerada o domínio do privado, passa a estar sujeita a processos de vigilância, o que tem na base o progressivo aumento da utilização das novas tecnologias da informação e comunicação. Lyon (1994), refere ainda que atualmente nos encontramos mais propensos à vigilância, o que coloca constrangimentos à nossa privacidade.

Contudo, David Lyon (2001) alerta para o facto de o conceito de privacidade tender a remeter o debate em torno da vigilância para uma questão individual, o que acaba por restringir análises que procurem analisar a relação que se estabelece entre vigilância e a sociedade como um todo.

2.2 O preço da liberdade

A liberdade só existe com o conhecimento da opressão, quem o refere é Zygmunt Bauman (1989). De facto, só pela sua privação é que se torna possível reivindicar a liberdade, que na sua forma mais extrema não existe, uma vez que envolveria “a abstenção total de comunicação com outras pessoas” e, portanto, “a plena solidão” (Bauman, 1989). Para Bauman (1989: 84) a privacidade consiste numa forma mais atenuada da liberdade, que diz respeito “ao direito de recusar a intromissão de outras pessoas (como indivíduos ou como agentes de alguma autoridade supra-individual) em lugares específicos, em momentos específicos ou durante actividades específicas”. A privacidade pode cumprir a função de antídoto perante as pressões sociais, sendo que cumpre a sua melhor função quando permite que o indivíduo de livre e espontânea vontade opte por transitar de um período de convívio social para um período de privacidade e vice-versa.

A privacidade a que Bauman (1989: 85) se refere possui determinados custos que lhe estão naturalmente associados. De uma forma mais extrema a privação da privacidade pode dar-se pela força e pela imposição de novas regras, podendo os indivíduos estar expostos “à vigilância implacável de controlos externos, como os reclusos do “panopticon” de Bentham; prisões, quartéis, hospitais, clínicas psiquiátricas e escolas são todos, instituições onde o impedimento de privacidade avulta largamente entre as técnicas usadas ao serviço de fins declarados”, como já foi anteriormente referido, ainda que de forma indireta. Contudo, o facto de não existirem proibições impostas pela força, não significa necessariamente que exista privacidade ou que a mesma esteja ao nosso dispor, ela requer espaços pessoais que

permitam o isolamento do indivíduo, o que nem sempre se encontra à disposição de todos. A privacidade requer também uma pausa para com as relações sociais, sendo que ela apenas é suportável com o conhecimento de se tratar apenas de uma pausa e não de um destino. A liberdade traz consigo a responsabilidade de tomar decisões, o que pode constituir um “peso” demasiado grande para o indivíduo suportar, o que, por sua vez, pode contribuir para que se aceite a atribuição de poder a terceiros que se responsabilizem pela tomada de decisão, retirando de forma confortável o fardo de ter de optar ou de decidir de forma livre, “o poder oferece, por assim dizer, “liberdade por liberdade”; liberta da responsabilidade de escolha - que é frequentemente cruciante e demasiado arriscada para o gosto de cada um” (Bauman, 1989: 86). No fundo, o indivíduo vai regendo a sua vida em torno de duas necessidades que coexistem e que por vezes podem entrar em choque ou em conflito, a necessidade de interação social e a necessidade de liberdade/privacidade.

Saber se na sociedade atual “reina” o controlo de terceiros ou a vontade individual apresenta-se como uma questão central de difícil esclarecimento, pois se, por um lado, exista quem defenda que o capitalismo e a sua faceta promotora de consumo promove a vontade individual, por outro, exista quem refira que o controlo social sobre a vida individual ganha destaque (Bauman, 1989), onde as tecnologias de informação e comunicação assumem um papel crucial. Neste sentido é pertinente a questão que se segue: na sociedade atual, onde nos pratos da balança se coloca, por um lado a segurança/controlo e por outro liberdade/privacidade, qual deles pesaria mais com a junção das redes sociais digitais? Que são vistas por muitos, como se verá mais à frente, verdadeiras ferramentas de vigilância que promovem a total transparência dos indivíduos, ainda que a questão não seja neutral e aponte já ela própria para uma resposta, não deixa de ser pertinente lançá-la, para que possa vir a ser explorada mais à frente.

Parece existir atualmente uma tendência para a “infantilização” dos destinatários do bem-estar social, onde tudo ou quase tudo em seu redor é controlado quase que de forma algo “laboratorial”, onde o poder da tomada de decisão lhes escapa de uma forma inteligentemente “camuflada”. Tal fenómeno é enunciado por Bauman (1989: 111):

“As suas despesas, o seu mobiliário, as suas roupas, alimentação e estilo de vida são cuidadosamente controlados; a sua privacidade é violada à vontade por visitas não anunciadas dos peritos de saúde, de higiene, de educação; os pagamentos são feitos somente em troca de confissões completas e da total revelação dos aspectos mais íntimos da vida aos funcionários inquiridores; em depois de tudo isto, os pagamentos são fixados a um nível que não deixa espaço para o arbítrio e escolha de quem, apenas permitindo a satisfação das necessidades mais elementares”

Existe implícita a ideia de que o cidadão é incapaz de exercer a sua própria liberdade, desta forma, os indivíduos são privados de iniciativa e da “arte da livre escolha” (Bauman, 1989).

Em forma de conclusão e retomando o tema central desta dissertação, as redes sociais digitais relacionam-se com as confissões completas a que Bauman (1989) se refere, pois a utilização do serviço que elas proporcionam implica ao utilizador tais confissões que o conduzem a expor a sua vida privada. No fundo, as redes sociais parecem cumprir a tendência a que Bauman (1989) se refere, onde a liberdade/privacidade é colocada em causa e os custos da segurança se tornam evidentes, pelo menos para os mais atentos. A liberdade de poder comunicar e estabelecer ou gerir relações no espaço virtual “custa” ao utilizador grandes quantidades de informação, algumas são disponibilizadas de forma informada e consciente, porém e por diversos fatores (a ser analisados), outras são disponibilizadas de forma desinformada e que escapa ao conhecimento do utilizador. Tais processos de desinformação poderão ser fomentados pelos próprio *design* ou “arquitetura” de redes sociais, que podem pois vir a “cortar” a nossa liberdade.

Capítulo 3

O impacto das redes sociais digitais

3.1 Redes sociais digitais: analisando o conceito

A “sociedade em rede” preconizada por Manuel Castells (2000) ganha um sentido mais prático com o desenvolvimento das redes sociais digitais, tal como é referido por José Marichal (2012: 2). Estas ao permitirem a troca de conteúdos com outros utilizadores e comunidades que possuem interesses em comum vieram, de alguma forma, alterar o espaço virtual.

Atualmente, existem *websites* que permitem a criação de comunidades virtuais para as pessoas que possuem interesse em partilhar experiências, onde a existência de uma forte ferramenta de comunicação é uma constante. O serviço que possibilita que diversos indivíduos comuniquem entre si (através de “*chat*”, mensagens instantâneas, de voz ou videoconferência) e, conseqüentemente, que possibilita que os mesmos se conectem em rede, designa-se rede social³ digital (Ahmad, 2011).

Hoje em dia, existe um leque alargado de opções no que toca às redes sociais digitais, porém e por diversos motivos, algumas delas conseguem chegar mais facilmente à população que, posteriormente, lhes concede uma maior popularidade, sendo caso disso redes como o *Facebook*, *Orkut*, *Twitter*, *MySpace*, *hi5*, entre outras.

Uma rede social digital consiste, portanto, num serviço que permite aos seus utilizadores construir um perfil público ou semipúblico que começa com o preenchimento de um formulário e a disponibilização de alguma informação pessoal. Proporciona que se estabeleçam conexões com outros utilizadores e que interajam com os mesmos, permitindo, simultaneamente, visualizar a lista de conexões estabelecidas, não só por nós, como também por outras pessoas. Este conhecimento vem, também ele, possibilitar gerir as ligações que se vão instituindo na rede. Todas estas possibilidades estão, como é evidente, dependentes da arquitetura e das opções que são disponibilizadas (Boyd e Ellison, 2008 e Ahmad, 2011).

José Marichal (2012) refere que a possibilidade de, nas redes sociais digitais, se criar um perfil, construir uma rede e fazê-la crescer permitiu que os utilizadores se organizassem no

³ Donghee Sinn e Sue Yeon Syn (2013) referem que há quem distinga “*social network*” de “*social networking*”, sendo que “*networking*” implica que se estabeleçam novas relações e não continuar as já anteriormente estabelecidas. Contudo, e uma vez que as redes sociais parecem promover, fundamentalmente, a manutenção de relações previamente estabelecidas no espaço *offline*, “*social network*” talvez constitua o termo mais adequado.

mundo “virtual” e o gerissem com base nas relações que estabeleciam no espaço *offline*, o que acabaria por criar uma “ponte” entre os dois domínios.

O que confere às redes sociais um carácter singular prende-se com a possibilidade de expor as conexões na rede (pública) de forma a que novas possam ser criadas, ou seja, o facto de se poder gerir a nossa rede de contactos com base na rede de terceiros, promove e facilita a criação de novas conexões que poderiam ser impensáveis de estabelecer de outra forma. Ainda que, as motivações dos utilizadores possam distanciar-se desta possibilidade e a transição da rede de contactos *offline* para o mundo *online* faça mais sentido, mais que não seja, numa primeira fase, compreende-se que constitui uma mais-valia (Boyd e Ellison, 2008).

Ainda que exista uma larga variedade de funcionalidades disponibilizadas pelas diversas redes sociais digitais existentes, aquilo que as define continuará a ser a possibilidade de expor publicamente os perfis dos utilizadores, bem como as conexões que possuem e vão gerindo ao longo do tempo. Existem diversas plataformas, entre elas algumas bem conhecidas como o *Facebook*, que promovem a utilização, numa primeira fase, de fotos de perfil e, numa segunda fase, a partilha de conteúdos e multimédia, sendo de destacar que nem todas as redes possuem os mesmos objetivos, pelo que podem incentivar outro tipo de partilha (Boyd e Ellison, 2008).

A maior ou menor exposição a que o utilizador está sujeito encontra-se dependente da estrutura da plataforma em que se encontra inserido, mas também do próprio utilizador, que poderá omitir determinadas informações. São, exatamente, estas “variações estruturais” que permitem diferenciar as redes sociais que podemos encontrar atualmente. A rede *LinkedIn*, por exemplo, controla os seus conteúdos com base na existência ou não de contas pagas, por sua vez, o *Facebook* permite que todos os usuários estejam visíveis a outros, a menos que não exista permissão, por parte do utilizador, para tal (Boyd e Ellison, 2008).

Após a adesão a uma rede social, os utilizadores são “chamados” a identificar pessoas com quem tenham uma relação ou a necessidade de estabelecer uma nova. Tais relações são rotuladas consoante as opções disponibilizadas pela plataforma em questão, podendo incluir “amigos”, “contactos”, “fãs” ou “seguidores”, entre outros. Os pedidos de amizade, geralmente, requerem a aceitação por parte de quem é convidado, esta condição não se aplica caso estejamos perante “fãs” ou “seguidores”. Porém, as designações disponibilizadas pela rede podem conduzir a “falsas” caracterizações, onde, por exemplo, meros conhecidos são rotulados de amigos (Boyd e Ellison, 2008).

No que diz respeito à comunicação que se estabelece entre os diversos utilizadores, esta tem por base a existência de mensagens que são deixadas no perfil de outros que se encontrem conectados, que são públicas, na medida em que estão visíveis, pelo menos, a todos os que

possuem conexão com a pessoa que recebe o comentário. Porém, existe também a possibilidade de deixar mensagens privadas que apenas são vistas por quem as recebe. Contudo, tanto os “comentários” (designação mais vulgar para mensagens públicas colocadas no perfil de outro utilizador) como as mensagens privadas não estão disponíveis em todas as redes sociais, ainda que existam na grande maioria daquelas que detêm maior popularidade na atualidade (Boyd e Ellison, 2008).

As redes sociais variam consoante diversos fatores, alguns deles já mencionados, nomeadamente, ao nível de recursos de que dispõem e disponibilizam e a nível de público aderente. Ao passo que existem redes sociais que possibilitam a interação através de fotos e vídeos, outras valorizam as mensagens instantâneas, por exemplo. Existem *sites* que se focam num determinado público-alvo, tendo por base a etnia religiosa, orientação política, a língua, entre outros critérios. Porém, também pode ocorrer a existência de uma moldagem da rede por parte dos utilizadores, onde a mesma “foge” ao controlo dos designers/responsáveis pela manutenção do *site* e passam a reger-se por novos critérios (Boyd e Ellison, 2008).

Ainda que existam redes sociais com diferentes características, todas elas possuem como principal objetivo criar redes de contactos entre as pessoas, assim sendo, caracterizar uma rede social significa pensar em ferramentas que promovem a interação. A forma como tal interação é promovida e gerida, já vai depender de múltiplos fatores, como aqueles que foi possível abordar.

3.2 Redes sociais digitais: um pouco de história

A primeira rede social a surgiu nos anos 90 (Marichal, 2012 e Sinn e Syn, 2013), mais concretamente, em 1997, intitulando-se *SixDegrees.com*, esta rede permitia aos seus utilizadores criar um perfil e identificar os seus amigos. Mais tarde, em 1998, permitiu visualizar simultaneamente as listas de amigos de outros utilizadores (Ahmad, 2011). Ainda que tenham existido outras plataformas com funções semelhantes, a *SixDegrees.com* foi a primeira a conjugar as principais características que definem e caracterizam uma rede social (perfil, lista de amigos e a possibilidade de essas listas serem acedidas por outros utilizadores). A rede *Classmates.com*, anterior à “*SixDegress.com*” já permitia criar conexões entre colegas de uma mesma escola ou universidade, contudo, só passados alguns anos passou a permitir ao utilizador criar um perfil e uma lista de amigos (Boyd e Ellison, 2008).

Após a *SixDegrees.com* ter chegado a milhões de utilizadores, a plataforma é encerrada em 2000, os motivos para tal acontecimento variam, porém a falta de opções disponibilizada pela rede, apontada pelos utilizadores, pode justificar tal rutura (Boyd e Ellison, 2008 e Ahmad, 2011).

De 1997 até 2001, começam a emergir diversas plataformas que possibilitam a criação de perfis e de listas de amigos que se encontram visíveis para outros utilizadores, tais como a *LiveJournal*, *AsianAvenue*, *BlackPlanet*, *MiGente* e *Cyworld*. Estas redes permitiam ou passaram a permitir identificar amigos sem que para isso estivessem dependentes da aceitação do outro utilizador (Boyd e Ellison, 2008 e Ahmad, 2011).

Segundo Boyd e Ellison (2008), uma segunda fase começa a emergir, no desenvolvimento de redes sociais digitais, com o aparecimento da rede *Ryze.com*, em 2001, que marca a separação entre o perfil social e o perfil profissional, tal plataforma procurava criar redes de contactos que pudessem, de alguma forma, ajudar o utilizador a gerir a sua carreira profissional. Neste sentido, redes como *Tribe.net* e *LinkedIn*, procuravam “guiar” o utilizador na sua carreira profissional, onde o estabelecimento de contactos conduziria a novas oportunidades que se poderiam traduzir em vantagens profissionais. Desta forma, a *Ryze.com* conseguiu não só fixar-se no mercado das redes sociais, como também fixar-se na história das mesmas, marcando um ponto de viragem (Ahmad, 2011).

Diversas redes sociais atingiram elevados graus de popularidade e tiveram impacto ao nível cultural, social e económico; redes como *Friendster*, *MySpace*, *Facebook*, entre outras, contribuíram para que as redes sociais se tornassem parte integrante do quotidiano de milhões de pessoas que as utilizam para diversos fins (Boyd e Ellison, 2008).

Porém, a popularidade que uma determinada rede social atinge poderá constituir um entrave para plataformas que não se encontrem preparadas para gerir números de utilizadores que ultrapassam em muito o imaginário dos fundadores ou dos responsáveis pela sua manutenção, tal aconteceu com o *Friendster* que não conseguiu acompanhar a vários níveis as diferentes necessidades dos seus utilizadores (Ahmad, 2011) e onde as opções disponibilizadas e a privacidade garantida deixavam muito a desejar (Boyd e Ellison, 2008). Contrariamente, e tendo em consideração as necessidades constantes expressas pelos seus utilizadores, a rede *MySpace* constitui um exemplo de interatividade, onde as culturas de convergência, que apontam para uma aproximação entre produtores e consumidores, ganham visibilidade (Jenkins, 2006).

O próprio contexto em que a plataforma se insere influencia o impacto que a mesma poderá ter, exemplo disso é o *Orkut*, uma rede social com grande expressão no Brasil que não conseguiu “seduzir” a população dos Estados Unidos da América (EUA). A receptividade desta rede no Brasil não facilita a compreensão da sua rejeição nos EUA, contudo, o fator cultural pode constituir uma explicação viável (Boyd e Ellison, 2008 e Ahmad, 2011). Também outras redes conquistaram diferentes contextos geográficos, *Mixi* ganhou popularidade no Japão, *LunarStorm* na Suécia, *hi5* em parte da América Latina, América do Sul e Europa, *Bebo* no Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália, entre muitas outras redes que se conseguiram afirmar

em contextos específicos. Porém, redes como *QQ*, *Orkut* e *Live Spaces* tornaram-se fenómenos globais, o que mostra que existem redes que ultrapassam os fatores culturais e outras especificidades de cada região (Boyd e Ellison, 2008).

Contudo, ainda que determinadas redes procurem crescer de forma exponencial e rápida, existem redes como *SmallWorld* e *BeautifulPeople* que procuram públicos específicos, onde se dá uma seleção algo minuciosa dos seus utilizadores. Chegam mesmo a existir plataformas, como *Ning*, que possibilitam que os utilizadores criem a sua própria rede social (Boyd e Ellison, 2008).

Ainda no que toca ao crescimento, destaca-se a rápida expansão, a nível de número de utilizadores, de redes como *MySpace*, *Facebook*, *Friendster* e *Orkut*; no espaço de um ano (2006 a 2007) estas redes cresceram, respetivamente 72%, 270%, 65% e 78%, o que significa que as redes sociais digitais estão a ter um impacto significativo no mundo (Ahmad, 2011).

Outro aspeto a destacar, no que diz respeito aos fatores que moldaram e continuam a moldar a história das redes sociais digitais, é a competição que, muitas vezes, se torna inerente às próprias plataformas. A popularidade que uma determinada rede atinge é medida fundamentalmente em função do número dos seus utilizadores; neste sentido, as redes competem entre si para que a sua plataforma conquiste, públicos por conquistar, como também públicos que já foram conquistados. A rede *MySpace*, por exemplo, retirou vantagens de uma outra rede social, ela emergiu com base no insucesso da *Friendster*, que começou a afastar os seus utilizadores, levando-os a procurar alternativas. A história das redes sociais assenta neste tipo de competição: o aumento do mercado conduz à necessidade de inovar e estar em constante alerta (Boyd e Ellison, 2008).

O ano de 2003 é marcante na história das redes sociais devido, fundamentalmente, ao aparecimento de um número expressivo de novas plataformas. Tais redes, ainda que se enquadrem numa mesma classificação, direcionam o seu raio de atuação para diversos públicos, ao passo que *LinkedIn*, *Visible Path* e *Xing* visam a criação de um perfil profissional, redes como *Dogster* procuram, por sua vez, conectar pessoas com base nos seus interesses, sejam eles profissionais ou não profissionais, outras, como *Care2* procuram conectar ativistas. Destaca-se também o *Youtube*⁴, que através da partilha de vídeos fornece imagens em movimento das experiências vividas pelos seus utilizadores. Existem assim diversos propósitos por detrás de cada rede que cumprem os objetivos de diversos agentes interessados que podem ir desde os criadores até aos utilizadores (Boyd e Ellison, 2008).

Em 2004 surge uma rede que visava responder às necessidades de uma pequena população, mais concretamente os estudantes da universidade de Harvard, o *Facebook* emerge com o

⁴ Representa “o primeiro grande *site* de hospedagem e compartilhamento de vídeo, em 2005” (Ahmad, 2011: 126).

intuito de facilitar o estabelecimento de relações entre os diversos estudantes, contudo, começa a expandir-se em 2005, acabando por, em 2006, a plataforma ser alargada a toda a população, constituindo atualmente uma das redes sociais com maior impacto na sociedade a nível mundial (Boyd e Ellison, 2008).

A história das redes sociais continua a ser “escrita” todos os dias com o aparecimento e término de diversas plataformas que procuram colmatar a necessidade implícita que todos os utilizadores têm, que se prende com o estabelecimento de conexões com os outros, quer seja amigos ou desconhecidos; no fundo, trata-se da mais básica das necessidades a vir ao de cima, a necessidade de sociabilidades e procurar pontes de entendimento.

De forma a sintetizar o que foi referido e a história das redes sociais digitais, apresenta-se a seguinte figura:

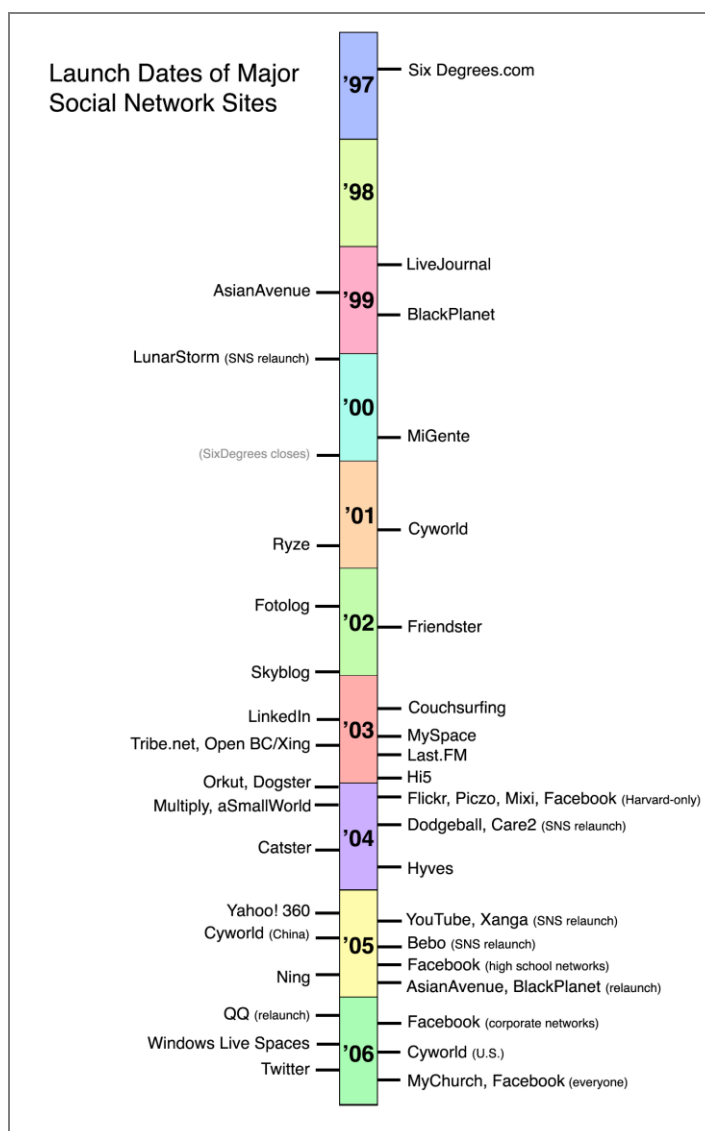


ILUSTRAÇÃO 1: Evolução das redes sociais digitais

Fonte: Boyd e Ellison, 2008: 212.

Ainda que a figura se encontre limitada temporalmente, não será absurdo presumir que a história das redes sociais caminhará no sentido de um maior desenvolvimento, onde o aparecimento de novas redes com características inovadoras parece fazer sentido.

As redes sociais digitais ao permitirem a manutenção de relações já existentes, a criação de novas, a realização de negócios, aderir a grupos que possuem os mesmos interesses, partilhar e utilizar o mais diverso tipo de conteúdos, entre outras possibilidades faz com que ganhem destaque na sociedade atual, onde, cada vez mais, se procura o estabelecimento de relações de forma rápida e fluída em ambientes virtuais, uma espécie de “fast-food relacional”, onde também nas relações atuais se valoriza a fluidez a que Bauman (2000) se refere.

3.3. A rede social que se tornou um fenómeno global: o *Facebook*

O *Facebook* não foi o primeiro projeto levado a cabo por Mark Zuckerberg, a sua paixão por programação já o havia levado a criar projetos menores, tais como o *CourseMatch* (2003), um *software* que permitia saber que estudantes estavam inscritos em uma determinada disciplina, desta forma os alunos que estavam a pensar inscrever-se podiam fazê-lo com base nesta nova informação. Tal projeto “inocente” facilmente se alastrou por Harvard (Kirkpatrick, 2011 e Marichal, 2012).

Após o sucesso do *CourseMatch*, Zuckerberg decide testar novas ideias e cria o *Facemash* no mesmo ano, este *software* permitia comparar pessoas, quem acesse teria a possibilidade de entre duas pessoas do mesmo sexo escolher a mais “sexy”, quanto mais vezes uma foto fosse classificada estaria sujeita a uma competição maior, pois seria comparada com outras fotos que também tivessem vindo a obter uma boa classificação. Ainda que este *software* não possuísse a intenção de se expandir, assim que ele foi dado a conhecer a amigos de Zuckerberg para ser testado, rapidamente se tornou viral, o que lhe acabou por trazer mais tarde alguns dissabores, chegando mesmo a ser chamado ao Conselho Administrativo de Disciplina da Faculdade (Kirkpatrick, 2011 e Marichal, 2012).

A aptidão de Zuckerberg para criar *software* atrativo e com componentes sociais era evidente, tendo desenvolvido inclusive um projeto que lhe havia permitido entrar em negociações com a *Microsoft*, designado por *Synapse*, uma ferramenta que fornecia sugestões de músicas consoante o gosto do utilizador (Kirkpatrick, 2011).

Muitos outros projetos se seguiram, tendo no espaço de um ano chegado a atingir doze, inclusive o *Harvard Connection*, um *site* que promovia o convívio, fundamentalmente, através da marcação de encontros e que havia sido pensado por três veteranos de Harvard (Kirkpatrick, 2011). Um desses muitos projetos começa a ganhar forma no dia 11 de Janeiro de 2004, quando Zuckerberg, longe de saber a dimensão que este novo projeto poderia vir a

atingir, paga 35 dólares no *Register.com* para registar o *TheFacebook.com* pelo período de um ano. Tal *site* assentava sobre algumas ideias que se encontravam presentes no *CourseMatch* e no *Facemash*, bem como de uma rede social a que Zuckerberg pertencia, intitulada *Friendster*, que procurava, fundamentalmente, através da criação de um perfil ajudar nos relacionamentos amorosos, tendo esta adquirido uma grande popularidade em Harvard. Porém, de uma forma algo repentina perde a sua popularidade, ganhando em contrapartida destaque a rede *MySpace* (Kirkpatrick, 2011).

Face a necessidades emergentes expostas por alunos de Harvard a Zuckerberg e à comunidade académica em geral no que dizia respeito à criação de um anuário de alunos *online*, surge o *TheFacebook* que emerge da simples constatação de que todos os problemas legais ligados ao aparecimento do *Facemash* poderiam ser ultrapassados se fosse atribuída às pessoas a possibilidade de publicar de forma voluntária as informações necessárias para a rede (Marichal, 2012). Neste sentido, seria possível partir para a criação de “um directório fiável baseado em informação verdadeira sobre os estudantes” (Kirkpatrick, 2011: 45), o projeto assentaria assim num apelo que era lançado à comunidade de Harvard onde tudo deveria ser mostrado, onde se teria acesso ao que ocorria na Universidade mas também fora dela; no fundo, visava colmatar a necessidade de manter contacto com os colegas e de ter conhecimento acerca do que se passava com eles. O *TheFacebook* procurava assim facilitar as relações que se estabelecem e podem vir a estabelecer, facilitar o processo de interagir com o outro, independentemente de ser ou não mais introvertido (Kirkpatrick, 2011).

No dia 4 de Fevereiro de 2004, o *TheFacebook* fica ativo, na página inicial era possível ler:

“O *TheFacebook* é um directório *online* que liga pessoas através de redes sociais em universidades. Abrimos o *TheFacebook* para consumo popular na Universidade de Harvard. Pode usar o *TheFacebook* para: procurar pessoas na faculdade; descobrir quem está nas suas aulas; procurar os amigos dos seus amigos; obter uma visualização da sua rede social” (Kirkpatrick, 2011: 47).

Após a sua ativação, o *TheFacebook* tornou-se viral em Harvard, tendo num espaço de quatro dias atingido 650 estudantes. Ao aderir, o utilizador criava um perfil com uma única foto e alguma informação básica, como o nome, número de telefone, endereço de *e-mail*, bem como o status relacional (solteiro, numa relação ou numa relação aberta). Também era possível dar a conhecer as disciplinas que estava a frequentar (inspirado no *CourseMatch*), filmes, músicas e livros preferidos, filiação política, clubes de que fazia parte e citações que o inspirassem (Kirkpatrick, 2011). O *TheFacebook* não possuía desta forma conteúdos próprios, cabendo ao utilizador criar os seus próprios conteúdos, dando assim voz às culturas de convergência a que se refere Henry Jenkins (2006), o *TheFacebook* promovia, desta forma,

uma grande interatividade, envolvendo o utilizador no processo de construção da sua própria “realidade virtual”.

Só se poderia juntar ao *TheFacebook* quem possuísse um endereço de *e-mail* da “Harvard.edu”, tendo de usar o seu verdadeiro nome, isto permitiu tornar o *TheFacebook* exclusivo, pelo menos numa primeira fase. Zuckerberg ainda chegou a considerar incluir na rede o currículo dos utilizadores de forma a facilitar a articulação com empresas interessadas em contratar, contudo, optou por não levar a cabo tal iniciativa, pois iria tornar algo que era suposto ser divertido, em algo demasiado sério (Kirkpatrick, 2011).

O *TheFacebook* começa a expandir-se a outras universidades: à Universidade de Colômbia e posteriormente à de Stanford e Yale; o *TheFacebook* foi um sucesso em todas estas Universidades, chegando mesmo a ultrapassar redes sociais já existentes (Kirkpatrick, 2011 e Marichal, 2012). No final de Maio, a rede chega a atingir 34 universidades, tendo, nesta altura quase cem mil utilizadores. Com o progressivo aumento de utilizadores surgiram alguns problemas relacionados com a manutenção do *site* (capacidade dos servidores), bem como a necessidade de investir mais na rede social, o que, em Abril de 2004, conduziu ao aparecimento de anúncios na rede que constituíam uma forma de obter receita (Kirkpatrick, 2011).

Quando o *TheFacebook* tinha apenas quatro meses de existência, Zuckerberg recebeu uma proposta no valor de dez milhões de dólares para vender a empresa, proposta esta que foi rejeitada. Ainda que Zuckerberg aceitasse a existência de anúncios, ele valorizava acima de tudo as necessidades dos utilizadores e como tal era crítico em relação a potenciais parceiros comerciais (Kirkpatrick, 2011).

A empresa *Google* tentou entrar em negociações com Zuckerberg de forma a possuir uma parte do *TheFacebook* ou até mesmo compra-lo, contudo, Zuckerberg optou por manter a sua independência, fundamentalmente, porque não se identificava com o projeto da *Google* (Kirkpatrick, 2011).

À medida que o *TheFacebook* ia crescendo, tornava-se evidente a necessidade de investir em mais servidores. Passa a designar-se *Facebook* em 2005, tendo a empresa por esta altura coberto o mercado universitário (Kirkpatrick, 2011).

O *Facebook* alargou a rede aos estudantes do ensino secundário em 2005, tendo em 2006, iniciado a sua atividade a nível global, estando disponível para qualquer pessoa (Kirkpatrick, 2011 e Marichal, 2012). Neste ano o *Facebook* atinge mais de 1 milhão de utilizadores só no ensino secundário, tendo em 2005 mais de 5 milhões na totalidade (Kirkpatrick, 2011).

Uma das grandes mudanças que o Facebook enfrenta prende-se com a implementação do “Feed de Notícias” que começa a ser pensada no início do Outono de 2005, sendo implementado a 5 de Setembro. Mal se tornou ativo, o “Feed de Notícias” gerou controvérsia entre os utilizadores: a ideia de uma grande quantidade de informação se encontrar visível de uma forma relativamente rápida e fácil parecia “assustar” os utilizadores (Kirkpatrick, 2011: 243 e Marichal, 2012: 6). Contudo, com o decorrer do tempo eles passaram a aceitar este novo *design* da rede social.

Outra das mudanças que viria a caracterizar a rede social seria o facto de esta se vir a tornar “uma plataforma onde as aplicações de outros podem operar” (Kirkpatrick, 2011: 281), o que aconteceu em Maio de 2007, altura em que a rede já tinha 24 milhões utilizadores. Tais aplicações eram “publicitadas” pelo “Feed de Notícias”, criando-se assim uma união vantajosa para a rede. As aplicações mais bem-sucedidas eram os jogos, existindo em Fevereiro de 2010 cerca de 12 jogos com mais de 20 milhões de utilizadores. Contudo e como se irá analisar de seguida, aderir a estas aplicações e ao “Feed de Notícias” acarreta diversos riscos para os utilizadores, nomeadamente, a exposição e recolha de grandes quantidades de informação (Kirkpatrick, 2011).

O Facebook inicia um projeto de internacionalização em 2008⁵, estando no final desse ano disponível em 35 línguas diferentes. Em 2010, o Facebook chegara às 75 línguas, possuindo, nesta altura, cerca de 400 milhões de utilizadores (Kirkpatrick, 2011).

Em 2012 o número de utilizadores situava-se nos 845⁶ milhões em todo o mundo (Kwok e Yu, 2013). Num relatório publicado em Portugal sobre o uso da internet, dava-se conta que 93,7% dos inquiridos possuem uma conta no Facebook, o que mostra que Portugal se “rendeu” a esta rede social, sendo a que possui mais expressão (Cardoso *et al.*, 2012).

Outro dado interessante, destacado por Boyd (*in* Marichal 2012), prende-se com o facto de o Facebook numa determinada fase atingir, fundamentalmente, indivíduos de raça branca, indivíduos que frequentam a universidade e indivíduos de médios rendimentos, o que acabou por traçar uma clara distinção para com o tipo de utilizadores da rede MySpace que atingia, fundamentalmente, minorias com baixos rendimentos.

Tal como é referido por Marichal (2012), o Facebook veio mudar o paradigma da internet, tendo contribuído para a criação de uma “ponte” entre o público e o privado, onde os indivíduos passam a ser encorajados a utilizar a sua real identidade no espaço *online*, bem como a partilhar diversos aspetos que fazem parte do seu quotidiano.

⁵ Ainda que tenha sido em 2006, quando o Facebook se abre a todos os utilizadores, que “todos os que falavam inglês pelo mundo fora subiram a bordo” (Kirkpatrick, 2011: 352).

⁶ Donghee Sinn e Sue Yeon Syn (2013) apontam para mais de 950 milhões de utilizadores do Facebook em todo o mundo.

A grande potencialidade que advém do *Facebook* prender-se-á com a possibilidade de os utilizadores gerirem em simultâneo relações, quer com pessoas mais próximas, quer com pessoas que lhes são menos íntimas ou até mesmo desconhecidas (Marichal, 2012).

3.3.1. A ideia que esteve na origem do *Facebook*

Quando os utilizadores aderem a uma rede social como o *Facebook*, surgem determinadas questões relacionadas com a exposição da vida privada, são pedidas diversas informações que posteriormente servem para criar uma espécie de “duplo virtual”, onde os dados que são disponibilizados permitem traçar um perfil na rede. Saber quanto de nós devemos mostrar e quanto de nós devemos omitir para nossa segurança, aparece como sendo uma das questões centrais que os utilizadores enfrentam na, suposta, era da exposição e da transparência.

Zuckerberg, o criador da rede *Facebook*, afirma que “a nossa identidade é uma única” (Kirkpatrick, 2011: 255) e, como tal, defende uma total transparência por parte dos utilizadores. Atualmente, nada é privado, devido, fundamentalmente, à facilidade com que se cruzam dados e se desvendam “novas verdades”. Esta constatação permite a Zuckerberg responder de forma, relativamente, fácil à questão supramencionada, devemos mostrar tudo, uma vez que não vale a pena esconder nada, a verdade virá ao de cima. Atualmente, o palco e os bastidores de Goffman (1959) não fazem qualquer sentido, somos aquilo que somos, não existem diversas facetas identitárias. Esta premissa social extrema sobre a qual assenta toda a conceção do *Facebook* traz consigo diversas preocupações, sendo que a dicotomia público/privado deixa de constituir uma preocupação. Contudo, e tal como afirma Kirkpatrick (2011), a abertura e transparência que o *Facebook* promove, já contribuiu para a existência de diversas vítimas que se viram confrontadas com situações, no mínimo, constrangedoras.

Ainda que exista a possibilidade de se omitir tudo aquilo que se considera importante manter privado, nada garante que os nossos piores medos não possam surgir na rede através de terceiros, os nossos amigos, familiares e até mesmo desconhecidos, através de conversas ou da exposição de fotografias e vídeos onde, de alguma forma, somos identificados, facilmente, podem trazer à superfície algo que pensaríamos estar submerso e que nos pode causar problemas. A possibilidade de tudo poder vir a ser revelado constitui, atualmente, uma das, se não mesmo a pior, das preocupações que os utilizadores enfrentam. Da mesma forma que quem é vigiado no panóptico de Bentham, em 1791, e Foucault, em 1975, sofre pelo desconhecimento e pela constante sensação de vigilância, também no *Facebook* existe desconhecimento, uma vez que não é possível saber de forma absoluta que tipo de informação, acerca de nós, existe disponível na rede, existindo simultaneamente a sensação de que todos os passos que são dados na rede estão a ser controlados, ora pelo amigo com quem já não falamos há mais de 5 anos, ora pelo nosso pai, que decidiu criar uma conta.

A própria plataforma fomenta, portanto, a exposição da vida privada, Zuckerberg (citado por Kirkpatrick, 2011: 255) chega mesmo a afirmar que “Os tempos em que a pessoa apresentava uma imagem para os amigos ou os colegas do emprego e outra diferente para os restantes conhecimentos têm os dias contados”, existe assim uma espécie de “imposição” por parte do *Facebook* para com os seus utilizadores no que diz respeito aquilo que deve ser colocado na rede que, no final de contas, é tudo ou quase tudo acerca das suas vidas. Zuckerberg defende que o caminho para uma sociedade mais saudável passa, exatamente, pela exposição e transparência, onde as omissões e a existência de duplas identidades representam “falta de integridade” (in Kirkpatrick, 2011).

A convicção de que a transparência irá ser parte integrante da vida moderna tem vindo a estruturar a plataforma no sentido de expor e cruzar informação, onde o carácter dos utilizadores é constantemente posto à prova, se um utilizador afirma defender uma determinada posição e mais tarde é encontrada uma prova na rede que o compromete face a essa mesma posição, o seu carácter é colocado em causa e o princípio da transparência é evocado.

Porém e independentemente das ideologias que sustentam a plataforma, o *Facebook* contribuiu para uma (re) definição em massa das fronteiras da intimidade pessoal, ao valorizar a exposição e ao “impô-la” aos seus utilizadores, a plataforma continua a seduzir pessoas, ultrapassando atualmente os 500 milhões. Ainda que o *Facebook* promova a exposição de informação, os seus utilizadores parecem, também eles acompanhar esse apelo, ao darem a conhecer de livre e espontânea vontade pormenores acerca das suas relações sociais, profissão, história pessoal e interesses, em especial os jovens (Kirkpatrick, 2011).

A empresa *Facebook*, praticamente desde a sua criação, tem mantido um “braço de ferro” com diversas entidades no que diz respeito às opções disponibilizadas para preservar a privacidade dos utilizadores, mais concretamente, no que diz respeito ao “*Feed* de Notícias”⁷ em 2006, o Beacon⁸ em 2007, os termos de utilização no início de 2009 e «todos» os parâmetros de privacidade nos finais de 2009” (Kirkpatrick, 2011). A empresa, tendo em conta as suas características e funcionalidades ao longo dos tempos, parece ter conduzido, de forma abusiva, os seus utilizadores a divulgarem informações, o que lhe custou alguns recuos, fundamentalmente, através de processos judiciais.

⁷ O *Feed* de Notícias ou *News Feed*, encontra-se visível na coluna central da página do *Facebook* e constitui uma lista em atualização permanente com as diversas publicações e conteúdos que vão sendo divulgados na plataforma (atualizações de estado, vídeos, fotos, ligações, gostos e atividade de aplicações).

⁸ O Beacon fazia parte do sistema de publicidade do *Facebook* e enviava dados de *sites* externos para a rede. Tinha como intuito direcionar a publicidade para os utilizadores, permitindo, simultaneamente, a partilha de atividades entre amigos.

Avaliar a forma como o *Facebook* protege a privacidade dos seus utilizadores não constitui uma tarefa fácil, não existindo um consenso. Marc Rotenberg, diretor executivo do *Electronic Privacy Information Center* -EPIC, refere “Parece que o *Facebook* torna sempre mais difícil do que o necessário proteger a privacidade dos utilizadores”, chegando a afirmar também que a plataforma carece de instrumentos suficientemente simples que permitam o controlo dos dados pessoais; assim, ainda que o *Facebook* apele à transparência por parte dos utilizadores, a própria plataforma parece não cumprir os seus ideais no que toca à forma como a nossa informação é recolhida, tratada e usada (citado por Kirkpatrick, 2011: 258).

Muitas outras questões se seguem no que diz respeito à privacidade e à rede em questão: é legítimo o *Facebook* possuir uma quantidade tão elevada de informação acerca dos seus utilizadores? Os utilizadores possuem um real conhecimento do uso que é dado a todos os dados disponibilizados? A plataforma cumpre a sua política de privacidade? A política é clara? Todas estas questões podem culminar numa grande questão que se irá examinar de seguida: o *Facebook* pode ser visto como uma ferramenta de vigilância?

Capítulo 4

Arquitetura da exposição

4.1. O *Facebook* enquanto ferramenta de vigilância?

Berleur *et al.* (2010) referem que a crescente atenção que tem vindo a ser atribuída ao *Facebook* no que diz respeito à vigilância que o rodeia e por ele promovida, demonstra que ainda muito existe por explorar até se chegar ao ponto de perceber de que forma a privacidade dos utilizadores é respeitada quando os seus dados estão a ser utilizados. Ainda que os argumentos que valorizam a segurança e a adoção de sistemas de vigilância sejam fortes, deve ter-se em consideração a forma como tais sistemas possuem impacto na sociedade e nos indivíduos, sendo crucial que se tomem decisões informadas.

Assim e com o desenvolvimento da plataforma *Facebook* diversas questões têm vindo a surgir no que diz respeito à vigilância a que os utilizadores estão (potencialmente) sujeitos, onde a transparência que a rede social “impõe” não aparenta ser, de todo, refletida pela mesma, como já foi referido.

Parece, deste modo, não existir clareza por parte da plataforma no que diz respeito à forma como a informação (dos utilizadores) é recolhida e tratada. Ao aceitar as condições impostas pela política de privacidade, o utilizador, acaba por estar a concordar com um conjunto de afirmações contraditórias e pouco claras. Quando comparada com redes sociais como *MySpace* e *studiVZ*, o *Facebook* aparece como sendo a rede que menos protege as informações dos seus utilizadores⁹ (Fuchs, 2009).

A própria arquitetura da plataforma parece promover esta exposição generalizada da vida privada, onde se destacam as aplicações que recolhem enormes quantidades de informação, não apenas do utilizador que a elas adere, como também dos seus amigos, e o *News Feed* ou “*Feed* de Notícias” que expõe as diversas ações levadas a cabo pelos amigos do utilizador, bem como de terceiros que, de alguma forma, interagiram com os mesmos (Marichal, 2012). Neste sentido, Hull, Lipford e Latulipe (2011) referem que grande parte dos problemas relacionados com questões de privacidade que os utilizadores enfrentam, encontra-se associado a problemas de *design*, que poderiam vir a ser melhorados, através de uma “reforma” estrutural. Contudo, admite-se a possibilidade de o *design* do *Facebook* não ter sido pensado única e exclusivamente com o intuito de “violar” a privacidade dos utilizadores,

⁹ De salientar um estudo levado a cabo por Dwyer, Hiltz e Passerini (2007) onde se conclui que os utilizadores do *Facebook*, quando comparados com os utilizadores do *MySpace*, ainda que expressem níveis semelhantes de preocupação no que diz respeito à preservação da sua privacidade, confiam mais na plataforma [*Facebook*] e estão mais dispostos a fornecer informação que os identifique no seu perfil.

porém, é facto que facilita e promove uma exposição que coloca em causa a privacidade das pessoas.

Tendo em conta a questão colocada: fará sentido caracterizar o *Facebook* como uma ferramenta de vigilância? Torna-se importante retomar o conceito de vigilância de David Lyon (2001), uma vez que possibilita traçar algumas fronteiras que permitam distinguir vigilância de outras ações levadas a cabo. O autor refere que a vigilância diz respeito a qualquer processo de recolha e tratamento de dados pessoais, seja essa informação identificável ou não, com o intuito de influenciar ou gerir a vida daqueles que são alvo de recolha de informação. Neste sentido, Lyon (2001) ao referir que a informação que se recolhe não necessita de identificar as “vítimas” abre o leque e coloca em causa a própria “Política de Utilização de Dados” do *Facebook* que se salvaguarda com base em argumentos de não identificação dos utilizadores sobre os quais recolhem informação.

Posto isto, procura-se, nos seguintes capítulos, fornecer algumas linhas de respostas que permitam perceber se, de facto, o *Facebook* pode ser considerado uma ferramenta de vigilância.

4.1.1. O conceito de privacidade no contexto do *Facebook*

Para compreender o fenómeno de exposição da vida privada no contexto das redes sociais digitais, em geral, e do *Facebook*, em particular, torna-se necessário referir que a “noção de privacidade é “contextual”” (Hull, Lipford e Latulipe, 2011: 290). Os indivíduos vão seleccionando a informação que disponibilizam/partilham em interação com os outros, consoante o ambiente que os rodeia e os outros que interagem. Existe, assim, uma pluralidade de diferentes contextos que os indivíduos enfrentam diariamente, levando-os a adaptar-se às diferentes necessidades.

Nestes diferentes contextos os indivíduos regem-se com base em diferentes normas de comportamento, Helen Nissenbaum (2004) atribui destaque a dois tipos de normas que são centrais quando se analisa o conceito de privacidade, nomeadamente, “normas de apropriação” e “normas de distribuição”. As primeiras dizem respeito às normas que levam os indivíduos a revelar determinado tipo de informação, sendo expectável que o façam; o indivíduo analisa desta forma se aquela informação se apropria aquele contexto, caso se aplique, o indivíduo cede informações. As segundas prendem-se com a difusão que é feita de determinadas informações, onde, por exemplo, é expectável que determinados dados pessoais sejam disponibilizados a um amigo, porém não será expectável que ele os partilhe com terceiros; tais normas são de extrema importância, uma vez que a aderência a elas pode proteger dados de outras pessoas.

Desta forma, percebe-se que a informação se encontra sempre associada ao contexto em que se insere, e consoante o mesmo a informação pode ou não vir a ser revelada. Assim sendo, as normas de privacidade são, também elas, inseridas dentro de um contexto, não existindo assim normas gerais/universais de privacidade. Tal universalização constitui um problema que traz sérios entraves à conceptualização da privacidade em contextos específicos, como é o caso das redes sociais digitais e mais particularmente do *Facebook*.

Hull, Lipford e Latulipe (2011) referem que a discussão acerca da privacidade tem emergido em torno de três grandes questões, a primeira relaciona-se com a proteção da privacidade dos indivíduos contra agentes governamentais, a segunda prende-se com a limitação do acesso a informação íntima e a terceira com a proteção de espaços privados. Tais questões, ainda que possuam a sua pertinência teórica, falham ao procurar compreender o conceito de privacidade em todas as suas dimensões e de forma universal, onde a dicotomia privado/não privado torna-se reducionista. Se tivermos em consideração o contexto das redes sociais digitais, como o *Facebook*, apercebemo-nos que as três grandes questões supramencionadas possuem pouca validade para a discussão, uma vez que a vigilância nem sempre é levada a cabo por entidades e agentes governamentais, tendo as organizações privadas um papel de destaque, nem sempre se relaciona com informação íntima e nem sempre se dá em espaços privados, assim sendo, analisar a privacidade no contexto do *Facebook* requer uma análise contextual, onde as normas de “apropriação” e de “distribuição” de Helen Nissenbaum (2004) fornecem importantes pistas conceptuais.

As normas não são estáticas e, como tal, podem vir a sofrer mudanças, no contexto do *Facebook*, é expectável que os indivíduos se apresentem de modo diferente comparativamente com outros contextos *offline*, uma vez que se podem “publicitar” de uma forma muito mais abrangente (Hull, Lipford e Latulipe, 2011). Da mesma maneira que as relações que se estabelecem no espaço *online* não são exatamente iguais aquelas que se vão adquirindo no espaço *offline*. É relativamente mais fácil possuir uma vasta lista de amigos no *Facebook*, sendo que em média cada utilizador possui cerca de 130. Ainda que os utilizadores do *Facebook* visem a manutenção de relações *offline*, parece haver maior facilidade em criar amigos no espaço virtual, o que logo em si constitui uma diferença. Esta necessidade de criar o maior número de conexões possíveis poderá ter na base os vários apelos subtis que a plataforma vai lançando no decorrer do tempo (Hull, Lipford e Latulipe, 2011).

Ainda que as normas de “apropriação” refiram que nem todos os amigos devam receber da nossa parte o mesmo tipo de informação, uma vez que o nível de confiança difere, e que, por outro lado, as normas de “distribuição” apontem para que seja aceitável partilhar determinadas fotos com amigos, mas que não será aceitável que os patrões ou colegas de trabalho desses amigos tenham acesso a elas, no contexto do *Facebook*, estas negociações de privacidade tornam-se mais complicadas de levar a cabo. O facto de os indivíduos, no

contexto *online*, não interagirem de forma direta, quer seja no tempo ou no espaço, faz com que os utilizadores tenham que tomar decisões *à priori*, tendo em consideração todos os possíveis fluxos de informação, no *Facebook*, tal gestão é feita com base em configurações (Hull, Lipford e Latulipe, 2011). No fundo, negociar a privacidade no contexto do *Facebook* implica ponderar todo um conjunto de questões antecipadamente que, muitas vezes, escapam aos utilizadores. Será mais fácil ir negociando, tendo em conta as diversas questões que vão surgindo, como se realiza no contexto *offline*, porém, a plataforma “obriga” o utilizador a antever potenciais riscos e consequências o que não constitui uma tarefa fácil.

Outro aspeto a destacar prende-se com o fato de os utilizadores do *Facebook* não possuírem uma real percepção da audiência a que estão sujeitos quando divulgam informação na rede. Tal lacuna que se estabelece entre a audiência percecionada e o real público é estimulada, de certa forma, pela própria rede social (Hull, Lipford e Latulipe, 2011). Assim, se o contexto do *Facebook* já dificulta a manutenção da privacidade por conduzir à tomada antecipada de decisões, torna-se ainda mais complexo o processo de gestão da vida privada quando não existe uma clara noção dos potenciais destinatários dos dados.

Em último lugar, é importante referir que ainda que o *Facebook* possua teoricamente uma grande quantidade de opções que permitam proteger a privacidade dos seus utilizadores, os mesmos parecem não “aproveitar”, ora pela dificuldade em aceder a elas, ora pela dificuldade em as compreender, ora por excesso de confiança depositada na rede. Também a existência de apenas dois tipos de possíveis classificações relacionais, amigo ou não amigo¹⁰, acaba por restringir as relações que se podem estabelecer, acabando por não permitir filtrá-las no espaço *online* da mesma forma que é possível distingui-las no espaço *offline*, o que conseqüentemente, acaba por não permitir uma seleção tão rigorosa da informação e a posterior transferência aos “corretos” destinatários. Desta forma, as políticas de privacidade que uma determinada rede social possui, bem como o seu *design*, acabam por condicionar a negociação da privacidade por parte dos utilizadores

Negociar a vida privada no *Facebook* significa, antes de mais, pensar sobre o que ela significa naquele contexto, mais do que generalizar, interessa perceber que a rede possui especificidades que conduzem à necessidade de novas leituras. O desconhecimento da plataforma, bem como dos reais destinatários das informações condicionam fortemente a gestão da privacidade, contribuindo para o aparecimento de problemas não previstos pelos utilizadores. As normas de “apropriação” e “distribuição” tornam-se, claramente, mais complexas dentro do espaço *online*, sendo, desta forma, significativamente, mais difícil segui-las. É diferente avaliar aquilo que poderá ser divulgado para um amigo *offline* e avaliar

¹⁰ Ainda que já existam mais opções, como colocar “conhecidos”, continuam a ser escassos.

aquilo que poderá ser apropriado para 1000 amigos em simultâneo na rede, da mesma forma que é consideravelmente mais complexa a gestão dos fluxos de informação na plataforma.

4.1.2. Uma organização capitalista

Para compreender a forma como a rede *Facebook* funciona, é necessário ter em consideração que se trata, antes de mais, de uma organização capitalista cujo principal objetivo é atingir lucro. Desta forma, a grande fonte de rendimento do *Facebook* é a propaganda e o marketing, sendo os parceiros comerciais de extrema importância. É exatamente nesta relação de negócios que o *Facebook* lucra ao possuir uma grande quantidade de informação, que se torna uma poderosa moeda de troca (*Netchitailova, 2012 e Bello, 2011*).

Contudo, as competências que a empresa *Facebook* detém para possuir um negócio lucrativo não parecem igualar-se às competências que possui para ser transparente para com os utilizadores. Christian Fuchs (2009) defende que as nossas informações não se encontram verdadeiramente protegidas no *Facebook* e o mesmo não disponibiliza opções suficientes para que o utilizador se possa sentir seguro. A rede chega mesmo a possuir parcerias com outros *websites* (*eBay, LiveJournal, Sony, etc.*) e utiliza informações deles, mesmo que a pessoa não se encontre inscrita no *Facebook*.

Existe, portanto, um conjunto de relações económicas que estruturam a rede *Facebook*, inserindo a mesma nos padrões contemporâneos do desenvolvimento capitalista, tal como é referido por Nicole S. Cohen (2008).

As redes sociais digitais fornecem informações pertinentes acerca do utilizador e da sua rede, podendo esta informação ser utilizada para diversos fins comerciais, onde os anunciantes (parceiros comerciais) podem usar a rede para promover a sua marca, fazendo-a “chegar” aos clientes-alvo, tal promoção pode dar-se através do uso de propaganda “embutida”, por exemplo, em vídeos *online* (*Ahmad, 2011*).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Marichal (2012) refere que o modelo de negócios do *Facebook*, bem como a missão que estrutura toda a organização/empresa, assenta no incentivo ao compartilhamento de informação. Desta forma, a total ou radical transparência defendida por Mark Zuckerberg é espelhada pelo modelo de negócios da rede social: a “identidade virtual” dos utilizadores é mercantilizada, onde os interesses identificados pelos mesmos na rede servem para direcionar a publicidade que, posteriormente, gera renda à plataforma. Assim, o *Facebook* incentiva os seus parceiros comerciais ou anunciantes a tirar proveito desta exposição generalizada de informação, onde os mesmos têm a possibilidade de dar a conhecer ao público anúncios que se adaptam aos interesses individuais e, conseqüentemente, não se tornarão, à partida, intrusivos. A exposição pessoal representa, desta forma, a “chave” para o sucesso da plataforma a diversos níveis, sendo de destacar o

aspecto financeiro, que sustenta, praticamente, todo o modelo de negócio sobre o qual assenta a rede.

A plataforma parece recolher, de facto, todas as “peças” que são disponibilizadas pelos utilizadores e através delas constrói verdadeiros repositórios de informação que acabam por se traduzir em vantagens financeiras. Talvez por isso, exista alguma ambiguidade na forma como dá a conhecer ao seu público a sua política de privacidade. *Netchitailova* (2012) chega mesmo a colocar em causa a designação de público do *Facebook* e refere que o termo produto será mais apropriado, pois o público seriam as empresas e organizações parceiras que compram a informação que o mesmo detém, sendo, portanto, os utilizadores, um produto que proporciona vida à plataforma; ao fornecer de forma gratuita informação pessoal em troca de um “suposto” serviço que permite uma comunicação sem constrangimentos de tempo e espaço entre diversas pessoas. Neste sentido, *Nicole Cohen* (2008: 7) aponta para as duas facetas dos utilizadores da plataforma, eles são, simultaneamente, produtores e consumidores que estarão na base da regulação de uma rede social que possui orientações capitalistas, ainda que as mesmas possam passar despercebidas aos olhares mais desatentos ou que se encontrem focados nas vantagens imediatamente visíveis que o *Facebook* tem para oferecer:

“Ao carregar fotos, postar links, e inserir informação detalhada acerca dos seus gostos sociais e culturais, os produtores-consumidores fornecem o conteúdo que é usado para gerar tráfego, o que, por sua vez, é aproveitado em vendas de publicidade. Ao fornecer um constante fluxo de conteúdo acerca das actividades *online* e dos pensamentos que as pessoas expõem numa determinada rede social, o *Facebook*, destaca-se pela produtividade que consegue “exigir” aos seus membros através da vigilância. Neste modelo, em vez de se empregar trabalhadores para criarem conteúdo, as empresas Web 2.0 ou grandes empresas de media possuem lucro com base no trabalho não remunerado que os produtores-consumidores despendem a trabalhar nas suas identidades *online* e a gerir e controlar o seu grupo de amigos. Embora estes *sites* possam oferecer entretenimento aos seus participantes e uma forma de interagirem, as relações sociais presentes num *site* como o *Facebook* podem obscurecer as relações económicas que reflectem padrões alargados de desenvolvimento capitalista na era digital” (*Cohen*, 2008: 7, tradução própria)

Nicole Cohen (2008: 7) aponta desta forma para o processo de “commodification” ou de mercantilização em que o *Facebook* se encontra envolvido, que se traduz “na forma como as forças de mercado moldam a vida, entrando em espaços, anteriormente intocáveis, ou levemente tocáveis, pelas relações sociais capitalistas”. Sendo pela e através da valorização do processo de vigilância que o *Facebook* possui um método para acumular as informações disponibilizadas pelos seus utilizadores para uso de terceiros e/ou para propósitos de

marketing. Tal como destaca Cohen (2008), é através da vigilância que a plataforma mantém os seus membros e os faz voltar.

Como já foi referido, o *Facebook* gera receita, fundamentalmente, através de publicidade direcionada a grupos específicos. O potencial de uma rede social digital, como o *Facebook*, para divulgar um determinado produto ou serviço parece agradar aos *marketers* que continuam a apostar em tais plataformas. Cohen (2008) refere que em 2006, 280 milhões de dólares foram gastos de publicidade em *sites* de redes sociais. A própria política do *site* parece promover a mercantilização da informação, onde a mesma é fomentada e disponibilizada a terceiros.

Trebor Scholz (2010) argumenta que os utilizadores do *Facebook* podem gerar valor económico para a plataforma de três formas: i) ao fornecer informação para os publicitários; ii) ao prestar serviços não remunerados e trabalho voluntário¹¹ e iii) ao proporcionar dados para investigadores e profissionais de marketing. A informação fornecida pode portanto, servir dois propósitos, o primeiro prende-se com a informação que o utilizador fornece pelo simples facto de aderir e pertencer à plataforma (data de nascimento, gostos, etc.), tal pode ser usada para direcionar a publicidade, o segundo prende-se com a informação que é vendida e se transforma em lucro, onde o capitalismo se encontra bem presente.

O *Facebook* utiliza um conjunto de estratégias para recolher informações, seja através dos jogos, de questionários, entre outros, o certo é que a plataforma é considerada uma “poderosa máquina de publicidade/propaganda” (Netchitailova, 2012: 686). Tais informações podem ser utilizadas pelo governo, agências de publicidade, pesquisas de marketing e pela própria plataforma. Porém, a rede assenta em valores antagónicos, pois se, por um lado, garante aos utilizadores a sua privacidade e consequente proteção dos dados disponibilizados, por outro lado, lucra com a venda dessa mesma informação, o que coloca em causa a transparência da empresa.

Ainda que Zuckerberg possa ter oferecido alguma resistência inicial à criação de uma empresa que se tornasse numa “potência de publicidade”, ele acabou por “ceder” e perceber que a rede social *Facebook* só poderia gerar lucro caso apostasse no marketing e na publicidade. Tal como refere Kirkpatrick (2011: 337) “o *Facebook* posiciona-se agora no centro de um realinhamento fundamental do capitalismo”.

Josh James (CEO da Omniture¹²) refere “É o primeiro *site* onde os consumidores alguma vez disseram: “Eu sou assim, utilizem esta informação à vontade”” (citado por Kirkpatrick, 2011:

¹¹ Refira-se, por exemplo, a tradução de aplicações e da plataforma do *Facebook* levada a cabo, voluntariamente, por utilizadores.

¹² “Serviço de procura de oportunidades para publicidade na Internet que trabalha com o *Facebook*” (Kirkpatrick, 2011: 341).

341), tal afirmação algo controversa, na medida que se questiona até que ponto os utilizadores possuem um real conhecimento da informação que estão a tornar pública e de quem a ela acede, parece abrir portas para algumas das questões que se irão analisar de seguida, onde saber se, de facto, o utilizador disponibiliza conscientemente toda a informação que existe na rede e fora dela, aparece como essencial.

4.1.3. Uma transparência recíproca?

Tal como já foi referido, o *Facebook* promove a transparência dos seus utilizadores para com a plataforma, apelando à sinceridade e à abertura, onde o caminho para uma sociedade mais saudável se faz com base no pressuposto de que não existem duas facetas identitárias, mas sim uma só. Contudo e tendo em consideração os diversos problemas que têm vindo a ser difundidos pelos *media* e que são identificados pelos próprios utilizadores relativamente a questões relacionadas com a vigilância, surge uma questão: A transparência a que o *Facebook* apela, é seguida pela plataforma? Ela é, realmente, clara com os seus utilizadores no que diz respeito à recolha e tratamento da informação que vai sendo disponibilizada na rede? Estas questões, além de serem pertinentes e atuais, colocam em causa toda uma estrutura que tem vindo a ter um crescimento preocupante, isto se, tivermos em consideração a enorme quantidade de informação que circula na rede.

Christian Fuchs (2009: 38-40), de forma sintética, especifica algumas das ações que, em 2008, eram permitidas ao *Facebook* pelos seus utilizadores quando se aceitava a política de privacidade, sendo elas:

- i. O utilizador permite que a empresa *Facebook* use e venda todos os conteúdos que são colocados na plataforma;
- ii. O *Facebook* recolhe, armazena e utiliza a informação para serviços personalizados;
- iii. O *Facebook* automaticamente ativa publicidade direcionada e não existe uma opção para desligar este serviço;
- iv. É permitido ao *Facebook* recolher informação de utilizadores através do acesso a outros *websites* e publicar essa informação nos perfis dos utilizadores do *Facebook*;
- v. É permitido ao *Facebook* partilhar informação com os seus clientes/parceiros de publicidade;
- vi. O *Facebook* pode disponibilizar informações dos seus utilizadores para efeitos legais.

Porém, o *Facebook* continua, atualmente, a não ser claro na forma como utiliza as nossas informações, onde, através da “Política de Utilização de Dados”, mais concretamente no subcapítulo “Como utilizamos as informações que recebemos”, disponível para consulta na plataforma, se denota uma certa falta de objetividade no discurso, pois se por um lado, nos asseguram que estamos protegidos:

“Embora nos autorizes a utilizar as informações que recebemos sobre ti, deténs sempre todas as tuas informações. A tua confiança é importante para nós...” (Política de Utilização de Dados do *Facebook*, acedido a 26 de Janeiro de 2014)

Por outro lado, adotam um discurso algo confuso, quando afirmam:

“A tua confiança é importante para nós e é por isso que não partilhamos as informações que recebemos sobre ti com os outros, excepto se: tivermos recebido a tua autorização; notificando-te, informando-te deste assunto nesta política, por exemplo; ou tivermos removido o teu nome ou quaisquer outras informações de identificação pessoal das informações. Obviamente, no que diz respeito às informações que os outros partilham sobre ti, eles controlam o modo como são partilhadas.” (Política de Utilização de Dados do *Facebook*, acedido a 26 de Janeiro de 2014)

Aqui fica claro que a mera existência de uma política de utilização de dados e a sua aceitação abre um leque alargado de possibilidades ao *Facebook* no que diz respeito à utilização da nossa informação, mais preocupante ainda é o facto de não controlarmos informações sobre nós que terceiros disponibilizaram na rede, colocando o *Facebook* a responsabilidade em quem disponibiliza a informação, independentemente, da exposição que ela pode trazer.

No que diz respeito a todos os dados disponibilizados, estes são guardados pela plataforma “até deixarem de ser necessários”, o que logo traz consigo novas questões: Quando é que os meus dados deixam de ser necessários? A rede responde, de forma não conclusiva, da seguinte maneira: “Normalmente, as informações associadas à tua conta são mantidas até a tua conta ser eliminada” (Política de Utilização de Dados do *Facebook*, acedido a 26 de Janeiro de 2014), onde a palavra “normalmente” traz consigo, também ela, uma nova questão: Em que casos não é apagada? E porquê?

O *Facebook* revela também que partilha os nossos dados com os seus “parceiros, anunciantes que compram anúncios no *site* e os programadores que concebem os jogos, as aplicações e os *sites*” (Política de Utilização de Dados do *Facebook*, acedido a 26 de Janeiro de 2014) que são acedidos pelos utilizadores. No fundo, a confiança do utilizador pode, de facto constituir, para a plataforma uma preocupação, porém o acesso às suas informações e a sua cedência tendo em conta os interesses da empresa parece ultrapassar tal questão. Ao ler atentamente a política de utilização de dados, o utilizador apercebe-se da subjetividade do discurso, onde a resposta à questão: para que são usados os meus dados? Constitui um verdadeiro desafio cognitivo, onde nos encontramos na presença de um “puzzle” onde faltam diversas peças importantes (pelo menos para o utilizador).

Marichal (2012) aponta para as alterações que se têm vindo a dar na política de privacidade do *Facebook*, ao longo dos anos, como forma de promover a divulgação de informação por parte dos utilizadores. Em 2005, a rede possibilitava aos seus membros um elevado controlo sobre a informação que era disponibilizada, onde apenas utilizadores pertencentes a um grupo que se encontrasse especificado nas configurações de privacidade do utilizador poderiam ter acesso às suas informações pessoais, em 2006 dão-se novas alterações e a informação pessoal do utilizador passa a estar disponível para determinadas comunidades, como uma escola ou uma área geográfica específica. Em 2007, o *Facebook* passa a permitir a todos os seus utilizadores que pesquisem outros, passando a estar visível o nome, escola e a respetiva foto. Em 2009, torna-se possível procurar utilizadores do *Facebook* sem a obrigatoriedade de pertencer à plataforma, qualquer pessoa que navegue na Internet pode procurar e obter informações sobre utilizadores, sendo que um mês mais tarde informações como nome, foto de perfil, género, lista de amigos, páginas que gostam, localização geográfica e redes ou grupos a que se pertence passam a estar disponíveis à comunidade “*Facebookiana*” sem que exista a possibilidade de alterar as configurações de privacidade, ainda que o utilizador possa restringir a procura em seu nome. Em 2010, torna-se possível a parceiros do *Facebook* personalizar as contas dos utilizadores através de informações disponibilizadas pelos mesmos, como a data de nascimento, por exemplo, sendo que para evitar tal opção é necessário percorrer um longo percurso, que, certamente, não se encontra ao alcance de todos os utilizadores. No mesmo ano o *Facebook* aponta para o carácter público dos “gostos” que os utilizadores optam por usar para mostrar agrado com determinado conteúdo, tal informação é tornada pública. Em 2011, o *Facebook* altera novamente as configurações de privacidade e promove *tag suggestions* que permite que se identifiquem utilizadores em fotos postadas na rede, onde os utilizadores podem identificar-se a si mesmos, mas também outros utilizadores. No fundo, esta evolução da política de privacidade do *Facebook* denota que a plataforma tem percorrido um caminho que promove e facilita o processo de divulgação de informação por parte dos utilizadores, o que leva a considerar a existência de uma arquitetura que promove a exposição, tal questão irá ser aprofundada tendo em conta algumas das características que têm vindo a definir a plataforma.

4.1.4. A arquitetura da exposição: quanto de nós o *Facebook* mostra?

Ainda que esta questão já tenha vindo a ser, de certa forma, debatida, torna-se crucial analisá-la tendo em consideração algumas das características que fazem parte da rede social em questão e a tornam numa das plataformas de maior sucesso. Porém, são exatamente as características que definem, de certa forma, a rede, que também a tornam uma ferramenta de vigilância, como se verá de seguida, onde questões como: que dados são efetivamente disponibilizados na rede? Somos conduzidos a mostrar mais do que esperamos? O *design* ou arquitetura da plataforma em questão conduz à exposição e divulgação desenfreada de informação? Entre muitas outras questões, a que se procura responder de seguida.

Em 2007, o *Facebook* implementa na rede a sua plataforma de aplicações, tal instrumento permite aos utilizadores disfrutar de videojogos com os amigos, adicionar conteúdos aos seus perfis, partilhar fotos, entre muitas outras ações. Tais aplicações acabam por constituir um elemento chave para o *Facebook*, uma vez que cerca de 70% dos seus utilizadores parecem ter aderido a este apelo lançado pela rede (Hull, Lipford e Latulipe, 2011).

Porém, estas aplicações que numa primeira fase podem ser vistas apenas como uma forma divertida de passar o tempo, constituem verdadeiras ferramentas de recolha de informação que podem mostrar mais daquilo que é esperado e percecionado pelos utilizadores. O *Facebook* chega mesmo a permitir aos criadores destas aplicações acesso à maioria dos dados de perfil do utilizador, contudo, o que mais preocupa neste tipo de aplicações prende-se com o facto de através das mesmas se poder aceder, simultaneamente, às informações de perfil de todos os amigos do utilizador que adere¹³, começando assim a tornar-se evidentes alguns problemas relacionados, não só com a privacidade do utilizador que adere, como também de amigos, que não tendo aceite aderir aquela aplicação, acabam involuntariamente por disponibilizar informação. As normas de “distribuição”, neste contexto, são, claramente, violadas (Hull, Lipford e Latulipe, 2011).

O utilizador apenas possui conhecimento de que a sua informação, bem como a dos seus amigos, irá ser usada através de uma mensagem que aparece quando o utilizador instala uma aplicação, tal janela informativa facilmente é ignorada pelo utilizador, uma vez que o mesmo tem como principal objetivo aceder à aplicação, além de que a própria mensagem não é muito explícita. De forma geral, os utilizadores prestam pouca atenção às implicações que instalar uma determinada ferramenta pode trazer, onde tendo em conta um estudo levado a cabo por Good *et al.* (2007) apenas 2% dos utilizadores se preocupam em analisar as condições que estão, de facto, a aceitar.

Outro aspeto preocupante, no que diz respeito, ao fluxo de informação e à violação das normas de “distribuição”, prende-se com a possibilidade da informação que as aplicações recolhem poder ultrapassar as “barreiras” do *Facebook* e chegar a entidades ou indivíduos que são totalmente desconhecidos para os utilizadores. Quem cria as aplicações tem a possibilidade de aceder às informações dos utilizadores das mesmas, bem como dos seus amigos, tal aspeto torna-se ainda mais preocupante se tivermos em consideração que nem todos os indivíduos que criam aplicações - qualquer indivíduo pode criar - necessitam de ser

¹³ Na “Política de Utilização de Dados” disponível no *site* do *Facebook* (<https://pt-pt.Facebook.com/>), mais concretamente na secção “Outros sites e aplicações” (<https://pt-pt.Facebook.com/about/privacy/your-info-on-other>) lê-se: “nós fornecemos ao jogo, aplicação ou *site* (por vezes, referidos apenas como “aplicações”) a tua informação básica, a qual inclui o ID de Utilizador e a respetiva informação pública. Também lhes fornecemos os ID de Utilizador dos teus amigos (lista de amigos do utilizador) como parte da tua informação básica” (acedido a 01/02/2014).

cidadãos exemplares, podendo ter segundas intenções que podem vir a prejudicar quem apenas se queria divertir ou passar o tempo (Hull, Lipford e Latulipe, 2011).

No fundo, os utilizadores não possuem uma real percepção da informação que disponibilizam, da (s) pessoa (s) com quem estão a partilhar, do uso que é dado a essa informação e de que estão a ser responsáveis por fornecer informações dos seus amigos (na rede). Há desta forma, um certo nível de invisibilidade, promovido pelo *Facebook*, que “cobre” ou “camufla” diversos fluxos de informação (Hull, Lipford e Latulipe, 2011). É exatamente com base neste desconhecimento por parte dos utilizadores que a informação que lhes diz respeito vai circulando na rede e fora dela. Um utilizador que não tenha percepção dos riscos que enfrenta, dificilmente poderá ter um papel ativo na prevenção dos mesmos.

O *Facebook* coloca, de certa forma, o utilizador “entre a espada e a parede” ao fornecer apenas duas opções, ou instala a aplicação e cede enormes quantidades de informação, muitas delas que nem sequer lhe dizem respeito, ou não instala a aplicação de todo. É também neste sentido, que o *design* ou a arquitetura do *Facebook* acaba por promover a partilha de informação, uma vez que, caso contrário, exclui o utilizador de interagir, em parte, com outros utilizadores (Hull, Lipford e Latulipe, 2011).

Além da plataforma de aplicações, torna-se importante referir o *News Feed* ou “*Feed* de Notícias”, que foi introduzido no *Facebook* em 2006, tal ferramenta veio permitir aos utilizadores ver as diversas ações que envolvam a sua rede de amigos, sem que para isso seja necessário abrirem a página de perfil dos mesmos (Marichal, 2012). No fundo, estamos a falar de uma espécie de coluna de jornal da vida privada, onde um comentário, um *like* e a aderência a uma aplicação, entre outras ações, podem ser vistas pela rede de amigos (e não só). Neste caso a informação encontra-se largamente difundida e visível, onde uma das grandes questões que se levanta no que toca à privacidade prende-se com a facilidade com que a informação se encontra disponível e, conseqüentemente, a facilidade de acesso que a ela também é maior (Hull, Lipford e Latulipe, 2011). Desta forma, e contrariamente aos problemas relacionados com as aplicações, o “*Feed* de Notícias” não “peca” por omitir ou não dar a conhecer ao utilizador a informação que é difundida.

Enquanto que antes a informação se encontrava disponível mas era menos direto o acesso a ela, agora, com o *News Feed*, ela aparece de forma relativamente simples, assim, torna-se significativamente difícil para o utilizador filtrar a informação que disponibiliza na rede. Tal como refere Danah Boyd (2008: 15, tradução própria) “a informação não é privada porque ninguém tem conhecimento acerca dela, ela é privada porque o seu conhecimento é limitado”, neste sentido, compreende-se que o *Facebook* promova alguns constrangimentos à privacidade, onde também neste caso, as normas de distribuição da informação são violadas. Ainda que o aparecimento do *News Feed* tenha gerado alguma revolta pela exposição que

promovia, os utilizadores passaram a aceitar tal instrumento (Marichal, 2012), uma possível explicação para tal fenómeno passa pelo efeito da novidade, o facto de se tratar de algo novo faz com que a negociação das normas ocorra, pelo menos numa primeira fase, de forma difusa, onde a inexistência do peso da tradição gera a confusão, também o contexto *online* parece promover uma certa fluidez onde as mudanças são mais facilmente aceites. Os utilizadores após se habituarem ao novo contexto passaram a adaptar-se ao mesmo de acordo com os apelos de exposição lançados pela rede, acabando por ver vantagens na sua adoção. Também o facto de tal mudança não ter gerado alterações profundas, pelo menos à primeira vista, na privacidade dos utilizadores, uma vez que a informação difundida já era pública, parece ter contribuído para a aceitação da mesma (Hull, Lipford e Latulipe, 2011). Neste sentido, José Marichal (2012) vem referir que o *NewsFeed* trouxe consigo a sensação de que o utilizador conhece melhor outros utilizadores que partilham conteúdos e fazem parte da rede de amigos, esta poderosa sensação de controlo e conhecimento, pode, também ela, ter vindo contribuir para que se desse uma aceitação desta novidade.

A transmissão de informação de uma forma mais direta significa que um maior número de pessoas “indesejáveis” podem aceder a dados que noutros contextos seriam filtrados. Além disso, diversas ações, de forma automática, passaram a estar visíveis para grandes quantidades de utilizadores, onde os vários passos dados na rede são colocados na coluna de jornal da vida privada (*Feed* de Notícias).

Com o decorrer do tempo os utilizadores têm tendência a esquecer os “amigos da rede” que aceitaram e que podem aceder à informação que estão a tornar pública, bem como os estranhos que indiretamente também podem aceder a ela. Este “erro de percepção” pode ser minimizado com a existência de mais opções que conduzam o utilizador a pensar sobre os conteúdos que procura expor na rede, questões relacionadas com os destinatários que podem aceder ao conteúdo e com a forma como esse deve ser exposto na rede. Também a forma como as publicações aparecem conduz a uma percepção de que a informação que aparece no *News Feed* é temporária pela rapidez com que uma publicação se posiciona “acima” da anterior, fazendo com que desapareça do nosso campo de visão de forma relativamente rápida. Ainda que a comunicação levada a cabo no *Facebook* possa parecer bilateral ela na realidade não o é, existindo uma multiplicidade de utilizadores que têm acesso (Hull, Lipford e Latulipe, 2011).

Referidas as aplicações e o “*Feed* de Notícias” interessa abordar uma outra funcionalidade da rede acabaria por a caracterizar, o designado “Beacon”, este fora lançado a 6 de Novembro de 2007 e desativado em Setembro de 2009, consistia num “sistema de alerta (...) pensado para atividades como jogos ou para adicionar uma receita num livro de receitas *online*, também podia ser usado para anunciar as compras que tinham sido feitas em *sites* parceiros” (Kirkpatrick, 2011: 317). Esta nova ferramenta gerou uma forte controvérsia pelo facto de

possuir “uma falha importante de *design*”, pois quando um utilizador realizava uma compra em um *site* parceiro, não lhe era perguntado de forma clara e explícita se o mesmo estaria interessado em disponibilizar essa informação no *Facebook*, aparecia antes “um pequeno menu descendente que lhe perguntava se queria «não enviar» essa informação”, caso não impedisse o alerta este disponibilizava automaticamente na rede a informação, tal alerta aparecia apenas durante um curto espaço de tempo, em apenas alguns segundos, o que conduzia a que muitos utilizadores não se apercebessem da sua existência e, conseqüentemente, dos dados que estava a ser disponibilizada na rede.

Tal como refere Kirkpatrick (2011: 319), “a controvérsia acerca do Beacon foi a pior e a mais prejudicial até àquele momento para o *Facebook*, por vários motivos. Em primeiro lugar, ao contrário do *Feed* de Notícias, a empresa tinha cometido um grave erro no *design* do produto. O Beacon acabou de facto por resultar na utilização inadvertida de dados”, o que acabou por conduzir a violações a nível da privacidade e do controlo de informação por parte dos utilizadores. Tal controvérsia continuou durante cerca de três semanas, sendo que a ferramenta acabou por ser redefinida e passou a possibilitar ao utilizador controlar a divulgação da informação, contudo, em 2009, a ferramenta foi desativada o que terá tido na sua base um processo judicial.

Tais características parecem apontar para toda uma estrutura que promove percepções de risco erradas e, conseqüentemente, a exposição. Marichal (2012) aponta, também ele, para a existência de uma “architecture of disclosure”, onde o *Facebook* possui toda uma estrutura arquitetónica virtual que conduz a que os utilizadores disponibilizem informação, desta forma, há “arranjos institucionais” que influenciam o processo de tomada de decisão do indivíduo, onde o livre arbítrio é colocado em causa. Marichal (2012) chega mesmo a afirmar que se dá uma “decisão estruturada” de acordo com os interesses que envolvem o *Facebook*, sendo que muitos deles, como já se teve a oportunidade de perceber, se encontram relacionados com aspetos financeiros e económicos.

Tendo em consideração as três características mencionadas e a forma como elas definem a plataforma e simultaneamente “iluminam” a vigilância a que os seus utilizadores se encontram sujeitos, torna-se crucial introduzir um estudo levado a cabo por Christian Fuchs (2009), onde é dado a conhecer, de forma clara, o modo como diversas redes sociais, utilizam a informação que é disponibilizada pelos utilizadores. Neste sentido, é apresentada a seguinte figura comparativa:

TABELA 3: Direitos que são garantidos pelos utilizadores ao aceitarem os termos de uso e políticas de privacidade no *studivz*, *Facebook* e *MySpace*

	<i>studivZ</i>	<i>Facebook</i>	<i>MySpace</i>
Selling and reuse of user content is allowed		X	
Targeted personalized advertising is allowed	X (opt out)	X (no opt out)	X (opt out)
Sharing of data with third parties is allowed for commercial aims		X (no opt out)	X (opt out)
Reception of advertising emails is allowed	X (opt out)	X	X
Passing on of data to the police for law enforcement or crime prevention	X	X	X

Fonte: Fuchs, 2009: 43

Segundo Christian Fuchs (2009) não existe transparência por parte da plataforma *Facebook* para com os seus utilizadores no que diz respeito à forma como a sua informação é tratada. O utilizador ao aceitar as condições impostas pela política de privacidade, acaba por estar a concordar com um conjunto de afirmações contraditórias e pouco claras. Quando comparada com redes sociais como *MySpace* e *studivZ*, o *Facebook* aparece como sendo a rede que menos protege as informações dos seus utilizadores. Tal como se pode verificar na tabela, o *Facebook* é a única das 3 redes que vende os conteúdos colocados pelos seus utilizadores, o que, mais uma vez, demonstra que o principal interesse da rede poderá não passar pela transparência mas antes pelo lucro.

Tendo em consideração tudo o que foi referido nos últimos pontos, torna-se importante fornecer algumas linhas orientadoras de resposta à questão inicialmente colocada: O *Facebook* poderá ser caracterizado como uma ferramenta de vigilância? Tendo em conta que: i) as normas de “distribuição” e apropriação” ganham novos contornos no contexto *Facebook*, onde se torna mais difícil filtrar os fluxos de informação; ii) a rede valoriza fortemente o lucro e parece não ser clara para os seus utilizadores; iii) a sua arquitetura promove a divulgação de dados e iv) a rede parece mostrar mais dos seus utilizadores do que outras redes sociais; parece fazer sentido responder de forma positiva à questão colocada, porém e ainda que já tenham existido diversos casos de problemas relacionados com a vigilância dentro da rede, não existe uma resposta clara e definitiva, a rede fornece, de facto, um serviço que atrai e cumpre as expectativas dos utilizadores, contudo parecem existir fortes indícios de falta de transparência por parte da plataforma no que diz respeito ao uso que é feito dos dados que nela são depositados.

4.2. Naturalização, desinteresse e/ou preocupação restringida?

Independentemente dos riscos a que os utilizadores da rede social *Facebook* estão sujeitos no que diz respeito a questões relacionadas com a vigilância, eles continuam a expor e divulgar grandes quantidades de informação acerca das suas vidas privadas e não só. Riscos relacionados com a identificação dos utilizadores em situações indesejáveis por parte de pessoas ou entidades parecem não gerar preocupação, uma vez que os mesmos, tendo ou não noção dos perigos a que estão sujeitos, continuam a aderir aos apelos de exposição

“impostos” pela rede. Tal como referem Sinn e Syn (2013), diversos estudos têm vindo a demonstrar que os indivíduos revelam e, conseqüentemente, partilham maiores quantidades de informação pessoal em contexto *online*, particularmente no contexto das redes sociais digitais, do que partilham no contexto *offline*, tal fenómeno também é verificável nos indivíduos que demonstram ter preocupações com a exposição da sua vida privada.

A justificação para tal exposição varia consoante a interpretação que os teóricos têm vindo a atribuir ao fenómeno, tal como referem Hull, Lipford e Latulipe (2011), a natureza do problema tem variado com o decorrer do tempo, enquanto que investigações anteriores mostravam que os utilizadores não se importavam com questões relacionadas com a privacidade, estudos recentes demonstram que os utilizadores possuem preocupações relacionadas com a privacidade, ainda que, por diversas razões, não consigam agir de forma a protegerem-se da vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos. Uma destas razões prende-se, exatamente, com a própria arquitetura do *Facebook* que promove percepções erradas de risco, bem como a existência de exposição de informações (através da exposição de fotografias, por exemplo) por parte de terceiros, onde quem é alvo de identificação não possui controlo sobre os dados que são disponibilizados na rede. Na mesma linha de pensamento, Sinn e Syn (2013: 5) apontam para equívocos ou erros de julgamento por parte dos utilizadores das redes sociais digitais no que diz respeito ao tamanho da comunidade em que se encontram inseridos, bem como da visibilidade dos seus perfis e da informação que disponibilizam na rede.

Marichal (2012) refere que ainda que os utilizadores se preocupem com a sua privacidade, eles são motivados a divulgar informação e, geralmente, tendem a não mudar as opções predefinidas que podem proteger as suas informações, ora por desconhecimento das mesmas ora por não possuírem conhecimento para tal. O *Facebook* promove a exposição através de técnicas que podem ir desde o óbvio ao subtil, um exemplo de uma alteração subtil que se deu, em 2008, com o intuito de promover a exposição prende-se com a alteração da mensagem que aparece na barra de estado do *Facebook*, passando de uma questão geral, mais abstrata e ambígua “como te sentes hoje?” para uma questão mais específica “em que estás a pensar?”.

Donghee Sinn e Sue Yeon Syn (2013) e Christofides, Muise e Desmarais (2010) apontam para a existência de uma forte relação que se estabelece entre a necessidade de obter popularidade e a divulgação de informação, bem como de uma forte pressão social para aderir ao *Facebook* e nele expor dados.

Sinn e Syn (2013) e Christofides, Muise e Desmarais (2010) vão de encontro a Hull, Lipford e Latulipe (2011) e Marichal (2012) ao referirem que o próprio “ambiente do *Facebook*” promove a exposição, onde as normas e as expectativas associadas a um determinado espaço,

como o *Facebook*, podem afetar o comportamento do utilizador e conduzi-lo a expor-se. Os utilizadores do *Facebook* possuem pistas que lhes transmitem a ideia de que se encontram perante um ambiente seguro onde se podem expor sem consequências, da mesma forma que são “bombardeados” com enormes quantidades de informação de pessoas conhecidas, estes fatores fomentam a que o utilizador se sinta algo “pressionado” a entrar neste ambiente que promove a troca de informação.

Por sua vez, Cíntia Dal Bello (2011) aponta para a naturalização do fenómeno de expor informação e para uma “predisposição pessoal à exposição pública”, onde parece existir uma geração que não possui preocupação em se expor e, conseqüentemente, em desvalorizar o privado. Tal fenómeno identificado pela autora (2011: 147) terá por base “a sedução dos jogos de sociabilidade calçados na lógica do “aparecer””. Tendo por base tal justificação, parece fazer sentido afirmar que as gerações futuras tenderão a “libertar-se das amarras do privado” que nos impossibilitam de expor todo o nosso ser perante uma plateia ansiosa por receber notícias que alimentem a sua necessidade de “consumir o privado do outro”. Esta naturalização poderá, também ela, resultar da arquitetura das redes sociais e da sua predisposição para incentivar a divulgação de informação, que associada a uma lógica de “fama instantânea” e com baixos custos (pelo menos imediatamente visíveis), favorecem toda uma cultura da exposição.

Kate Raynes-Goldie (2010) refere que a adoção em grande escala do *Facebook* produz mudanças na privacidade, em geral, e na forma como os utilizadores a percebem e lidam com questões deste âmbito. Para o autor (2010) os utilizadores preocupam-se mais com aquilo que o autor designa como privacidade social¹⁴ do que, propriamente, com a privacidade institucional, o que, só por si, poderá significar que os riscos associados à vigilância promovida pelo *Facebook* enquanto empresa mais facilmente passam ao lado dos utilizadores, talvez pelo seu carácter de invisibilidade.

Tendo em consideração as diferentes linhas de pensamento que procuram atribuir uma justificação para o fenómeno da exposição que tem vindo a ser promovido pelo *Facebook*, parece fazer sentido afirmar que elas não têm, necessariamente, que se excluir umas às outras, ou seja, quer a justificação assente na naturalização, quer a justificação assente na preocupação que acaba por ser condicionada pela arquitetura e *design* da rede social, quer a justificação assente na constatação de uma certa despreocupação ou desinteresse para com a forma como a informação é divulgada e exposta, fornecem importantes pistas que nos ajudam a compreender a realidade em causa. Porém, parece existir ainda a necessidade de criar ferramentas teóricas que permitam perceber e analisar o conceito de privacidade e de

¹⁴ Segundo Kate Raynes-Goldie (2010: 2, tradução própria) a distinção entre privacidade social e institucional é dada da seguinte forma: “eles estão mais preocupados em controlar o acesso a informação pessoal [privacidade social] do que com o uso que a organização por detrás do *Facebook*...e os seus parceiros podem dar aos seus dados [privacidade institucional] ”.

vigilância no contexto específico do *Facebook* que, como já se viu, não pode ser interpretado à luz de pressupostos “clássicos”.

4.3. Estratégias de prevenção: propostas teóricas

Exposta a problemática, interessa referir que existem propostas concretas para minimizar os riscos no que diz respeito à vigilância a que os utilizadores da rede social *Facebook* estão (potencialmente) sujeitos, tais soluções são apresentadas por diversos autores que exploram esta temática, tal como Cíntia Dal Bello (2011) e Christian Fuchs (2009)¹⁵.

Fuchs (2009) aponta para a necessidade de confrontar e esclarecer a população acerca dos riscos a que estão sujeitos em redes sociais como o *Facebook*, dando a conhecer, de forma concreta, as reais consequências da vigilância digital. Neste sentido, cabe a investigadores, grupos ou especialistas de proteção de dados, grupos ou especialistas de proteção do consumidor, media, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros, dar a conhecer à restante população, de forma direta (ex: através de campanhas) o lado mais “obscuro” por detrás de redes sociais como o *Facebook*, ou seja, de forma a que a mesma perceba que determinado comportamento na rede tem consequências negativas que, nem sempre sendo imediatamente visíveis e identificáveis, existem.

Por sua vez, Cíntia Dal Bello (2011) aponta para estratégias que podem vir a ser adotadas pelos utilizadores quando estes se encontram em contacto com uma determinada rede social, nomeadamente, a criação de um “perfil falso”, bem como o fornecimento de dados que não correspondem à realidade, uma utilização superficial da rede, não disponibilizando, desta forma, grandes quantidades de informação, restringir o número de amigos, de forma a restringir o acesso a informação, categorizar os amigos consoante a informação a que poderão ter acesso, utilizar as opções de privacidade para restringir o acesso a um determinado conteúdo publicado, seleccionar as imagens que são publicadas, tendo em consideração que as mesmas não devem dar a conhecer a nossa habitação, a nossa escola ou o nosso local de trabalho (por exemplo), e em último, ter em consideração que as conversas através do *chat*, ainda que possam aparentar ser privadas, podem estar a fornecer importantes informações a terceiros.

Porém, e ainda que o utilizador se faça valer das definições de privacidade, existem riscos que o ultrapassam a partir do momento em que decide aderir à rede, nomeadamente, a recolha de dados por parte da plataforma com o intuito de gerar lucro. Mesmo que o utilizador opte por não partilhar informação com determinados amigos, toda a informação que é colocada na rede estará sujeita a servir de moeda de troca. Ou seja, ainda que os

¹⁵ Medidas como adulteração de informações pessoais, restrição do número de amigos, aplicação de “cadeados” aos conteúdos publicados, entre outros (Bello, 2011 e Fuchs, 2009).

utilizadores possuam alguma autonomia e controlo para combater a vigilância social, o mesmo não acontece com a vigilância institucional que acaba por ultrapassar, pela invisibilidade e consequente desconhecimento, a vontade do indivíduo. Neste sentido, emerge a necessidade de tornar mais clara e transparente a forma como as redes sociais atuam, sendo necessária a intervenção de entidades reguladoras que tenham como principal objetivo ajudar o utilizador a gerir o seu nível de exposição.

Um dos objetivos desta investigação passará, exatamente, por perceber se os utilizadores possuem ou não uma clara percepção sobre a forma de como poderão proteger os seus dados. Onde se procurará perceber também, que estratégias adotam e se elas coincidem com as que aqui foram referenciadas.

Capítulo 5

A perspetiva dos utilizadores

5.1. A visão dos utilizadores: que percepções

Analisar as percepções dos utilizadores da rede social *Facebook* no que diz respeito à vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos, é o grande objetivo da investigação que aqui se pretende levar a cabo. Neste sentido, e ao analisar tais percepções procura-se também fornecer algumas respostas e pistas a questões que foram sendo previamente formuladas ao longo da contextualização teórica, algumas delas de extrema importância, não só pela sua atualidade, como também pelo debate que têm vindo a gerar, tais como: podemos afirmar que o *Facebook* pode funcionar como uma ferramenta de vigilância? O que justifica a grande quantidade de informação (do foro público e do foro privado) que é disponibilizada na rede em questão? Os utilizadores confiam na plataforma para proteger os seus dados? Que estratégias adotam para se proteger na rede? Tais perguntas, entre outras, ainda que já tenham vindo a ser analisadas, podem dar origem a novas linhas orientadoras de resposta que poderão advir, exatamente, da análise das percepções dos utilizadores.

Segundo Hull, Lipford e Latulipe (2011) e Sinn e Syn (2013) há erros de julgamento por parte dos utilizadores do *Facebook*, o que por sua vez conduz a percepções erradas acerca da vigilância a que estão (efetivamente) sujeitos. Os utilizadores não possuem uma clara noção da comunidade, que diz respeito, fundamentalmente, ao grupo de amigos, em que se encontram inseridos nem da visibilidade do seu perfil, o que contribui para que a exposição de informação se dê sem um conhecimento claro das consequências a ela associadas. Neste sentido, Hull, Lipford e Latulipe (2011) apontam a arquitetura e o *design* da rede social em questão como sendo um dos principais fatores que promovem tais erros de percepção, onde o utilizador é, de certa forma, “induzido” a divulgar grandes quantidades de informação, quer seja pelas já mencionadas aplicações que recolhem dados com base na aceitação de pequenas janelas informativas que raramente são verdadeiramente analisadas pelos utilizadores, quer seja pelo já referido e inativo “Beacon” que, praticamente, sem a autorização dos utilizadores disponibilizava informação acerca de hábitos de consumo. Todas estas “suaves manipulações” parecem de facto apontar para uma plataforma que ao lucrar com a disponibilização de informação por parte dos utilizadores, a promove por meio de “pequenos enganos e distrações”.

Porém, tais “manipulações” parecem cumprir o seu principal objetivo de forma eficiente, a informação continua a fluir na rede de forma algo “natural”. De um modo geral, os

utilizadores possuem percepções positivas no que toca à divulgação de informações pessoais (e não só) em contexto *online*, o que conduz a uma aparente confiança generalizada que é depositada na rede em questão, tal como é referido por Sinn e Syn (2013). Além disto, Conti e Sobiesk (2007) referem que uma larga percentagem de utilizadores remete a responsabilidade de proteger a informação que é disponibilizada para os próprios utilizadores, o que coloca em causa uma possível responsabilização das instituições que poderão promover a vigilância. Também Kate Raynes-Goldie (2010) refere que a principal preocupação dos utilizadores se prende com a preservação da “privacidade social” em detrimento da “privacidade institucional”, ou seja, os utilizadores estão mais preocupados em controlar o acesso à informação pessoal do que com a forma como a empresa *Facebook* e os seus parceiros poderão utilizar a informação que é disponibilizada na rede, aspeto este que irá ser aprofundado.

Sinn e Syn (2013) referem que poucos serão os utilizadores que alteram as configurações de privacidade que existem no que diz respeito aos seus perfis e à informação que vão divulgando, existindo uma separação, por parte dos próprios utilizadores, entre o processo de divulgação de informações pessoais e o processo de controlo da privacidade, uma vez que não parece existir uma relação entre a exposição de informação e a forma como controlam a privacidade. Já a necessidade de obter popularidade parece possuir uma forte relação com o fenómeno de exposição de informações pessoais, tal como é verificado por Christofides, Muise e Desmarais (2010), sendo que as variáveis idade e “*status*” relacional parecem também possuir alguma influência na forma como a informação é disponibilizada, onde os mais jovens e/ou solteiros tendem a expor mais informação (Sinn e Syn, 2013).

Christian Fuchs (2009), através de um estudo quantitativo, revela que existe algum desconhecimento por parte dos utilizadores acerca do uso que pode vir a ser dado às informações por eles divulgadas. Uma das preocupações da autora foi avaliar o conhecimento que os utilizadores possuíam da plataforma com base em quatro afirmações: a primeira referia que o *Facebook* tinha permissão para recolher e arquivar informação acerca do comportamento dos utilizadores na rede; a segunda apontava para a possibilidade de a rede poder (re) utilizar e (re) vender a informação pessoal; a terceira referia que os clientes publicitários do *Facebook* poderiam aceder a informação acerca do comportamento dos utilizadores fundamentalmente no que toca ao consumo; a última afirmação, referia que o *Facebook* possuía sempre autorização para enviar publicidade personalizada ou direcionada. Ainda que 94% dos inquiridos soubessem que a primeira afirmação estava correta e que 54,5% tivessem conhecimento da veracidade da terceira afirmação, apenas 20,4% dos utilizadores inquiridos tinham conhecimento da veracidade da segunda afirmação e 33,2% concordaram com a veracidade da quarta afirmação. Nesse estudo, Fuchs (2009) conclui ainda que 4,7% dos inquiridos possui um fraco conhecimento acerca da plataforma, o que corresponde a nenhuma resposta correta, 31,5% possui pouco conhecimento, o que corresponderia a uma resposta

certa, 29,8% possuía um conhecimento médio, duas respostas certas, 26% possuía um bom conhecimento, três respostas corretas e 8,1% dos utilizadores possuía um elevado grau de conhecimento, que corresponderia a quatro respostas corretas. Desta forma, apenas 34,1% dos utilizadores possuía um bom ou elevado grau de conhecimento da plataforma, o que demonstra que os utilizadores possuem, de facto, uma percepção errada do uso que pode vir a ser dado às informações que disponibilizam e, conseqüentemente, dos riscos a que estão sujeitos, o que vai de encontro aos já referidos erros de julgamento a que se referem Hull, Lipford e Latulipe (2011) e Sinn e Syn (2013).

Ainda que estes dados possam demonstrar que existe alguma despreocupação por parte dos utilizadores para com a forma como as suas informações são tratadas na rede e, até mesmo, fora dela, Netchitailova (2012) expressa uma posição diferente, defendendo que os utilizadores se preocupam com a sua privacidade, não só os aspetos sociais como também os aspetos institucionais da mesma. Netchitailova (2012) verificou, de facto, que os utilizadores preocupam-se e discutem assuntos relacionados com a vigilância institucional promovida pela rede e organismos parceiros, contudo, o facto de “todos” os conhecidos se encontrarem na rede promove a continuação na mesma.

Ainda que os utilizadores estejam dispostos a fornecer informações, eles não estarão dispostos a abdicar da sua privacidade, onde a possível interferência com o contexto profissional aparece como sendo um dos grandes receios apontados pelos utilizadores. Tal como defendem Hull, Lipford e Latulipe (2011), Ekaterina Netchitailova (2012) e James Grimmelman (2010) a privacidade é contextual, e como tal, falar de privacidade no contexto do *Facebook* requer uma análise particular e não universal. Há sempre uma tensão que se estabelece entre o privado e o público, onde a valorização de um pressupõe cedências por parte do outro. Os utilizadores do *Facebook* estão dispostos a ceder informações em troca de um serviço, contudo eles preocupam-se com a preservação da sua privacidade, utilizando mecanismos para controlarem a forma como a sua informação é acedida e divulgada, embora esses mecanismos quando analisados tendo por base conceitos universais, acabem por “perder significado” e geram-se generalizações que não têm em conta as especificidades do contexto das redes sociais digitais.

Christofides, Muise e Desmarais (2010) constatam, ao contrário do que seria de esperar, que não existe uma relação direta entre o fenómeno de expor informação e o desejo de controlar a informação. Contrariamente ao que os teóricos esperariam, quem possui o desejo de controlar a sua informação não é aquele que menos expõe informação no *Facebook*, neste sentido, Acquisti e Gross (2006) explicam que os valores relacionados com a privacidade possuem pouco impacto no fenómeno de expor informação, mesmo quando os utilizadores possuem uma maior consciência das potenciais implicações da exposição, poucos serão aqueles que, realmente, mudam o seu comportamento dentro do espaço *online*. Parece

existir, segundo Ellison, Steinfeld e Lampe (2007), uma relação entre a quantidade de informação que os utilizadores colocam nos seus perfis e o número de amigos que possuem, sendo que quanto maior for a quantidade de informação disponível no perfil maior será o número de amigos, assim sendo, a popularidade pode explicar a não-relação que existe entre a exposição e valores relacionados com a privacidade.

5.2. Da vigilância social à vigilância institucional: preocupação a dois ritmos?

Tal como foi referido anteriormente, parece existir por parte dos utilizadores percepções positivas quando se trata de divulgar informação na rede, porém quando se analisa as principais preocupações apontadas pelos utilizadores no que diz respeito à vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos, surge a necessidade de olhar para o carácter social e institucional da vigilância. Neste sentido, e utilizando os conceitos de Raynes-Goldie (2010), que separa privacidade social de privacidade institucional, fará sentido dividir também a vigilância em dois tipos, a “vigilância social”, que dirá respeito à possibilidade de outros utilizadores poderem vigiar o nosso comportamento (na rede), designação também usada por Adam N. Joinson (2008), e a “vigilância institucional” que reporta ao uso que é dado à nossa informação pelo Facebook e pelas várias instituições que direta ou indiretamente acedem à informação de que a rede dispõe.

Assim, interessará perceber se os utilizadores se preocupam tanto com a vigilância social como com a institucional ou se atribuem mais importância a uma do que a outra. Para Raynes-Goldie (2010) os utilizadores preocupam-se mais significativamente com a vigilância que lhe é mais próxima e visível, isto é, a vigilância social. Porém, e tendo em conta o referido por Netchitailova (2012), parece existir aquilo que aqui designamos como uma preocupação a dois ritmos, ou seja, uma preocupação mais ou menos equilibrada no que diz respeito tanto ao carácter social como ao carácter institucional da vigilância.

Neste sentido, será importante referir que a vigilância social ou a busca do outro na rede tanto poderá ser vista como um risco com graves consequências, como uma vantagem da plataforma. Lampe *et al.* (2006) e Sinn e Syn (2013) referem que poder ver as páginas de outros utilizadores, bem como as suas publicações acaba por ser algo atractivo. Tal vigilância é aliás claramente promovida pela própria plataforma, fundamentalmente, através do seu “Feed de Notícias” que expõe tudo ou praticamente tudo aquilo que é colocado na rede.

De forma a clarificar o conceito de vigilância social, torna-se importante recorrer às palavras de Alice E. Marwick (2012: 378, tradução própria): “vigilância social é o uso da Web 2.0 sites como o Twitter, Facebook e Foursquare para ver o que os amigos, família e conhecidos estão a fazer”. Assim, torna-se perceptível que a busca, na rede, do outro que é relativamente

próximo e conhecido faz parte do fenómeno de vigilância social. Tal como é referido pelo autor, a vigilância institucional - o acesso que as diversas organizações têm aos nossos dados - tem sido analisado de modo aprofundado e sistemático, havendo agora a necessidade de uma maior reflexão sobre a vigilância social, também conhecida como “lateral surveillance”, “participatory surveillance” e “social searching” (Marwick, 2012).

A vigilância social distingue-se da vigilância institucional, fundamentalmente, em relação a três aspetos: i) o poder flui entre todo o tipo de relações sociais de forma mais equitativa; ii) redução das hierarquias, pois a vigilância ocorre entre indivíduos e não entre entidades e indivíduos e iii) reciprocidade, pois um indivíduo pode ser, simultaneamente, vigiado e promotor de vigilância (Marwick, 2012). No fundo, a metáfora do rizoma anteriormente analisada, visa dar resposta às características da vigilância social.

II - Pesquisa Empírica

Capítulo 6

Desafios metodológicos

6.1. Objeto de estudo e objetivos

A investigação que aqui se pretende levar a cabo visa analisar as percepções dos utilizadores do *Facebook* acerca da vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos. Interessa, desta forma, analisar o modo como experienciam os (potenciais) riscos associados à utilização do *Facebook*, no que diz respeito à disponibilização de informação do foro público e privado, procurando-se, simultaneamente, perceber de que forma os utilizadores atuam perante tais riscos, caso os identifiquem.

Os diversos questionamentos que foram apresentados no decorrer da contextualização teórica podem culminar numa questão mais abrangente, que servirá de fio orientador para a investigação: de que modo o *Facebook* se pode constituir num instrumento de vigilância?

Posto isto, torna-se crucial dar a conhecer os objetivos que irão orientar toda a investigação:

Objetivo geral:

- i. Analisar as percepções que os utilizadores do *Facebook* possuem acerca da vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos.

Objetivos específicos:

- i. Perceber de que forma os utilizadores gerem a sua conta;
- ii. Compreender de que forma os utilizadores gerem os fluxos de informação dentro e fora da rede;
- iii. Analisar as percepções que se encontram associadas à disponibilização de dados;
- iv. Perceber que estratégias adotam os utilizadores do *Facebook* face à vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos.

6.1.1. Construção do modelo de análise

No quadro que se segue encontram-se identificados os 4 objetivos específicos e respetivas dimensões de análise, que se consideram ser indispensáveis para levar a cabo a presente investigação. O primeiro objetivo específico, sintetizado com a expressão “Gestão/Manutenção da conta”, procura explorar a forma como os utilizadores da rede em causa organizam o seu perfil e a sua conta e os dão a conhecer aos outros que, de alguma forma, interagem com eles na rede.

O segundo objetivo específico, designado “Amizades dentro e fora da rede”, visa comparar a forma como os utilizadores gerem os fluxos de informação dentro e fora da rede, percebendo, desta forma, se existem reconfigurações ou continuidades.

O terceiro, “As percepções associadas à disponibilização de dados”, procura perceber de que forma os utilizadores veem a plataforma e os riscos a ela associados; em último lugar mas não menos importante encontra-se o objetivo específico “Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores” onde, como o próprio nome indica, visa dar a conhecer as diferentes formas que os utilizadores encontram para se proteger na plataforma, caso sintam essa necessidade.

Relativamente às dimensões de análise, estas procuram, dar resposta aos objetivos propostos. Assim sendo, associados ao primeiro objetivo específico “Gestão/Manutenção da conta” encontram-se: i) a “identificação dos dados incluídos no perfil”, de forma a perceber se existe ou não um elevado grau de exposição e se há, simultaneamente, uma noção efectiva dos dados incluídos; ii) as “motivações que conduzem à disponibilização de dados”, onde se procura compreender os diversos fatores que levaram o utilizador a expor informações na rede; iii) a “identificação das restrições que são aplicadas para gerir os fluxos de informação”, onde se procura perceber de que forma os utilizadores optam por restringir o acesso aos seus dados e os critérios que seguiram para tomar tal decisão; iv) a “valorização das funcionalidades da rede” fornecerá importantes pistas que possibilitam compreender a permanência e usufruto da plataforma e a v) “auto classificação do nível de utilização da rede” permite compreender a imagem auto-construída que os indivíduos vão criando enquanto utilizadores tendo em conta o seu nível de atividade na rede.

O segundo objetivo específico, “As amizades dentro e fora da rede” comporta as seguintes dimensões: i) “Reconhecimento de diferenças de gestão do nível de informação que é disponibilizada dentro e fora da rede”, onde se procura comparar a forma como os utilizadores filtram a informação que disponibilizam dentro e fora da rede e ii) a “Centralidade atribuída à vigilância social”, com a qual se visa perceber, simultaneamente, se a vigilância social constitui uma realidade para os utilizadores e se a mesma é vista como um risco e ao mesmo tempo como uma vantagem da rede.

O terceiro objetivo específico “As percepções associados à disponibilização de dados”, inclui sete dimensões de análise: i) as “Vantagens identificadas”, o que facilita a compreensão do fascínio pela rede e o porquê da permanência na mesma; ii) os “Riscos e receios percebidos”, onde se procura perceber que riscos os utilizadores identificam e se a vigilância faz parte dos mesmos; iii) a “Centralidade atribuída à vigilância institucional”, onde se procura analisar a importância que os utilizadores atribuem ao fenómeno, tendo em consideração o seu carácter de invisibilidade; iv) a “Confiança depositada na plataforma”, que servirá para avaliar o nível de confiança que os utilizadores depositam na plataforma no que diz respeito à proteção dos seus dados, bem como ao nível de opções de privacidade que são facultadas pela mesma; v) o “Grau de intrusão percebida” que se encontra associado à terceira dimensão de análise, onde se procura perceber se o utilizador possui noção dos diversos intervenientes que podem aceder e usufruir dos seus dados, direta ou indiretamente; vi) a “Liberdade vs Segurança”, onde se procura avaliar se o utilizador, face ao binómio liberdade/segurança, favorece um em detrimento de outro; e no vii) “Identificação das consequências associadas à criação de perfis virtuais” visa-se perceber se os utilizadores percecionam a criação de perfis como algo de prejudicial e a que níveis.

O quarto e último objetivo específico “Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores” abrange quatro dimensões de análise: i) o “Nível de conhecimento da política de utilização de dados, termos de uso e definições de privacidade”, onde se procura perceber se os utilizadores adotam como estratégia de prevenção a leitura da política de privacidade, de forma a conhecê-la melhor e combaterem/minimizarem a vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos; ii) o “Grau de satisfação com as opções de privacidade existentes na rede”, associada à quarta dimensão de análise do terceiro objetivo “Confiança depositada na plataforma”, visa perceber se os utilizadores se apercebem da existência de tais opções, se as utilizam e se estão ou não satisfeitos com elas; iii) a “Identificação das principais estratégias levadas a cabo pelos utilizadores”, onde se visa perceber de que forma os utilizadores se protegem a si e às suas informações na plataforma, caso o façam; e, em último lugar, iv) as “Mudanças necessárias identificadas pelos utilizadores”, onde se procura perceber se os utilizadores sentem a necessidade de mudar algo na rede e se essa mudança se encontra relacionada com a exposição, privacidade e/ou vigilância.

TABELA 4: Modelo de Análise

Objetivos específicos	Dimensões de análise
<p>1. Gestão/Manutenção da conta</p>	<p>Identificação dos dados que são incluídos no perfil; Motivações que conduzem à disponibilização de dados; Identificação das restrições que são aplicadas para gerir os fluxos de informação; Valorização das funcionalidades da rede; Auto-classificação do nível de utilização da rede.</p>
<p>2. As amizades dentro e fora da rede</p>	<p>Reconhecimento de diferenças de gestão do nível de informação que é disponibilizada dentro e fora da rede; Centralidade atribuída à vigilância social;</p>
<p>3. As percepções associados à disponibilização de dados</p>	<p>Vantagens identificadas; Riscos e receios percebidos; Centralidade atribuída à vigilância institucional; Confiança depositada na plataforma; Grau de intrusão percebida; Liberdade vs segurança Identificação das consequências associadas à criação de perfis virtuais</p>
<p>4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores</p>	<p>Nível de conhecimento acerca da política de utilização de dados, termos de uso e definições de privacidade; Grau de satisfação com as opções de privacidade existentes na rede; Identificação das principais estratégias levadas a cabo pelos utilizadores; Mudanças necessárias identificadas pelos utilizadores na rede</p>

Elaboração própria

6.2. Orientações metodológicas

A busca pelo melhor caminho a seguir metodologicamente proporciona “incentivos para novas (re) leituras que podem, por sua vez, privilegiar algumas perspectivas de investigação, suscetíveis de serem convocadas para uma maior compreensão das relações entre os atores sociais” (Santos, 2004: 39), assim cabe ao investigador ponderar a escolha da melhor metodologia a seguir, tendo em conta as necessidades da investigação e as escolhas que têm sido tomadas no campo que se está a analisar e a estudar, uma vez que, atualmente, nenhum campo de estudo se encontra totalmente “descoberto” de análise.

Posto isto, interessa de seguida dar a conhecer as opções metodológicas, tais opções permitem orientar toda a análise levada a cabo.

6.2.1. O uso de metodologia de base qualitativa

Com base na problemática exposta, nos objetivos da investigação traçados e nas diversas perspectivas teóricas que têm vindo a explorar a temática da vigilância associada a uma rede social digital (como o *Facebook*), opta-se por uma metodologia que valorize a compreensão/análise dos significados que os atores sociais atribuem a um determinado fenómeno que, de alguma forma, entra em contacto com eles. Assim sendo, esta investigação assenta, fundamentalmente, em uma metodologia de base qualitativa, uma vez que o objeto em estudo requer uma análise mais particularizada e aprofundada. Descrever a complexidade que é inerente ao comportamento humano constitui uma preocupação, neste sentido e tendo em consideração que se pretende enfatizar o significado que os atores atribuem à vigilância a que estão (potencialmente) sujeito no *Facebook*, valoriza-se uma abordagem que promova e valorize o discurso de quem intervém no fenómeno em causa (Marconi e Lakatos, 2011 e Merriam, 2009).

Tal como é referido por Charles C. Ragin e Lisa M. Amoroso (2010) a pesquisa qualitativa pode encontrar, face a olhares mais desatentos, as suas limitações ao não permitir uma leitura tão abrangente da realidade social, ou seja, o facto de não fornecer uma *big picture* pode contribuir para a sua desvalorização. Porém, é exatamente por permitir uma leitura mais aprofundada de um determinado fenómeno social que a pesquisa qualitativa ganha destaque e vem colmatar algumas das lacunas que a *big picture* nem sempre inclui na análise.

A análise das percepções dos utilizadores, só faz sentido tendo em consideração as quatro tendências trazidas pelos métodos qualitativos, nomeadamente, a “oralidade” (dar voz às pessoas), o “particular” (passam-se a tratar problemas concretos e específicos), o “local” (onde se deixa de lado a procura da validade universal e se procura perceber um contexto específico) e, por último, o “conceito de oportunidade” (prende-se com a necessidade de analisar tendo em conta o contexto histórico ou temporal), assim, a análise, no âmbito desta

dissertação, só tem a ganhar se der voz aos utilizadores que lidam com a plataforma em causa.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Maria Santos (2004: 39) refere que a metodologia qualitativa vem fornecer “uma descrição detalhada de um meio social específico”, vai ainda mais longe ao referir que tal metodologia possibilita a compreensão dos significados intersubjetivos. Assim, parece que o particular e o específico são palavras de ordem no que toca à caracterização da metodologia que se pretende usar na porção empírica deste projeto. A metodologia qualitativa vem, desta forma, responder às necessidades do investigador, quando ao mesmo interessa “«mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes» fornecendo-lhe uma «'descrição detalhada' de um meio social específico»” (Gaskel citado por Santos, 2004: 39). Porém, a investigação qualitativa não deve ser vista enquanto a acumulação de técnicas mas sim como uma prática (Santos, 2004). No fundo, a metodologia qualitativa assenta na tentativa de uma compreensão aprofundada que se baseia na experiência do ator relatada na primeira pessoa (Marconi e Lakatos, 2011 e Merriam, 2009).

Porém, se por um lado, o uso de metodologia de base qualitativa responde às necessidades da investigação, por outro, também ela possui limitações e preocupações a reter, nomeadamente a influência que o investigador tem perante a análise, neste caso em particular quem investiga também poderia ser o objeto de estudo e, portanto, possui opiniões, ideias pré-definidas e resultados pré-estabelecidos, a grande dificuldade estará em ultrapassar o que se pensa ser certo e conseguir a tão pretendida neutralidade axiológica, sabendo que é um objetivo inacessível mas que se deve ter sempre em conta (Flick, 2005).

A difícil interpretação dos resultados a que se chega em Ciências Sociais e o seu aparente distanciamento das preocupações e problemas quotidianos representam uma outra limitação a ter em conta, não esquecendo que o cumprimento das exigências metodológicas é de extrema importância (Flick, 2005).

No que diz respeito ainda à investigação qualitativa, ela pode resumir-se, segundo Flick (2005), num conjunto de traços essenciais, que vão desde a correta escolha de métodos e teorias apropriados, passando pelo reconhecimento e análise de diferentes perspetivas, pela reflexão do investigador sobre a investigação (parte do processo de produção de conhecimento) até a uma variedade de métodos e perspetivas.

Em suma, os métodos qualitativos valorizam a experiência e os significados intersubjetivos dos sujeitos sociais e, como tal, vão de encontro às necessidades da investigação que se pretende levar a cabo.

6.2.2. Entrevista

Como técnica de recolha de dados, a presente investigação irá utilizar a entrevista, tal técnica possui uma grande centralidade na metodologia qualitativa. A entrevista pode ser definida como uma conversa oral que se estabelece entre duas pessoas, sendo que uma delas é o entrevistador e, neste caso, o investigador, e a outra é o entrevistado. Esta conversa tem como principal objetivo obter informações e compreender perspetivas e experiências do entrevistado acerca de um determinado fenómeno. Geralmente, a entrevista é efetuada cara a cara, de forma a complementar aquilo que é dito com o que não é dito mas que também possui relevância (Marconi e Lakatos, 2011 e Gil, 2007). No fundo, a entrevista é “uma possibilidade de acessar aquilo que uma pessoa tem em sua mente e que não é passível de observação direta: pensamentos, sentimentos, intenções, comportamentos...” (Nunes, 2005: 208).

Assim, as entrevistas têm como principal missão compreender, de forma mais aprofundada, o significado que o entrevistado atribui a um determinado fenómeno e evento que, de forma direta ou indireta, faz parte do seu quotidiano (Seidman, 2013). A riqueza da informação que possibilita constitui uma grande mais-valia. Porém, e de forma a obter tal riqueza, é necessário que o entrevistador consiga conduzir tal entrevista de forma a que o entrevistado se sinta confortável em partilhar e o faça de acordo com as necessidades da investigação, daí a necessidade de criar ferramentas, como o guião, que permitam facilitar o trabalho do investigador.

Tal como é referido por António Gil (2007: 117), a entrevista constitui uma mais-valia quando se pretende obter informações “acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”. Tal ideia acaba por resumir de forma clara o âmbito de aplicação de tal instrumento. Indo ainda mais longe, António Gil (2007) refere que se pode comparar a entrevista ao tubo de ensaio que é usado na Química e ao microscópio associado à Microbiologia, no fundo, a entrevista, para diversos autores, é vista como uma das técnicas centrais no que diz respeito à investigação social. Esta técnica central terá contribuído para o desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas, fundamentalmente, pela flexibilidade e adaptabilidade que a mesma possibilita ao investigador.

Contudo, também esta técnica possui limitações que devem ser tidas em conta, nomeadamente, a possível falta de motivação por parte do entrevistado em participar de forma ativa, a não compreensão do significado das questões colocadas, a veracidade das respostas dadas, a falta de competências por parte do entrevistado para poder responder da melhor forma possível, a manipulação das respostas dadas pelo entrevistado face às opiniões do entrevistador, o choque da experiência pessoal do entrevistador com a experiência do

entrevistado, entre outras (Gil, 2007). Todas estas limitações poderão comprometer os resultados e conseqüentemente a investigação, porém, cabe ao investigador ter consciência de tais obstáculos e contorná-los da melhor forma possível.

Tal como é referido por Marconi e Lakatos (2011), existem diferentes tipos de entrevistas, nesta investigação optou-se pela entrevista semi-diretiva ou semi-estruturada. Tal escolha prende-se com a possibilidade de o entrevistador, ainda que orientado por um guião, seja livre para conduzir a entrevista com alguma flexibilidade, podendo, desta forma, trocar a ordem das questões, acrescentar ou eliminar consoante as necessidades que vão emergindo no momento. É exatamente esta possibilidade de adaptação constante, entre outros aspetos, que levou à escolha desta técnica.

As entrevistas semi-estruturadas surgem associadas à expectativa de os pontos de vista dos indivíduos surgirem mais facilmente em contextos de maior abertura quando se compara com a entrevista estruturada ou o questionário. Neste sentido, valoriza-se a forma como o indivíduo expõe as suas opiniões bem como o que elas representam; a abertura permite algum espaço de negociação que se estabelece entre o entrevistado e o entrevistador (Cohen e Crabtree, 2006), uma vez que surge a possibilidade de emergirem questões e pontos de vista não contemplados que podem (re) direcionar algumas das hipóteses da investigação (Flick, 2005).

Procura-se, neste tipo de entrevista, contribuir para que o entrevistado se expresse de uma forma mais livre acerca dos temas sugeridos pelo entrevistador. Neste tipo de entrevistas “a estrutura das hipóteses e dos conceitos não está rigorosamente reproduzida no guião de entrevista, mas não está por isso menos presente no espírito de quem a conduz” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 183). Neste sentido, o sucesso das entrevistas semi-estruturadas depende, fundamentalmente, da forma como são criadas e estruturadas as perguntas orientadoras e das competências e capacidades de quem conduz a entrevista.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2005), este tipo de entrevistas semi-estruturadas ou semi-directivas, possui tal designação pelo facto de não se tratar de uma entrevista inteiramente aberta, nem se reger por um número expressivo de perguntas precisas e específicas, o investigador utiliza antes perguntas-guias ou perguntas orientadoras. Estas são as entrevistas mais utilizadas na pesquisa qualitativa a passo com as entrevistas não estruturadas¹⁶ (Fraser e Gondim., 2004).

Este género de entrevistas responde às necessidades desta investigação, onde se pretende analisar a percepção dos utilizadores acerca da vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos na plataforma *Facebook*. Uma vez, que as entrevistas visam “a análise do sentido que

¹⁶ Ainda que não exista a obrigatoriedade do seu uso na pesquisa qualitativa, ela continua a ser fortemente requisitada (Belei *et al.*, 2008).

os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se veem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc” (Quivy e Campenhoudt, 2005), parece justificar a escolha desta técnica. Procura-se analisar a forma como os utilizadores percebem a vigilância presente no *Facebook*; o que abre um leque alargado de questões que requerem uma abordagem mais aprofundada e com alguma abertura que possibilite ao sujeito “libertar-se das amarras” das questões fechadas. Como método de recolha dos dados, utiliza-se, geralmente, um gravador para que posteriormente se possa realizar a transcrição (Cohen e Crabtree, 2006).

Ainda que a entrevista tenha gerado controvérsia até ser aceite como um instrumento científico de pesquisa qualitativa (Miguel, 2010), ela constitui uma mais-valia face à possibilidade de dar voz a quem experimenta a realidade que se pretende analisar.

Porém, o investigador corre o risco de “intimidar” o entrevistado com a própria flexibilidade deste tipo de entrevista semi-estruturada, pode sentir-se perdido ao não haver uma estrutura que o conduza, constituindo esta uma preocupação a ter em consideração, onde cabe ao investigador contornar situações que criem bloqueios ao entrevistado.

6.3. Caracterização da população entrevistada

A escolha da população para a presente investigação recaiu em indivíduos que utilizassem a rede *Facebook*.

Optando por uma amostra de conveniência, procurou-se entrevistar indivíduos com características que os diferenciavam, do sexo feminino e masculino, de diferentes habilitações escolares, com diferentes idades e de diferentes áreas profissionais; tendo-se realizado 18 entrevistas.

Desta forma, a população entrevistada é constituída por nove indivíduos do sexo feminino e nove indivíduos do sexo masculino. A faixa etária situa-se num intervalo que vai dos 19 e os 70 anos; quanto ao estado civil, constata-se que sete são casados, dez solteiros e um divorciado; em relação à escolaridade, cinco possuem o mestrado, quatro são licenciados, seis têm o 12º ano, um possui o 9º ano, um possui o 4º ano e outro possui uma pós-graduação. O local de residência varia entre Viseu, Coimbra, Covilhã e Fundão. O período que vai desde o início da utilização da plataforma varia entre 1 e 7 anos e o tempo despendido na rede por semana (em horas) varia entre 0h e as 35h. Relativamente ao número de amigos, este vai desde o desconhecimento até aos 1100.

A recolha da amostra ocorreu, numa primeira fase, junto de pessoas conhecidas. Posteriormente, recorrendo ao sistema de bola de neve, chegou-se ao contacto com outros

utilizadores. A duração de tempo das entrevistas variou entre 19 e 1h 30 minutos, tendo as entrevistas ocorrido durante os meses de julho e agosto do presente ano.

De forma a facilitar a compreensão do que foi referido, apresenta-se a seguinte tabela:

TABELA 5: Caracterização da população entrevistada

Participante	Idade	Sexo	Estado Civil	Habilitações	Área profissional/Última profissão	Situação profissional	Local de residência	Há quanto tempo usa o Facebook	Tempo que despende no Facebook (semanalmente)	Nº de amigos
Entrevistado 1	23	Feminino	Solteira	Licenciatura	Sociologia/Operadora de Caixa	Empregada	Viseu	5 anos	1h 30min.	120/150
Entrevistado 2	19	Masculino	Solteiro	9º ano	Desporto/Colaborador Loja Desporto	Empregado	Viseu	6 anos	10h	1100
Entrevistado 3	36	Masculino	Casado	12º ano	Vigilante	Empregado	Viseu	4 anos	30h-35h	200
Entrevistado 4	22	Masculino	Solteiro	12º ano	Artes Plásticas e Multimédia	Estudante	Viseu	5 anos	8h	250
Entrevista 5	37	Feminino	Casada	Licenciatura	Marketing/Gestora de produto	Empregada	Viseu	6 anos	4h-5h	100
Entrevista 6	70	Masculino	Casado	4º ano	Vendedor	Reformado	Viseu	1 ano	2h 20min.	15
Entrevista 7	45	Feminino	Casada	Licenciatura	Técnica Administrativa	Empregada	Covilhã	4 anos	7h	200
Entrevista 8	32	Masculino	Solteiro	Mestrado	Investigação	Empregado	Covilhã	4 anos	14h	615/630
Entrevista 9	25	Feminino	Solteira	Mestrado	Jornalismo	Empregada	Covilhã	5 anos	14h	400
Entrevista 10	68	Masculino	Solteiro	12º ano	Oficial de justiça	Reformado	Covilhã	4 anos	2h 20min.	500
Entrevista 11	34	Feminino	Casada	Mestrado	Ensino/Coordenadora de Projeto	Empregada	Viseu	5 anos	2h	300
Entrevista 12	41	Masculino	Solteiro	Mestrado	Biblioteca/Assistente Operacional	Empregado	Covilhã	6 - 7 anos	7h-10h	Não sabe
Entrevista 13	56	Feminino	Casada	Pós-graduação	Bibliotecária	Empregada	Covilhã	4 anos	1h 10min.	Não sabe
Entrevista 14	30	Masculino	Solteiro	12º ano	Músico/Animador de Rádio	Empregado	Covilhã	5 anos	5h	Não sabe
Entrevista 15	62	Feminino	Casada	12º ano	Assistente Técnica	Empregada	Coimbra	3 anos	7h	40
Entrevista 16	45	Masculino	Divorciado	Licenciatura	Oficial de justiça	Empregado	Covilhã	4-5 anos	7h	300
Entrevista 17	43	Feminino	Solteira	12º ano	Assistente técnica na biblioteca	Empregada	Covilhã	3-4 anos	3h-4h	800/900
Entrevista 18	44	Feminino	Solteira	Mestrado	Bibliotecária	Empregada	Fundão	5-6 anos	0h	100

Elaboração própria

6.4. Da construção do guião ao tratamento dos dados

Tendo em consideração que se optou, na presente investigação, por recorrer a entrevistas semi-estruturadas, a criação de um guião que oriente as mesmas surge como sendo imprescindível. A criação de um conjunto de questões estruturadas de uma determinada forma pode permitir tanto o sucesso como o insucesso de uma qualquer investigação, sendo neste sentido, crucial criar pontes claras entre os objetivos propostos e as questões que os visam fazer cumprir.

Quivy e Campenhoudt (2005) mostram que para poder recolher dados é necessário conceber um instrumento de observação que, geralmente, diz respeito a um questionário ou guião de entrevista.

Tal como é referido por Guerra (2006), o guião é geralmente estruturado em torno de grandes capítulos que “acolhem” questões mais concretas, tal preparação facilita, não só, a entrevista como também o tratamento dos dados, sendo que existe um encadeamento lógico que torna a leitura mais clara. O investigador que concebe a pesquisa e leva a cabo a preparação do guião, acaba, muitas vezes por partir para a entrevista com uma clara noção daquilo que se pretende e da forma como se deve articular o discurso para se atingir tal fim, o guião pode já se encontrar memorizado, o que facilita a organização do processo.

O guião¹⁷ levado a cabo nesta investigação começa por pedir aos participantes que disponibilizem um conjunto de dados sociodemográficos, posteriormente, ele encontra-se dividido em quatro grandes tópicos: i) Gestão/Manutenção da conta, onde se procura perceber como os utilizadores interagem com a plataforma e que ações tomam dentro dela; ii) As amizades dentro e fora da rede, onde se analisam os fluxos de informação nos dois contextos referidos; iii) Percepções associadas à disponibilização de dados no *Facebook*, onde se apela aos participantes que identifiquem vantagens e potenciais riscos e receios associados à plataforma; e iv) Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores, onde se procura perceber de que forma os entrevistados se protegem dos riscos e receios previamente identificados. Todas estas temáticas possuem questões que visam cumprir os objetivos enunciados.

As entrevistas foram realizadas com o auxílio de um gravador. Após a sua realização procedeu-se à sua transcrição que, nas palavras de Patton (2002), representa um primeiro momento no tratamento e análise dos dados.

¹⁷ Ver Anexo 1.

Tendo terminado a transcrição das 18 entrevistas realizadas, partiu-se para a construção das sinopses¹⁸, estas, nas palavras de Guerra (2006: 73), constituem:

“sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados. Tratando-se portanto de material descritivo que, atentamente lido e sintetizado, identifica as temáticas e as problemáticas...”

Devido à abertura das questões e à extensão das respostas, torna-se necessário facilitar a leitura e interpretação dos resultados com o auxílio das sinopses, elas possuem como principais objetivos, segundo Guerra (2006: 73):

- i. Reduzir o montante de material a trabalhar identificando o *corpus* central da entrevista;
- ii. Permitir o conhecimento da totalidade do discurso, mas também das suas diversas componentes;
- iii. Facilitar a comparação longitudinal das entrevistas;
- iv. Ter a perceção da saturação das entrevistas.

Posto isto, partiu-se para a análise de dados das entrevistas, o que permitiu a reflexão que se segue.

¹⁸ Ver Anexo 2.

Capítulo 7

Análise e interpretação dos dados

Após a realização das entrevistas e do tratamento das mesmas, apresenta-se agora uma reflexão que se estrutura em torno de quatro eixos de análise: i) a Gestão/Manutenção da conta: das motivações às práticas; ii) as Amizades dentro e fora da rede: gestão dos fluxos de informação; iii) as Percepções associadas à disponibilização de dados no *Facebook* e iv) Vigilância social e institucional: que percepções?

7.1. Gestão/Manutenção da conta: das motivações às práticas

Tal como é referido por Donghee Sinn e Sue Yeon Syn (2013), diversos estudos demonstram que os indivíduos tendem a revelar maiores quantidades de informações pessoais em redes sociais digitais do que, propriamente, no contexto *offline*. Tal constatação será também aplicável aos utilizadores que afirmam possuir preocupações com a gestão das suas informações pessoais. Neste sentido, perceber de que forma os utilizadores vão gerindo a sua conta e, conseqüentemente, as diversas informações e dados do foro público e privado que nela inserem aparece como crucial. Assim sendo, procura-se analisar as percepções dos entrevistados no que respeita aos seguintes aspetos: que dados os utilizadores do *Facebook* incluem no seu perfil? Quais as motivações que conduzem à disponibilização de dados? Que restrições aplicam na rede para proteger os seus dados? Que critérios de diferenciação aplicam para gerir os fluxos de informação e os destinatários dos mesmos? Que funcionalidades da plataforma valorizam mais? Como é que os utilizadores caracterizam a sua atividade na plataforma?

Tais questões visam contribuir para a compreensão da interação que se estabelece entre utilizador e *Facebook*, a forma como ele [utilizador] a percebe e atua sobre ela [rede social]. Tufekci (2008) refere que não existe uma relação entre as preocupações com privacidade e a quantidade de informação que é disponibilizada nas redes sociais digitais, ou seja, ainda que o utilizador se preocupe com a sua privacidade, isto não significa que ele a vá gerir melhor do que um utilizador que não apresente as mesmas preocupações. O autor vai ainda mais longe ao afirmar que os utilizadores na sua análise procuram gerir o acesso aos seus dados através do ajuste do nível de visibilidade do seu perfil e da utilização de *nicknames*, contudo, não restringem a informação que colocam no perfil, apenas o acesso a ela. Ainda que o autor refira que os indivíduos que possuam maiores preocupações de privacidade possam não aderir com mais frequência à plataforma, porém, ao tomarem a decisão de aceder, acabam por divulgar as suas informações da mesma forma que os

utilizadores que não apontam para tais preocupações. No fundo, parece haver percepções positivas quando se trata de divulgar informação na rede. Desta forma, há, na perspectiva do autor referido, uma clara separação entre a quantidade de informação pessoal que se divulga na rede e a as restrições que se aplicam na mesma para gerir o acesso aos dados.

Os dados resultantes das entrevistas realizadas demonstram, desde logo, algum desconhecimento para com as informações que foram inseridas no perfil aquando da criação do mesmo e no decorrer do tempo de utilização da rede, ou seja, quando questionados sobre os dados que optaram por incluir na plataforma, os entrevistados referem que colocaram poucos dados e procuram enumera-los, porém, quando o entrevistador deu a conhecer campos de preenchimento não referidos, eles acabam por se “relembrar” de informações que colocaram na rede. Tal constatação pode validar o referido por Donghee Sinn e Sue Yeon Syn (2013), sendo interessante destacar que os entrevistados, numa primeira fase, fornecem uma espécie de “respostas de defesa” ao referirem que apenas fornecem o básico e nada mais, este “nada mais” acaba por vir a ser mais daquilo que se lembravam. Tal como se pode ver nos seguintes extratos:

“O meu nome, a minha data de nascimento, o local de trabalho, a escola que frequentei...” (Entrevistado 2)

“A data de nascimento, morada relativa, o nome e pouco mais...” (Entrevistado 4)

“O local de trabalho, local de residência, pouco mais, aliás eu tenho aquilo bloqueado, só tenho aquilo disponível para amigos...esses dados...” (Entrevistado 12)

“Data de nascimento, nome, acho que mais nada e estado civil também lá está, assim de repente, não me lembro de mais nenhum...” (Entrevistado 16)

Numa primeira fase, os entrevistados conseguem identificar alguns dados que foram inserindo nos seus perfis, contudo, quando confrontados com outros dados que possam ter inserido, eles acabam por se aperceber que se expuseram um pouco mais do que estavam à espera. O entrevistado 2 chegou a identificar mais alguns dados que havia inserido, nomeadamente, séries, filmes e livros favoritos, o mesmo acontecendo com entrevistado 4, que identificou dados que haviam ficado no esquecimento, nomeadamente, páginas web que tenha e que publicite, séries, filmes, músicas e livros favoritos, informação sobre escolas que tenha frequentado e informações sobre férias. O entrevistado 12 lembrou-se que havia inserido interesses pessoais como séries, filmes, livros e músicas e a universidade e escolas que tenha frequentado, o entrevistado 16 apercebeu-se que colocou a cidade de onde era natural, escolas e universidades que tenha frequentado e informação sobre o seu trabalho. Praticamente todos os entrevistados demonstraram não ter um conhecimento absoluto dos dados inseridos, como se pode também constatar no discurso do entrevistado 7: “Ah, sim, essas tenho, exatamente... essas tenho, sim, já me estava a esquecer, alguns livros, alguns filmes... basicamente isso, sim...”.

Parece também existir um certo desconhecimento do real número de amigos que os entrevistados possuem na rede e foram aceitando ao longo do tempo, não possuindo um real conhecimento da audiência e dos destinatários da informação que colocaram no espaço virtual, aspecto também constatado por Hull, Lipford e Latulipe (2011). A grande maioria dos entrevistados (10), após a entrevista ter terminado, tiveram a curiosidade de se ligar ao *Facebook* para comprovar o número de amigos que haviam referido, tendo constatado que o real número de amigos ultrapassava, em todos os casos, o número que lançaram na entrevista. No fundo, e ainda que tal desconhecimento facilmente seja justificado pela distância temporal que vai desde o momento em que se criou a conta até ao momento atual, existe um conjunto de dados e de pessoas que a eles e outros vão acedendo que não são do conhecimento dos utilizadores, o que poderá causar problemas, uma vez que uma mesma informação que chega a diferentes destinatários pode conduzir a diferentes interpretações e gerar controvérsia, além de outros problemas relacionados com a proximidade que os diferentes destinatários possam ter com o responsável por determinada informação exposta.

As motivações por detrás da escolha das informações que são colocadas no perfil e para divulgação das mesmas parecem ser similares entre os entrevistados, a maioria refere que apenas incluí a informação e dados que considera serem básicos, apenas introduzem a informação necessária para que os outros utilizadores os possam identificar e conhecer na rede, de forma a interagir com eles. Esse tipo de informação nunca colocará em causa a integridade física e moral do utilizador segundo os mesmos:

“Porque são os dados básicos, são os dados com que as pessoas das quais eu conheço pessoalmente me podem identificar na rede...e são aqueles que, segundo o meu ponto de vista, não têm maldade em publicar...toda a gente sabe...” (Entrevistado 1)

“Quem me quiser conhecer, acho que são as informações básicas para saberem quem é que eu sou...” (Entrevistado 2)

“Porque são dados gerais que não há forma de me afetarem de alguma forma...” (Entrevistado 5)

Neste caso, verifica-se um contrassenso como o que foi referido por Tufekci (2008), os utilizadores entrevistados parecem começar por restringir a informação a partir do momento em que criam o perfil, porém, o desconhecimento supramencionado poderá colocar em causa aquilo que eles entendem como sendo básico e superficial, uma vez que não existe um real conhecimento da informação exposta nem do número de destinatários.

Quando questionados acerca das restrições aplicadas na rede, a grande maioria dos entrevistados (15) refere que apenas aceita que os utilizadores pertencentes à sua lista de amigos tenham acesso à informação e dados que disponibilizam na plataforma, tal como é referido pelo entrevistado 18:

“Só as pessoas que eu aceitei... só os amigos. Se não me engano, foi essa a opção que seleccionei...”

Apenas os entrevistados 6, 7 e 13 admitiram que não colocaram qualquer tipo de restrição na rede:

“Não tive [conhecimento para restringir], talvez por falta de conhecimento de meter outras coisas e muito mais, não é?” (Entrevistado 6)

“Neste momento tenho trânsito livre, por assim dizer...” (Entrevistada 7)

“Não, não diferencio, todas as pessoas que realmente comunico ou associo têm acesso aos meus dados...” (Entrevistado 13)

É ainda importante referir que dentro da referida lista de amigos, estão incluídos amigos, familiares, conhecidos e desconhecidos. Esta será a grande restrição¹⁹ que os utilizadores entrevistados aplicam na rede, porém, e como já foi referido, não existe uma real noção de quem são estes “amigos”, bem como do número deles, o que poderá significar que os utilizadores entrevistados não costumam filtrar, frequentemente, a sua lista de amigos. Podem ter essa preocupação quando adicionam, mas com o decorrer do tempo acabam por não ter o cuidado de ver a real audiência a que chega as suas informações. Tal aspeto seria impensável no mundo real, continuar a divulgar informação para todas as pessoas com quem vamos interagindo ao longo da nossa vida é algo inconcebível, porém, na rede é o que acontece.

Relativamente às motivações que conduziram à opção de restringir a informação e dados disponibilizados na rede à sua lista de amigos ou de não restringir, os entrevistados dividiram-se entre:

- i. A necessidade de conhecer pessoalmente as pessoas com quem partilham informação na rede, motivação identificada por sete entrevistados:

“Primeiro e o fundamental, eu tenho que os conhecer pessoalmente...” (Entrevistado 1)
“É assim, eu não quero que pessoas que eu não conheço... vejam aquilo que eu ando a fazer...” (Entrevistado 3)

- ii. A necessidade de se sentirem protegidos, ainda que tenham conhecimento que se trata de uma falsa sensação de privacidade:

“Por uma questão de sensação de privacidade, sendo que efetivamente ela não existe porque os dados...a partir do momento que são partilhados passam para a propriedade da empresa do *Facebook*...” (Entrevistado 8)

- iii. A necessidade de separar a vida pessoal da vida profissional, motivação identificada por dois entrevistados:

¹⁹ Tal restrição diz respeito a toda a informação que é disponibilizada na rede *Facebook*.

“No meu *Facebook* também tenho pessoas do meu trabalho...da Direção, algumas coisas que, por exemplo, saio à noite, esse tipo de publicações meto lá para eles não verem...” (Entrevistado 9)

- iv. A necessidade de separar os amigos da rede dos amigos chegados, que, geralmente, são amigos do espaço *offline*:

“Porque amigos, lá está, 300 amigos, não são amigos, são conhecidos, normalmente. E há informações que são muito particulares e que não é para estar a divulgar para toda a gente, ninguém precisa saber tudo sobre a minha vida. Depois os amigos mais chegados, é a família mais chegada e as pessoas com quem me dou mais próximo, e esses normalmente, têm acesso a toda a informação...” (Entrevistado 11)

- v. A necessidade de separar amigos de amigos de amigos:

“Normalmente os amigos...Amigos e amigos de amigos, algumas coisas... não gosto de andar nas bocas do mundo...” (Entrevistado 15)

- vi. A necessidade de separar amigos de pessoas com os mesmos interesses:

“Restringi, só os meus amigos é que vêm aquilo que eu publico...os amigos do *Facebook*...Há pessoas que são meus amigos no *Facebook* porque temos interesses comuns apesar de eu nunca os ter visto na vida...” (Entrevistado 16)

- vii. A necessidade de separar amigos do público em geral:

“Os meus amigos, na maioria tirando aquelas frases que vou [postando]...Sim, e quando ponho em publico é porque eu quero mesmo que aquilo seja em publico tem a ver com aquelas frases engraçadas ...” (Entrevistado 17)

- viii. Até à necessidade de não restringir, de todo, o acesso à informação na rede, quer seja por falta de conhecimento para tal, quer seja por opção, motivação identificada por três entrevistados:

“Não, não diferencio, todas as pessoas que realmente comunico ou associo têm acesso aos meus dados...” (Entrevista 6)

No fundo, existe uma variedade de justificações para restringir ou não o acesso a informação, porém, a necessidade de conhecer pessoalmente as pessoas com quem se partilha informação é a percepção mais explicitada pelos entrevistados. Tal aspeto vai de encontro ao referido por Ellison, Steinfeld e Lampe (2007 e 2011) e Lampe *et al.* (2006), quando afirmam que o *Facebook* será mais utilizado para gerir as relações que os utilizadores estabelecem fora da rede.

As funcionalidades da plataforma que mais parecem agradar aos entrevistados prendem-se com a utilização do “*Feed* de Notícias”, identificado por nove entrevistados, e do *chat*, identificado por oito, em menor número aparecem as funcionalidades relacionadas com a realização de publicações e partilhas das mesmas, os jogos, os lembretes de aniversários e a possibilidade de publicitar pessoas e eventos:

“Costumo falar no *chat* com algumas pessoas que estão mais longe ou para manter...contactar de alguma forma...” (Entrevistado 11)

“Acho que o *Feed* de notícias é o que eu utilizo mais... por causa da diversidade de informação...” (Entrevistado 12)

O meu filho [DJ] vai tocar a algum sítio e ele publicita a festa, eu essa festa partilho porque, no sentido até de o ajudar...” (Entrevistado 13)

“Tirando aquela coisa de receber os aniversários, não... Talvez a única função que utilizo...” (Entrevistado 18)

Não deixa de ser curioso o facto de uma das funcionalidades que mais parece agradar os entrevistados, o “*Feed* de Notícias”, esteja relacionada com a procura do outro e o saber um pouco mais do outro, no fundo, parece fazer sentido afirmar que a vigilância social, aspeto que irá ser aprofundado mais adiante, acaba por constituir também uma vantagem para os utilizadores:

“Eu sinceramente uso pouquíssimo o *Facebook*, neste momento, uso mais, às vezes, para ver um pouco onde as pessoas estão e o que fazem, às vezes por entretenimento e para saber quando fazem anos (risos)...” (Entrevistado 5)

“A mim dá-me jeito ir lá e ver as miúdas, ver as minhas amigas que agora metem as fotografias na praia, sinceramente...” (Entrevistado 8)

Quando é pedido aos entrevistados para se auto classificarem quanto ao nível de atividade na plataforma, metade deles considera ser passivo, cinco entrevistados posicionam-se num nível intermédio, existindo apenas três que consideram ser utilizadores ativos.

TABELA 6: Auto-classificação dos entrevistados e tempo despendido na plataforma

Entrevistado	Auto-classificação	Tempo despendido (h)
1	Passivo	1h30
2	Intermédio	10h
3	Passivo	30-35h
4	Intermédio	8h
5	Passivo	4-5h
6	Intermédio	2h
7	Passivo	7h
8	Ativo	14h
9	Intermédio	14h
10	Intermédio	2h
11	Passivo	2h
12	Ativo	7-10h
13	Passivo	2h
14	Ativo	5h
15	Passivo	7h
16	Intermédio	7h
17	Passivo	3-4h
18	Passivo	0h

Elaboração própria

Tendo em consideração a tabela apresentada, que relaciona o número de horas que os entrevistados referiram despendar na rede com a auto classificação dos mesmos no que diz respeito à atividade na rede, verifica-se, em primeiro lugar que metade dos entrevistados (9) consideram que são utilizadores passivos na rede, fundamentalmente, por não realizarem muitas publicações, nem despendar muitas horas na rede. Uma segunda ideia a reter prende-se com a existência de um certo nível de concordância nas respostas fornecidas, ou seja, parece existir um entendimento implícito entre os entrevistados no que diz respeito à relação que se estabelece entre o número de horas despendido na rede e a atividade na mesma, tal aspeto torna-se verificável se analisarmos o intervalo do número de horas referido pelos entrevistados e as auto-classificações propostas pelos mesmos. Se olharmos para o grupo dos utilizadores que consideraram ser passivos, verificamos que o intervalo do número de horas vai desde 0h até 7h com uma exceção, no grupo dos “intermédios” o número de horas varia entre 2h e 14h e, no grupo dos “ativos” o intervalo varia entre 5h e 14h. Porém, é necessário destacar o entrevistado 3 que se considera passivo; apresentando, contudo o maior número de horas despendido na rede, parecendo fugir à tendência descrita. Destaca-se também a resposta fornecida pelo entrevistado 18 que referiu despendar 0h, por semana, na rede, tal facto deve-se à forte inatividade que o utilizador tem vindo a apresentar nos últimos anos, a conta foi criada mas passado algum tempo surgiu um forte desinteresse que levou a um afastamento da plataforma.

No fundo, os entrevistados, ao nível discursivo e quanto à gestão/manutenção da conta, parecem atribuir alguma importância ao ato de filtrar a informação que é colocada na rede, porém, denota-se que existe desconhecimento da real quantidade de informação exposta e do real número de amigos, assim parece fazer sentido referir que o discurso adotado poderá não coincidir com as práticas registadas, ou seja, ainda que os utilizadores possuam a preocupação de referir que apenas disponibilizam os dados que consideram ser básicos e que aplicam restrições, não há uma clara noção nem controlo da forma como a informação é divulgada. Tal pode ser justificado pela distância temporal que vai desde o momento da criação da conta, até ao momento atual, contudo, tal desconhecimento pode também decorrer do facto de os utilizadores não reverem com alguma regularidade os dados que estão expostos nem os destinatários que a ela têm acesso. Relativamente às funcionalidades mais valorizadas pelos entrevistados, denota-se que o “*Feed de Notícias*” ganha algum destaque, o que demonstra que a possibilidade de ver o outro na rede constitui uma vantagem da plataforma que poderá contribuir para a permanência na mesma.

7.2. As amizades dentro e fora da rede: gestão dos fluxos de informação

No que diz respeito à gestão das relações dentro e fora da rede, Ellison, Steinfeld e Lampe, (2007 e 2011) e Lampe *et al.* (2006) referem que o *Facebook* é fundamentalmente utilizado

para gerir as relações que os utilizadores estabelecem fora da rede e não, contrariamente ao que se poderia esperar, para estabelecer novas relações, como já foi referido. Neste sentido, a compreensão da gestão dos fluxos de informação por parte dos utilizadores dentro e fora da rede, poderá contribuir para facilitar a compreensão das estratégias que são adotadas nos dois domínios e da forma como os utilizadores veem as duas realidades, ora pelo estabelecimento de pontes, ora pela identificação de diferenças.

Os entrevistados perante a questão: todos os amigos que tem no espaço *offline* sabem o mesmo sobre si, independentemente do grau de amizade? Responderam de forma relativamente imediata, afirmando que existe o critério do nível de amizade: amigos mais próximos terão acesso a mais informação e os mais distantes a menos. Porém, quando a questão remetia para o espaço virtual as respostas surgiram em sentido oposto, ou seja, a grande maioria dos entrevistados afirmaram não diferenciar a informação, toda a informação colocada na plataforma encontra-se disponível para toda a rede de amigos, sendo que apenas cinco afirmaram filtrar a informação em função dos destinatários da mesma. A “contradição” que se verifica entre a gestão dos fluxos de informação dentro e fora da rede poderá ser justificada pelos entrevistados quando estes referem que apenas colocam informação básica que pode ser visível por toda a sua rede de amigos. Contudo, se, por um lado a informação é considerada básica, por outro, ao não existir uma real noção, por parte dos destinatários, da totalidade de informação exposta na rede, os utilizadores podem ser confrontados com algo que não gostam que se tenha tornado público. Se no contexto real não andamos a espalhar a 300 pessoas, entre elas, amigos, familiares, conhecidos, não conhecidos, que estamos numa relação, que temos determinados interesses, que estivemos no local x a realizar determinada ação, será que na rede se torna adequado fazê-lo?

“No contexto do *Facebook* aquilo que eu publico, todos os amigos que eu tenho adicionados, veem todos o mesmo, não faço diferenciação...” (Entrevistado 2)

“Sim, no *Facebook* sim, porque...não faço restrição entre os amigos, por isso todos veem o mesmo...” (Entrevistado 4)

“Eu disponibilizei aquela informação para todos...” (Entrevistado 16)

“Aquilo que sabem é aquilo que ponho lá para saber, ora se eu ponho lá para saber, todos vêm, agora depende da importância que cada um dá...” (Entrevistado 18)

A possibilidade de um amigo dos entrevistados partilhar informação acerca deles com terceiros que lhes são desconhecidos, em espaço *offline*, conduziu a reações negativas por parte de um número muito alargado de entrevistados (11); chegando mesmo alguns deles a referir que a amizade poderia sofrer graves consequências. Enquanto quatro entrevistados mencionaram que seria necessário pedir autorização para um amigo seu poder partilhar informação com terceiros, um não acredita que tal possa acontecer. Outro entrevistado considera natural que amigos seus partilhem informação com terceiros, o que remete para

uma conceção de maior exposição da vida privada. Desta forma, parece fazer sentido afirmar que existe uma resistência significativa por parte dos entrevistados à partilha de informações a seu respeito dentro do espaço *offline*:

“Sim aí iria detestar ainda mais, o nível de amizade iria descer de certeza [partilha de informação com terceiros]...” (Entrevistado 1)

“Se calhar, não acho isso correto. Se calhar, uma pergunta a dizer, olha posso fazer...posso dar estes teus dados à outra pessoa?...” (Entrevistado 2)

“Para partilhar informação pessoal minha com quem quer que seja primeiro tem de me pedir autorização ou falar comigo...” (Entrevistado 3)

No contexto *online*, a mesma questão evoca percepções diferentes, ainda que a grande maioria dos entrevistados (13) continue a considerar que a partilha de informação com terceiros é algo que lhes desagrada e que cinco deles tenham referido tratar-se da mesma situação em contexto *online* e *offline*, três afirmaram que ainda que não estando satisfeitos com tal situação, tiveram que acabar por aceitá-la, outros três destacam a importância de pedir autorização e um refere que não se importa, ainda que não goste. Além destas respostas, dois entrevistados referiram que no contexto *online* tal partilha de informação é mais prejudicial do que no contexto *offline* e, portanto, ainda demonstram maior desagrado, outros dois referiram desvalorizar tal afirmação no espaço *online* e um referiu que aceitava bem esta situação. Tal como se pode verificar, o desagrado generalizado no contexto *offline* parece aplicar-se também ao contexto *online*, porém e após se compararem as respostas nos dois contextos, verifica-se que existe um número significativo de entrevistados (9) que alteraram a sua resposta quando a questão passou a remeter para o domínio virtual, nomeadamente, os entrevistados 1, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 16 e 17, todos eles demonstraram possuir diferentes percepções nos dois contextos, tendo as suas respostas, no contexto *online*, “caminhado” no sentido de tornar mais aceitável a partilha de informação dentro do espaço *online*, à exceção dos entrevistados 4 e 16 que alteraram no sentido de considerar mais prejudicial a partilha de informação dentro do espaço *online*, fundamentalmente, pela rapidez de propagação e o alcance. Neste sentido, e de forma a obter uma melhor compreensão das alterações, criam-se cinco categorias de utilizadores que apontaram para diferentes percepções nos dois contextos, sendo elas:

i. Dos que não aceitam aos que se tornaram permissivos:

“Eu publico e tenho noção que a lista dos meus amigos vão ter essa informação, mas a partir do momento em que esses meus amigos vão, também ter algum tipo de relação com essas minhas publicações os amigos deles também vão ver, não é? E se calhar, apesar de eu não poder evitar isso não é que eu goste muito, mas uma pessoa acaba por se mentalizar que é um pouco assim...” (Entrevistado 1)

“A informação a partir do momento que é publicada, passa para o mundo virtual e perde-se a noção, a sensação de privacidade, do meu ponto de vista...Eu sei que

no *Facebook*, eu tenho amigos e os meus amigos têm amigos, e isso cria uma cascata de divulgação, de expansão da informação...” (Entrevistado 8)

“Acho que no *Facebook*, já se torna público [toda a informação que disponibilizo]...” Entrevistado 10)

ii. Os que passam a aceitar melhor em contexto *online*:

“É assim, é mais desculpável [a partilha de informação no contexto *online*] porque não é tão racional, eu nunca tinha refletido muito sobre esse assunto... mas lá está, é a questão de nós nos expormos e depois de expostos, não sabemos muito bem para onde aquilo nos leva, ou quais são as consequências dessa...” (Entrevistado 7)

iii. Aqueles que não se importam:

“Acho que é uma opção nossa. Eu não me importo porque eu não sou daquelas pessoas que publica lá a vida toda e que expõem tudo...” (Entrevistado 9)

iv. Aqueles que desvalorizam tal partilha no espaço *online*:

“É assim, há diferenças do meu ponto de vista, porque eu atribuo muito mais valor à realidade em si, ao real e o cara a cara responsabiliza muito mais, não é? Eu também só partilho ali coisas que à partida eu sei que possam ser partilhadas e dali não vem mal nenhum...” (Entrevistado 12)

Não eles não partilham porque não a têm, tirando este grupo de amigos, que é o grupo real, não têm (...) a não ser que façam, sei lá tenham fotografias minhas que eu não tenha conhecimento por exemplo. (Entrevistado 18)

v. Os que consideram a partilha de informação mais prejudicial na rede:

“Se calhar ainda é pior, porque sendo o *Facebook* uma rede aberta, a partilha ainda ia ser para mais pessoas...” (Entrevistado 4)

“Ou seja, ainda que nos dois contextos seja a mesma situação, nós não controlamos a informação e ela pode chegar a todo o lado, mas no *Facebook* a velocidade é maior e é a propagação e o número de pessoas é maior...” (Entrevistado 16)

Tendo em conta as percepções diferenciadas nos dois contextos, torna-se perceptível que um número expressivo de utilizadores (7) olham para a partilha de informação dentro da rede como algo de não preocupante, acabam por desvalorizar, face ao contexto *offline*, o acesso que desconhecidos, como os amigos de amigos, possam ter à sua informação.

Assim sendo, denota-se que há diferenças nas percepções dos utilizadores nos dois contextos, no que diz respeito à forma como a informação é divulgada e à forma como ela é partilhada, ou seja, os utilizadores entrevistados parecem possuir percepções positivas acerca da disponibilização e partilha de informação na rede, ao passo que no contexto *offline* são mais seletivos e rigorosos na forma como a informação circula. Tais dados vão ao encontro do referido por Hull, Lipford e Latulipe (2011) quando afirmam que as normas de apropriação e

de distribuição sofrem mudanças no contexto do *Facebook*, tornando-se assim mais complexo para os utilizadores decidirem aquilo que é apropriado ser transmitido aos outros e a quem deve chegar a informação, o facto de terem que decidir *à priori* como aquela informação deve circular na rede, dificulta a tarefa.

Assim, e ainda que os entrevistados tenham referido que a informação exposta na rede não é prejudicial, colocam-se as seguintes questões: o que é uma informação não prejudicial? Não será prejudicial apenas para um tipo de pessoas com um tipo específico de relação? Um momento de diversão exposto na rede pode chegar a todos os meus amigos da rede? O meu patrão, que é meu amigo na rede, poderá, de facto ver tudo aquilo que exponho? No fundo todas estas questões, entre outras, podem culminar na seguinte ideia, será que, de facto, tudo aquilo que expomos na rede deve chegar a todos os amigos que nela possuímos? Se no contexto real, possuímos a clara preocupação de restringir os fluxos de informação, até com informações que consideramos não ser prejudiciais, o que se altera na rede? Todos devem saber que pratico futebol, sou do Sporting, vivo em Portugal, gosto de gelados e sou solteiro? Ainda que tais informações não aparentem ser prejudiciais, no contexto real existe a preocupação de não serem divulgadas ao mesmo número de pessoas que no contexto *online*. Outra ideia a reter, prende-se com a definição, por parte dos utilizadores, do que é aceitável e não aceitável, sendo que diferentes utilizadores podem possuir percepções diversificadas daquilo que se insere no âmbito do aceitável e daquilo que a ele escapa.

7.3. Percepções associadas à disponibilização de dados no *Facebook*

Tendo em consideração que o objetivo central da investigação aqui levada a cabo se prende com a análise das percepções que os utilizadores do *Facebook* possuem acerca da (potencial) vigilância a que estão sujeitos, é crucial analisar a forma como os entrevistados percebem as diversas vantagens e riscos que são inerentes à plataforma, procurando-se perceber, simultaneamente, se entre eles, é atribuído destaque à vigilância. Torna-se também relevante perceber se os utilizadores entrevistados confiam na plataforma no que diz respeito à forma como a mesma protege os dados que nela são disponibilizados. Além destes aspetos, irá também discutir-se a importância que os utilizadores atribuem à liberdade e à segurança, de forma a perceber se existe uma sobreposição ou um equilíbrio dos referidos valores.

Numa primeira fase, foi pedido aos entrevistados que referissem as vantagens da plataforma, de forma a perceber os motivos que conduziram à permanência na mesma. Sete entrevistados referiram diversos aspetos positivos, sendo de destacar a possibilidade de contactar com pessoas que não seria possível contactar de outra forma, fundamentalmente, pela distância:

“Uma forma de eu acompanhar a vida de quem não consigo ver no dia-a-dia, quem não consigo contactar...” (Entrevistado 5)

“Ter possibilidade de comunicar com uma pessoa que não se vê e que está longe e que através do Facebook a gente consegue comunicar como estando a falar cara-a-cara...”
(Entrevistado 15)

O número expressivo de vantagens identificadas pelos utilizadores conduziu à necessidade de criar o esquema que a seguir se apresenta, de forma a facilitar a compreensão das mesmas:

Vantagem	Entrevistados						
Possibilidade de contactar com pessoas que não seria possível contactar de outra forma	Ent. 3	Ent. 4	Ent. 5	Ent. 9	Ent. 11	Ent. 12	Ent. 15
Uma boa ferramenta de comunicação	Ent. 1	Ent. 8					
Carácter de instantaneidade	Ent. 8	Ent. 16	Ent. 18				
Mobilidade	Ent. 8						
Plataforma gratuita	Ent. 11						
O alcance da mesma	Ent. 5	Ent. 7	Ent. 13	Ent. 14	Ent. 16		
Encontrar pessoas com quem já se havia perdido o contacto	Ent. 2	Ent. 5	Ent. 16				
Gerir as amizades dentro da rede	Ent. 1	Ent. 6	Ent. 11	Ent. 14			
Possibilidade de publicitar/promover produtos, pessoas, eventos	Ent. 13	Ent. 14	Ent. 17				
Carácter de constante atualização (<i>Feed</i> de Notícias)	Ent. 12						
Saber um pouco mais sobre os outros e ter acesso a notícias	Ent. 6	Ent. 8	Ent. 10				
Possibilidade de conhecer novas pessoas	Ent. 4						
Capacidade de entreter e ajudar a passar o tempo, através das diversas aplicações	Ent. 4	Ent. 10					
A possibilidade de encontrar grupos e pessoas com os mesmos interesses	Ent. 17						
Possibilidade de mobilizar as pessoas para aderir a causas	Ent. 13	Ent. 18					

ILUSTRAÇÃO 2: Vantagens associadas ao Facebook identificadas pelos entrevistados

Elaboração própria

Tendo em conta as vantagens identificadas, é interessante perceber que num conjunto de dezoito entrevistados, apenas um tenha referido como vantagem a possibilidade de conhecer novas pessoas, o que vai de encontro ao referido por Ellison, Steinfeld e Lampe (2007 e 2011) e Lampe *et al.* (2006), quando afirmam que o Facebook será mais utilizado para gerir as relações que os utilizadores estabelecem fora da rede e não para estabelecer novas relações.

Numa segunda fase, os entrevistados identificaram os riscos associados ao uso da rede social, que, mais uma vez, de forma a facilitar a compreensão se apresenta na forma do seguinte esquema:

Riscos	Entrevistados									
Exposição	Ent. 2	Ent. 3	Ent. 4	Ent. 5	Ent. 11	Ent. 13	Ent. 16	Ent. 17	Ent. 18	
A falta de privacidade	Ent. 1	Ent. 12	Ent. 18							
Distorção de informações	Ent. 1	Ent. 10	Ent. 15							
O percurso deixado na rede	Ent. 8	Ent. 10	Ent. 18							
O desconhecimento do outro e a criação de falsos perfis	Ent. 2	Ent. 4	Ent. 9	Ent. 13	Ent. 14					
Desconhecimento da rede	Ent. 3	Ent. 13								
Dependência da rede	Ent. 1									
Roubo de identidade	Ent. 9									
Pedofilia	Ent. 3	Ent. 17								
Acesso à rede por parte de menores	Ent. 7	Ent. 11								
Isolamento e quebra nas relações <i>offline</i>	Ent. 12	Ent. 18								
Perigo de envolver a vida pessoal com a vida profissional	Ent. 5									

ILUSTRAÇÃO 3: Riscos associados ao Facebook identificados pelos entrevistados

Elaboração própria

Na sua quase totalidade (17) apontam riscos relacionados com a vigilância, embora de modo diversificado: metade aponta para questões relacionadas com a exposição em demasia, outros embora em número menos expressivo apontam para a falta de privacidade, a distorção/manipulação de informações, a impossibilidade de apagar o percurso deixado na rede que pode ter repercussões futuras, o desconhecimento que pode haver do outro com quem interagimos na rede e a criação de falsos perfis e o desconhecimento para poder gerir e filtrar os dados disponibilizados, tal como se verifica no esquema e nos seguintes excertos:

“Demasiada exposição da vida pessoal também, já vi casos em que expõem-se demasiado no *Facebook* a nível da vida pessoal... uma falha de segurança que é o facto de nem toda a gente saber mexer nas opções do *Facebook*...” (Entrevistado 3).

“A partilha exagerada de informação, das pessoas...” (Entrevistado 4)

“É fácil manipular...informação...o que será isto que no futuro pode ser usado contra mim?...” (Entrevistado 10)

“Eu acho que os riscos é sempre a falta de privacidade quando as pessoas não tem cuidado...” (Entrevistado 12)

“E então associo sempre este, esta... a questão da vigilância...Com esta vigilância, algures, nós não sabemos nem quem nos guarda, nem quem nos vigia...” (Entrevistado 13)

Sendo de destacar o referido por um entrevistado que, quando abordado com a questão dos riscos, parte para a comparação do *Facebook* com a PIDE²⁰, o entrevistado refere que enquanto a vigilância promovida pela PIDE era mais concreta, a vigilância promovida pelo *Facebook* encontra-se mais dispersa e não será tão fácil de a identificar:

“A PIDE é mais concreta...No *Facebook*, aquilo está muito mais diluído eu tenho essa noção, que estou a ser vigiado, mas não bate à porta a policia rapidamente para me prender...mas eu não sou ninguém lá está eu sou um Zé-ninguém...” (Entrevistado 10)

Tal comparação acaba por ser de muita importância, pois denota-se a existência de uma clara noção da vigilância institucional a que o utilizador se encontra sujeito, ainda que exista desconhecimento acerca do processo.

Os utilizadores entrevistados parecem possuir preocupações relacionadas com a exposição, privacidade e vigilância, tal como é também constatado por Netchitailova (2012). A grande maioria dos riscos identificados encontra-se intimamente relacionada com algumas questões: quem acede aos dados? Com que fins? E como são utilizados? A vigilância (social e institucional), de forma direta ou indireta, constitui uma preocupação para os utilizadores quando estes são chamados a pensar nos riscos da rede. Porém, tal como é referido por Hull, Lipford e Latulipe (2011: 294), ainda que estudos recentes, apontem para o que foi enunciado por Netchitailova (2012), os utilizadores, por diversos motivos, não conseguem agir de forma

²⁰ Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) - polícia existente em Portugal entre 1945 e 1969.

a proteger-se da (potencial) vigilância a que estão sujeitos, um desses motivos prende-se exatamente com a, já mencionada, arquitetura de exposição que estrutura toda a plataforma e conduz a que a mesma promova percepções erradas de risco.

Outro aspeto interessante a destacar, no que diz respeito aos riscos identificados é a questão do rastro digital que todos os utilizadores vão deixando na rede e que não é possível apagar, uma vez que os dados permanecem no sistema. Neste sentido, Conti e Sobiesk (2007), referem que ainda que os utilizadores possuam a noção de que muita da informação que disponibilizam permanece no espaço virtual, parece haver uma desvalorização desse facto uma vez que os utilizadores continuam a divulgar grandes quantidades de informação, ou seja, mais uma vez, ainda que exista tal preocupação, as práticas não vão no sentido das percepções.

Relativamente à confiança depositada na plataforma quanto à proteção dos dados, a esmagadora maioria dos entrevistados (12) não confia na rede *Facebook*, tal como se pode verificar:

“Não [confio], claro que não, até porque já houve diversas notícias a dizer que...os dados do *Facebook* do foro privado tinham acabado por ser expostos...” (Entrevistado 1)

“Não confio, em primeiro lugar porque eles têm os interesses deles, económicos...traz consigo exatamente a questão de divulgarem os nossos dados...obviamente não estão para me servir a mim mas para se servirem de mim...” (Entrevistado 7)

“Eu acho que não, não confio muito, depois é assim também só lá ponho aquilo que me interessa... Acho que aquilo é como lhe digo aquilo é o nosso amigo, o nosso *Big Brother*, o nosso *Big*, o nosso irmãozinho que está lá em cima e vê aquilo tudo pah, basta eu ser crente e acreditar em Deus...” (Entrevistado 10)

Até que ponto a comunicação social²¹ poderá contribuir para fomentar tais percepções? Fundamentalmente, no que diz respeito à vigilância institucional, onde casos relacionados com o acesso a dados por parte de grandes organizações passa a fazer parte do discurso dominante.

Apenas 6 entrevistados, centrando-se muito na sua própria experiência e de curto prazo, referiram acreditar que a plataforma garante, de facto, a proteção dos seus dados:

“Penso que sim...Para já nunca tive problemas, não é, mas, nesse ponto, mas penso que isso deve ter um tipo de segurança para isso mesmo, não é?...” (Entrevistado 6)

“Eu confio, até ao momento em que seja outra ida, a partir daí, deixo de confiar...” (Entrevistado 15)

²¹ Tal como é referido por Gonçalves e Barbosa (2011) tem vindo a ser noticiada a utilização indevida dos dados dos utilizadores por parte do *Facebook*, o que representa uma clara violação do acordo/contrato que se estabelece entre utilizador e a plataforma, na sua expressão mais vasta.

“Sim, acho que sim, é por isso que eles têm aqueles níveis de segurança...aquilo deve ter algum tipo de segurança...” (Entrevistado 16)

Tal confiança assenta no facto dos utilizadores nunca terem tido qualquer tipo de problemas relacionados com os dados que colocaram na plataforma, quase todos os entrevistados que afirmaram confiar, deixaram bem claro que a partir do momento em que a rede utilizasse os seus dados de forma indevida a confiança acabaria, como seria de esperar.

O ceticismo partilhado por muitos dos respondentes relativamente à plataforma acaba por não ir ao encontro de Raynes-Goldie (2010), quando considera que os utilizadores centram mais as suas preocupações na preservação da privacidade social. Contrariamente, indo ao encontro do referido por Netchitailova (2012), os utilizadores entrevistados nesta pesquisa preocupam-se com a sua privacidade, não só no que respeita à vigilância social como também à vigilância institucional:

Não, não a 100%, não confio neles para proteger todos os dados...não acredito muito que eles façam um grande esforço para proteger os nossos dados, é uma oportunidade para faturar sobre isso...acho que na primeira oportunidade eles fazem o que for mais conveniente para eles...” (Entrevistado 5)

“Não [confio]...Porque o Facebook é uma empresa privada...estando aos serviços de interesses privados eu acho que está tudo dito, é coisa coletiva, o interesse comunitário não está salvaguardado, por isso mesmo há aí um espaço de vulnerabilidade por parte dos utilizadores...” (Entrevistado 8)

Se calhar não [confio] totalmente...Se calhar não tem aquela vigilância ou aquele poder de tentar manter isso o mais privado possível... se calhar os dados podem fugir de alguma forma, e parar a outros lados, não é?...” (Entrevistado 9)

O argumento “não tenho nada a esconder”, anteriormente analisado, serve de base para iniciar um debate em torno do binómio liberdade/segurança. Nesta investigação pediu-se aos entrevistados que analisassem a seguinte frase: “Não me importo que acedam a informação a meu respeito, pois não tenho nada a esconder”, de forma a perceber se o entrevistado valorizava a segurança em detrimento da liberdade ou vice-versa. Só dois entrevistados concordam com a afirmação, contrariamente à quase totalidade dos respondentes que valorizam acima de tudo a sua liberdade, onde salientam que nem todos os aspetos da sua vida serão para expor, existindo sempre algo a esconder. Dos 18 entrevistados, 16 afirmaram não concordar com a afirmação, nem que fosse apenas em parte, esta grande maioria dos entrevistados referiu que a vida pública e privada são para manter separadas:

“Verdade porque não tenho realmente nada a esconder, Falso porque mais uma vez só devem aceder aquilo que eu partilho e não aquilo que eu não partilho. Tudo aquilo que eu não partilhar é privado...” (Entrevistado 3)

“Não é questão de não ter nada a esconder, tem a ver com...nós não temos de nos expor para o mundo, não é? Eu não tenho de me dar com toda a gente...” (Entrevistado 5)

“Todos nós temos algo a esconder, todos nós até temos algo a esconder de nós próprios, quanto mais dos outros, porque isso faz parte da característica humana...” (Entrevistado 7)

7.4. Vigilância social e vigilância institucional: que percepções?

Para Sinn e Syn (2013), o estabelecimento de conexões sociais e a vigilância social representam as motivações centrais para os utilizadores se manterem fieis à plataforma. Poder ver as páginas dos outros utilizadores e as suas fotografias e publicações são maneiras de poder rastrear e acompanhar as ações, interesses e crenças dos amigos e das comunidades mais abrangentes em que se encontram inseridos (Bumgarner, 2007 e Lampe *et al.*, 2006).

Este tipo de vigilância, caracterizada por Lampe *et al.* (2006) como “procura social” ou “navegação social”, tornou-se parte integrante da plataforma, sendo promovida pela mesma, fundamentalmente, através do seu “*Feed de Notícias*” onde o percurso de outros utilizadores é exposto, o já referido jornal da vida privada. Tal interesse pelo percurso digital de outros utilizadores ganha destaque com a veracidade dos dados que são expostos. Os utilizadores utilizam esta possibilidade de vigilância promovida pela plataforma para conhecer melhor pessoas com quem estabelecem uma relação dentro e fora da rede. Esta vigilância de outros ocorre, frequentemente, de forma recíproca, onde a exposição de grandes quantidades de informação funciona como combustível que a permite avançar (Gross e Acquisti, 2005).

Associados ao conceito de vigilância social, encontram-se os conceitos de “voyeurism” e exibicionismo (Bumgarner, 2007). O conceito de “mediated voyeurism”, definido como “o consumo de imagens e informação (reveladas) sobre a aparente vida real e desprotegida de outros, onde o entretenimento pode representar uma justificação, dando-se, frequentemente, em detrimento da privacidade e da exposição, através dos meios de comunicação e da internet” (Calvert, 2000: 2 e 3, tradução própria) fornece importantes pistas conceptuais que conduzem à compreensão das motivações que levam os utilizadores a aderir e manter-se na plataforma, os utilizadores do *Facebook* podem envolver-se neste “mediated voyeurism” ao procurar outras pessoas com quem se possam relacionar, para procurar conhecimento acerca de outros e/ou aumentar a auto-estima ao ridicularizar outros.

Porém, o “voyeurism” não seria possível sem a existência de um outro fenómeno, o exibicionismo, sendo exatamente a predisposição para os utilizadores colocarem informações na plataforma que permite a existência de um interesse em procurar o outro na rede. As motivações por detrás deste fenómeno, segundo Calvert (2000) serão a necessidade de clarificar ou expressar a identidade, a necessidade de se validar, a necessidade de divulgar informação pessoal para desenvolver um relacionamento e a necessidade de exercer controlo social. O *Facebook* pode fomentar este exibicionismo, através da criação de perfis, os utilizadores podem clarificar a escolha das suas identidades, podem-se validar ao estabelecer uma grande rede de amigos e, ao estabelecer uma conta no *Facebook*, os utilizadores deixam

em aberto a oportunidade de se relacionar com outros. Os utilizadores exercem controlo social ao decidir quem entra na sua rede de amigos (Bumgarner, 2007).

Posto isto e tendo em consideração os dados recolhidos, verificou-se que a grande maioria dos entrevistados (15) possui interesse em ver publicações de amigos ou relacionadas com eles:

“Gosto de ver aquilo que eles publicam. Mas se eles não disponibilizarem, eu também não sei se eles publicam ou não, portanto...Curiosidade...” (Entrevistado 3)

“Sim, é importante... Porque gosto de comentar as coisas também, interagir com eles, por isso é importante ver o que eles publicam... Sim, basicamente sim. Ter uma ideia do que eles fazem...” (Entrevistado 4)

“É importante porque gosto de estar a ocorrer daquilo que eles [amigos do *Facebook*] fazem também, não é? Pronto. É essa a razão talvez...” (Entrevistado 6)

“Eu acho que é mais importante eu ver o que os outros publicam...Eu acho que aí está uma característica intrínseca ao humano que é saber e descobrir o íntimo do outro, que é um impulso, que é uma questão algo filosófica...” (Entrevistado 8)

“Sim... Como dizia antes é uma forma de acompanhar, a vida deles e de estar sempre a par do que é que se passa (risos). E acho que funciona um bocadinho assim o *Facebook* que é um bocadinho cuscar, ah..... a vida dos outros...” (Entrevistado 9)

Deste modo, não será absurdo presumir que a permanência na plataforma poderá ter na base, além de outros fatores, esta possibilidade de vigilância social, onde o interesse pelo outro na rede faz com que os indivíduos se mantenham ligados. Apenas três dos entrevistados, escapando ao voyeurismo crescente e ao interesse pela vida privada de outros, referiram não se interessar com tais publicações.

Face à questão: sabe mais dos seus amigos consultando o *Facebook* ou na sua interação em contexto real? As percepções dos entrevistados dividiram-se entre dois grandes tipos, quase metade (8) afirmaram que conhecem sempre melhor os amigos em contexto *offline* e os restantes (9), à exceção de um que nunca tinha pensado no assunto, afirmaram que dependia dos amigos, mas que, de facto, havia alguns que conheciam melhor em contexto *online*:

“Eu recentemente tive dois amigos de infância que foram pais e soube pelo *Facebook*...Sei mais [dos meus amigos] pelo *Facebook*, há pessoas que eu até já me tinha esquecido delas se não fosse o *Facebook*...” (Entrevistado 8)

“Depende. Eu tenho, a maior parte dos meus amigos estão fora da Covilhã... ou seja, tenho muito mais acesso à vida deles através do *Facebook*...” (Entrevistado 9)

“Às vezes, acontece saber mais [dos meus amigos no *Facebook*], infelizmente, às vezes acontece isso. Sim, sim...” (Entrevistado 14)

Não deixa de ser interessante verificar que metade dos entrevistados admita conhecer melhor alguns dos seus amigos em contexto *online*, demonstrando, desta forma, a importância que, observar o outro, pode ter dentro da rede. Parece que, de facto, a vigilância social constitui

um forte “isco” para os entrevistados, esta janela da vida do outro parece aliciar e conduzir a despender algum tempo na plataforma. De facto o “voyeurism” e o exibicionismo supramencionados parecem possuir alguma importância no contexto do *Facebook*²².

Da vigilância social passamos agora para a vigilância institucional, que diz respeito ao uso que é dado à nossa informação pelo *Facebook* e pelas várias instituições que, direta ou indiretamente, acedem à informação de que a rede dispõe. Segundo Raynes-Goldie (2010), parecia fazer sentido afirmar que a vigilância institucional, pela sua invisibilidade passaria mais facilmente despercebida ao utilizador comum, constituindo, desta forma, a vigilância social uma preocupação mais próxima. Tendo em conta as percepções dos entrevistados, verificou-se que a vigilância social constitui, simultaneamente, o fruto “proibido” mas desejado, aquilo que os outros que nos são próximos podem, eventualmente, vir a saber que nos possa, de alguma forma, prejudicar a diferentes níveis constitui uma preocupação para os entrevistados. Porém, interessa também perceber se o mesmo se passa com a vigilância institucional, ela fará parte das preocupações dos entrevistados? Como é vista? Os utilizadores analisados pensam nela?

Os entrevistados mostraram, numa primeira fase, algum desconhecimento sobre a possibilidade de alguém ou alguma entidade aceder aos dados disponibilizados na rede, sendo que onze entrevistados consideraram que não conseguiam conceber quem pudesse ter acesso aos seus dados, além das pessoas que tinham selecionado para tal, tendo afirmado também que acreditavam que a plataforma os protegeria de alguma forma:

“Gosto de acreditar que ninguém tem acesso (risos)...Nós temos as opções que nos permitem bloquear o acesso não é?...se nós não colocarmos isso acaba por ser culpa nossa...” (Entrevistado 9)

“Eu presumo que os sistemas de segurança devem ser fidedignos, não?...” (Entrevistado 10)

“Se calhar, sei lá, não sei. Não sei muito bem [quem poderá ter acesso aos meus dados, além das pessoas que seleccionei]...Não, não sei, mas essas pessoas, sejam pessoas mal-intencionadas ou então...bisbilhoteiras...” (Entrevistado 15)

Porém, quando questionados de forma mais direta sobre a existência de entidades que possam aceder aos seus dados, os entrevistados exprimem que conhecem algumas organizações com poderes para aceder. Dos entrevistados, cinco referiram ter conhecimento que as empresas de marketing e a própria plataforma poderiam aceder aos seus dados, contudo, dois deles afirmaram desconfiar da possibilidade de tais entidades acederem aos seus dados, fundamentalmente, porque nunca tiveram problemas. Destaca-se também o

²² Porém, admite-se a possibilidade de outros fatores, além da vigilância social, pesem na decisão de permanecer na plataforma.

discurso de um dos entrevistados (Entrevistado 8) que referiu que admitia a possibilidade de existir vigilância institucional, mas que, o mais provável, seria nunca se aperceber da mesma:

“Eu tenho noção que todas as empresas de publicidade e marketing tem acesso a essa informação [que eu publico]...acabam por criar todo um perfil de todos os utilizadores, empresas essas que estejam associadas ao *Facebook*...” (Entrevistado 1)

“As pessoas que pertencem à organização do *Facebook*, esses têm acesso a todos os meus dados, tudo o que eu publico, tudo o que eu faço, lá eles têm acesso, porque eles são os donos da empresa...” (Entrevistado 5)

“Todos os gestores e todas as pessoas que estão por trás desse sistema [terão acesso aos meus dados]...todas as empresas... empresas comerciais que estão ligadas ou que patrocinam o próprio *Facebook*... porque não é por acaso que quando eu vou ao *Facebook* aparecem-me várias publicidades e é disso que eles vivem naturalmente...” (Entrevistado 7)

“Se eles fizerem uma utilização que vá para lá das normas atuais...eu se calhar, nem dou conta...” (Entrevistado 8)

O facto de a plataforma obter lucro com base nos dados disponibilizados pelos seus utilizadores é algo que parece constituir uma evidência para a quase totalidade dos entrevistados (17), sendo que dois deles referem nunca ter pensado no assunto e apenas um acredita que o *Facebook* não utiliza os dados dos utilizadores para gerar lucro. Dos entrevistados que acreditam que haja lucro por essa via, sete veem o processo como sendo natural, uma vez que os utilizadores estão a usufruir de um serviço gratuito, oito entrevistados admitem não gostar da ideia, mas referem que se trata de algo normal:

“Temos de ver que o *Facebook* precisa de algum rendimento...se ele não vai utilizar as nossas informações para gerar lucro, como é que a plataforma se vai sustentar?...” (Entrevistado 1)

“Eu penso que tudo tem que ter lucros, não é?... Não, se estão a utilizar um serviço tem que ser, acho que deve ser pago...” (Entrevistado 6)

“Se é uma rede social tão usada, é claro que eles têm de lucrar com isso....Sim, não é que ache muito bem [a rede ter lucro com as nossas informações], mas é normal, é o que acontece...” (Entrevistado 4)

Os entrevistados têm pois consciência de que a plataforma obtém lucro com base nos seus dados, alguns deles vão ainda mais longe ao referir que se trata de algo natural, pois estamos na presença de uma troca, o utilizador usufrui de um serviço e, portanto, será normal que a plataforma vise o lucro com base nos dados que o mesmo disponibiliza. Durante as entrevistas, percebia-se que a maioria dos entrevistados via a busca pelo lucro, por parte da rede social, como algo inevitável, mesmo quando questionados acerca da possibilidade de uma rede social poder existir sem o intuito do lucro ou acerca da possibilidade de consegui-lo por outras vias que não implicassem o uso dos dados dos seus utilizadores, os entrevistados demonstravam tal não ser muito viável. Assim sendo, e ainda que a vigilância institucional

possa ser caracterizada pela sua invisibilidade, os utilizadores percebem a dinâmica da rede e, como tal, não possuem um desconhecimento da vigilância que os rodeia.

Relacionada com a questão do lucro, anteriormente analisada, encontra-se a questão: qual a sua opinião sobre a existência de parceiros comerciais do *Facebook*? Face a tal interrogação, os entrevistados mantiveram, como seria de esperar, uma resposta no sentido da anterior, ou seja, consideram natural a existência de tais parceiros. Neste caso, dezasseis entrevistados consideraram natural, sendo que três admitiram não gostar, mas consideraram uma inevitabilidade. Apenas dois utilizadores referiram nunca ter pensado em tal situação:

“É [legítimo existirem parceiros comerciais], e está consignado nos termos de acesso ao *Facebook*, agora, quem não está bem, muda-se...vão ter sempre características nossas para nos meter lá publicidade e para nos vender coisas...” (Entrevistado 8)

“Então, tem que ter parceiros comerciais o *Facebook*... Porque nada é sustentável sem lucro...” (Entrevistado 11)

“É natural esses parceiros [comerciais], sim...Alias, até tem toda a logica, não é? (risos) que é para ganharem o lucro...” (Entrevistado 17)

Tal como já foi referido, o *Facebook*, através da sua Política de Utilização de Dados (accedida a 26 de janeiro de 2014), revela que partilha as informações dos utilizadores com os seus “parceiros, anunciantes que comprem anúncios no *site* e os programadores que concebem os jogos, as aplicações e os *sites*” que são acedidos pelos utilizadores. Tendo em conta tal facto que a própria empresa dá a conhecer, optou-se, na presente investigação, por analisar a percepção dos entrevistados face à possibilidade dos criadores de aplicações poderem aceder aos seus dados, bem como à sua lista de amigos. Onze dos entrevistados não concordam com tal ação levada a cabo pela rede:

“Não...Só se eu der autorização...Se der autorização, pode aceder... Muitas vezes, não aceito jogar um determinado jogo exatamente porque pede para aceder a informação ou divulgar nos amigos e só por causa disso já não uso...” (Entrevistado 11)

“Aí eu não concordo [que acedam aos meus dados e lista de amigos]... Até porque eu tenho os jogos todos bloqueados no *Facebook*, não concordo precisamente porque é algo que eu não gosto, não autorizo e não quero...” (Entrevistado 12)

“Não...Porque estão a usar dados pessoais e isso é aquela análise de mercado, não é?” (Entrevistado 18)

Sendo que três deles afirmaram aceitar, ainda que não concordem, outros três entrevistados demonstraram alguma indignação com a ideia de os criadores poderem aceder à lista de amigos, afirmando que não deveriam ter esse direito, uma vez que quem acedia à aplicação eram eles e não os amigos:

“Não concordo que tenham acesso, acho que efetivamente devem ser os amigos a sugerir...” (Entrevistado 5)

“Não, talvez não, talvez não deva entrar na parte dos amigos...” (Entrevistado 6)

“É assim, eu concordo, não concordo mas, ninguém dá nada sem receber nada em troca não é?...” (Entrevistado 7)

“Não [concordo]....Aí está se...mas isto considerando que não tem os termos de utilização...” (Entrevistado 17)

Não só indignados com a ideia de os criadores acederem à lista de amigos, mas também com a ideia de acederem aos seus dados, cinco utilizadores mostraram o seu desagrado, tal como se pode ver nos discursos mencionados. Por nunca terem acedido a nenhuma aplicação, três utilizadores optaram por não responder, sendo que um entrevistado afirmou desconhecer totalmente tal informação.

Tendo em consideração alguns casos mais mediatizados, no que diz respeito ao acesso a dados de redes sociais digitais por parte de agências de segurança dos Estados, considerou-se pertinente evocar as percepções dos entrevistados. Anteriormente, quando se analisou o argumento: “não me importo que cedam a informação a meu respeito, pois não tenho nada a esconder”, no debate entre liberdade e segurança, parecia ser correto afirmar que a liberdade havia “ganho” tal duelo de titãs, porém, quando a questão se coloca da seguinte forma: concorda que as agências de segurança dos Estados tenham acesso à informação que disponibiliza no Facebook? As respostas de metade dos entrevistados apontam para um equilíbrio face aos dois lados do binómio segurança/liberdade, ou seja, não gostam mas concebem que o Estado aceda aos seus dados (ex: em casos de pedofilia). Praticamente a outra metade dos entrevistados (8) afirmam concordar, uma vez que é para o bem da nossa segurança. Existindo apenas um entrevistado que não concorda. Deste modo, apresentam-se alguns exemplos dos dois grandes tipos de resposta:

i. Os que apontam para o equilíbrio face aos dois lados do binómio segurança/liberdade:

“Não, de todo [não concordo que cedam]...Porque mais uma vez, é informação privada, que eu disponibilizo. No entanto, existe uma pequena área cinzenta que é a questão da pedofilia...” (Entrevistado 3)

“Muito complexa mesmo, mas eu acho que sim. Mas ao mesmo tempo também não, porque realmente não têm autorização para o fazer, não é? Mas acho se desconfiam... Isso é uma pergunta tão complicada (risos). Por um lado é para ajudar, e por outro, acaba por não ser...” (Entrevistado 14)

“Faz parte, não gosto, mas faz parte, tão eles apanham os ladrões e tal...” (Entrevistado 18)

ii. Os que apostam na segurança:

“Concordo, alias até acho melhor e mais benéfico para nos próprios que seja o Estado a ter acesso a essa informação do que os parceiros comerciais...” (Entrevistado 1)

“Sim, acho que é importante isso...Existem várias situações, acho que é importante as pessoas saberem com quem é que estão lidar...” (Entrevistado 2)

“Isto é um assunto bastante delicado. Se for por uma questão de segurança, sim, não é?...” (Entrevistado 5)

“É capaz de justificar isso, por uma parte de segurança, talvez, não é?...” (Entrevistado 6)

Face a esta questão, mais do que a liberdade, os valores relacionados com a segurança parecem emergir. A segurança em detrimento da liberdade e da privacidade parecem ser cruciais quando existem riscos que podem colocar em causa o bem-estar físico e moral do indivíduo; parecendo também que os entrevistados têm confiança nas, já referidas, agências de segurança dos Estados, uma vez que acreditam que elas atuam com base nos interesses dos cidadãos ainda que refiram que podem existir e já existiram comportamentos abusivos.

O acesso que uma qualquer empresa possa ter aos dados dos utilizadores de uma rede como o *Facebook* parece não agradar a metade dos entrevistados, para estes não faz qualquer sentido que cedam aos seus dados:

“Não...Eu se quiser que as empresas tenham a minha informação, eu dou-lhes a minha informação. Nem pensar...” (Entrevistado 5)

“Não (risos)...Porque não (risos). Eu acho que nós devemos saber, aliás nós é que devemos decidir para quem é que os nossos dados vão...” (Entrevistado 9)

“Não, eu continuo a dizer que o *Facebook* é uma página pessoal e que toda a informação é dada...se eu tiver interesse em que as empresas vejam, ponho disponível e ponho visível...” (Entrevistado 14)

Cinco respondentes consideram natural o acesso das empresas aos dados do *Facebook* e apenas dois utilizadores referiram que as empresas nunca poderiam ter acesso aos seus dados de forma direta, sendo que um considerava que tal só poderia acontecer com a sua autorização, o que evidencia um desconhecimento da dinâmica da plataforma.

No fundo, e mais uma vez, os entrevistados mostram alguma preocupação com a vigilância institucional, ainda que de um modo mais superficial, pois, quando a questão colocada é vaga e geral (como por exemplo: além das pessoas que selecionou, quem mais pode aceder à sua informação na rede?), os entrevistados possuem dificuldade em responder, porém, se a questão se tornar mais direta (como por exemplo: concorda que as empresas cedam? Concorda que o Estado aceda? Concorda que os criadores de aplicações cedam?), os entrevistados demonstram que a vigilância institucional é algo que os preocupa e torna-se uma realidade menos invisível.

A questão da vigilância institucional encontra-se fortemente ligada à criação de perfis que tipificam os utilizadores e os colocam em “gavetas” com características que, de alguma forma, os identificam.

Um dos riscos identificados pelos entrevistados estava relacionado com a criação de perfis falsos, numa questão procurou-se aprofundar as consequências que poderiam estar associadas à criação de perfis virtuais, os resultados apontaram para quatro grandes consequências que, com alguma ironia e de forma a facilitar a compreensão, irão ser colocadas em “gavetas”:

i. O perfil traçado não corresponde à realidade (7 entrevistados):

“Se eu me meter em sarilhos se calhar, pode ter, ou se por algum motivo eu for exposta em tribunal, eu posso ter um perfil de *Facebook*, que até nem sou eu...” (Entrevistado 11)

“Para mim, acho que não, porque o que eu tenho no meu perfil também não dá muito para, enfim, só se for distorcido, lá está, só se a informação for distorcida à maneira deles...” (Entrevistado 15)

ii. O perfil traçado interferir com a vida profissional (três entrevistados):

“Por exemplo houve aí a polémica, não sei se quer que eu fale sobre isto ou não, mas... da professora que tinha fotos todas pomposas no *Facebook*...“Tasse bem” qual é que é o problema? Se ela for uma boa professora, porque é que há-de ser despedida? Quer dizer a partir do momento em que nós temos uma profissão não podemos ter vida pessoal?...” (Entrevistado 1)

“Depende, há países que não contratam ninguém sem que essa pessoa lhes dê acesso à sua página pessoal do *Facebook*. Não concordo de todo com isso. A vida pessoal do *Facebook* que se é exposta no *Facebook* independentemente se é todo ou apenas parte, apenas à pessoa diz respeito...” (Entrevistado 3)

“Por isso é que quando saímos da universidade e vamos para o nosso mundo profissional nós apagamos a maior parte das fotografias que lá estão, não é?... Porque a minha vida profissional não tem nada a ver com a minha vida pessoal, não é? Eu sou uma pessoa séria na minha vida profissional e se calhar não sou assim tão séria na minha vida pessoal...” (Entrevistado 9)

iii. O assédio com publicidade com base no perfil traçado (três entrevistados):

“Eu sou completamente depois incomodada com ofertas de produtos e de serviços que a mim não me interessam minimamente, mas como acham que o meu perfil é esse, estão sempre a assediá-me e ainda por cima eu acho que esses perfis não estão bem traçados...” (Entrevistado 5)

“Poderá haver no contexto geral, vão encontrar gajos parecidos comigo nas minhas ideias, epa este gajo tem este perfil mais ou menos, para este gajo vende-se isto...” (Entrevistado 10)

iv. Serem realizados juízos de valor em relação ao perfil traçado (quatro entrevistados):

“O perfil pode ter consequências se for utilizado para tomar decisões ou para fazer juízos sobre mim...” (Entrevistado 11)

“Eu não sei, se calhar pode trazer consequências, por exemplo, se eu disser que sou a favor das touradas, há ali muita gente, há não sei quantos mil que vão cortar relações comigo...” (Entrevistado 16)

Os referidos entrevistados possuem noção de que existem consequências associadas à criação de um perfil virtual e conseguem enumera-las, ainda que tenham demonstrado alguma dificuldade numa primeira fase. Todas as consequências identificadas podem encontrar pontes entre si, sendo que um perfil mal traçado²³, ou que não corresponda à realidade, pode ter impacto na vida profissional, por exemplo. Os entrevistados mencionaram também o controlo que o Estado pode ter com base nos nossos perfis:

“Para mim essa é a grande consequência, quando é um Estado de facto a controlar a nossa informação...” (Entrevistado 7)

“O Orwell aí tem uma proposta interessante, o 1984, e nós não seríamos mais do quase robot perante uma máquina que era o estado, há um risco de todos nós sermos transformados em marionetas, eu não descoro essa possibilidade...há a criação e segmentos de categorias de indivíduos, a categorização, a adjetivação de indivíduos é muito, é um potencial resultado desta catalogação que pode ser feita, que tem potencial, no espaço digital...” (Entrevistado 8)

Para cinco utilizadores a criação de um perfil virtual não terá qualquer consequência nas suas vidas, já para outros dois dos entrevistados a questão nunca havia sido examinada aprofundadamente. Sendo que um afirmou nunca ter pensado nisso (Entrevistado 6) e outro referiu não se preocupar com a situação, pois não tem nada a esconder (Entrevistado 4), onde mais uma vez a questão da segurança vs liberdade emerge.

Os utilizadores, através das diversas informações que colocam na rede, como histórias pessoais, fotografias e interesses (livros, músicas, filmes e citações favoritas) têm a possibilidade de apresentar uma versão do seu *self* (representações múltiplas do seu “eu”, uma versão favorável sua ou uma versão do seu “eu” que gostariam de atingir, uma espécie de melhor versão possível mesmo que apenas represente uma realidade no seu imaginário), tal como é verificado por Dimico e Millen (2007), Toma (2010), Zhao *et al.* (2008) e Sinn e Syn (2013).

De facto, muito se pode aprender com base na forma como os utilizadores do *Facebook* criam e gerem os seus perfis. Num estudo levado a cabo por Zhao *et al.* (2008) verificou-se que mais de metade da população estudada (67%) apresentava textos para se auto-apresentarem aos restantes utilizadores. Num outro estudo, Lampe *et al.* (2007) refere que os utilizadores do *Facebook* preenchem cerca de 59% dos campos disponíveis no perfil.

²³ Admite-se que mesmo que o perfil seja bem traçado ele possa vir a ter consequências para os indivíduos.

Os autores anteriormente mencionados referem também que os perfis que são criados no Facebook, geralmente, aproximam-se da realidade, uma vez que os utilizadores deixaram de usar o anonimato. Optam por transportar a sua identidade *offline* para o mundo *online*, criando, desta forma, um perfil fiel à realidade, o que torna as consequências da criação de perfis uma realidade com mais expressão. Refira-se também que o tempo despendido na plataforma e o número de amigos parecem, segundo Lampe et al. (2007), influenciar a quantidade de informação que os utilizadores colocam nos seus perfis.

Tal aspeto, perante o discurso dos entrevistados, será apenas verdade em parte, pois se, por um lado, os entrevistados, no âmbito desta dissertação, não referem colocar informação falsa, por outro, referem colocar uma pequena quantidade de informação o que, em parte, poderá contribuir para minimizar as consequências associadas à criação de um perfil virtual. Porém, o já referido desconhecimento dos dados incluídos volta a potenciar os riscos.

Após esta análise aos dois tipos de vigilância (vigilância social e institucional) é importante perceber para quem direcionam, os utilizadores, a responsabilidade de proteger os seus dados em ambiente virtual. Os dados foram ao encontro do referido por Conti e Sobiesk (2007) que, embora não tenham usado na sua análise uma rede social, aperceberam-se que os utilizadores da Internet, de uma forma geral, responsabilizam-se a eles próprios no que toca à proteção das suas informações em ambientes *online*. A esmagadora maioria dos entrevistados (14) colocaram em si próprios, numa primeira fase, a responsabilidade de filtrar e proteger os seus dados na rede, sendo que apenas três remeteram a responsabilidade para a própria plataforma:

“Os principais culpados acho que são as pessoas que colocam os dados... porque só se sabe o que eu der a saber...” (Entrevistado 4)

“Sim, sim. Eu penso que nos cabe sempre a nós a responsabilidade do que a gente faz ali, sempre...” (Entrevistado 12)

“Era logo a mim própria [que colocaria a responsabilidade], que sou eu que coloco lá a informação...” (Entrevista 18)

Em suma, tanto a vigilância social como a institucional constituem preocupações para a maioria dos entrevistados, porém, talvez pelo carácter de proximidade, a vigilância social encontra-se, claramente, mais visível no discurso dos utilizadores inseridos na análise. Tal vigilância, ora pelo seu carácter de atratividade, ora pelos riscos que acarreta encontra-se, fortemente, presente quando se aborda a temática da vigilância no Facebook. Por sua vez, a vigilância institucional só se torna mais perceptível com questões concretas e claras, sendo que, mesmo com elas, existe algum desconhecimento. Tratando-se de uma realidade mais distante e invisível, ainda assim, não é possível afirmar que tais questões não preocupam os entrevistados, eles possuem receios concretos, ainda que o inimigo que receiam não seja totalmente conhecido; o que vai de encontro ao defendido por Netchitailova (2012) quando

refere que os utilizadores se preocupam com a sua privacidade, não só os aspetos sociais como também os aspetos institucionais da mesma, contrariamente ao referido por Raynes-Goldie (2010), ou seja, os utilizadores preocupam-se com o acesso às suas informações por parte de outros utilizadores, mas também se preocupam com o que poderá vir a acontecer com as informações que disponibilizam, onde “entram em jogo” diversas entidades, sendo de destacar o papel dos parceiros comerciais da rede.

Outro aspeto interessante a destacar prende-se com a forma como a vigilância social evolui na plataforma, ou seja, o facto dela constituir-se como algo de interessante na rede é exatamente aquilo que a torna perigosa. Os utilizadores gostam de observar o outro na rede e de seguir os seus passos, sendo também eles aliciados a exporem-se para que possam continuar a conhecer os outros. Este paradoxo acaba por estruturar a rede social, servindo de combustível para a mesma, mas também de rastilho para problemas que já ocorreram. Christofides *et al.* (2009) referem que existe uma forte relação entre a necessidade de obter popularidade e a forma como os utilizadores divulgam informação, a existência de uma certa pressão social que pode ocorrer dentro e fora do *Facebook* pode conduzir os utilizadores a divulgar maiores quantidades de informação. Parece também existir, segundo os autores, uma relação entre a autoestima e a utilização da plataforma, sendo que os utilizadores com maior autoestima são utilizadores mais frequentes do *Facebook*. Ainda que estes últimos aspetos não tenham sido abordados no âmbito desta dissertação, admite-se a sua importância.

7.5. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores

Ao analisar o comportamento dos utilizadores do *Facebook*, Gross e Acquisti (2005) constataram que os utilizadores estão dispostos a ceder grandes quantidades de informação pessoal na rede, no entanto as configurações de privacidade de forma a restringir o acesso à informação são pouco utilizadas. Tendo em consideração que tais configurações estão, por defeito, a expor os nossos dados e informações pessoais, tal facto torna-se preocupante.

Nesta investigação, procurou-se perceber de que forma os utilizadores se protegem a si e aos seus dados na rede social, isto é, caso adotem alguma estratégia. Para tal, numa primeira fase procurou-se avaliar o conhecimento que possuíam no que diz respeito à política de privacidade/política de utilização de dados. Numa segunda, foram exploradas as estratégias identificadas pelos utilizadores e, numa terceira, questionou-se os entrevistados acerca de mudanças que gostariam de ver na rede.

A maioria dos entrevistados (10) nunca leu a política de privacidade/política de utilização de dados:

“Não, nunca li...” (Entrevistado 2)

“Ninguém lê as letras pequeninas, eu também não li...” (Entrevistado 11)

“Não [li], já viste o tamanho daquilo, aí está outra coisa, alguém leu aquilo?...” (Entrevistado 16)

“Não [li]..Opá porque aquilo é muito longo...” (Entrevistado 17)

Dois entrevistados admitiram não ter lido quando aderiram, mas com o posterior contacto com a plataforma, acabaram por ter curiosidade e informar-se, enquanto outros seis leram, ainda que de uma forma muito superficial:

“Vagamente, não li toda [a política de privacidade]...” (Entrevistado 8)

“Li alguns itens, mas muito na diagonal...até li mais os itens gordos do que o resto da política...” (Entrevistado 12)

“Alguma, nem toda porque eu não tive tempo para estar a ler... Vou lendo, de vez em quando, mas pronto, não muito...” (Entrevistado 15)

“A última. Na altura li... quando aderi, li assim como leio a bula dos medicamentos e como leio a coisa dos seguros, metade não percebo que é feito para não perceber, metade uma pessoa não digere, portanto de toda a informação fica-nos para aí 10%...” (Entrevistado 18)

Três utilizadores referiram não ter lido, mas aprenderam com base na experiência, através da utilização das diversas opções de privacidade que aparecem ao longo de toda a plataforma, onde o entrevistado 11 aposta nas ferramentas de filtragem mais instrumentais:

“Vim a descobrir aos poucos... Não, foi mesmo, descobrindo aos poucos...” (Entrevistado 14)

“Não, até porque quando recebes aquelas notificações e tal, deixa-me ver como isto se elimina, fui vendo umas coisas e tal, mas na totalidade, nunca li...” (Entrevistado 16)

“...costumo ler os pontos que é para por os “x’s” e as cruces, essas costumo ler, mas o resto todo não ...” (Entrevistado 11)

Não parece haver por parte da maioria dos entrevistados preocupação em relação à política de utilização dos dados, o que pode decorrer de vários fatores. Por um lado, devido à forma como ela é apresentada: textos demasiado longos. Por outro lado, praticamente todos os utilizadores (7) que referiam ter lido a política de utilização de dados consideraram-na pouco ou nada clara, chegando a referir que a sua compreensão exigiria níveis mais elevados de literacia:

“Não, não é nada clara [a política de privacidade do *Facebook*]... É um labirinto, é uma teia muito pantanosa...Pessoas com baixo nível de literacia, terão muita dificuldade em gerir aquilo, eu próprio tenho algum. Para além que o *Facebook* agora esta constantemente a alterar os termos de privacidade, constantemente...” (Entrevistado 8)

“Não é muito clara [a política de privacidade], os graus de literacia são elevados...interpretar aquilo é preciso entender bem o português...” (Entrevistado 10)

“Não, eu não acho que é clara...é um marcial de informação, quando chego ao fim do parágrafo...já não me lembro do que li no primeiro...” (Entrevistado 12)

Metade dos entrevistados (9) declarou que a plataforma não disponibiliza opções de privacidade suficientes para que os utilizadores se possam sentir seguros e gerir o seu nível de exposição da melhor forma possível:

“Não [não disponibiliza opções de privacidade suficientes]...Não, porque...a partir do momento em que o nosso amigo que está na nossa lista de amigos não o faz, a nossa informação também já não está controlada...” (Entrevistada 1)

“Acho que não são suficientes [as opções de privacidade], até voltando novamente, mesmo que, ponha qualquer coisa e que queira, ou que se arrependa e, que queira retirar, não é? (Entrevistado 7)

Enquanto oito se sentem confiantes com as opções que a plataforma fornece e que consideram suficientes:

“Sim [considero que o *Facebook* disponibiliza opções de privacidade suficientes]... Aquelas informações que eles nos dão, por exemplo, podemos publicar uma fotografia que eu não queira que certas pessoas vejam e depois aí bloqueio nessa fotografia as pessoas que eu não quero que vejam...” (Entrevistado 2)

“Sim, penso que sim, [que o *Facebook* disponibiliza opções de privacidade suficientes] em qualquer publicação podemos escolher se queremos só para os amigos...” (Entrevistado 4)

“Sim, eu acho que sim [que o *Facebook* disponibiliza opções de privacidade suficientes]... Eu, por exemplo, tenho tudo bloqueado só para os meus amigos...” (Entrevistado 9)

Grande parte dos entrevistados (11) considera que mesmo que a plataforma disponibilize opções de privacidade suficientes, não há garantias de a informação ficar protegida:

“Na Internet não há garantias de a informação ficar protegida porque há sempre problemas informáticos que acabam por colocar visíveis todas as informações...” (Entrevistado 1)

“Não, de todo. Digo que toda esta informação está numa base de dados localizada algures e que quem quiser aceder por maldade e malícia, basta mais tempo, menos tempo, se realmente quiser pode entrar dentro...” (Entrevistado 3)

Apenas seis entrevistados considera que existe tal garantia da segurança dos dados:

“Sim, eu acho que sim...Bloqueando essa informação para as pessoas que nós não queremos, automaticamente, essas pessoas não veem e é isso que é importante nessa segurança...” (Entrevistado 2)

“É como digo, até agora, não tive problemas, quando partilho algo só para os meus amigos, acho que só eles é que veem, por isso...” (Entrevistado 4)

“Penso que sim...Eu penso que sim, que eles cumprem com a palavra e guardam as coisas que lá coloco...” (Entrevistado 6)

Assim, denota-se que poderá existir uma espécie de confiança que assenta numa desconfiança generalizada, não dirigida diretamente à plataforma, em si, mas a qualquer ambiente virtual. Os entrevistados atuam, acreditando que estão protegidos da vigilância social, mas a desconfiança na vigilância institucional permanece, o que é deveras interessante, pois é a ameaça que é mais distante e possui maior invisibilidade que parece aumentar o receio dos utilizadores da análise, o desconhecimento também servirá de rastilho para maiores receios.

Onze entrevistados referiram que a política de utilização de dados se estava a tornar mais invasiva, embora a rede possa tente passar outra imagem:

“Eu acho que eles querem que nós pensemos que ela se está a tornar cada vez mais protetora do utilizador, mas isso não acontece...É mais invasiva...Lá está, eles acabam por pôr em causa, muito de ter como fim o lucro, acaba por disponibilizar a nossa informação de uma forma irracional...” (Entrevistado 1)

“Está a tornar-se mais invasiva...Lá está, mais uma vez porque guarda dados que não devia guardar porque já foram apagados por nós, principalmente fotografias, devido à publicidade que existe, acho que é em demasia, por aí...” (Entrevistada 3)

“Eu acho que a arquitetura do Facebook tem claramente isso como objetivo que é transmitir segurança, privacidade, mas no fundo aquilo para mim é público...” (Entrevistado 8)

“Eu acho é que está tornar-se mais invasiva... Porque, não sei, acho que a segurança no início era maior e a privacidade dos utilizadores acho que era maior no início do que é agora...” (Entrevistado 15)

Por sua vez, cinco entrevistados acreditam que ela está a caminhar no sentido de proteger os dados dos utilizadores, acreditando na ilusão promovida pela plataforma:

“Não sei, eu acho que eles no fundo tentam, pelo menos o que dizem, tentam proteger os dados...” (Entrevistado 4)

“Eu acho que sim. Eu acho que está [a política de privacidade] a proteger, porque há lá muitas... Vou dar um exemplo, a capa, já há a possibilidade, antigamente isso era público e hoje em dia, já é possível verem simplesmente a capa que está e não verem todas as informações...” (Entrevistado 14)

“Eu acho que está cada vez mais a ser protetora...se eu cada vez me torno mais privado e bloqueei determinadas notificações, penso que estou a proteger as minhas informações, há menos aplicações a saber a minha informação...” (Entrevistado 16)

Após a análise do conhecimento da política de utilização de dados, partiu-se para a análise das estratégias levadas a cabo pelos utilizadores. Foram fundamentalmente identificadas três grandes estratégias:

- i. Uma diz respeito à quantidade de informação que é depositada na rede, sendo que oito dos entrevistados referem colocar pouca informação (poucos comentários e publicações):

“Acabo também por quer no contexto mais público quer no contexto mais privado incluindo os *chats* acabo por nunca falar de coisas, dar informação que eu possa comprometer...” (Entrevistado 1)

“Eu não partilho, o simples facto de eu não partilhar, eu só partilho informação das minhas voltas de bicicleta e alguma posição política que eu acho pertinente naquele momento, mais nada...” (Entrevistado 8)

“A estratégia é não colocar nada...É a melhor estratégia delas todas...Recomendo, não há grandes perigos, tirando que às vezes mandam-lhe as bocas e tal (risos)...” (Entrevistado 18)

- ii. Outra diz respeito ao facto de os entrevistados direcionarem a informação para destinatários específicos, tendo sido, esta estratégia identificada por nove entrevistados:

“Só publicar as coisas para os meus amigos verem, e aqueles que não são meus amigos não conseguem ver isso...” (Entrevistado 2)

“Quando quero partilhar alguma coisa apenas com uma ou duas pessoas é com elas que partilho, ou seja, não partilho para que todas vejam...” (Entrevistado 5)

“Eu utilizo o *chat*, vai direcionado só para aquela pessoa...” (Entrevistado 11)

“Basicamente é o que temos vindo falar, é só disponibilizar o que pode ser público e o outro é restringir só para os meus amigos...” (Entrevistado 16)

- iii. A última prende-se com a alteração das configurações de privacidade do *Facebook*, sendo que a quase totalidade dos utilizadores (15) tinham já alterado, pelo menos uma vez, as definições, sendo que:

- a) Oito utilizadores referem alterar quando sentem a necessidade:

“Sim, eu...quando se sente necessidade ou de dizer que não quero mostrar para algumas pessoas, sim...” (Entrevistado 4)

“Normalmente, vejo as opções de privacidade quando coloco alguma coisa nova, para dizer quem é que vai poder ver essa informação ou não...” (Entrevistado 11)

“Sim, às vezes quando vou lá e vejo que há que pessoas podem ver, tiro sempre a visibilidade...” (Entrevistado 15)

“Sim, mas faço porque quando alguém me pede autorização para pôr algo no meu mural...” (Entrevistado 17)

- b) Cinco utilizadores referem só ter alterado uma vez:

“Olhe eu alterei logo depois de criar a conta e pus logo bastante restrito...” (Entrevistado 1)

“Alterei penso uma vez, que estava para toda a gente e eu não tinha essa noção e depois coloquei só para amigos. Foi por falta de conhecimento, falta de explorar um bocadinho a rede...” (Entrevistado 5)

“Fiz isso uma vez, mas de vez em quando em algumas publicações vou pondo quando não quero que x ou y vejam as publicações vou lá pondo isso, não é?...” (Entrevistado 9)

- c) Apenas três utilizadores referiram nunca ter alterado, o que significa que mantiveram as configurações originais que, por defeito, expõem a informação colocada na rede.

Além destas, outras estratégias são utilizadas: quatro entrevistados referem que nunca colocam informação demasiado privada ou que possa, de alguma forma, compromete-los; três utilizadores utilizam a opção de bloquear pessoas; dois utilizam a opção de ter que aceitar uma identificação em fotos; um utilizador cancela, frequentemente, pedidos de jogos, aplicações e publicidade; dois costumam rever a lista de amigos e atualizá-la; o entrevistado 8 tem a preocupação de alterar a sua *password* com alguma regularidade; o entrevistado 11 utiliza o *chat* para evitar que determinadas informações se tornem públicas e o entrevistado 13 prefere não interagir de todo com a plataforma nem com outros utilizadores.

A estratégia mais utilizada pelos utilizadores, que diz respeito ao direcionar a informação para determinados destinatários, assenta no pressuposto de que o mais importante não será diminuir a quantidade de informação nem o nível de intimidade da mesma, mas antes os fluxos. Neste sentido, e tendo em conta os resultados anteriormente discutidos, é interessante constatar que os utilizadores parecem continuar a preocupar-se mais com a vigilância que outros próximos podem exercer sobre eles e não tanto com a vigilância institucional. Pois, ainda que não acreditem que os dados estejam seguros e que podem ser acedidos por diversas entidades, inclusive pelo próprio Facebook, continuam a disponibilizar informação, preocupando-se, numa primeira fase, em direcioná-la para os destinatários certos.

No final da entrevista, foi pedido aos entrevistados para se pronunciarem acerca de possíveis sugestões de mudanças que gostavam que fossem implementadas na plataforma. Os utilizadores apresentaram uma grande variedade de sugestões, visíveis no seguinte esquema:

Mudanças	Entrevistados			
Possibilidade de não se partilhar publicações	Ent. 1	Ent. 7		
Possibilidade de acabar com as identificações em fotos	Ent. 17			
Diminuição do grau de exposição promovido pelo <i>Feed</i> de Notícias	Ent. 1			
A possibilidade dos dados serem apagados de forma permanente	Ent. 3	Ent. 7		
Opções de privacidade protegerem os nossos dados por defeito	Ent. 3	Ent. 12		
Colocar na plataforma a responsabilidade social, empresarial e jurídica da privacidade	Ent. 5	Ent. 7		
Possibilidade dos utilizadores serem avisados quando alguém ou alguma entidade acesse aos seus dados	Ent. 7			
Acabar com a publicidade	Ent. 8			
Facilitar a distinção entre amigos e conhecidos	Ent. 11			
Não existir a possibilidade de distorcer informação	Ent. 15			
Criação de uma entidade reguladora que atuasse com base no interesse do cidadão	Ent. 13			
Voltar a um fase inicial em que a plataforma não expunha, de forma tão expressiva, o utilizador	Ent. 2			
Nada	Ent. 4	Ent. 6	Ent. 9	
Não sabem o que alterar	Ent. 10	Ent. 14	Ent. 16	Ent. 18

ILUSTRAÇÃO 4: Mudanças a levar a cabo no *Facebook* identificadas pelos entrevistados

Elaboração própria

É curioso perceber-se que a grande maioria das preocupações encontram-se relacionadas com a exposição, privacidade e vigilância, pretendendo reduzi-las, no sentido de se protegerem melhor na rede.

7.6. Tipologia de utilizadores

Considerou-se pertinente criar uma tipologia de utilizadores, tendo em consideração as restrições que os mesmos aplicam na rede e a consciência que os mesmos possuem da vigilância, de forma a perceber como se interligam as percepções com as práticas.

Tal como se pode perceber pelo esquema de seguida apresentado os utilizadores “preocupados” serão aqueles que aplicam mais restrições na rede e que possuem uma maior consciência da vigilância que os rodeia, por sua vez, num extremo oposto, encontram-se os “despreocupados” que se caracterizam pela pouca importância atribuída à vigilância, bem como pela falta de restrições aplicadas. Os “conscientes em risco” possuem conhecimento da vigilância mas não tomam medidas para se proteger dela, contrariamente aos “inconscientes seguros” que tomam medidas, mas não possuem uma clara noção da vigilância que os rodeia. É ainda importante salientar que os “Fatalistas” e os “Inconsequentes” são tipos ideais de utilizadores e, portanto, apenas servem para caracterizar dois extremos. Os “fatalistas” acreditam que a vigilância é extrema e aplicam medidas de restrição extremas, por sua vez, os “inconsequentes” não aplicam qualquer medida, nem possuem e menor ideia da existência do fenómeno.

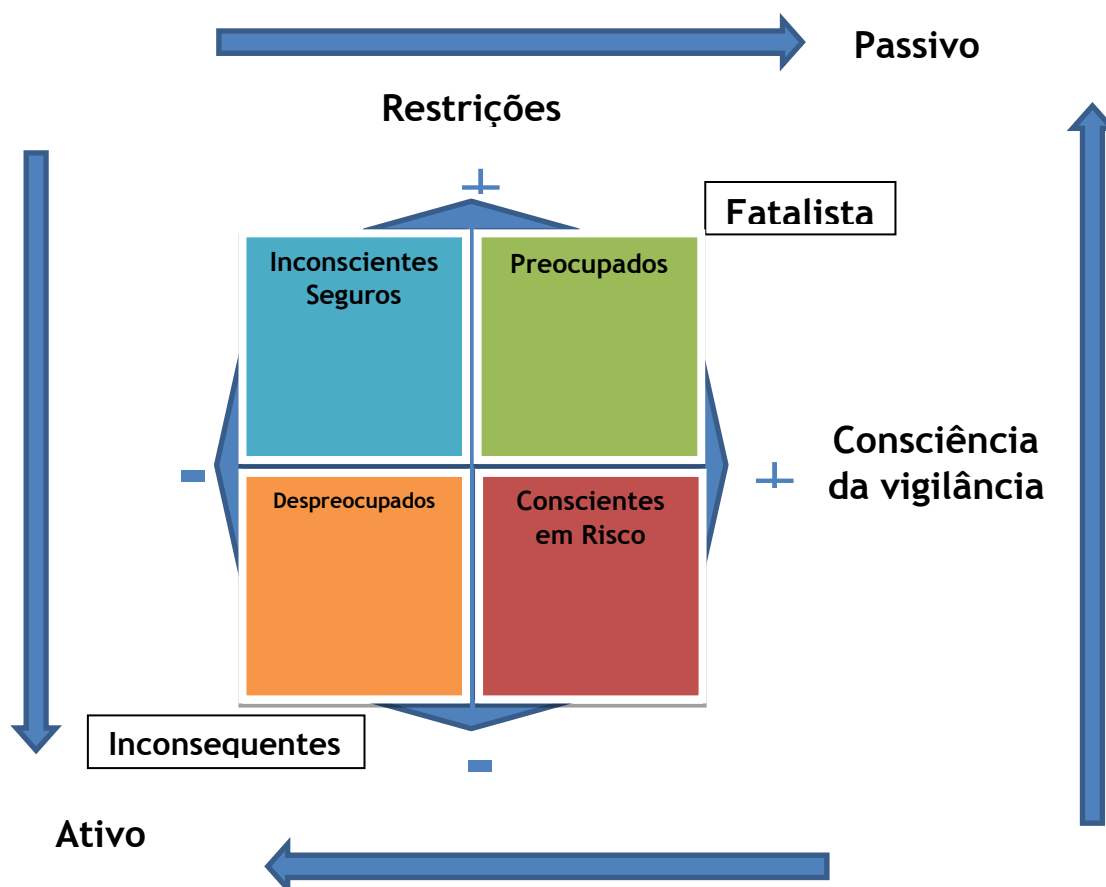


ILUSTRAÇÃO 5: Tipologia dos utilizadores do Facebook face à vigilância e às restrições aplicadas na rede

elaboração própria

Tendo em consideração as diversas dimensões que foram sendo analisadas no decorrer desta investigação, foi possível tipificar os utilizadores entrevistados de forma a criar a tipologia que se apresenta. Sendo de referir que os entrevistados 1, 5, 8, 10, 11, 16 e 17 se inserem na categoria dos “preocupados”, fundamentalmente, por se tratar de um conjunto de utilizadores que se consideram passivos, no que diz respeito à atividade na plataforma, filtram a informação, possuem consciência tanto da vigilância social como da vigilância institucional a que estão sujeitos, na sua maioria leram a política de privacidade e adotam estratégias no sentido de se protegerem. Estes utilizadores caracterizam-se também pelo facto de valorizarem a sua liberdade em detrimento da segurança.

Os entrevistados 2, 6, 9 e 13 pertencem ao grupo dos “despreocupados”, uma vez que se trata de utilizadores com uma pequena noção da vigilância que os rodeia, não adotando, desta forma, estratégias para evitar que algo de prejudicial ocorra. Estes utilizadores demonstram confiar na capacidade da plataforma para proteger os seus dados, o que poderá justificar a sua eminente despreocupação.

Os entrevistados 7, 4 e 18 fazem parte dos “conscientes em risco”, pois, tal como o nome indica, possuem noção dos riscos da vigilância e da sua existência, mas não aplicam medidas para a combater. Dois dos três entrevistados demonstram não confiar na plataforma, o que também indica, em parte, a consciência dos riscos da vigilância.

Os entrevistados 12, 14 e 15 inserem-se nos “inconscientes seguros”, pois aplicam medidas para se protegerem na rede, mas demonstraram não ter uma clara consciência da vigilância a que poderão estar sujeitos.

Para terminar, destaca-se também o entrevistado 3 que se situa na zona central do esquema acima apresentado, adquirindo desta forma a caracterização de moderado. Ainda que os “fatalistas” e “inconsequentes” se tratem de tipos ideais, inalcançáveis, é possível referir que o entrevistado 8 foi o que mais se aproximou do patamar dos “fatalistas”, pelo seu elevado grau de conhecimento e consciência da vigilância que o envolve, tendo desta forma lido a política de utilização de dados e tomado medidas de prevenção, como por exemplo, a alteração da *password* com alguma frequência e o ato de filtrar regularmente a lista de amigos. Por sua vez, o entrevistado 6 aproximou-se dos “inconsequentes”, pois demonstrou um elevado grau de desconhecimento da vigilância e da plataforma, acabando por se mover num meio que não domina e não consegue antecipar os riscos a que está sujeito.

Posto isto, e de forma a facilitar a compreensão das tipologias apresentadas apresenta-se o seguinte esquema de síntese:



ILUSTRAÇÃO 6: Caracterização dos diferentes tipos de utilizadores do Facebook

elaboração própria

Tal tipologia permite facilitar a compreensão das diferentes posturas que os entrevistados adotam face à vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos. Porém, ainda que algumas destas atitudes e comportamentos possam contribuir para minimizar/combater a vigilância, prevê-se terem um maior impacto face ao carácter social do fenómeno, do que propriamente, face ao carácter institucional. A partir do momento em que o utilizador adere à plataforma ele torna-se alvo da vigilância institucional, tendo muito pouco “espaço de manobra” para a combater, ao passo que a vigilância social pode ser mais facilmente minimizada com o uso das diversas ferramentas disponibilizadas pela rede.

Associado à forma como os utilizadores aplicam restrições e percecionam a vigilância, encontram-se diversos fatores, onde se destaca, desde logo, o processo de adaptação à mesma, onde, por exemplo, um maior ou menor sentimento de pertença pode condicionar a forma como o indivíduo perceciona e atua sobre a plataforma.

Tais esquemas visam ir ao encontro daquilo que foi sendo referido pelos entrevistados no decorrer das entrevistas, porém, admite-se que possa vir a ser aplicável a outros contextos. Tendo sempre presente a possível necessidade de adaptar tais instrumentos analíticos.

Considerações Finais

O conceito de sociedade da vigilância preconizado por David Lyon (1994), aponta para a crescente importância que o fenómeno da vigilância tem vindo a adquirir na sociedade contemporânea. Tal caracterização assenta sobre o pressuposto de que há um extenso processo de vigilância sobre quase todas as atividades sociais, processo esse que envolve a recolha, a análise e tratamento de informações, a categorização e a posterior classificação da população com vista à sua sistemática monitorização.

O fenómeno da vigilância, como tantos outros, depende do contexto histórico e cultural em que se insere e tem, ao longo dos tempos, adquirido diversas formas. Com o advento do computador e da internet a vigilância expande-se de modo intensivo e extensivo, adquire novos contornos e ganha novos significados, pelo que novas análises são, frequentemente, evocadas.

A emergência e crescente expressão das redes sociais digitais colocam, paralelamente, novos desafios teóricos e empíricos, pretendendo-se que a esses níveis esta dissertação possa ter dado um pequeno contributo. Desafios esses que foram sendo explorados, questionados e (re) interpretados atendendo a todo um conjunto de perspetivas teóricas, que visam contribuir para sustentar e até mesmo cultivar novas e velhas questões associadas ao fenómeno da vigilância, e neste caso direcionado para as redes sociais.

Entre a já longa lista de redes sociais digitais que (re) escrevem a história da internet todos os dias, encontra-se o *Facebook*, uma rede que adquiriu e continua a adquirir uma grande popularidade praticamente em todo o mundo e, particularmente, em Portugal.

A grande quantidade de dados e informações, de aspetos do foro público e privado, que são disponibilizados na rede e os riscos que daí decorrem, tem vindo a tornar-se um ponto crucial de reflexão.

Diversos estudos têm vindo a demonstrar que o *Facebook* pode e tem vindo a ser utilizado como uma ferramenta de vigilância, onde a transparência que a plataforma apela aos seus seguidores, através de toda uma arquitetura que promove e incentiva a divulgação de informação, não aparenta ser seguida pela mesma no que diz respeito ao uso que é feito dos dados dos utilizadores, na medida em que a Política de utilização de dados, aparenta ser difusa e até mesmo incoerente. José Marichal (2012) aponta para uma “arquitetura da exposição” que caracteriza a rede *Facebook*, onde a mesma, através da promoção de “enganos e distrações”, conduz o utilizador a expor-se, acabando este por perder a noção da quantidade e tipo de informação disponibilizada, bem como do número de destinatários.

Face a isto, na presente investigação procurou-se, tendo por base o seu principal objetivo - analisar as percepções que os utilizadores do *Facebook* possuem acerca da (potencial) vigilância a que estão sujeitos -, apresentar as reflexões finais organizadas em função das seguintes questões: como gerem os utilizadores a sua conta? Como gerem os fluxos de informação dentro e fora da rede? Que percepções se encontram associadas à disponibilização de dados? Que medidas/estratégias de prevenção são levadas a cabo? Como veem os utilizadores a vigilância tendo em conta o seu carácter social e institucional?

As secções da parte empírica já foram estruturadas de modo a explicitar as principais conclusões, pelo que nas considerações finais se opta por salientar apenas os aspetos mais relevantes, importando, contudo, apresentar primeiro algumas reflexões prévias.

O *Facebook* é uma realidade relativamente recente, a experiência dos utilizadores é ainda, do ponto de vista temporal, curta, o que leva a que muitos não tenham sido confrontados ou não tenham ainda tomado consciência de muitos aspetos da rede, nomeadamente da vigilância nas suas diversas vertentes.

Por outro lado, não só o facto de os entrevistados não terem ainda tido contato direto com as consequências da vigilância, como também a ausência de debate público sobre esta temática, leva-os a perceberem-na como algo distante e improvável e, ainda, alguns a explicitarem alguma sensação de “estranheza” quando colocadas algumas questões. As percepções detetadas face ao exposto, estão mais centradas na exposição e recolha de informação sobre os utilizadores do que sobre as consequências que daí podem advir.

Uma história ainda curta da nossa democracia, a pouca participação cívica e consequente defesa efetiva dos direitos civis e políticos pode levar a que a questão da vigilância, de invasão de privacidade, entre outras, não seja tão valorizada como acontece em outros contextos sócio-históricos.

Gestão/Manutenção da conta

Os entrevistados ao fim de algum tempo perdem a noção da quantidade de dados e informações disponibilizadas no perfil, bem como do número real de amigos que têm na rede, o que comporta diversos riscos, destacando-se, desde logo, a possibilidade de determinadas informações chegarem a destinatários indesejáveis.

Mesmo que a rede possibilite agora a distinção entre amigos e conhecidos, só um respondente afirmou que os distinguia, em termos de acesso à informação. Parecendo só este estar preocupado, mesmo que não tenha uma real noção do número de amigos, em gerir, desse modo, os seus fluxos de informação. O que pressupõe, da parte dos restantes, uma maior exposição de aspetos da sua vida privada e pública a uma plateia muito mais alargada, o que

comporta riscos acrescidos no âmbito da vigilância social. Estas posições distintas não têm tantas implicações ao nível da vigilância institucional, porque esta pode exercer-se independentemente das restrições que os utilizadores possam colocar na rede.

Só três utilizadores não colocaram qualquer tipo de restrição ao acesso da informação que disponibilizam na rede, os restantes afirmam que só os amigos da rede acedem à sua informação, onde poderão estar incluídos: amigos, familiares, conhecidos e desconhecidos. Facto que não deixa de ser curioso, uma vez que a referida restrição acaba por não funcionar enquanto tal, não protegendo o utilizador nem a sua informação, devido à facilidade com que outros lhe acedem.

O “Feed de Notícias” parece ser a funcionalidade da rede que mais desperta a atenção e o interesse dos entrevistados, tal valorização pode mostrar a existência de uma certa curiosidade em conhecer o outro e aspetos da sua vida privada e pública, o que acaba por induzir a maioria a uma maior exposição, constituindo o “Feed de Notícias” um dos expoentes da vigilância social.

As amigades dentro e fora da rede: gestão dos fluxos de informação

Os utilizadores em causa parecem possuir percepções positivas acerca da disponibilização e partilha de informação com os amigos na rede, ao passo que no contexto *offline* são mais seletivos e rigorosos na forma como a informação circula.

Os entrevistados gerem de modo diferenciado os dados com os amigos dentro e fora da rede. Enquanto no espaço *offline*, os utilizadores restringem a informação tendo por base o critério do grau de amizade, no espaço *online*, a informação é disponibilizada para toda a rede de amigos. Tal situação, acaba por levantar certas questões: se no contexto *offline* não optamos por referir a 300 pessoas que nos encontramos numa relação, que temos determinados interesses, que estivemos no local x a realizar determinada tarefa, porque optamos por o fazer em contexto *online*? É certo que há aqueles utilizadores que consideram que na rede disponibilizam a informação independentemente do grau de amizade porque a selecionam e restringem; mas o que consideram ser informação básica, pode ter múltiplas interpretações, o que para o utilizador é uma informação banal, pode não o ser para um amigo, empresa ou para o Estado. Como refere Nissenbaum (2004), em contexto *online*, as normas de apropriação e distribuição de informação complexificam-se e o utilizador possui maiores dificuldades em decidir o que é apropriado divulgar e a forma como a informação deve circular.

Um número alargado de entrevistados reagiu negativamente face à possibilidade de um amigo seu partilhar informação com terceiros, em contexto *offline*. No contexto *online*, denota-se uma maior aceitação de tal partilha, embora tenham sido expressas percepções diversificadas,

tendo-se, desta forma, criado cinco categorias de entrevistados: 1) dos que não aceitam aos que se tornaram permissivos; 2) os que passam a aceitar melhor em contexto *online*; 3) aqueles que não se importam; 4) aqueles que desvalorizam tal partilha no espaço *online* e 5) os que consideram a partilha de informação mais prejudicial na rede. No fundo, dos entrevistados que apresentaram respostas distintas, dando origem a tais categorias, quando confrontados com as duas realidades, sete deles veem a partilha de informação como algo de não preocupante dentro da rede.

Percepções associadas à disponibilização de dados no *Facebook*

As percepções que os utilizadores mais expressaram associadas às vantagens do uso do *Facebook* remetem para: a possibilidade de contactar com pessoas que não seria possível contactar de outra forma, o alcance da rede e a capacidade de gerir as amizades. Enumeraram também outras vantagens, nomeadamente: o carácter de instantaneidade, a possibilidade de encontrar pessoas com quem já se havia perdido o contacto, a possibilidade de saber um pouco mais sobre os outros e ter acesso às notícias; indo-se ao encontro do referido por Ellison, Steinfeld e Lampe, (2007 e 2011) e Lampe *et al.* (2006), também nesta investigação os utilizadores utilizam mais a plataforma para a manutenção das relações *offline* e não para criar novas.

Metade dos utilizadores refere que o maior risco no *Facebook* é a exposição da sua vida privada, destacando-se em seguida, em menor número, a criação de falsos perfis e a incerteza face a quem são os outros na rede. Um número mais reduzido de utilizadores refere, nomeadamente, a falta de privacidade, a distorção de informações e o facto de os percursos deixarem rastro na rede. A maior parte dos riscos identificados reportam a questões relacionadas com algumas vertentes da vigilância, o que poderá mostrar preocupação com o fenómeno, embora não seja claro para a maior parte dos respondentes o modo como funcionam os sistemas de vigilância e, tendo em conta o referido anteriormente, ainda que se preocupem, não parecem gerir a sua informação de acordo com tais preocupações.

Os utilizadores não confiam na plataforma, possuindo percepções negativas no que diz respeito à forma como a rede protege os seus dados, o que acaba por ser paradoxal se tivermos em consideração os dados disponibilizados.

Vigilância social e institucional

Os utilizadores entrevistados mostraram-se mais sensíveis à vigilância que lhes é mais próxima e “familiar” - a vigilância social - sendo esta vista, simultaneamente como um risco e uma vantagem da rede, ainda que lhe atribuam outras designações e sentidos. A sedução pela

partilha de dados pessoais na rede está muito associada ao voyeurismo e exibicionismo que é fortemente estimulado pela rede.

Por sua vez, a vigilância institucional é uma questão “mais distante” na vida dos entrevistados, denotando-se um maior desconhecimento acerca da mesma, percecionando-a apenas quando são colocadas questões mais diretas e concretas, como a questão da construção de perfis virtuais.

Ainda que os utilizadores se preocupem de modo diverso com a vigilância que os rodeia, eles continuam a usufruir da plataforma, responsabilizando-se a eles próprios pela gestão dos seus dados, onde lhes cabe filtrar a informação para evitar algum tipo de prejuízo físico ou moral.

Os entrevistados, numa primeira fase, mostram algum desconhecimento sobre a possibilidade de alguma instituição aceder aos dados que disponibilizam e mais de metade deles não conceberam sequer a existência dessa possibilidade, acreditando também que a plataforma os protegeria de alguma forma. Porém quando questionados de uma forma mais direta, por exemplo, sobre a existência de entidades que podem aceder às suas informações, os entrevistados mostram já algum conhecimento, cinco deles referiram que as empresas de marketing e a própria plataforma poderiam aceder aos dados, ainda que dois deles afirmem desconfiar de tal possibilidade, fundamentalmente, porque nunca tiveram problemas. Destaca-se também um entrevistado que aponta o facto de, na maior parte dos casos, os utilizadores nem se conseguirem aperceber da mesma (vigilância institucional).

Com a vigilância institucional encontram-se relacionadas outras questões: i) o lucro que a plataforma poderá obter com base nas informações disponibilizadas pelos utilizadores; ii) a existência de parceiros comerciais e iii) o acesso a dados dos utilizadores e da sua rede de amigos, por parte dos criadores de aplicações.

Relativamente às duas primeiras questões, a quase totalidade dos entrevistados consideram natural que a plataforma obtenha lucros com a facultação de dados, por se tratar de uma troca de um serviço por informação. Os restantes, mesmo que não gostem, acabam por aceitar.

O acesso dos criadores de aplicações aos dados pessoais e à lista de amigos gera desagrado à larga maioria dos entrevistados, ainda que diversas sensibilidades surjam: i) três entrevistados afirmaram aceitar, ainda que não concordem; ii) outros três demonstraram uma indignação direcionada para a possibilidade dos criadores acederem à lista de amigos; iii) cinco demonstraram um desagrado direcionado tanto para o acesso aos dados pessoais como à lista de amigos; iv) três entrevistados afirmaram nunca ter pensado em tal situação; e v) um entrevistado afirmou desconhecer totalmente tal situação.

Face ao binómio segurança/liberdade, as percepções dos entrevistados são algumas vezes algo contraditórias consoante as questões colocadas, variando conforme a especificidade da questão, o que pode significar: que são mais sensíveis a alguns aspetos da vigilância do que a outros; que, como já se referiu, a experiência da vigilância é ainda curta; ou ainda que não tenham real consciência dos seus direitos civis e políticos.

Quando foi pedido aos utilizadores para comentarem a afirmação - “não me importo que cedam a informação a meu respeito, pois não tenho nada a esconder” - a esmagadora maioria afirmou não concordar com tal afirmação, nem que fosse apenas em parte, valorizando mais a liberdade. Referiram que a vida pública e privada são para manter separadas, tendo só dois entrevistados concordado com a afirmação. Porém, quando confrontados com - “concorda que as agências de segurança dos Estados tenham acesso à informação que disponibiliza no *Facebook*?” - os valores associados à segurança “ganham terreno”, havendo percepções que se podem agrupar em: i) os utilizadores que apontam para um equilíbrio - referindo que existem casos em que o Estado deve aceder aos seus casos e outros em que não será legítimo, e ii) os que apostam na segurança, concordando com o acesso por parte de entidades governamentais em nome da segurança coletiva. Apenas um entrevistado não concordou com tal afirmação.

Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores

Quanto às estratégias levadas a cabo pelos utilizadores para combater/minimizar a vigilância a que estão (potencialmente) sujeitos, denota-se, que a grande maioria não lê a política de utilização de dados, focando-se antes nas ferramentas de filtragem disponibilizadas pela plataforma. A maioria dos entrevistados considera que a rede não disponibiliza opções que lhes permitam sentir-se seguros, tendo os restantes uma opinião contrária.

Relativamente à possibilidade de alterar as configurações de privacidade, as percepções são diferenciadas: i) os que alteram quando sentem essa necessidade; ii) os que só alteraram uma vez e iii) os que nunca alteraram. Os utilizadores optam mais, como foi acima referido, pela utilização das ferramentas de filtragem mais instrumentais e diretas.

Quanto às mudanças que gostariam que fossem operadas na rede, a maioria dos utilizadores apontam para preocupações relacionadas com a sua exposição, onde se apela, nomeadamente, a transformações na rede que impeçam a partilha de publicações, que permitam a diminuição do grau de exposição, o fim da identificação e um crivo mais apertado de distinção entre amigos e conhecidos. Estas sugestões de mudança poderão indicar a necessidade latente de minimizar a exposição e a (potencial) vigilância, mas um “desejo” impossível pois a plataforma lucra e adquiriu a sua grande popularidade com base na exposição dos dados dos utilizadores.

Após a análise e discussão das entrevistas, partiu-se para a criação de uma tipologia de utilizadores, tendo em consideração as restrições que os mesmos aplicam na rede e a consciência que possuem da vigilância, de forma a perceber como se interligam as percepções com as práticas, tipologia que urge aprofundar e desenvolver em futuras investigações.

Face à pergunta de partida: de que forma o *Facebook* se pode constituir um artefacto de vigilância? A tipologia mencionada pode também contribuir para fornecer algumas respostas, uma vez que as atitudes e comportamentos que os diversos utilizadores adotam na rede poderão, de certa forma, influenciar a uma maior ou menor expressão da vigilância, onde indivíduos mais passivos conseguem, à partida combater/minimizar melhor a vigilância quando comparados com os ativos (principalmente face à vigilância social). Porém, denota-se, simultaneamente, que a vigilância poderá ocorrer independentemente das posturas adotadas face a ela, fundamentalmente, a vigilância institucional.

Importará também continuar a investigar as percepções dos utilizadores do *Facebook* optando por uma amostra de diferenciação máxima, comportando também utilizadores mais diversificados em termos territoriais. Continuar a investigar tais percepções é ainda um desafio, pois importa acompanhar as mudanças que podem ocorrer à medida que aumenta a experiência de uso do *Facebook* e o debate público sobre a vigilância.

Bibliografia:

Acquisiti, A. e Gross, R. (2006). Imagined communities: awareness, information sharing, and privacy on the Facebook, in G. Danezis e P. Golle (Ed.) Lecture notes in computer science: vol. 4258. Privacy enhancing technologies (pp. 36-58). Cambridge, UK: Springer-Verlag Berlin Heidelberg.

Ahmad, Ateeq (2011). A Short Description of Social Networking Websites And Its Uses, *International Journal of Advanced Computer Science and Applications*, 2 (2), 124-128.

Bauman, Zygmunt (1989). *A liberdade*. Lisboa: Editorial Estampa.

Bauman, Zygmunt (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.

Belei, Renata Aparecida *et al.* (2008). O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa, *Cadernos de Educação*, 30, 187-199.

Bello, Cíntia Dal (2011). Visibilidade, vigilância, identidade e indexação: a questão da privacidade nas redes sociais digitais, *Revista LOGOS - Dossiê - O estatuto da Cibercultura no Brasil*, 18 (1).

Berleur, Jacques; Hercheui, Magda David e Hilty, Lorenz M. (2010). What kind of information society? Introduction to the HCC9 conference proceedings. in Berleur, Jacques *et al.* (ed.) What kind of information society? Governance, virtuality, surveillance, sustainability, resilience: 9th IFIP TC 9 International Conference, HCC9 2010 and 1st IFIP TC 11 International Conference, CIP 2010, Held as Part of WCC 2010 (pp. 3-12). Australia: Springer.

Boyd, Danah (2008). Facebook's privacy trainwreck: Exposure, invasion and social convergence, *Convergence*, 14 (1), 13-20.

Boyd, Danah e Ellison, Nicole (2008). Social Network Sites: Definition, History and Scholarship, *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13 (1), 210-230.

Bumgarner, BA. (2007). You have been poked: exploring the uses and gratifications of Facebook among emerging adults, *First Monday*, 12 (11). Recuperado em 16 de outubro, 2013, de <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/2026/1897>.

Calvert, Clay (2000). *Voyeur nation: Media, privacy, and peering in modern culture*. Boulder, Colo: Westview Press.

Cardoso, Gustavo *et al.* (2012). *Sociedade em Rede. A Internet em Portugal 2012*. Lisboa: OberCom - Observatório da Comunicação.

Castel, Robert (1991). From Dangeri«ousness to Risk. in G. Bruchell, C. Gordon e P. Miller (ed.) *The Foucault Effect: Studies in Gouvernamentality with Two Lectures and Interview with Michel Foucault* (pp. 281-298). Chicago: University of Chicago Press.

Castells, Manuel (2000). *Rise of the network society*. Oxford: Blackwell.

Christofides E, Muise A e Desmarais S (2009). Information disclosure and control on Facebook: are they two sides of the same coin or two different processes?, *CyberPsychol Behav*, 12 (3), 341-345.

Christofides, E., A. Muise & S. Desmarais (2010). *Privacy and Disclosure on Facebook: Youth and Adults'Information Disclosure and Perception of Privacy Risks*. Report for the Office of the Privacy Commissioner of Canada.

Cohen, D. e Crantree, B. (2006). Qualitative research guidelines project, Robert Wood Johnson Foudation. Recuperado em 05 de janeiro, 2014, de <http://www.qualres.org/HomeInte-3595.html>.

Cohen, Nicole S. (2008). The valorization of surveillance: Towards a political economy of Facebook, *Democratic Communiqué*, 22 (1), 5-22.

Conti, G. e Sobiesk, E. (2007). An honest man has nothing to fear: user perceptions on Web-based information disclosure. in Cranor LF (Ed.), *Proceedings of the 3rd symposium on usable privacy and security* (pp.112-121). Pittsburgh: PA. ACM, New York.

Correio, Lisiane Priscila Roldão Selau (2010). O panóptico virtual: dispositivos de vigilância electrónica, *Gestão Contemporânea, Porto Alegre*, 8, 175-191. Recuperado em 5 de junho, 2013, de <http://seer4.fapa.com.br/index.php/arquivo/article/view/65/36>.

Dimicco, JM. e Millen, DR. (2007). Identity management: multiple presentations of self in Facebook. in Gross T, Inkpen K (ed.) *Proceedings of the GROUP'07, international ACM Conference On Supporting Group Work* (pp. 383-386). Sanibel Island, Florida: ACM, New York.

Dwyer, C.; Hiltz, S. R. e Passerini, K. (2007). Trust and privacy concern within social networking sites: A comparison of Facebook and MySpace, *Proceedings of AMCIS. Keystone, CO*. Recuperado em 04 de março, 2014, de <http://aisel.aisnet.org/amcis2007/339/>.

Ellison, NB.; Steinfield, C. e Lampe, C. (2007). The benefits of Facebook “friends:” social capital and college students’ use of online social network sites, *Journal of Computer-Mediated Communication*, 12 (4), 1143-1168.

Ellison, NB.; Steinfield, C. e Lampe, C. (2011). Connection strategies: social capital implications of Facebook enabled communication practices, *New Media Soc*, 13 (6), 873-892.

Fátima, Di Branco (2012). Primavera Árabe: vigilância e controle na sociedade da informação. Recuperado em 20 de dezembro, 2013, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fatima-branco-primavera-arabe-vigilancia-e-controle.pdf>.

Flick, Uwe (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.

Foucault, Michel (1999). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão* (20ª Edição). Petrópolis: Editora Vozes.

Foucault, Michel (2004). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (29ª Edição). Petrópolis: Editora Vozes (Obra originalmente publicada em 1975).

Fraser, Márcia Tourinho Dantas e Gonfim, Sônia Maria Guedes (2004). Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa, *Paidéia*, 14 (28), 139-152.

Fuchs, Christian (2009). *Social Networking Sites and the Surveillance Society. A Critical Case Study of the Usage of studiVZ, Facebook, and MySpace by Students in Salzburg in the Context of Electronic Surveillance*. Research Group Unified Theory of Information ICT&S Center Research Report. Salzburg: University of Salzburg.

Fuchs, Christian (2011). Como podemos definir vigilância?, *MATRIZES*, 5 (1), 109-136.

Giddens, Anthony (1984). *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press.

Giddens, Anthony (1985). *The nation-state and violence*. Cambridge: Polity Press.

GIL, António Carlos (2007). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.

Gilliom, John e Monahan, Torin (2013). *SuperVision: An introduction to the Surveillance Society*. Chicago: University of Chicago Press.

Goffman, Erving (1959). *Presentation of self in everyday life*. London: Penguin Books.

Goffman, Erving (1974). *Manicômios, Prisões e Conventos*. S. Paulo: Editora Perspectiva.

Gonçalves, Savigny e Barbosa, Isabel (2011). A privacidade da era do Facebook, *ERA (Ética e Realidade Atual)*. Recuperado em 2 de maio, 2014, de <http://era.org.br/wp-content/uploads/A-Privacidade-na-era-do-Facebook.pdf>.

Good, N. S *et al.* (2007). Noticing notice: A large-scale experiment on the timing of software license agreements, *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, San Jose: ACM Press, 607-616.

Grimmelmann, James (2010). The Privacy Virus. In Dylan E. Wittkower (Ed.), *Facebook and Philosophy* (pp.1-12). Chicago: Open Court.

Gross, R. e Acquisti, A. (2005). Information revelation and privacy in *online* social networks. In De Capitani di Vimercati S, Dingledine R (Ed.) *Proceedings of ACM 2005 workshop on privacy in electronic society* (pp.71-80). Alexandria, Virginia, USA: ACM, New York.

Guerra, Isabel Carvalho (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncipia Editora.

Haggerty, K. e Ericson, R. (2000). The surveillant assemblage, *British Journal of Sociology*, 51 (4), 605-622.

Hier, Sean P. (2003). Probing the Surveillant Assemblage: on the dialectics of surveillance practices as processes of social control, *Surveillance & Society*, 1 (3), 399-411.

Hull, Gordon; Lipford, Heather Richter e Latulipe, Celine (2011). Contextual gaps: Privacy issues on Facebook, *Ethics and Information Technology*, 13 (4), 289-302.

Jenkins, Henry (2006). *Convergence culture: Where old and new media collide*. New York: New York University Press.

Joinson, A. N. (2008). 'Looking at,' 'Looking up,' or 'Keeping up with' People? Motives and uses of Facebook, *CHI 2008 Proceedings: Online Social Networks*, 1027-1036.

Kirkpatrick, David (2011). *O efeito Facebook*. Lisboa: BABEL.

Kwok, Linchi e Yu, Bei (2013). Spreading Social Media Messages on Facebook: An Analysis of Restaurant Business-to-Consumer Communication, *Cornell Hospitality Quarterly*, 54 (1), 84-94.

Lampe, C.; Ellison, NB. e Steinfield, C. (2006). A Face(book) in the crowd: social searching vs. social browsing. in Hinds P, Martin D (Ed.) *Proceedings of ACM specific interest group on computersupportedcooperative work* (pp.167-170), Banff, Alberta, Canada: ACM, New York.

Lampe, C.; Ellison, NB. e Steinfield, C. (2007). A familiar Face (book): profile elements as singles in an *online* social network, *Proceedings of CHI 2007: online representation of self*, San Jose, CA. ACM, New York, pp 435-444.

Lyon, David (1994). *The Electronic Eye: The rise of surveillance society*. Cambridge: Polity Press.

Lyon, David (2001). *Surveillance Society: Monitoring everyday life*. Buckingham: Open University Press.

Lyon, David (2010). Liquid Surveillance: The contribution of Zygmunt Bauman to surveillance studies, *International Political Sociology*, 4, 325-338.

Marconi, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria (2011). *Metodologia Científica* (5ª Edição). São Paulo: Editora Atlas.

Marichal, José (2012). *Facebook Democracy: The Architecture of Disclosure and the Threat to Public Life*. Surrey: Ashgate.

Marwick, Alice E. (2012). The public domain: surveillance in everyday life, *Surveillance & Society*, 9 (4), 378-393.

Marx, Gary T. (2002). What's new about the "new surveillance"? Classifying for change and continuity, *Surveillance & Society*, 1 (1), 9-29.

Marx, Karl (1979). *O Capital. Edição popular*. Lisboa: Edições 70 (Obra originalmente publicada em 1867).

Merriam, S. B. (2009). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. San Francisco: Jossey-Bass.

Miguel, Fernanda Valim Côrtes (2010). Investigação como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada, *Revista Odisseia*, 5, 1-10.

Netchitailova, Ekaterina (2012). Facebook as a surveillance tool: From the perspective of the user, *tripleC*, 10 (2), 683-691.

Nissenbaum, Helen (2004). Privacy as contextual integrity, *Washington Law Review*, 79, 101-139.

Norris, Clive e Armstrong, Gary (1999). *The maximum surveillance society. The rise of CCTV*. Oxford: Berg.

Nunes, Maria Lúcia T. (2005). Entrevista como instrumento de pesquisa. In Macedo, M. e Carrasco, L. (Orgs.) (Com)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana (pp. 207-222). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Orwell, George (2007). 1984. Lisboa: Antígona.

Patton, Michael (2002). *Qualitative Research & Evaluation Methods* (3ª Edição). Califórnia: Sage Publications.

Poster, Mark (1990). *The Mode of Information*. Cambridge: Polity.

Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª Edição. Lisboa: Gradiva.

Ragin, Charles C. e Amoroso, Lisa M. (2010). *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method*. Second Edition. Thousand Oaks: SAGE Publications.

Raynes-Goldie, Kate (2010). Aliases, creeping, and wall cleaning: Understanding privacy in the age of Facebook, *First Monday*, 15 (1). Recuperado em 20 de dezembro, 2013, de <http://firstmonday.org/article/view/2775/2432>.

Rule, James B. (1973). Social control and modern social structure, *Private Lives and Public Surveillance*, London: Allen Lane, 19-43.

Santos, Maria Cecília Pereira (2004). O grupo de discussão: Contributos para uma prática de investigação qualitativa, *Actas dos ateliers do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia*, Braga, 39-44.

Scholz, Trebor (2010). Facebook as a playground and factory. in Dylan E. Wittkower (Ed.) *Facebook and Philosophy* (pp. 241-252). Chicago: Open Court.

Seidman, Irving (2013). *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences* (4ª Edição). New York: Teachers College Press.

Simões, Maria João (2011). Surveillance: A (Potencial) Threat to Political Participation?, *ICDS 2011: The Fifth International Conference on Digital Society*, 94-99.

Sinn, Donghee e Syn, Sue Yeon (2013). Personal documentation on a social network site: Facebook, a collection of moments from your life?, *Archival Science*, 1-30.

Solove, Daniel J. (2007). "I've Got Nothing to Hide" and Other Misunderstandings of Privacy, *San Diego Law Review*, 44, 745-772.

Toma, CL. (2010). Affirming the self through *online* profiles: beneficial effects of social networking *sites*. in Fitzpatrick G, Hudson S, Edwards K, Rodden T (ed.) Proceedings of the SIGCHI conference on human factors in computing systems (pp. 1749-1752). Atlanta, Georgia: ACM, New York.

Tufekci Z (2008). Can you see me now? Audience and disclosure regulation in *online* social network *sites*, *Bull Sci Technol Soc*, 28 (1), 20-36.

Weber, Max (1963). *Ensaaios de Sociologia*. Organização e introdução de H. G. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Zhao, S.; Grasmuck, S. e Martin, J. (2008). Identity construction on *Facebook*: digital empowerment, *anchored relationships*. *Computers in Human Behavior*, 24, 1816-1836.

Outras fontes:

Política de utilização de dados do *Facebook* - <https://www.Facebook.com/about/privacy>

Anexos

Anexo 1

Guião de entrevista

Duração: __h __m (início às __h __m e fim às __h __m)

Local da realização da entrevista:

Entrevista n.º.:

Guião de entrevista

I. Dados Sociodemográficos

1. Sexo:
2. Idade:
3. Estado civil:
6. Habilitações literárias:
7. Área profissional/Última profissão:
8. Situação profissional:
9. Local de residência:
10. Há quanto tempo usa o *Facebook*:
11. Tempo que despende semanalmente (horas) no *Facebook*:
12. Quantos amigos possui no *Facebook*:

II. Gestão/Manutenção da conta

1. Que dados inclui no seu perfil do *Facebook*?

Possíveis linhas orientadoras de resposta: a) Informação básica: data de nascimento, género, cidade, ideologia política, religião...; b) Informação de contacto: *e-mail*, nº de telefone, página Web...; c) Interesse pessoais: séries de tv, filmes favoritos, livros, músicas...; d) Informações sobre formação e educação: escolas e universidades frequentadas, formação académica...; e) Informações sobre trabalho: empresa, cargos desempenhados...; f) Informação sobre férias e viagens: locais frequentados, atividades, fotografias...).

1.1. Porque disponibiliza esses dados?

2. Quem tem acesso e pode ver os dados e a informação que disponibiliza no *Facebook*?

Possíveis linhas orientadoras de resposta: a) Toda a gente; b) Apenas amigos; c) Escolho partilhar dados diferentes com diferentes pessoas; d) Não tenho a certeza de quem pode ver os meus dados pessoais.

2.1. Se diferencia as pessoas em função dos dados e informação que disponibiliza. Que critérios seguiu para fazer essa diferenciação?

3. De todas as funcionalidades do *Facebook*, quais usa mais frequentemente? Qual delas é mais importante para si? Porquê?

Possíveis linhas orientadoras de resposta: a) fazer publicações; b) adicionar amigos; c) enviar mensagens; d) carregar fotos; e) editar definições de privacidade...

4. De um extremo onde se possa considerar muito ativo a outro onde se possa considerar passivo, como se posiciona no *Facebook*? Porquê?

III. As amizades dentro e fora da rede

5. É importante para si poder ver o que os seus amigos publicam e/ou é publicado acerca deles? Porquê?

5.1. Sabe mais dos seus amigos consultando o *Facebook* ou na sua interação em contexto real?

(Perceber se a vigilância social é um realidade, ou seja, se poder vigiar os outros se verifica como algo apelativo no *Facebook*).

5.2. Todos os amigos que tem no espaço *offline* sabem o mesmo sobre si, independentemente do grau de amizade?

5.2.1. E no contexto do *Facebook*, todos os amigos sabem o mesmo sobre si, independentemente da proximidade que tem com eles? Existem diferenças nos dois contextos? Quais?

6. O que acha da possibilidade de um amigo seu, em contexto *offline*, partilhar dados e informação sobre si com outro amigo que não é seu?

6.1. E no contexto do *Facebook*, o que pensa da possibilidade de um amigo seu partilhar dados e informação sobre si com outro amigo que não é seu? Existem diferenças nos dois contextos? Quais?

IV. Os riscos associados à disponibilização de dados no *Facebook*

7. Que vantagens identifica no *Facebook*?

8. Que riscos considera poderem estar associados ao uso do *Facebook*? (Que riscos pode haver para si da difusão de muita informação a seu respeito?)
9. O que acha da possibilidade de outros, que não são amigos ou conhecidos, terem acesso à informação e dados que disponibiliza no *Facebook*? Porquê?
 - 9.1. Tem ideia de quem poderão ser essas pessoas que têm acesso aos seus dados e informação que disponibiliza?
10. Caso considere existir falta de controlo sobre as pessoas que têm acesso aos dados e informação disponibilizada pelos utilizadores do *Facebook*, a que se deve essa situação?

Possíveis linhas orientadoras de resposta: a) A estrutura da rede social dificulta o controlo sobre os dados pessoais; b) Tenho dificuldades em configurar a privacidade dos meus dados pessoais; c) Não tenho tempo para configurar a privacidade dos dados pessoais.

11. Se alguma plataforma, como o *Facebook*, utilizasse os seus dados pessoais para fins que não tinham sido previstos, deixaria de utilizá-la? Porquê?
12. Já alguma vez se arrependeu de fornecer os seus dados pessoais no *Facebook*? Porquê?
13. Confia na capacidade do *Facebook* para proteger todos os dados (do foro público e privado) que são disponibilizados na rede? Porquê?
14. O *Facebook*, enquanto empresa, detém todos os dados que são disponibilizados na rede e utiliza-os para gerar lucro. O que pensa em relação a esta afirmação?
 - 14.1. Qual a sua opinião sobre a existência de parceiros comerciais do *Facebook*?
15. Concorda que os criadores de aplicações possam aceder à sua informação, bem como à sua lista de amigos? Porquê?
16. Concorda que as agências de segurança dos Estados tenham acesso à informação que disponibiliza no *Facebook*? Porquê?
17. Concorda que as empresas tenham acesso à informação que disponibiliza no *Facebook*?

18. A informação que disponibiliza no *Facebook* permite que agências estatais, empresas e outras entidades tracem o seu perfil. Que consequências acha que esta situação pode trazer para a sua vida? (exemplos: seleção para emprego em função do *Facebook*, despedimentos, etc.)

19. Comente a seguinte frase: Não me importo que acedam a informação a meu respeito, pois não tenho nada a esconder.

V. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores

20. Quando aderiu ao *Facebook* leu a política de privacidade?

20.1. Caso tenha lido, considera que a mesma é clara para os utilizadores?

21. Considera que o *Facebook* disponibiliza opções de privacidade para que os utilizadores se possam sentir seguros e gerir o seu nível de exposição da melhor forma possível? Porquê?

21.1. Mesmo que disponibilize essas opções, acha que há garantias de a informação ficar protegida? Porquê?

22. A política de privacidade do *Facebook* está a caminhar no sentido de proteger os seus dados ou a tornar-se mais invasiva? Porquê?

22.1. Alguma vez alterou as configurações de privacidade do *Facebook*? Quantas vezes? Porquê?

23. Tem a preocupação de restringir o acesso à informação que disponibiliza na rede? Que estratégias adota?

24. Se pudesse mudar algo na política de privacidade do *Facebook*, o que mudaria?

Anexo 2

Sinopses

		Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4
1. Gestão/Manutenção da conta	1.1. Dados incluídos no perfil	“Eu tenho o nome verdadeiro, tenho a fotografia de perfil, a idade...acho que está lá...tenho o local onde habito, nomeadamente, a cidade e depois tenho... as escolas onde estudei...e depois tirando isso é só as fotografias onde vou sendo identificada...Isso [interesses pessoais], eu fui inserindo alguns, mas eventualmente acabei por pôr, através das definições de privacidade, onde só eu é que poderia ver isso...”	“O meu nome, a minha data de nascimento, o local de trabalho, a escola que frequentei...Sim sim, tenho algumas [séries] ...Sim [filmes] ...Sim, também [livros] ...Também [músicas]...Sim [escolas onde andou]...Sim, tenho o nome da empresa...”	“Profissão, locais onde trabalhei, estado civil, idade, data de aniversário...Sim [cidade]...Não está visível, a não ser aos amigos [informação de contato, como email]...Tenho algumas das series que gosto, livros, filmes...Sim, também [músicas]...Sim, também tenho [escolas onde tenha estudado]...Tenho só a empresa onde estou a trabalhar e o local...Posso colocar que estou de férias...”	“A data de nascimento, morada relativa, o nome e pouco mais...Isso sim, por causa de trabalhos [páginas de web]...Sim [séries, filmes, músicas e livros favoritos]...Esporadicamente [informações sobre férias e viagens]...”
	1.2. Motivações para disponibilização de dados	“Porque são os dados básicos, são os dados com que as pessoas das quais eu conheço pessoalmente me podem identificar na rede...e são aqueles que, segundo o meu ponto de vista, não têm maldade em publicar...toda a gente sabe...”	“Quem me quiser conhecer, acho que são as informações básicas para saberem quem é que eu sou...”	“Apenas por uma questão de disponibilizar, não tenho razão nenhuma em especial...”	“Porque acho que é importante para as pessoas conhecerem-me mais ou menos, nunca dando muita informação, mas sempre é aquela informação básica para as pessoas terem...”
	1.3. Restrições aplicadas na rede	“Só aceito pessoas que eu já conheço pessoalmente...As outras pessoas também me podem convidar, mas só quem é meu amigo é que pode ter acesso à minha informação completa...”	“Só os meus amigos...”	“Apenas os amigos...Nem os amigos dos amigos, só os amigos podem ver aquilo que eu coloco...”	“Os amigos só...”

1. Gestão/Manutenção da conta	1.4. Critérios de diferenciação	<p>“Primeiro e o fundamental, eu tenho que os conhecer pessoalmente, depois, por norma, a partir daí...lá está...posso ter em conta um bocadinho esses níveis de amizade e do género, aquelas pessoas que eu conheci há anos atrás, mas que nunca tive uma relação dita de amizade, que foi só tipo amigos de amigos...muitos acabo por também não aceitar, só mesmo aqueles que eu há anos atrás tive uma relação, de fato, de amizade é que aceito...”</p>	<p>“Aquilo que eu faço é...só as pessoas que são minhas amigas é que podem ver as minhas coisas. Acho que não tinha lógica as outras pessoas que eu não conheço de lado nenhum, verem aquilo que eu faço ou quem é que eu sou...”</p>	<p>“É assim, eu não quero que pessoas que eu não conheço... vejam aquilo que eu ando a fazer...agora não aceito que uma pessoa que é amigo desse meu amigo e que eu não conheça de lado nenhum veja aquilo que eu coloco...”</p> <p>“A maior parte das amizades do <i>Facebook</i> é pessoal que já andou comigo na universidade ou que conheci por intermédio de situações que frequentei, a nível de clube de carros, clubes de informática, amigos pessoais e mesmo assim nem sempre a informação está disponível para todas essas pessoas...”</p>	<p>“Como é uma rede com tantas pessoas a ter acesso eu acho que é bom filtrar a quem nós achamos que deve ter acesso, neste caso, aos amigos”</p>
	1.5. Valorização das funcionalidades da rede	<p>“Acabo um bocado por utilizar mais o <i>Feed</i> de notícias, mas isto porque eu fui pondo “gosto” em várias páginas do meu interesse pessoal...e como ali tenho acesso a todo esse conjunto de notícias de uma forma mais direta...essa é a funcionalidade que mais uso...”</p>	<p>“As notícias...Para estar atualizado, a base das notícias que eu vejo mais ou menos é desporto, por exemplo, os sites de desporto que o <i>Facebook</i> me proporciona, acima de tudo...”</p>	<p>“A visualização de grupos de negócios...e ver as páginas principais do <i>Facebook</i> que eles têm, que eles colocam...Muitas vezes a comunicação [através do <i>chat</i>] com outras pessoas que em certas situações não as consegues contactar fora desse contexto...”</p>	<p>“Eu uso alguns jogos e o <i>chat</i> também...Sim e também as publicações...”</p> <p>“Talvez o <i>chat</i> privado [seja a funcionalidade mais importante]...porque é mais fácil manter contacto com as pessoas...”</p>
	1.6. Auto classificação do nível de utilização	<p>“Passiva, porque eu não acho muita graça a ter que publicar a minha vida toda no <i>Facebook</i>, também não tenho interesse de ver a vida de todos os meus amigos no <i>Facebook</i>...”</p> <p>“Criei a conta porque na altura senti um bocado essa necessidade”</p>	<p>“Médio. Não estou constantemente a publicar coisas no <i>Facebook</i>...”</p> <p>“Na parte de publicar coisas que eu gosto, acima de tudo à base de desporto, por exemplo, vídeos ou fotografias que apanho em certos sites e que publico para certos amigos meus verem...”</p>	<p>“Sou observador, não é que participe muito, utilizo o <i>Facebook</i> mais por causa da questão do <i>chat</i> privado...”</p> <p>“De vez em quando pode acontecer qualquer coisa, mas não é todos os dias nem é a toda a hora. Às vezes passo semanas que não publico, que não faço qualquer tipo de publicação...”</p>	<p>“Intermédio, nem sou muito ativo porque não costumo publicar muitas coisas nem nada, mas também não sou totalmente passivo...”</p>

		Entrevista 5	Entrevista 6	Entrevista 7	Entrevista 8
1. Gestão/Manutenção da conta	1.1. Dados incluídos no perfil	“A idade, estado civil, o local onde estudei...Sim [cidade]...Talvez uma ou duas, mas pouco [series de televisão]...Acho que coloquei um na altura, mas só no início [livros]...A última empresa, sim...”	“Sim tudo, o perfil todo, ou seja, meti lá o perfil todo [nome, género, cidade, e-mail, número de telefone]...”	“Dos dados, foi apenas, que trabalhava na Covilhã, não mencionei a empresa, tenho uma fotografia...foram esses os dados e... que era casada e residia na área da Covilhã, a escola que frequentei no secundário e na altura mencionei que estava a frequentar um curso na Ubi... que tinha filhos... de resto penso que não ... ah e a data de aniversário...Ah, sim, essas [séries] tenho, exatamente... essas tenho, sim, já me estava a esquecer, alguns livros, alguns filmes... basicamente isso, sim...Músicas sim, exatamente...”	“O primeiro e último nome, a idade, a localização atual, a empresa onde trabalho, e mais o quê? Acho que mais nada...Quando estive numa relação, também lá estive...Epa, está mas está um bocadinho ao calhas, mas está lá [religião e ideologia política] ...Está lá que estudei na Universidade da Beira Interior...”
	1.2. Motivações para disponibilização de dados	“Porque são dados gerais que não há forma de me afetarem de alguma forma e podem ser interessantes para alguma entidade laboral que pesquisa no Facebook o meu perfil, hoje em dia, faz-se...”“Talvez a curiosidade, também pela rede social e por uma questão de trabalho, porque nós, como trabalho em Marketing é fundamental que eu conheça as redes sociais para poder publicitar nelas ...”	“Por ato até de curiosidade, pronto para aprender a fazer, não é? Porque utilizo pouco...vou fazendo e vou pondo assim algumas coisas...”	“Porque eu acho que eram os mínimos e quase que obrigatórios e achei na época, não é? Que não seriam dados que me expusessem ou que ... me expusessem o mínimo possível, não é?...”	“Porquê? É uma mescla de decisão pessoal e da própria arquitetura da ferramenta, sendo uma ferramenta de divulgação de informação de dados da exposição, há um impulso natural para partilhar alguns momentos, nomeadamente aqueles que te dão mais felicidade ou como uma situação profissional no meu caso...”
	1.3. Restrições aplicadas na rede	“É só os amigos...”	“Quer dizer, os amigos que eu tenho chegados”	“Porque no início eu também não estava muito, aliás informada, das questões de privacidade, não é?...” “E também nunca me preocupei...muito com isso, porque...eu achava que só apareceria na minha página aquilo que eu quisesse e aquilo que eu lá colocasse, mas cedo percebi...que até eventos onde eu esteja ou estivesse, mesmo não sendo eu a colocá-los que eles apareciam, e de facto também, depois nunca tive muita preocupação...de ir mudar. Neste momento tenho trânsito livre, por assim dizer”	“Viagens eu não partilho, de todo, porque acho que é uma questão muito íntima...Alguma da exposição que lá está é opção, agora há outra exposição que é mais difícil que é identificarem-te numa foto, eu ainda assim tenho o máximo que posso que é, não me aparecer na cronologia, mas não consigo evitar que não apareça no Feed de notícias...”“Os conteúdos que se podem ver pelo utilizador comum da rede...é apenas a fotografia de capa e de perfil... essas aí são públicas...Acho que ninguém me consegue procurar pelo nome...Mas eu tenho noção que aquilo é público...”

1. Gestão/Manutenção da conta	1.4. Critérios de diferenciação	“Oh, porque acho que estar a estender os dados a toda a gente [não é positivo], ou seja, eles são visíveis numa primeira triagem, acho que dá para ver esses dados que falámos, mas não dá para ter informações mais específicas”	“Não tive [conhecimento para restringir], talvez por falta de conhecimento de meter outras coisas e muito mais, não é?”	“Não [diferencio], aquilo que lá coloquei de facto está... exponho completamente para toda a gente independentemente se são pessoas conhecidas, amigas, ou de outro país ou de outro... enfim...”	“Por uma questão de sensação de privacidade, sendo que efetivamente ela não existe porque os dados...a partir do momento que são partilhados passam para a propriedade da empresa do <i>Facebook</i> , nesta medida eu sei perfeitamente que eles podem nos utilizar como eles quiserem...”
	1.5. Valorização das funcionalidades da rede	<p>“Eu sinceramente uso pouquíssimo o <i>Facebook</i>, neste momento, uso mais, às vezes, para ver um pouco onde as pessoas estão e o que fazem, às vezes por entretenimento e para saber quando fazem anos (risos)...”</p> <p>“É a única forma que eu tenho de acompanhar um bocadinho a vida delas...A forma como eles estão no <i>Facebook</i>, isso para nós [marketeers] é interessante perceber, e que tipo de publicidade é que aparece lá e, lá está, nós nessa profissão temos de ter atenção a outros pormenores que não são aqueles só lúdicos...”</p>	“No <i>Facebook</i> , geralmente ver a página, ou seja, a página principal, as notícias que aparecem lá...”	<p>“Nenhuma... Estão-me sempre a convidar para jogos e... sinceramente, nunca usei absolutamente nenhuma, porque para mim tinha mesmo aquela função inicial, mais instrumental...era um contacto mais fácil...com os nossos...e também é uma forma confesso de...de eu lá ir cuscar um bocadinho o que é que eles andavam a fazer...”</p> <p>“É o <i>chat</i> privado [que mais uso]...”</p>	<p>“Eu publicar, publico pouco...Através da partilha dos meus conteúdos, na minha cronologia, dá para ver aquilo que eu gosto...Uso, uso frequentemente [o <i>chat</i>]...sim, sim...é comunicação instantânea mas de facto no <i>Facebook</i>, está toda a gente...e isso é uma vantagem...”</p> <p>“A mim dá-me jeito ir lá e ver as miúdas, ver as minhas amigas que agora metem as fotografias na praia, sinceramente...”</p> <p>“Há muitas notícias que eu não teria acesso...e um gajo ali tem quase tudo oferecido e depois selecciona aquilo que mais lhe interessa...”</p>
	1.6. Auto classificação do nível de utilização	“Eu sou mais do lado passivo...Porque não tenho interesse em estar a publicar tudo o que eu gosto lá, não é a minha principal maneira de comunicar com as pessoas...Posso ter que comunicar com uma pessoa que está mais distante, mas tenho outras ferramentas, tenho o telefone, tenho o e-mail...O contacto direto com as pessoas é fundamental...”	<p>“Não, não sou muito ativo não...Sim, sim meio-termo, sim...”</p> <p>“Eu gosto, gosto de explorar aquilo até onde eu posso explorar, até onde eu tenho conhecimento, quando eu não tenho conhecimento aí já não vou, não é? Só exploro até ao conhecimento...”</p>	“Passivo...É, exatamente [pela baixa atividade]... Não tenho aquela necessidade de ir como antes, vou só de vez em quando e, acabo por ver se um está para o norte se está para o sul... por onde é que andou... e confesso que acontece outra coisa que eu também só faço muito de vez em quando, que vou espreitar o perfil dos meus filhos...”	“Se considerarmos a utilização, a frequência que eu faço log in, sou muito ativo, obviamente, vou lá todos os dias, mais que uma vez, sim. Se considerarmos os conteúdos partilhados, não sou grande coisa, sou mais passivo...”

		Entrevista 9	Entrevista 10	Entrevista 11	Entrevista 12
1. Gestão/Manutenção da conta	1.1. Dados incluídos no perfil	“Ah sim!...Sem o ano [data de nascimento]...Sim [género]...Sim [cidade]... Alguns só [livros]...Sim [escolas e universidades frequentadas]...O local onde trabalho sim...”	“A idade não total, só revelo o dia do nascimento, os dados académicos também...indico a escola onde eu andei...a terra onde eu nasci...Eu digo que sou católico...Dá para perceber a minha posição [política], mas não de forma explícita...Sim, sim às vezes ponho, música, livros pah, isso quando gosto...”	“Idade, sexo, localidade...onde tirei o curso. A minha escola secundária...Livros, mais ou menos, músicas, mais ou menos, mais filmes e séries...Sim, que é para atualizar [local de trabalho]...”	“O local de trabalho, local de residência, pouco mais, aliás eu tenho aquilo bloqueado, só tenho aquilo disponível para amigos...esses dados...Sim [género]...Sim, alguns, alguns [séries e filmes]...Sim, sim [livros e músicas]...Sim também tenho [locais onde tenha estudado]...”
	1.2. Motivações para disponibilização de dados	“É uma forma de contactarmos com as outras pessoas e também de mostrarmos aqui um bocadinho da nossa vida às pessoas que conhecemos e ver também um bocadinho da vida das pessoas que são nossas amigas” “Tenho amigos e familiares fora de Portugal e também é uma maneira de lhes mostrar um bocadinho como é que eu passo os meus dias”	“Porque entendo que é importante, quando se olha para uma pessoa no <i>Facebook</i> deve-se ter o minino de conhecimento do que ela pensa em relação a determinados assuntos, quer dizer não é obrigatório, eu também gosto de manter algum anonimato naquilo”	“Primeiro, porque ele pede para atualizar alguns desses dados, como a idade, sexo, o local de trabalho, onde é que mora, pronto. Depois, a nível de locais de férias, para manter o <i>Facebook</i> basicamente atualizado sobre atividades que faça...”	“Simplesmente porque são dados básicos, que por um lado me poderiam abrir algumas perspetivas a nível profissional e também para contactar alguns colegas de trabalho...”
	1.3. Restrições aplicadas na rede	“Apenas familiares, amigos e alguns conhecidos..” “Só algumas publicações é que não são para toda a gente...”	“A maior parte dos dados é os meus amigos que podem ver, pah, aquilo que eu mantive em aberto que é no fundo, que é aquilo que é mais público, que eu chamo de público, são as fotografias que lá poem...” “Por isso é que aquilo também serve para alguma coisa, ainda há dias pus lá a informação desta rádio...”	“Normalmente, só amigos, está bloqueado só para amigos e algumas só para amigos chegados...”	“Só amigos” “Sim, só amigos, tenho lá amigos e conhecidos, mas só amigos é que conseguem aceder há minha informação...”

1. Gestão/Manutenção da conta	1.4. Critérios de diferenciação	<p>“No meu <i>Facebook</i> também tenho pessoas do meu trabalho...da Direção, algumas coisas que, por exemplo, saio à noite, esse tipo de publicações meto lá para eles não verem...”</p> <p>“Sim, é mais para separar a minha vida pessoal da minha vida profissional”</p>	<p>“Normalmente deixo em aberto, aquilo que lá ponho tenho a noção de que é para toda a gente...”</p>	<p>“Porque amigos, lá está, 300 amigos, não são amigos, são conhecidos, normalmente. E há informações que são muito particulares e que não é para estar a divulgar para toda a gente, ninguém precisa saber tudo sobre a minha vida. Depois os amigos mais chegados, é a família mais chegada e as pessoas com quem me dou mais próximo, e esses normalmente, têm acesso a toda a informação...”</p>	<p>“Porque acho que só eles [amigos] é que têm direito a partilhar algumas coisas da minha vida pessoal...”</p> <p>“Até porque eles nem conseguem sequer publicar, ninguém consegue publicar no meu <i>Facebook</i>...nem amigos, ninguém consegue publicar...”</p>
	1.5. Valorização das funcionalidades da rede	<p>“O <i>chat</i> é o que eu uso mais, sem dúvida, e o <i>Feed</i> notícias, são as que utilizo mais...”</p> <p>“Para estar em contacto com familiares e amigos, principalmente...[refere-se ao <i>chat</i>]”</p> <p>“Muito raramente vou aos jogos, mas muito raramente...”</p> <p>“Mais ou menos uma vez por semana, duas, por volta disso [refere-se a fazer publicações] ”</p>	<p>“Eu vou ao <i>Facebook</i> e a primeira coisa que vejo lá é se tenho pedidos, as coisas que foram publicadas em que eu estou associado, e pouco mais, e depois vou ver também os eventos e aquelas coisas que há e tal...”</p> <p>“Sim, sim aquela página inicial, aquela que nem é minha que é pública digamos assim, vejo habitualmente...”</p>	<p>“Costumo falar no <i>chat</i> com algumas pessoas que estão mais longe ou para manter...contactar de alguma forma, e depois, muito raramente, faço atualizações ao perfil. Ao perfil não, à cronologia...”</p> <p>“Sim, eu antes ia mais... Só tinha <i>Facebook</i> mais para contactar com uma colega que estava em Londres, e era uma forma mais fácil de o fazer e normalmente, era no <i>chat</i> privado e foi por causa disso que aderi ao <i>Facebook</i>...”</p>	<p>“Acho que o <i>Feed</i> de notícias é o que eu utilizo mais... por causa da diversidade de informação...”</p> <p>“Assim, musica, algumas frases literárias, sim também [publico]...”</p> <p>“Gosto muito de fotografia, é um hobbie que eu tenho e publico algumas fotografias...”</p>
	1.6. Auto classificação do nível de utilização	<p>“A nível intermédio (risos) [refere-se ao <i>Facebook</i> pessoal]”</p> <p>“Não. Aí tenho que ser muito ativa no meu caso sou Jornalista...Sou eu que faço as notícias, eu e uma colega minha e temos que estar sempre atualizar o site e fazemos sempre a partilha...no <i>Facebook</i> da rádio [refere-se ao <i>Facebook</i> da rádio onde trabalha]”</p>	<p>“Quer dizer eu não serei um muito ativo...por exemplo eu às vezes passo semanas sem lá publicar nada, não vejo nada importante para publicar ou para copiar de alguém...”</p> <p>“Não sou um viciado naquilo. Epah e depois detesto publicar coisas que não tem interesse nenhum...”</p>	<p>“Passiva... Vou lá poucas vezes e nem sempre está o perfil atualizado e nem as notícias, e vou lá muito raramente...”</p>	<p>“Eu acho que médio, mais para o ativo... Porque eu vou lá todos os dias, nem que seja um bocadinho, como lhe disse, faço algumas publicações, por isso, acho que é mais médio ativo, faço lá alguns likes. Há ali alguma interação...”</p>

		Entrevista 13	Entrevista 14	Entrevista 15	Entrevista 16
1. Gestão/Manutenção da conta	1.1.Dados incluídos no perfil	“Muito pouco. Não tenho fotografias...portanto os dados, muito pouco, se calhar a data de nascimento, tenho o nome, a residência não sei se está completa, fotografia não tem e também fotografias que vou tirando ou não sei quê também não...Acho que tá lá a última, que foi na Universidade da Beira Interior...Acho que por arrastamento também [local de trabalho]...Talvez tenha posto da área do liceu porque também gostaria de contactar pessoas do meu tempo de liceu...”	“Ora, tenho aquilo que faço, a profissão, não é? neste caso, músico, depois tenho o nome obviamente, de onde sou, idade e estado civil...Tenho na pessoal, isso tenho [séries e filmes favoritos]...Sim, tenho [músicas e livros favoritos]. Agora contactos pessoais, telefone e email, isso não...Costumo [colocar informação sobre férias e viagens]...”	“O nome, o estado civil, o sítio onde trabalho, mais ou menos onde estudei...e basicamente é isso...”	“Data de nascimento, nome, acho que mais nada...e estado civil também lá está, assim de repente, não me lembro de mais nenhum...Sim, está lá [cidade]...Tenho lá que andei na UBI e também que andei na escola agrária de castelo branco...Está lá que sou, está lá que estou [a trabalhar no local X]...acho que está lá, não tenho a certeza...”
	1.2.Motivações para disponibilização de dados	“Por uma questão só de estar referenciado, não ser totalmente anónimo ou talvez porque alguns campos serão obrigatórios preencher, não faço a mínima ideia. Pronto, mas foi realmente o mínimo...”	“Talvez porque é pessoal, se calhar saberem de onde sou, ter um bocadinho mais [de] contacto com as pessoas. Só mesmo por isso, porque acho que não tenho também assim pessoas que não conheço...”	“Porque, sei lá, é uma forma de me identificar, até para... às vezes falava com meu filho... primeiro nem sequer tinha a fotografia...” “É, para saberem quem é que é, e para brincar com eles inclusivamente (risos)...” “Pois, eles [amigos do filho] às vezes mandam assim, como é que se diz...bocas, na brincadeira para o X [filho] e eu interferia e eles não sabia quem era, e eu depois passei a identificar-me para eles me conhecerem...”	“Porque são quase inócuos e podem ser disponibilizados, agora os dados importante [não exponho]...” “Toda a gente sabe o meu nome, poderá saber, toda a gente poderá saber...” “Exatamente, tudo o que seja mais que o essencial não pus...”
	1.3.Restrictões aplicadas na rede	“Não, não diferencio, todas as pessoas que realmente comunico ou associo têm acesso aos meus dados...”	“Os meus amigos” [na conta pessoal] “Toda a gente” [na conta profissional]	“Normalmente os amigos...” “Amigos e amigos de amigos, algumas coisas...”	“Só os meus amigos...”

1. Gestão/Manutenção da conta	1.4. Critérios de diferenciação	<p>“O mesmo critério que uso nas minhas relações sem ser noutra meio que não seja o digital. É assim, gosto de toda a gente e também observo, e a observação também passa por aí. Gosto de estar informada. Gosto de conhecer o meio mas, acho que a minha privacidade continua a ser muito restrita, quer no mundo físico como virtual...”</p>	<p>“No pessoal, porque é só meu. É mesmo a minha vida, não é a minha vida pessoal mesmo, porque é uma rede social, mas é mais os meus gostos a todos os níveis e logicamente, só quem sabe e quem é do meu grupo tem essa possibilidade de o ver, obviamente...Como por exemplo, as férias [só os amigos podem ver]... Só mesmo de amizades...”</p> <p>“Sim, toda a gente vê porque como é [o perfil] profissional, acaba por me permitir publicitar e chegar a mais gente...”</p>	<p>“Porque enfim, às vezes há abusos e ouve-se muitas coisas que acontecem através do <i>Facebook</i>, e que as pessoas, como é que?... deformam, vamos lá, não é propriamente deformar o termo, mas é... de umas coisas fazem outras e inventam histórias que eu sinceramente, não gosto de andar nas bocas do mundo...”</p>	<p>“Restingui, só os meus amigos é que vêm aquilo que eu publico...os amigos do <i>Facebook</i>...Há pessoas que são meus amigos no <i>Facebook</i> porque temos interesses comuns apesar de eu nunca os ter visto na vida...”</p> <p>“Quando comecei [era] só mesmo os meus amigos, entretanto...com os mesmos interesses e tal e trocamos alguma informação e adicionei...e vou adicionar aquele amigo para trocar alguma informação e é claro que é amigo no <i>Facebook</i>, eu nunca os vi nem mais gordos nem mais magros...”</p>
	1.5. Valorização das funcionalidades da rede	<p>“É mesmo só aquela mais simples [de observar], não costumo postar nada, ou raramente, acho que nunca...O meu filho [DJ] vai tocar a algum sítio e ele publicita a festa, eu essa festa partilho porque, no sentido até de o ajudar...”</p> <p>“Tenho um grupo, que é, bibliotecários em ação, porque de alguma maneira fazem um tipo de informação mais seletiva, dentro da minha área que me interessa...O que nos [bibliotecários] interessa é difundir a informação em qualquer suporte e, por qualquer meio, logo não podia estar alheia do <i>Facebook</i> ou de qualquer outro meio de comunicação...”</p>	<p>“Sim, costumo ver muito isso [news <i>Feed</i>], ponho muito, a nível de fotografias, bastantes. A nível de youtube, vídeos...Partilhar os vídeos. Penso que é aquilo que mais faço...”</p>	<p>“Eu não percebo muito do <i>Facebook</i>, mas vê, partilham comigo, eu partilho também...É mais a partilha, e os “gostos”...Coisas, lá está, musicas, vídeos que às vezes põem, por exemplo uma notícia...E às vezes por uma questão de distração também jogo qualquer coisa quando estou disponível, quando me apetece desanuviar a cabeça, esquecer os problemas todos ou assim deixo-me vir aqui, e estar aqui um bocadinho... É, é, mas torna-se viciante, não gosto muito...”</p>	<p>“Sim, o <i>Feed</i> de notícias, o <i>chat</i> e os jogos...E não me lembro de mais nenhum...Sim, acho que isso é o básico, toda a gente faz...[publicações de textos e imagens e adicionar amigos]...Trocar algumas informações com pessoas que têm os mesmos interesse [é a funcionalidade central]... Publicações de textos, de imagens e às vezes trocas algumas informações mais privadas no <i>chat</i>...”</p>
	1.6 Auto classificação do nível de utilização	<p>“Eu diria passiva... porque realmente é como digo, não estou ausente mas não sou um participante de modo nenhum ativo...”</p>	<p>“Ativo, estou bastantes vezes no <i>Facebook</i>...Sim, quando chego a casa, depois de jantar, costumo andar por lá...Como são dois [profissional e pessoal], tenho de me dividir entre os dois, por isso vou perdendo um pouco mais de tempo...”</p>	<p>“Eu acho que é passiva em todo o lado...Porque não tenho disponibilidade, porque não tenho paciência...”</p>	<p>“De zero a cinco, dois... Acho que também não vale a pena...cada vez que vou à casa de banho, colocar lá: “vou à casa de banho” “vou comer”, “vou dormir”, eh pah esses são os tais cinco...troco algumas informações, público algumas coisas...”</p>

		Entrevista 17	Entrevista 18
1. Gestão/Manutenção da conta	1.1. Dados incluídos no perfil	“Sim, acho que pus o local de trabalho que já não tenho, pus a cidade onde vivo e a naturalidade, que acho que também já não tem e não coloquei mais nenhum...Às vezes punha lá assim uns bitaites [relacionados com ideologia política e religião], mas depois aquilo ninguém se ri...O email sim de início, mas não sei se já escondi isso, provavelmente escondi...Sim, isso às vezes ando lá a clicar... Mas tenho tudo escondido [séries]...”	“Basicamente localidade onde vivo, acho que é só isso, sexo, idade, data de aniversário, eventualmente profissão e penso que não coloquei mais nada...Sim, coloquei quanto muito “Universidade da Beira Interior”, não coloquei mais que isso, sei que coloquei mais que Covilhã...”
	1.2. Motivações para disponibilização de dados	“Sei lá eu acho que aquilo é também para chamarmos um pouco a atenção, eu penso eu falo por mim, eu faço constantemente share de músicas, sei que estou apesar de não estar lá o gosto, eu sei que chamo a atenção a um determinado grupo de amigos ou dão importância ou não dão...”	“A pedido de várias famílias, o “mostra lá as fotografias”, basicamente foi isso. É o que eu lhe digo, eu não vou lá e os meus amigos zangam-se porque não vou ao <i>Facebook</i> ...Foi, foi, foi [por influência de terceiros] ok, eu experimento e depois logo se vê, logo partindo do princípio que não ia gostar, porque eu não tenho uma vertente mundana...” “Eu só ainda não fui lá acabar com o <i>Facebook</i> por uma razão que vai-se rir, para não me esquecer dos aniversários das pessoas...é por essa razão e por outra, que sou muito preguiçosa e tinha de ler uma serie de coisas para acabar com o <i>Facebook</i> ...”
	1.3. Restrições aplicadas na rede	“Os meus amigos, na maioria tirando aquelas frases que vou [postando]...” “É porque infelizmente parece que há uma cena de que somos identificados sei lá onde...” “Ninguém pode publicar no meu moral, nem os meus amigos, têm que me pedir...mas há uma coisa que acontece que já reparei que é quando somos identificados em fotografias...e eu tentei tirar a identificação [sem sucesso] e acho estranho porque as pessoas fazem aquilo um bocado à toa...”	“Só as pessoas que eu aceitei... só os amigos. Se não me engano, foi essa a opção que seleccionei...”

1. Gestão/Manutenção da conta	1.4. Critérios de diferenciação	<p>“Sim, e quando ponho em publico é porque eu quero mesmo que aquilo seja em publico tem a ver com aquelas frases engraçadas ...aliás tenho coisas que ponho e que depois senão quero apago ou ponho apenas durante aquele período, pronto normalmente não revelo muito...Depende do dia se eu hoje me apetecer brincar no <i>Facebook</i> brinco e se me apetecer por tudo ali, (...) agora contactos não, a não ser o email o inicial...”</p>	<p>“O que é que os outros têm a ver com isso?... acho que é coerente, não? quer dizer...Adicionei pessoas que conheço, que conheço bem, adicionei pessoas que conheço por outros meios mas que nunca estive com elas, ligações de trabalho eventualmente, adicionei pessoas que não tenho uma particular amizade, mas por uma razão de função social...Ainda assim, há pessoas que eu me recuso a aceitar...”</p>
	1.5. Valorização das funcionalidades da rede	<p>“O jogo...Sim, uma ou outra [aplicação], mas é por períodos por exemplo eu já não jogo há uma semana...É, os jogos, devia ter vergonha mas é (risos)... Ah é importante, é o que mais me entretém...”</p>	<p>“Nenhuma. Não sinto falta de nenhuma delas [funcionalidades do <i>Facebook</i>]...Tirando aquela coisa de receber os aniversários, não... Talvez a única função que utilizo...”</p>
	1.6. Auto classificação do nível de utilização	<p>“Ativa não sou de certeza absoluta, sem dúvida... nem meio-termo... mais para o passivo sim, porque veja os momentos em que dou de facto importância àquilo é quando digo hoje apetece-me, mas de facto aquilo não faz parte do meu dia-a-dia...”</p> <p>“O <i>Facebook</i> é automático, mal ligo o computador, é automático quer dizer clico (...) tenho aquelas janelas todas abertas e clico nas (...) e tenho aquelas janelas todas abertas e não estou a ver o que é que se passa no <i>Facebook</i>, mas às vezes clico e reparo, não é? Mas aquilo não faz parte de mim, se eu não me ligar, não (...)”</p> <p>“Agora claro que faz parte da minha vida como tudo (...) agora se desaparecer amanhã não dou conta só passado dois dias. (risos)...”</p>	<p>Absolutamente passiva... zero basicamente, só não é menos que zero porque tenho <i>Facebook</i>...”</p>

		Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4
2. As amizades dentro e fora da rede	2.1. Gestão dos fluxos de informação dentro e fora da rede	<p>Fora da rede: “No contexto <i>offline</i> eu distingo, os amigos mais próximos e os amigos mais distantes e partilho mais informação com os amigos mais próximos...”</p> <p>“Sim aí iria detestar ainda mais, o nível de amizade iria descer de certeza [partilha de informação com terceiros]...”</p>	<p>Fora da rede: “Há aquelas pessoas que sabem, mas há outras que como é óbvio não sabem, as pessoas mais próximas de mim sim [têm acesso a mais informação a meu respeito]...”</p> <p>“Se calhar, não acho isso correto. Se calhar, uma pergunta a dizer, olha posso fazer...posso dar estes teus dados à outra pessoa?...”</p>	<p>Fora da rede: “Sim [diferencia as pessoas fora da rede]...”</p> <p>“Para partilhar informação pessoal minha com quem quer que seja primeiro tem de me pedir autorização ou falar comigo...”</p>	<p>Fora da rede: “Claro que as pessoas mais próximas sabem sempre mais do que as mais afastadas...”</p> <p>“Não, acho mal, se calhar não ia achar muita piada... Porque se é informação minha e, se ele está a partilhar com uma pessoa que eu não conheço, sem dizer nada, se calhar não é o mais conveniente...”</p>
		<p>Dentro da rede: “Ainda no outro dia estava a ver uma fotografia minha publicada num perfil que eu desconhecia totalmente...” “Tudo o que eu publico é acessível a todos eles, mas nem todos veem as mesmas publicações...A única coisa que eu vou distinguindo é, por exemplo, um amigo mais próximo eu posso acabar por fazer mais comentários, mais gostos nas publicações dele...” “Eu publico e tenho noção que a lista dos meus amigos vão ter essa informação, mas a partir do momento em que esses meus amigos vão, também ter algum tipo de relação com essas minhas publicações os amigos deles também vão ver, não é? E se calhar, apesar de eu não poder evitar isso não é que eu goste muito, mas uma pessoa acaba por se mentalizar que é um pouco assim...” “Se for eu a publicar sim, mas se for essa pessoa a publicar algo sobre mim, não, a responsabilidade será dele, e aí não vou gostar...” “Se acontecer fuga de informação <i>online</i> ninguém tem o controlo de como qual é o tipo de pessoa que vai aceder a isso, portanto se calhar aí a fuga é um bocadinho maior...”</p>	<p>Dentro da rede: “No contexto do <i>Facebook</i> aquilo que eu publico, todos os amigos que eu tenho adicionados, veem todos o mesmo, não faço diferenciação...”</p> <p>“Exatamente. Acho que uma pessoa quando publica uma coisa no <i>Facebook</i>, todos os amigos que temos adicionados veem o mesmo...”</p> <p>“Acho que aí parte também um bocadinho da base do contexto real, acho que publicar certos dados meus a outra pessoa sem eu lhe dar permissão, acho que quer seja no <i>Facebook</i> ou em contexto real, acho que primeiro devia pedir permissão e só depois se a minha resposta fosse sim é que devia dar essas informações pessoais...”</p>	<p>Dentro da rede: “Não...há questões que eu não permito que toda a gente veja, inclusive no caso mais específico, fotos de família, eu só disponibilizo mesmo para essas pessoas, que são incluídas nas fotos de família ou para alguém que eu considere próximo como sendo família e que acho que deve ver essas fotos. É um grupo muito restrito, não passa das 10 pessoas...”</p> <p>“Normalmente as pessoas que eu incluo nessa questão de visualização de fotos, sabem de mim, aquelas coisas que eu não coloco no <i>Facebook</i>, ou seja, sabem da minha vida pessoal porque eu também falo com elas fora do <i>Facebook</i>...”</p> <p>“É exatamente o mesmo... Nestes dois contextos eu não concordo que partilhem informação minha sem a minha autorização...”</p>	<p>Dentro da rede: “Sim, no <i>Facebook</i> sim, porque...não faço restrição entre os amigos, por isso todos veem o mesmo...”</p> <p>“Todos escolhemos quem é amigo e quem não é, mas dentro dos amigos não faço distinção...”</p> <p>“Não sei, talvez no meu caso, que não tenho muitos amigos, só basicamente as pessoas que conheço, acho que não é muito importante, porque se tenho adicionado como amigo não pretendo fazer grande distinção entre eles...”</p> <p>“Exatamente a mesma coisa [relativamente à disponibilização de informação por parte de amigos a terceiros], se calhar ainda é pior, porque sendo o <i>Facebook</i> uma rede aberta, a partilha ainda ia ser para mais pessoas...”</p>

<p>2. s amizades dentro e fora da rede</p>	<p>2.2.Importância atribuída à vigilância social</p>	<p>“A partir do momento em que os amigos dos meus amigos conseguem ver a publicação que eu publiquei...nós já perdemos o controlo todo do que publicamos...”</p> <p>“Não, não é das coisas mais importantes [ver publicações de amigos ou relacionadas com eles]...”</p> <p>“Eu posso estar a ver uma publicação de um amigo meu e pensar determinada coisa, mas afinal é outra, portanto, essa rede não me permite a mim conhecer os meus amigos e ver o que é que eles fazem...”</p> <p>“É só uma questão de nos irmos lembrando das pessoas que ao longo da vida foram cruzando o nosso caminho...agora utilizar o <i>Facebook</i> para e, meramente, através do <i>Feed</i> de notícias ver o que é que se passa com eles acho que não...”</p> <p>“Não acredito que as pessoas publiquem determinada informação que depois não a digam pessoalmente...”</p> <p>“É assim...tá bem...o <i>Facebook</i> permite saber o que é que essa pessoa anda a fazer, porque eu acabo por, ao longo da vida, perder a relação com determinadas pessoas...”</p>	<p>“Sim, acho que é uma maneira de amigos que eu não tenha tanta possibilidade de estar em contacto todos os dias, certas coisas que eles publicam dá para perceber o seu dia-a-dia e se estão bem ou se estão mal, acho que acima de tudo, isso é importante...”</p> <p>“Há aqueles em que contexto real sei mais coisas, e há aqueles que não falo tanto com eles e sei mais coisas no <i>Facebook</i> do que falando com eles em contexto real...”</p>	<p>“Gosto de ver aquilo que eles publicam. Mas se eles não disponibilizarem, eu também não sei se eles publicam ou não, portanto...Curiosidade...”</p> <p>“Muitas vezes, em contexto do <i>Facebook</i> porque os meus amigos moram noutras terras, moram noutras cidades e como não tenho contacto pessoal com eles frequentemente por vezes sei mais por interação, através do <i>Facebook</i> do que propriamente pessoalmente...”</p>	<p>“Sim, é importante... Porque gosto de comentar as coisas também, interagir com eles, por isso é importante ver o que eles publicam... Sim, basicamente sim. Ter uma ideia do que eles fazem...”</p> <p>“Não, no contexto real [sei mais dos meus amigos], o <i>Facebook</i> é só para ver, não sei, não é bem da vida pessoal, é mais dos gostos...”</p>
--	--	---	---	---	---

		Entrevista 5	Entrevista 6	Entrevista 7	Entrevista 8
2. As amizades dentro e fora da rede	2.1. Gestão dos fluxos de informação dentro e fora da rede	<p>Fora da rede: “As pessoas que são mais próximos sabem mais de mim, acompanham a minha vida, as pessoas que são conhecidas se calhar não convivo tanto...se calhar contacto mais com as pessoas que trabalho do que com alguns amigos e esses às vezes acabam por saber um bocadinho mais até de mim...” “Depende sempre um bocadinho da informação que ele partilha, não me incomoda porque se é meu amigo sabe até onde pode ir, desde que tenha os seus limites....”</p>	<p>Fora da rede: “Não, os mais próximos, não é, sabem mais que os mais distantes...” “Porque acho que isso [amigos partilharem informação do entrevistado com terceiros] que deve ser uma falta de respeito, não é? Sem a gente ter o conhecimento, nem nada...”</p>	<p>Fora da rede: “Isso faz parte dos laços e das relações de amizade entre as pessoas, como é óbvio temos maior... mais relações de amizades com uns e mais laços afetivos com uns de com outros, não é?” “Ficava, quer dizer, enfim, não sei, ficava furiosa, desconfiada, nunca mais voltava a confiar naquela pessoa, porque considerava que de facto, era uma traição, não é? alguém falar de mim para outro, eu acho que isso é de facto horrível...”</p>	<p>Fora da rede: “Nós temos conversas que se aprofundam muito mais do que a troca de posts...” “Em contexto de copresença, se eu partilho uma informação contigo e depois tu vais contar a um amigo teu, que não tem uma grande relação comigo, ou nenhuma mesmo, isto é moralmente, e aqui estamos a falar no campo da moral, da ética, é incorreto...”</p>
		<p>Dentro da rede: “Claro, o que está exposto sim, todos sabem, mas eu também não é por aí que as pessoas sabem mais sobre mim, não é pelo <i>Facebook</i>, de todo...” “Acabo por de vez em quando público alguma coisa porque as pessoas reclamam: tu nunca publicas nada...” “Aí, já não acho piada nenhuma, porque já...Porque aí já me sinto mais exposta, já fica na internet a informação sobre mim que não optei por partilhar com outras pessoas, não acho que ninguém tenha o direito de o fazer na internet...” “Eu não acredito nisso, que a informação fique só para esse amigo, fica lá <i>online</i>, se alguém quiser aceder do <i>Facebook</i> consegue, isso não me agrada porque também ninguém tinha essa liberdade, digo eu...”</p>	<p>Dentro da rede: “Sabem [o mesmo de mim no <i>Facebook</i>]...” “Sim, pelo menos quem tem pouco conhecimento, agora quem tiver muito conhecimento é capaz de, sabe explorar essa coisa, pois bem, e eu como tenho pouco conhecimento não sei explorar e essa razão que uma pessoa não arrisca [a diferenciar os amigos na rede]...” “A mesma coisa também [no que diz respeito a amigos do entrevistado que partilham informações a terceiros]...”</p>	<p>Dentro da rede: “É verdade, expus-me de tal forma que...nunca tomei consideração...esses tais níveis de privacidade que sei que existem e que nós podemos condicionar...mas de facto nunca tinha...pensado nisso mas, em contexto real tendemos de facto a fazer esse filtro e ali não o fiz...” “Uma das situações que me chocou é que... os dados ficam armazenados para sempre...” “De repente pensei, se eu estou a receber informação de pessoas que eu não conheço, provavelmente acontece o inverso...” “Acho que há um descontrolo ou uma falta de controlo nosso, de controlar a nossa vida...por um lado tinha o direito de a divulgar [uma fotografia onde eu estava inserida] e, eu também não me sinto no direito de a proibir de divulgar porque eu estou lá...”</p>	<p>Dentro da rede: “É assim, os meus amigos, mesmo meus amigos é pah, eu mantenho uma ligação, falo com eles no <i>chat</i>, é muito mais seletivo, não é? Uma conversa íntima com alguém, uma namorada, uma ex-namorada, eu não a tenho e provavelmente nem a terei pelas mensagens, pelo <i>chat</i> do <i>Facebook</i>...” “Se é negativo, o que é negativo, eu não vou lá partilhar e tenho a sensação que isso acontece comigo e para aí com 90% das pessoas...” “A informação a partir do momento que é publicada, passa para o mundo virtual e perde-se a noção, a sensação de privacidade, do meu ponto de vista...Eu sei que no <i>Facebook</i>, eu tenho amigos e os meus amigos têm amigos, e isso cria uma cascata de divulgação, de expansão da informação...”</p>

.As amizades dentro e fora da rede	2.2. Importância atribuída à vigilância social	<p>“Sim, principalmente para aqueles amigos...eu morei longe daqui [e] deixei uns amigos, não é para trás mas o contacto diário acabou e às vezes é giro perceber as conquistas deles, é mais nesse sentido positivo de perceber o percurso...agora eu também sei quais são as pessoas que publicam as coisas mais giras, então eu procuro essa pessoa...”</p> <p>“Às vezes, publicam, eu vou ver o que é, e até ponho lá um gosto mesmo que não seja uma coisa fenomenal, às vezes também por uma questão de carinho, uma questão de atenção, isso faço. Agora se não for pela questão emocional, não ligo muito...”</p> <p>“Prefiro interação em contexto real...”</p> <p>“Apesar de saber algumas coisas por lá [Facebook], eu contacto muito mais por e-mail, por mensagem, tento ir lá, quando não é possível tento, lá está, enviar uma mensagem, mas não mandaria uma mensagem pelo Facebook, por exemplo, saber como eles estão...”</p> <p>“Para mim, não é [uma ferramenta central para interagir com outros] mas tem a ver com o meu perfil, também não gosto muito dessa exposição e não acho que haja privacidade nenhuma, não preciso que cem pessoas saibam que eu mandei mensagem a X ou a Y...”</p>	<p>“É importante porque gosto de estar a ocorrerre daquilo que eles [amigos do Facebook] fazem também, não é? Pronto. É essa a razão talvez...”</p> <p>“Não, fora dele, fora dele [sabe mais dos amigos fora da rede]...”</p>	<p>“Sim, gosto de ver [o que os meus amigos do Facebook publicam e/ou é publicado acerca deles], porque de facto sinto que nesse aspeto, podemos ter notícias digamos não é... é uma forma de ter notícias sem falar diretamente com as pessoas e de chegar lá e perceber, ok parece estar tudo bem, porque eles...”</p> <p>“Sim, sim, preocupação, mais até que... do que cusquice, de controlo... confesso que as únicas pessoas que vou com esse sentido de controlo, é mesmo os meus filhos... por exemplo, eu soube que o meu filho tinha uma namorada através do Facebook...”</p> <p>“[Sei mais dos meus amigos] no contexto real, porque é assim, apesar de pelas fotos e, nós podermos até saber que as pessoas tiveram aqui ou ali, foram a uma festa, enfim... mas eu penso que muita da realidade é mais em contexto direto...”</p> <p>“Até porque aí há outra questão, que é, a informação que é disponibilizada no Facebook, é a informação que as pessoas querem que em princípio seja vista pelos outros, não é? Que nem sempre é coincidente com a sua realidade”</p> <p>“Não, e eu sou muito de falar com as pessoas, como falo demais... gosto de falar com as pessoas...”</p>
		<p>“As pessoas, elas próprias expõem-se, mas com o quê? Com uma espécie de isco, são atraídas como um peixe atraídas ao isco pelo entretenimento e consumo e o Facebook, de facto, é um modelo de negócio muito atrativo, porque eles dão, fico a conhecer...coisas do meu interesse...”</p> <p>“Eu acho que é mais importante eu ver o que os outros publicam...Eu acho que aí está uma característica intrínseca ao humano que é saber e descobrir o íntimo do outro, que é um impulso, que é uma questão algo filosófica...”</p> <p>“Eu acho que o Facebook amplia características que estão inerentes à condição humana, como a exposição...atualmente há uma grande capacidade de um individuo ter uma audiência bastante considerável...e isto é uma inovação, eu acho que é uma inovação a amplitude da audiência que o comum dos cidadãos hoje têm acesso...”</p> <p>“Eu recentemente tive dois amigos de infância que foram pais e soube pelo Facebook...Sei mais [dos meus amigos] pelo Facebook, há pessoas que eu até já me tinha esquecido delas se não fosse o Facebook...”</p>		

		Entrevista 9	Entrevista 10	Entrevista 11	Entrevista 12
.As amigas dentro e fora da rede	2.1. Gestão dos fluxos de informação dentro e fora da rede	<p>Fora da rede: Os [amigos] mais próximos Sabem mais [informação sobre mim]...”</p> <p>“Depende da informação (risos)... Não gostaria [que um amigo meu partilhasse informação com terceiros]...Porque sou eu quem decide a informação que quero transmitir, não é?...”</p>	<p>Fora da rede: “Ou seja, uns conhecem-me melhor e outros pior, depende do tempo que passo com eles...Quer dizer há amigos que me conhecem mais, eu tenho amigos que já andei a correr a Europa toda com eles...”</p> <p>“Eu acho isso, quer dizer isso chama-se a cusquite [os meus amigos partilharem informação minha com terceiros], isto é o que um gajo tem de mais coiso, eu costumo dizer que um individuo quanto mais conhecido é pior é...”</p>	<p>Fora da rede: “Aqueles que estão mais em contacto comigo sabem mais coisas sobre mim do que os que estão mais longe, que eu não contacto tão diretamente...”</p> <p>“Às vezes, as pessoas em conversa comentam sobre a vida uma das outras. Claro que penso que não irá falar toda a informação ou se for algo mesmo confidencial, terá o cuidado de não partilhar. Há sempre essa possibilidade...”</p> <p>“Se calhar, deixava de contar coisas com mais sigilo a essa pessoa...Deixaria de dar informação tão íntima para que ela não pudesse, sem querer ou querendo, divulgar essa informação a outras pessoas...”</p>	<p>Fora da rede: “Nós temos de separar um bocadinho do que são os amigos de uma maneira geral e aqueles de intimidade, claro que os de intimidade têm sempre muito mais acesso à informação e sobre mim, do que qualquer amigo geral...”</p> <p>Muito mau, acho muito mau...porque é uma falta muito grande de privacidade e de desrespeito para comigo [um amigo meu partilhar informação a meu respeito com terceiros]...E éticas, até do ponto de vista do que é ser amigo, do que é a amizade, tem de haver respeito...”</p>
		<p>Dentro da rede: “Normalmente as minhas publicações é para toda a gente...Sim, lá dentro toda a gente tem acesso à informação que lá esta, ou seja, não há diferenças entre conhecidos e amigos...”</p> <p>“Eu acho que o <i>Facebook</i> dá opção de nós escolhermos isso porque dá para bloquearmos aquela publicação para x ou x pessoa, não é?...”</p> <p>“Acho que é uma opção nossa. Eu não me importo porque eu não sou daquelas pessoas que publica lá a vida toda e que expõem tudo...”</p> <p>“Igual [ao contexto <i>offline</i>]... Não gostaria também [que amigos meus divulgassem informação a meu respeito com terceiros]...”</p>	<p>Dentro da rede: “Sabem aquilo que lá está uns saberão mais outros saberão menos...”</p> <p>“Acho que no <i>Facebook</i>, já se torna público [toda a informação que disponibilizo], isso já vai raiar o aspeto da intromissão na vida de outra pessoa, quer dizer quando a minha imagem está em jogo eu tenho de a defender se for para o mal...”</p>	<p>Dentro da rede: “No contexto do <i>Facebook</i> isso também acontece porque eu tenho os filtros para os mais chegados, têm mais informação e os que são só praticamente conhecidos, têm menos informação...Se tiver essa preocupação, sim, penso que é possível [filtrar a informação na rede]...”</p> <p>“Tem que haver à mesma o sentido de, algumas informações são particulares e não são para andar a partilhar com toda a gente...”</p>	<p>Dentro da rede: “Primeiro separei logo amigos de conhecidos. Portanto, os amigos sabem mais do que os conhecidos, mas eu não disponibilizo muita informação no <i>Facebook</i>...”</p> <p>“Se calhar não, eu é que disponibilizo, a informação que se calhar quero que todos vejam da mesma maneira...filtro logo muito bem a informação...”</p> <p>“Cada vez que partilham alguma informação minha ou me pedem autorização ou colocam o meu nome na publicação deles...”</p>

.As amizades dentro e fora da rede	2.2. Importância atribuída à vigilância social	<p>“Sim... Como dizia antes é uma forma de acompanhar, a vida deles e de estar sempre a par do que é que se passa (risos). E acho que funciona um bocadinho assim o <i>Facebook</i> que é um bocadinho cuscar, ahh..... a vida dos outros...”</p> <p>“Depende. Eu tenho, a maior parte dos meus amigos estão fora da Covilhã... ou seja, tenho muito mais acesso à vida deles através do <i>Facebook</i>, através do <i>chat</i> e através das publicações e até dos comentários que nós vamos fazendo nas publicações. Com os meus amigos que estão cá ou com os meus familiares que estão cá... pessoalmente tenho mais acesso à informação a nível...pessoalmente, mesmo com eles...”</p>	<p>“Portanto é engraçado...vou sabendo... Sim, de certa forma, dá para perceber o que certas pessoas fazem, qual é a vida que as pessoas levam...”</p> <p>“Depende dos amigos, por exemplo há amigos que eu habitualmente estou com eles... Agora há outro tipo de amigos, amigos diferentes que não são tão chegados que vou sabendo de algumas coisas [pelo <i>Facebook</i>] mas não sei de tudo...”</p>	<p>“Não, normalmente não vou sequer ver...Não sou muito curiosa em relação às atividades das pessoas...vou mais ao meu <i>Facebook</i> para contactar com pessoas que estavam longe e que falava dessa maneira através do <i>chat</i>, não vou normalmente para ir ver que é que as pessoas publicam, normalmente, não...”</p> <p>“No meu caso, [sei mais dos meus amigos] fora dele [<i>Facebook</i>]...Sim, sim fora dele [<i>Facebook</i>]. Mas se quiser saber sobre o meu amigo, sei que se eu procurar no <i>Facebook</i> consigo obter muita informação e se ele estiver longe mais rapidamente no <i>Facebook</i> sei toda a informação do que diretamente...”</p>	<p>“Importante, depende do que estamos a falar qual é o grau de importância. Se é algo que me “tira o sono”? não, mas é claro que, eu utilizaria mais o engraçado, divertido, do que propriamente o importante [o ver o que os amigos publicam e/ou é publicado acerca deles]...”</p> <p>“[O <i>Facebook</i> ajuda] a reatar, mas depois no contexto cara a cara, de alimentar o contexto cara a cara funciona muito melhor. Claro que perdi alguns amigos ao longo do tempo, mas reatei graças ao <i>Facebook</i>, mas [o contexto cara-a-cara funciona melhor]...”</p>
------------------------------------	--	--	--	--	--

		Entrevista 13	Entrevista 14	Entrevista 15	Entrevista 16
2. As amizades dentro e fora da rede	2.1. Gestão dos fluxos de informação dentro e fora da rede	<p>Fora da rede: “O grau de conhecimento que eu tenho dos outros e os outros têm de mim, ele vai-se estreitando à medida que as pessoas conhecem mais e também convivem mais...”</p> <p>“Isso [um amigo partilhar informação com terceiros] faz parte daquela coscuvilhice que eu nunca dei importância nenhuma...A única coisa que eu acho é que não me deve afetar diretamente. Porque afetando diretamente, aí já tenho que me defender...”</p>	<p>Fora da rede: “Sim, sim, sem dúvida. Existem pessoas que sabem muita coisa sobre mim e outras que sabem menos...”</p> <p>“Detesto [que um amigo meu partilhe informação a meu respeito com terceiros]... Não tolero. Porque se é comigo, se é a minha vida é comigo que tem ser, nem tolero, agora se falamos no profissional, obviamente que isso não tem qualquer tipo de problema...”</p>	<p>Fora da rede: “A minha vida é um livro aberto, não tenho muito a esconder...”</p> <p>“Não gosto muito [que os meus amigos partilhem informação a meu respeito com terceiros]...porque, pronto, eu sempre gostei de ter a minha vida privada e quando um amigo é amigo, não precisa de participar o outro amigo...”</p>	<p>Fora da rede: “Não, claro que não. Há pessoas que saberão umas coisas sobre mim, outras saberão outras completamente diferentes...”</p> <p>“Quando tu dás uma informação a outra pessoa, tu não controlas o destino dela...opah nós não conseguimos gerir isso, nem na realidade, nem no <i>Facebook</i>...”</p>
		<p>Dentro da rede: É assim, não é que não se consiga [restringir a informação], eu acho que se consegue, fazendo grupos de amizade, restringindo o acesso num grupo e noutra, mas é assim, eu desconfio um bocado sempre do Big Brother, é assim, é um meio que a gente sabe onde começa, mas não sabe aonde é que vai a informação e, isso desagrada-me...”</p> <p>“Do ponto de vista de conhecimentos, não domino essa tecnologia...mesmo dominando, corro sempre um determinado risco porque são dados que não se apagam...podem ser utilizados não sei por quem nem como...”</p> <p>“Pessoas muito próximas, com quem tenho, às vezes até laços familiares, eu não associo como amigo, justamente porque tenho sempre receio que ao ler algo...poderia de facto dizer coisas no <i>Facebook</i> que depois me podia arrepender e depois não limpava, e então até prefiro de todo nem os ter associado...”</p>	<p>Dentro da rede: “Quer dizer, eu no <i>Facebook</i> não tenho muito o hábito de diferenciar, porque, lá está, acabam por ser as pessoas mais... Agora obviamente, não vou mentir que tenho lá pessoas que se calhar não conheço e acabei por adicionar...essas pessoas irão saber coisas sobre mim que se calhar só as pessoas que me conhecem sabem, acabam por saber...”</p> <p>“Obviamente que não iria gostar, nem dentro do <i>Facebook</i>, nem fora do <i>Facebook</i> [que um amigo meu partilhasse informação a meu respeito]...”</p>	<p>Dentro da rede: “As diferenças é que eu não conheço as pessoas propriamente ditas e aquelas que conheço e que eu posso comunicar e que sei que estou descansada, sim senhora, e por isso mesmo é que eu comunico através de mensagem privada, para não dar a conhecer tudo às outras pessoas que não são tão amigas, que não conheço tão bem...” [diferencia através do <i>chat</i> privado]</p> <p>“Se forem dados que não, que não afetem a vida privada de uma pessoa... Não há problema. Agora...”</p> <p>“As pessoas que não são das minhas relações propriamente, não têm que saber tudo de mim. Podem saber alguma coisa superficial mas, pronto...”</p>	<p>Dentro da rede: “Eu disponibilizei aquela informação para todos...”</p> <p>“Não consegues ter...“atenção amigos loiros, não leiam isto, atenção loiras, não leiam isto” tu escreves uma anedota de loiras e vais ter azar que alguma loira vai ler aqui e vais levar nas orelhas e etc...Já me aconteceu uma pessoa que entendeu que era uma boca para ela...É assim, todos nós sabemos quais são as consequências de um boato, no mundo real. Esse boato no <i>Facebook</i> propaga-se muito mais depressa...”</p> <p>“Ou seja, ainda que nos dois contextos seja a mesma situação, nós não controlamos a informação e ela pode chegar todo o lado, mas no <i>Facebook</i> a velocidade é maior e é a propagação e o número de pessoas é maior...”</p>

2.As amizades dentro e fora da rede	2.2. Importância atribuída à vigilância social	<p>“Sim, é a tal importância relativa. Gosto de saber o que se passa. Vejo os jornais, vejo as notícias...e também gosto... Lá está, porque como também tenho um grupo muito restrito não é propriamente ver o que eles publicam, é mais no sentido, de vivências que podem partilhar comigo, ou que podem partilhar com os outros, ou alguma informação importante ou até um comentário sobre política que me pode ter escapado. Não é aquela curiosidade tipo <i>Big Brother</i> assim de coscuvilhar, por exemplo, eu noto e vejo e observo, aquela tendência para a coscuvilhice que é diferente de ver pontos de interesse...É ver se já casou com aquele, se já tirou a namorada...isso de todo não me interessa nada...agora aquela coisa fui e vi não me interessa absolutamente nada faço-lhe assim uma leitura muito por alto...”</p> <p>“É assim, eu guardo os amigos no coração, sou uma pessoa, gosto de comunicar, lá está, cara a cara...nunca fui fã, gosto dos meus amigos, partilho com eles uma serie de coisas, quando nos encontramos depois partilhamos outras coisas e novas coisas mas, aquela necessidade constante de: o que é que estás a fazer? lá está, também nunca me interessou...”</p>	<p>“Não. Depende...Às vezes tenho curiosidade, obviamente, se “x” pessoa que se dá comigo puser uma foto óbvio que tenho curiosidade em ver... Sim, sim. Só mesmo em curiosidade...”</p> <p>“Às vezes, acontece saber mais [dos meus amigos no <i>Facebook</i>], infelizmente, às vezes acontece isso. Sim, sim...”</p> <p>“Não, eu acho que hoje em dia, as pessoas acabam por não ter...acho que acabam por falar mais pelo <i>Facebook</i>, do que propriamente cara a cara. E acabam se calhar por funcionar um bocadinho mais pelo <i>Facebook</i>...”</p>	<p>“Hum... Mais ou menos, assim quando é coisas, eventos ou coisas assim que eles gostem que eu partilhe e que, pronto...as coisas que eles fazem e isso ... claro que gosto...”</p> <p>“Às vezes [obtenho mais informação] consultando o <i>Facebook</i>, inclusivamente o meu filho, porque, muitas vezes é através do <i>Facebook</i> que comunico com ele...”</p>	<p>“A cerca deles, não...aquilo que eles publicam, às vezes vejo, basta o título, o assunto que se está a falar, se me interessar, leio tudo ate ao fim, às vezes aprende-se mais nos comentários...”</p> <p>“Toma-se mais conhecimento pelos comentários que o outro faz, do que propriamente com a pergunta que alguém fez, para toda a gente responder, portanto, quando me interessa, leio os comentários, as respostas, os conselhos que as pessoas vão dando, quando não me interessa, passo à frente...”</p> <p>“Aqueles amigos, meus amigos conheço mais em contexto real, agora os tais amigos do <i>Facebook</i> e não sei quê, só sei o que se publica lá...Por exemplo, os meus colegas de licenciatura de Sociologia, eu fiquei na Covilhã e eles foram-se espalhando, o que sei deles é o que cada um vai publicando, o que cada um vai dizendo...”</p>
-------------------------------------	--	---	---	---	---

		Entrevista 17	Entrevista 18
2. As amizades dentro e fora da rede	2.1. Gestão dos fluxos de informação dentro e fora da rede	<p>Fora da rede:</p> <p>“Não, tenho os meus amigos mais chegados é obvio que conhecem de mim aquilo que jamais os outros conhecerão, até mesmo a nível de colegas de trabalho...”</p> <p>“Não fazem isso os meus amigos chegados [disponibilizar informações minhas a terceiros]...”</p>	<p>Fora da rede:</p> <p>Claro que não... Tem a ver a intimidade [diferenciação dos amigos]...”</p> <p>“Não acho graça nenhuma e não é nada que já não tenha acontecido...”</p>
		<p>Dentro da rede:</p> <p>“Aquilo que sabem é aquilo que ponho lá para saber, ora se eu ponho lá para saber, todos vêm, agora depende da importância que cada um dá...”</p> <p>“Não há [restrições], porque não lido com o <i>Facebook</i> dessa forma, ou seja se eu quero...que o meu amigo A saiba de certas e determinadas coisas, eu telefono-lhe, não vou usar o <i>Facebook</i> para isso, ou então mando-lhe uma mensagem privada que é a única coisa que eu conheço, imagine, até pode acontecer eu querer pôr uma fotografia (risos) é obvio que eu não vou pôr no <i>Facebook</i> mas já percebi que se eu quisesse só duas ou três pessoas poderiam ver, agora é assim vamos lá ver aquilo é Internet, você, mesmo que faça essas restrições, dentro da minha ignorância, aquilo fica numa plataforma e um dia algures aquilo pode rebentar e aquilo sair...”</p> <p>“Tem, vamos lá ver, você partilha aquilo que quer tanto a nível pessoal como não, mas sabe que podem falar de si e partilharem coisas que você não tem controlo sobre elas, parte-se do princípio que os seus amigos não fazem isso ou quando o fazem não o fazem com más intenções mas há outras que...mas isso acontece tanto fora como dentro [da rede]...”</p>	<p>Dentro da rede:</p> <p>“Sim, isso sim. [todos os amigos no <i>Facebook</i> sabem o mesmo sobre mim]...”</p> <p>“Com certeza, se eu não valorizo o <i>Facebook</i>, também não ponho lá as coisas de valor... Eu não ponho estados de emoção, não ponho uma serie de coisas... Não vale a pena, não ponho lá nada, portanto nem tenho essa preocupação...”</p> <p>“Com certeza, mas é assim, mas isso, repare, isso tanto acontece no <i>Facebook</i> como noutra coisa qualquer, no nosso quotidiano. O <i>Facebook</i> o que exponencia é a tagarelice, é a má intenção, altamente potenciador, também potencia coisas muito boas, vamos lá ver ser a gente se entende...”</p> <p>“Não gostei quando o meu cunhado pôs uma imagem minha com a minha irmã e pronto, não achei graça nenhuma...”</p>

2..As amizades dentro e fora da rede	2.2. Importância atribuída à vigilância social	<p>“Ah, tem dias, há dias em que gosto [de ver o que os meus amigos publicam], há outros em que não, sei lá a gente sabe através de telefonemas, e de trocas (...) os meus amigos pessoais realmente não são, tenho um que realmente interage muito com o <i>Facebook</i>...Mas da maior parte das pessoas não [gosto de ver o que colocam] porque põem lá os cãezinhos e essas tretas todas que não me chamam à atenção...”</p> <p>“Você tudo o que faz ali é porque, é para alguém reparar em si, nem que seja um grupo de amigos grande ou que seja o namoradinho, ou uma pessoa que você goste ou que não goste...há sempre, sempre uma chamada de atenção ou de serie ou de entretém ou de não interessa pronto...”</p>	<p>“Não...porque não, porque é assim, vamos lá ver uma coisa, eu dos meus amigos que me interessam mesmo, eu sei, não preciso de ir ao <i>Facebook</i>, de outros tanto me faz como se me fez saber da vida deles, é me indiferente, porque há uma coisa que...a intimidade, faz-se fora do <i>Facebook</i>...Não me interessa nada o que as pessoas fazem, é um bocadinho ou porque querem desabafar ou porque querem uma imagem social X, Y ou Z, e podem não corresponder sequer...”</p> <p>“Eles não me excluem, eu excludo-me. Eu tenho a perfeita consciência, vamos lá ver, às vezes somos excluídos sem consciência disso, eu tenho consciência que eu própria me exclui desse assunto. E isso prova que o <i>Facebook</i> não traz mais ou menos amizade, porque eu não deixei de ter amigos por causa do <i>Facebook</i>...”</p>
--------------------------------------	--	--	--

		Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4
3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.1. Vantagens	<p>“A mais-valia é a possibilidade que a rede nos permite de ir, fazer a manutenção de determinadas amizades...Porque uma pessoa acaba por ver o que é que os nossos amigos antigos andam a fazer, não é? E acaba por nos permitir, instantaneamente falar com eles, ou comentar sobre o que eles andam a fazer...”</p> <p>“O <i>Facebook</i> também é uma boa ferramenta de comunicação...Já para não falar que muitas das vezes permitenos entrar em contacto com o grupo maior de amigos ao mesmo tempo...”</p>	<p>“Acho que a vantagem mais importante é encontrarmos pessoas que já não falávamos há muito tempo. Eu tenho situações em que já perdi o contacto com as pessoas e que as consigo encontrar no <i>Facebook</i> e a partir daí, conseguimos pôr a conversa em dia e saber se a pessoa está bem ou não, acho que isso é a vantagem mais importante do <i>Facebook</i>...”</p>	<p>“O contato com pessoas que normalmente não conseguimos contactar pessoalmente ou porque, como já disse anteriormente não existe, não possuo o contato telefónico ou porque por algum motivo é mais fácil falar com eles por intermédio da internet do que por via telefone...”</p>	<p>“Dá para conhecer pessoas, manter contacto com as pessoas que estão mais distantes e se calhar não há outra forma de comunicar e se calhar dá para entreter também um pouco...”</p>
	3.2. Riscos e receios	<p>“A distorção de informação.... porque repare uma pessoa publica algo com uma determinada intenção, mas nem todos os nossos amigos vão entender essa publicação da mesma maneira....Falta de privacidade, porque uma pessoa não controla quem é que tem acesso a essa informação, mesmo que nas suas definições de privacidade reduza aquilo ao máximo e meta só para os amigos, porque o que depois vai interessar é as definições de privacidade dos próprios amigos...É assim há outros riscos, não é que eu esteja ligada a esse risco, mas vê-se ultimamente, uma dependência muito grande do <i>Facebook</i>...Dependentes da, como é que eu hei-de dizer? Da aceitação e da exposição daquilo que fazem...”</p>	<p>“Acho a exposição que as pessoas dão no <i>Facebook</i>, acho que a informação que transmitem para os outros. Porque existe muitas pessoas que adicionam amigos que supostamente são amigos, mas que não os conhecem e expor demasiada informação, acho que os pode pôr em risco na sua vida pessoal...”</p>	<p>“Pedofilia, por exemplo, há muitas pessoas que colocam...fotografias dos filhos mais pequenos, muitas vezes disponíveis com toda a gente, sem saber que pessoas estão do outro lado...Demasiada exposição da vida pessoal também, já vi casos em que expõem-se demasiado no <i>Facebook</i> a nível da vida pessoal...”</p> <p>“Sim, é assim, existe digamos assim, uma falha de segurança que é o facto de nem toda a gente saber mexer nas opções do <i>Facebook</i>, muitas vezes aquilo tudo que as pessoas colocam é público, ou seja, as pessoas não têm o cuidado de tornar privada a informação, a parte de informação pública...”</p>	<p>“Há sempre o caso de não sabermos bem quem está do outro lado, em algumas pessoas, e como é uma rede virtual há sempre esses perigos...Podemos pensar que estamos a falar com uma pessoa e estamos a falar com outra e, as intenções dessa pessoa podem não ser as melhores, se calhar nas idades menores ainda é mais perigoso...”</p> <p>“A partilha exagerada de informação, das pessoas... há pessoas que partilham tudo o que fazem e leva a que qualquer pessoa conheça a sua vida e o que faz durante o dia a dia e, se calhar não devia ser assim...”</p>

3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.3. Importância atribuída à vigilância institucional	<p>“Eu tenho noção que todas as empresas de publicidade e marketing tem acesso a essa informação [que eu publico]...acabam por criar todo um perfil de todos os utilizadores, empresas essas que estejam associadas ao <i>Facebook</i>...”</p> <p>“Eles utilizam essa política para se defender...eu não sei se, futuramente, os dados que eu publiquei há alguns anos atrás me vão prejudicar...”</p> <p>“Temos de ver que o <i>Facebook</i> precisa de algum rendimento...se ele não vai utilizar as nossas informações para gerar lucro, como é que a plataforma se vai sustentar?...”</p> <p>“Concordo, aliás até acho melhor e mais benéfico para nos próprios que seja o Estado a ter acesso a essa informação do que os parceiros comerciais...eu sou completamente contra, quando determinado trabalhador publica alguma coisa sobre o seu trabalho e depois vai ter consequências no seu trabalho, nomeadamente, o despedimento sobre essa publicação...”</p>	<p>“Que eu saiba não, que seja do meu conhecimento não [tenho conhecimento, além das pessoas que selecionei para aceder aos meus dados no <i>Facebook</i>, de quem mais possa aceder aos meus dados]...”</p> <p>“Acho que não há nada de errado nisto. Acho que é o trabalho das pessoas, como nós temos o nosso, ela também teve o seu e teve que tirar o lucro desta situação [o <i>Facebook</i> tem legitimidade para trocar informações dos utilizadores por lucro]...Como disse anteriormente, acho que é normal [a existência de parceiros comerciais], pois têm que pagar aos trabalhadores e ganhar dinheiro...”</p> <p>“Existem várias situações [em que é legítimo as agencias de segurança dos Estados tenham acesso à informação disponibilizada no <i>Facebook</i>], acho que é importante as pessoas saberem com quem é que estão lidar, basicamente, as informações pessoais de cada pessoa acho que é importante para essas redes de segurança...”</p>	<p>Da parte do <i>Facebook</i> infelizmente existe muita publicidade, porque lá está é um negócio e o negócio precisa de parcerias comerciais, mas também não sabemos até que ponto é que a nossa informação não é disponibilizada a essas mesmas parcerias comerciais, que eu no meu caso pessoal, não me apercebi dessa situação e espero que isso nunca venha a acontecer...”</p> <p>“Se eu estou a usar, sou eu que estou a usar, não têm de aceder à minha lista de amigos...”</p> <p>“Eu acho que deve-se criar um mecanismo para terem a atenção à partilha de pornografia infantil, no entanto, não acho que isso implique que tudo o que um utilizador de <i>Facebook</i> faça seja controlado por uma agência de segurança. Acho que isso é uma invasão de privacidade enorme...”</p>	<p>“Dependendo do caso, mas talvez sim, se eu estou a disponibilizar os dados naquela plataforma, não acho bem que sejam utilizados para outros fins sem saber...Se é uma rede social tão usada, é claro que eles têm de lucrar com isso....Sim, não é que ache muito bem [a rede ter lucro com as nossas informações], mas é normal, é o que acontece...”</p> <p>“Sim, acho que sim, que é um pouco abusivo, porque quando criámos a conta do <i>Facebook</i> não aceitámos nada a dizer que os nossos dados vão estar a ser vistos pelo governo, acho que é um bocado...”</p> <p>“Eu acho que não faz muito mal, nesse caso já sabemos que quem publicita lá e tudo, tem acesso a esses dados, mas até agora nunca tive problemas com isso... nunca vi os meus dados fora dali...”</p>
---	---	--	--	---	--

3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.4. Confiança na plataforma quanto à proteção dos dados	<p>“Eu preferia uma rede social que tivesse maiores restrições ao nível da publicação de informação de acesso a essa informação. Preferia, e existe? Talvez não. Então eu própria como utilizador sou eu que tenho de controlar esse tipo de informação...”</p> <p>“Não [confio], claro que não, até porque já houve diversas notícias a dizer que...os dados do <i>Facebook</i> do foro privado tinham acabado por ser expostos...Mesmo no <i>chat</i> privado eu tento ao máximo não colocar nada do que eu penso que possa ser mais pessoal...”</p> <p>“A plataforma devia ser responsável e deveria...avisar os próprios utilizadores, de uma forma mais direta, dos riscos que pode haver...”</p>	<p>“Não [nunca me arrependi de disponibilizar qualquer tipo de informação na plataforma], porque nunca tive problemas com a informação disponibilizada...”</p> <p>“Sim, de momento sim. Nunca tive nenhum problema com a exposição dos meus dados pessoais...”</p>	<p>“De todo, é uma rede, é informática. Em tudo que é informático há pessoas que conseguem ultrapassar todas as barreiras que sejam colocadas... É falível, existem hackers, existem crackers, que assim como fazem, assim como assaltam contas bancárias por intermédio de internet, assim como existem ações de phishing também facilmente conseguem entrar numa página dessas por mais segurança que seja, basta querer...”</p>	<p>“Até ao momento sim [confio na plataforma], porque nunca, não conheço nenhum caso que tenham sido violados os...”</p> <p>“Nós ouvimos sempre as histórias, mais com os famosos, que as pessoas, por exemplo, não sei, que fotografias e tudo que as pessoas postam no <i>Facebook</i> ... depois são utilizados para fins, para outros fins...Talvez nesses casos, mas pronto, lá está, é da responsabilidade tanto do <i>Facebook</i> como das pessoas que colocam lá os dados...”</p>
	3.5. Liberdade vs Segurança	<p>“Se for a informação que eu publique, eu não tenho nada a esconder e não me importo...Não diria algo a esconder, mas se calhar seria algo que não quisesse que estivesse publico...”</p>	<p>“Também há várias vertentes e aí eu só colocaria essa afirmação para os meus amigos, como lhe disse há bocado, não demonstro essa publicação das minhas informações pessoais a quem não é meu amigo. Se meto essas informações pessoais para os meus amigos verem, é porque não tenho nada a esconder...”</p>	<p>“Verdade porque não tenho realmente nada a esconder, Falso porque mais uma vez só devem aceder aquilo que eu partilho e não aquilo que eu não partilho. Tudo aquilo que eu não partilhar é privado e se eu lá coloquei para acesso a certas e determinadas pessoas, outros não devem ter permissões para aceder...”</p>	<p>“Sim, em certa parte sim, não é que devam aceder á informação só porque sim, porque acho que isso é violação de privacidade, mas também não tenho nada a esconder, só lá posto o que acho que não há problema das pessoas saberem, por isso...”</p>
	3.6. Consequências da criação de perfis virtuais	<p>“O perfil que vão criar sobre mim decerto não vai ter haver com a pessoa que eu sou...”</p> <p>“Por exemplo houve aí a polémica, não sei se quer que eu fale sobre isto ou não, mas... da professora que tinha fotos todas pomposas no <i>Facebook</i>...“Tasse bem” qual é que é o problema? Se ela for uma boa professora, porque é que há-de ser despedida? Quer dizer a partir do momento em que nós temos uma profissão não podemos ter vida pessoal?...”</p>	<p>“É assim, acho que não cria consequências nenhuma, eles simplesmente traçam o nosso perfil mediante os dados que nós metemos. Se os nossos dados, não forem, digamos, de mal ou ilegais, acho que o nosso perfil é minimamente razoável e não existe nenhum problema para nós...”</p>	<p>“Depende, há países que não contratam ninguém sem que essa pessoa lhes dê acesso à sua página pessoal do <i>Facebook</i>. Não concordo de todo com isso. A vida pessoal do <i>Facebook</i> que se é exposta no <i>Facebook</i> independentemente se é todo ou apenas parte, apenas à pessoa diz respeito...”</p>	<p>“Eu acho que quem não tem nada a temer não tem problemas, como é o meu caso. Não é com os dados que lá ponho que vão ver nada e também não tenho nada a esconder, por isso...”</p>

		Entrevista 5	Entrevista 6	Entrevista 7	Entrevista 8
3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.1. Vantagens	<p>“Uma forma de eu acompanhar a vida de quem não consigo ver no dia-a-dia, quem não consigo contactar, de quem que perdi o contacto...Em termos profissionais, acho...nunca vai haver outra ferramenta que consiga alcançar...tanta gente...O que eu publico agora é visto por não sei quantos milhões de pessoas se eu quiser...”</p>	<p>“Certas notícias que de vez em quando aparecem...e a gente tem aquele interesse e é verdade, muitas vezes, vou à página inicial e aparece-me logo uma notícia que gosto e pronto, a gente não estava à espera e certas fotografias...”</p>	<p>“É de facto haver aquela multiplicidade de pessoas em simultâneo e que nos aparecem ali e depois, não vejo mais vantagem nenhuma...”</p>	<p>“Obviamente a capacidade de comunicação instantânea, vinte e quatro horas por dia, e móvel...E a intensificação dos fluxos, a amplitude, a instantaneidade da comunicação e a capacidade da portabilidade da informação...”</p>
	3.2. Riscos e receios	<p>“Todos nós temos aquelas fotografias que ninguém se orgulha...acho um risco enorme estar lá a nível profissional e depois também depende das pessoas, o que expõem no <i>Facebook</i>, porque acho que há pessoas que se expõem demasiado e descredibilizam-se...pois vem os assédios, vem a informação revelada para toda a gente, informações sobre a empresa, informações que sejam confidenciais...Horários dos filhos, onde é que vão agora vamos de férias e a casa fica exposta para ser assaltada, percebe?...”</p> <p>“Não é porque nós só partilhamos para os nossos amigos que as outras pessoas não possam ter acesso a isso e muita gente aceita amigos que não conhece...”</p>	<p>“Para ser sincero não estou muito a ver desse assunto, desses conhecimentos...Isso já depende das pessoas que utilizem e que saibam utilizar...”</p>	<p>“As crianças que, se podem dizer a partir dos dez, doze anos e que utilizam...é muito fácil entrar em contacto com pessoas que do outro lado as aliciam...existe essas situações, que até de encontros, de sequestros... de pessoas que, de casamentos inclusive que foram desfeitos...”</p>	<p>“Difícilmente consegues apagar o teu percurso...”</p> <p>“Eu hoje estou a partilhar, eu não sei até que ponto que daqui a dez, ou quinze anos quando eu possa ter ambições políticas possam ficar contra mim...”</p>

3. Os riscos associados à disponibilização de dados	<p>3.3. Importância atribuída à vigilância institucional</p> <p>“Sim, nós é que nos expomos lá...tudo o que fazemos comunica a nossa imagem...se as empresas vão lá ver, que têm o direito de ver...é legítimo a empresa querer saber isso...o meu chefe é meu amigo, portanto tenho muito cuidado com aquilo que lá coloco...”</p> <p>“São amigos de amigos, normalmente... E as pessoas que pertencem à organização do <i>Facebook</i>, esses têm acesso a todos os meus dados, tudo o que eu publico, tudo o que eu faço, lá eles têm acesso, porque eles são os donos da empresa...”</p> <p>“Há muitas empresas a fazer isso infelizmente a vender os nossos dados pessoais para bases de dados...Se surgir uma possibilidade na rede de faturar biliões e que isso implique disponibilizar dados, eu não acho que eles [a rede] vão olhar para trás um segundo...O <i>Facebook</i>, acaba por precisar de parceiros comerciais para gerar o máximo de lucro, eles têm de ter publicidade, eles têm, de novo, têm sempre uns <i>stakeholders</i> que andam ali à volta que também beneficiam disso e os ajuda...”</p> <p>“Sim, acho que sim, eles [criadores de aplicações] acedem de certeza para ver os perfis...”</p> <p>“Eles [agências de segurança dos Estados] têm acesso de qualquer maneira, não sei se concordo a 100%, mas se for pela nossa segurança, que tenham acesso...”</p>	<p>“Não [nunca me arrependi de fornecer os meus dados pessoais no <i>Facebook</i>], porque forneço sempre a pessoas amigas, mais nada...”</p> <p>“Eu penso que tudo tem que ter lucros, não é?... Não, se estão a utilizar um serviço tem que ser, acho que deve ser pago....”</p> <p>“Não, talvez não, talvez não deva entrar na parte dos amigos [refere-se aos criadores de aplicações]... Por causa, talvez, da privacidade, não sei o que seja...”</p> <p>“É capaz de justificar isso [o acesso aos dados disponibilizados no <i>Facebook</i>], por uma parte de segurança, talvez, não é?... Em prol da segurança, pois, assim está bem...”</p>	<p>“Todos os gestores e todas as pessoas que estão por trás desse sistema [terão acesso aos meus dados]...todas as empresas... empresas comerciais que estão ligadas ou que patrocinam o próprio <i>Facebook</i>... porque não é por acaso que quando eu vou ao <i>Facebook</i> aparecem-me várias publicidades e é disso que eles vivem naturalmente...”</p> <p>“Penso que é [uma rede que gera lucro com base na informação que os utilizadores disponibilizam]...Aí é puramente económico, não é? é uma empresa como outra qualquer...”</p> <p>“Mais uma vez é o Estado a controlar a vida das pessoas... nós nunca sabemos qual é a intenção que o Estado tem [existe o risco de nos tipificar]...nós não passamos, como se costuma dizer, pelos pingos da chuva...”</p> <p>“Talvez, eu se fosse uma pessoa que estivesse à procura de emprego, achasse que fazia todo o sentido [as empresas acederem aos meus dados], porque eu ia achar que se fosse divulgado o meu perfil...”</p>	<p>“se eles fizerem uma utilização que vá para lá das normas atuais...eu se calhar, nem dou conta...”</p> <p>“É um negócio, é um modelo de negócio...Para mim é [legítimo que o lucro do <i>Facebook</i> advenha dos dados lá colocados], desde que cinjam aos termos de responsabilidade e de acesso à rede que tu dizes aceito...Estás-te a referir a publicidade?... Isso é preocupante, estás-me a preocupar...obviamente que isto é resultado da vigilância do uso de modelos baseados em algoritmo que levam a criar clusters, de potenciais consumidores...”</p> <p>É [legítimo existirem parceiros comerciais], e está consignado nos termos de acesso ao <i>Facebook</i>, agora, quem não está bem, muda-se...vão ter sempre características nossas para nos meter lá publicidade e para nos vender coisas...”</p> <p>“É polemico, pah, assim concordar, assim do nada não. Também há outro argumento que é o securitário...e quanto tempo eles podem armazenar essa informação? E quem vai tratar essa informação em caso de necessidade?...”</p>
---	--	---	--	---

3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.4. Confiança na plataforma quanto à proteção dos dados	“Não, não a 100%, não confio neles para proteger todos os dados...não acredito muito que eles façam um grande esforço para proteger os nossos dados, é uma oportunidade para faturar sobre isso...acho que na primeira oportunidade eles fazem o que for mais conveniente para eles...”	“Penso que sim...Para já nunca tive problemas, não é, mas, nesse ponto, mas penso que isso deve ter um tipo de segurança para isso mesmo, não é?...”	“Não confio, em primeiro lugar porque eles têm os interesses deles, económicos...traz consigo exatamente a questão de divulgarem os nossos dados...obviamente não estão para me servir a mim mas para se servirem de mim...”	“Não [confio]...Porque o <i>Facebook</i> é uma empresa privada...estando aos serviços de interesses privados eu acho que está tudo dito, é coisa coletiva, o interesse comunitário não está salvaguardado, por isso mesmo há aí um espaço de vulnerabilidade por parte dos utilizadores...”
	3.5. Liberdade vs Segurança	“Não é questão de não ter nada a esconder, tem a ver com...nós não temos de nos expor para o mundo, não é? Eu não tenho de me dar com toda a gente...”	Se não tendo nada a esconder podem [aceder a informação a meu respeito]... Claro e concordo... Não tendo nada a esconder, concordo... Sim, exato, desde que não tenha nada a esconder...”	“Todos nós temos algo a esconder, todos nós até temos algo a esconder de nós próprios, quanto mais dos outros, porque isso faz parte da característica humana...”	“Todos nós temos o nosso próprio quintal...Nem é esconder, mas é algo oh pah que nós queremos manter de fato, ou até só para nós...”
	3.6. Consequências da criação de perfis virtuais	“Eu sou completamente depois incomodada com ofertas de produtos e de serviços que a mim não me interessam minimamente, mas como acham que o meu perfil é esse, estão sempre a assediar-me e ainda por cima eu acho que esses perfis não estão bem traçados...” “A rede vende perfis. E isso é que também está errado porque a rede, eu consigo ter acesso aos perfis das pessoas, eu se pagar...as empresas se pagarem também conseguem ter acesso a perfis, ou seja eu consigo ter publicidade para um determinado grupo...Eles estão a disponibilizar a nossa informação para as empresas como se fosse um perfil...”	“Bem, isso é, para mim isso, ainda não estou a utilizar isso, por isso é uma coisa que eu não sei explicar mesmo...”	“Para mim essa é a grande consequência, quando é um Estado de facto a controlar a nossa informação...”	“O Orwell aí tem uma proposta interessante, o 1984, e nós não seríamos mais do quase robot perante uma máquina que era o estado, há um risco de todos nós sermos transformados em marionetas, eu não descoro essa possibilidade, o que é que eu posso dizer mais sobre isso?...Sim, até mesmo na saúde, no domínio da saúde, há a criação e segmentos de categorias de indivíduos, a categorização, a adjetivação de indivíduos é muito, é um potencial resultado desta catalogação que pode ser feita, que tem potencial, no espaço digital...”

		Entrevista 9	Entrevista 10	Entrevista 11	Entrevista 12
3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.1. Vantagens	<p>“É um bocadinho o que eu já referi... a aproximação. Aproxima-nos das pessoas que estão distantes geograficamente...Dá para ter contacto com as pessoas que estão mais longe. Acho que para mim a principal é essa mesmo...”</p>	<p>“É dar notícias, às vezes parolas outras menos parolas, de certa forma é um certo tipo de informação...Opa as vantagens é quase só uma distração, ajuda a passar o tempo de certa forma, embora seja porreiro dizer mal do governo que é ótimo...”</p>	<p>“Primeiro, é uma plataforma gratuita, que qualquer pessoa com internet pode aceder e falar com outra pessoa, esteja perto ou esteja longe, e essa pra mim é a principal vantagem...Quem gosta de conhecer e estar em contacto com os amigos e saber o que é que fazem e depois, comentar com eles ou participar mais ativamente na vida deles, é uma ferramenta bastante apelativa...”</p>	<p>“Eu acho que a grande vantagem foi a proximidade...houve amigos que perdemos o contacto mais regular e foi retomado...o <i>Facebook</i> permitiu uma regularidade nesse contacto...coisa que acho que foi a grande vantagem...Outra das vantagens é o tal <i>Feed</i> de notícias...há um característica de atualização permanente das áreas que eu gosto...”</p>
	3.2. Riscos e receios	<p>“As pessoas que adicionam toda a gente podem estar a falar com uma pessoa que não é real, não é?...E os perfis falsos também, o poderem criar perfis nossos, não é?... Que acaba por ser um crime, não é? O roubo de identidade... E acho que principalmente serão esses...”</p>	<p>“é fácil manipular...informação...o que será isto que no futuro pode ser usado contra mim? As informações que nós colocamos lá...O Big Brother está atual...os nossos dados estão na rede todos, o que fazemos está na rede, quem comandar, quem vir a coisa sabe exatamente o que fazemos todo o dia...”</p> <p>“A PIDE é mais concreta...No <i>Facebook</i>, aquilo está muito mais diluído eu tenho essa noção, que estou a ser vigiado, mas não bate à porta a policia rapidamente para me prender...mas eu não sou ninguém lá está eu sou um Zé-ninguém...”</p>	<p>“Ora, os riscos são exatamente a partilha de informações, uns com os outros...divulgação de informações que era suposto ser só para determinada pessoa serem partilhadas em toda a rede...”</p> <p>“O facto de, apesar de lá dizerem que a idade mínima para a utilização do <i>Facebook</i> também, há sempre a hipótese de qualquer criança se inscrever no <i>Facebook</i> e colocar seja o que for, consultar seja o que for, no <i>Facebook</i> sem qualquer supervisão...”</p>	<p>“O <i>Facebook</i> acho que tem aquela velha história que se por um lado aproxima, por outro isola as pessoas... As pessoas estão muito mais atrás do computador para estabelecer relações...”</p> <p>“Eu acho que os riscos é sempre a falta de privacidade quando as pessoas não tem cuidado...É de facto e pelo que vejo no <i>Facebook</i> essa falta de privacidade e esse não filtrar essa informação que tenho lá, corro riscos...”</p>

3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.3. Importância atribuída à vigilância institucional	<p>“Gosto de acreditar que ninguém tem acesso (risos)...Nós temos as opções que nos permitem bloquear o acesso não é?...se nós não colocarmos isso acaba por ser culpa nossa...”</p> <p>“Valorizo muito a minha privacidade. Se alguém utilizasse os meus dados para outro...que eu não tivesse conhecimento nem que desse a minha...a minha...autorização, não gostaria...Não [me arrependi de fornecer os meus dados pessoais no <i>Facebook</i>]...Porque ainda não foram utilizados indevidamente. (Risos)...”</p> <p>“Eu acho que as pessoas permitem que isso aconteça [que o <i>Facebook</i> utilize as informações disponibilizadas para gerar lucro], não sei se será legítimo ou não, mas acho que as pessoas permitem que isso aconteça...E acho que as pessoas não se importam muito com isso. Ou se calhar nem pensam nisso. Por exemplo, eu nunca pensei nessa parte...Acho que as pessoas não pensam muito que são os nossos dados que são utilizados para isso...”</p> <p>“Sim [concordo que os criadores de aplicações cedam à minha lista de amigos]...É assim eu acho que eles não utilizam esses dados para algo mais, não é? Desde que se mantenham ali os dados reservados não tenho nada contra, desde que não passe dessa barreira...”</p> <p>“Eles [agências de segurança dos Estados] também têm que chegar de alguma forma ao objetivo deles...”</p> <p>“Não...Porque não (risos) [não concordo que as empresas tenham acesso à informação que disponibilizo no <i>Facebook</i>] Eu acho que nós devemos saber, aliás nós é que devemos decidir para quem é que os nossos dados vão...”</p>	<p>“Eu presumo que os sistemas de segurança devem ser fidedignos, não?...”</p> <p>“São os grandes grupos [que podem aceder aos meus dados], que fazem o controlo económico e fazem os negócios para o GOOGLE e para outros gigantes da informação...Claro naturalmente têm, eles agora até vão aos sistemas públicos...Eu acho mal [que alguém aceda aos meus dados], quer dizer acho que só deveria acontecer isso se houvesse uma permissão do utilizador...”</p> <p>“É um negócio e na verdade eles às vezes vendem os dados para a Google...é complicado mas quer dizer, como costumo dizer só lá está quem quer...”</p> <p>“Porque não, porque os Estados tem os seus meios de controlar essas coisas, agora ter acesso a tudo que diz respeito, lá está, então isso era como a PIDE, quer dizer nem pensar, eu acho que deve haver meios controlados pelo Estado, sendo o Estado, por exemplo, representado pelos tribunais...”</p> <p>“Lá está essa faz parte do negócio, os gaijos vendem os dados porque quem gosta disto e daquilo (...) isso é o sistema capitalista...isso faz parte do sistema, mas eu pessoalmente não vejo como contrariar o sistema...”</p>	<p>“Mesmo judicialmente penso que não deveria ter...darem acesso às informações do <i>Facebook</i>...”</p> <p>“Nunca me aconteceu nada de estranho através dos dados do <i>Facebook</i>...”</p> <p>“Não, penso que não é verdade [que o <i>Facebook</i> utilize os nossos dados para gerar lucro]... Primeiro porque, teoricamente ele não pode utilizar os dados, não é?... Eu penso que não deveria utilizar os nossos dados para gerar lucro, eles podem gerar lucros mesmo sem utilizar os nossos dados...Então, tem que ter parceiros comerciais o <i>Facebook</i>... Porque nada é sustentável sem lucro...”</p> <p>“Por isso, a nível de informação, a informação se eles [agências de segurança dos Estados] quiserem chega lá à mesma, de uma forma mais rápida ou mais lenta, espera-se que no caso da justiça, se a informação for mais rápida, melhor...”</p>	<p>“Não tem, no caso não tem [acesso aos meus dados no <i>Facebook</i>]...”</p> <p>“Todas as entidades de segurança, nomeadamente PJ, claro que sim...”</p> <p>“Disponibilizo lá a informação que não me importo que utilizem, portanto, a partir do momento que eles utilizassem dados meus, que não estavam por ali, aí sim...”</p> <p>“Não [nunca me arrependi de fornecer os meus dados pessoais no <i>Facebook</i>]... Porque também nunca tive problemas...Como lhe digo, ouve-se em alguns jornais, mas também não é assim uma coisa que me ande muito próxima...”</p> <p>“É assim, o lucro de qualquer empresa é feito também com toda a gente que acede a esse produto, obviamente, uma das particularidades das redes sociais é essa, à partida qualquer pessoa que adere já saberá que aquilo tem esses fatores negativos, obviamente, não é? Agora cabe mais uma vez ao utilizador pactuar ou não com isso...”</p> <p>“Concordo [que as agências de segurança dos Estados cedam à informação que disponibilizo no <i>Facebook</i>], até porque nem toda a gente é de boa-fé, no <i>Facebook</i>...”</p> <p>“Como eu disponibilizo pouca informação, eu, não acho mal [que as empresas tenham acesso à informação que disponibilizo no <i>Facebook</i>]...agora, se eles aproveitarem os meus dados para me invadirem com publicidade excessiva, sou contra...”</p>
---	---	--	---	---	--

.Os riscos associados à disponibilização de dados	3.4. Confiança na plataforma quanto à proteção dos dados	Se calhar não [confio] totalmente...Se calhar não tem aquela vigilância ou aquele poder de tentar manter isso o mais privado possível... se calhar os dados podem fugir de alguma forma, e parar a outros lados, não é?..."	"Eu acho que não, não confio muito, depois é assim também só lá ponho aquilo que me interessa... Acho que aquilo é como lhe digo aquilo é o nosso amigo, o nosso Big Brother, o nosso Big, o nosso irmãozinho que está lá em cima e vê aquilo tudo pah, basta eu ser crente e acreditar em Deus..."	"Penso que é difícil, mas deveriam conseguir, uma empresa desse nível deve pelo menos garantir aquilo que diz que garante... Mas também não coloco coisas assim tão confidenciais na plataforma que eu deva ter assim uma confiança tão exagerada..."	Não... Acho que todas as plataformas, todo o marketing da internet, todos os utilizadores, o próprio âmbito do que é a rede social deita isso por terra, acho que não há mesmo privacidade a nível dos dados de ninguém no <i>Facebook</i> ..."
	3.5. Liberdade vs Segurança	"Não, eu por muito que não tenha nada a esconder valorizo a minha privacidade... voltamos aquela parte..."	"Toda a informação que tenho no <i>Facebook</i> , podem aceder eu sei lá, eu não tenho nada esconder...eu tenho sempre uma certa reserva em acederem à minha informação porque há coisas que eu não quero que saibam..."	"Se a informação que lá está for muito pouca e vaga, a pessoa não tem porquê temer o que está no <i>Facebook</i> ..."	"Sim, é um bocado isso... Para mim, é, quer dizer, eu não tenho mesmo medo do que me possam apanhar, nada...Agora de facto é verdade há pessoas que disponibilizam informação a mais..."
	3.6. Consequências da criação de perfis virtuais	<p>"Como estávamos agora a falar das empresas que podem ir ver os nosso perfis, não é?..."</p> <p>"Ahh se for no caso de alguma agência que esteja interessada no... em ver o meu perfil para me dar trabalho, pode ser...."</p> <p>"Por isso é que quando saímos da universidade e vamos para o nosso mundo profissional nós apagamos a maior parte das fotografias que lá estão, não é?..."</p> <p>"Porque a minha vida profissional não tem nada a ver com a minha vida pessoal, não é? Eu sou uma pessoa séria na minha vida profissional e se calhar não sou assim tão séria na minha vida pessoal..."</p>	"É como lhe digo eu sou um grão de areia no meio disto tudo...Não, a princípio não haverá consequências, o que lhe hei-de dizer em termos disso, se eu fosse um individuo muito importante poderia criar moda por exemplo o Cristiano Ronaldo se o gajo diz eu gosto disto no <i>Facebook</i> , vira moda, é um individuo público, agora como nós não temos esse impacto à partida não haverá problema, poderá haver no contexto geral, vão encontrar gajos parecidos comigo nas minhas ideias, epa este gajo tem este perfil mais ou menos, para este gajo vende-se isto..."	<p>"Eu penso que, em princípio não deve ter nenhuma consequência... Se eu me meter em sarilhos se calhar, pode ter, ou se por algum motivo eu for exposta em tribunal, eu posso ter um perfil de <i>Facebook</i>, que até nem sou eu. O perfil pode ter consequências se for utilizado para tomar decisões ou para fazer juízos sobre mim..."</p> <p>"Não, é tudo menos fiel à realidade... A minha vida que está lá, é só os meus pontos altos, não tenho lá nenhum ponto baixo. Logo, isso é, sei lá...um milésimo da minha vida..."</p>	<p>"Para a minha em particular, nenhuma, até porque se eles me traçassem o meu perfil, tenho certeza que era ao invés daquilo que eu sou na realidade..."</p> <p>"Depende da informação que lá coloca, se coloca informação de cariz muito pessoal, muito intima, até de cariz sexual, de cariz intimo, de cariz económico, ai sofre as consequências, não é?..."</p>

		Entrevista 13	Entrevista 14	Entrevista 15	Entrevista 16
3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.1. Vantagens	<p>“É mais um meio de informação, é um sítio de auto publicitação, para o bem e para o mal...”</p> <p>“Acho que a próxima revolução vai ser, não pelos partidos, mas pelos contactos das redes sociais...conseguem motivar muito mais gente do que aquelas bandeiras que às vezes circulam...”</p>	<p>“A promoção, sem dúvida alguma promover, é fantástico. E dar a conhecer a mais pessoas, e não só na nossa zona, em todo o... Eu acho que acaba por ser a principal daquilo que eu utilizo o <i>Facebook</i>, acho que acaba por ser profissional, no pessoal acaba mesmo, só mesmo, por ser uma das vantagens, que é partilhar aquilo que faço com os meus amigos...”</p>	<p>“As vantagens é só assim, ter possibilidade de comunicar com uma pessoa que não se vê, é que está longe e que através do <i>Facebook</i> a gente consegue comunicar como estando a falar cara-a-cara...”</p>	<p>“O facto da informação se propagar mais depressa...”</p> <p>“Quando temos uma dúvida e pedimos que nos esclareça, é como lhe digo, há pessoas que me vão dar informações que eu nunca vi e nunca verei, não sei, mas que me dão essa informação, isso é uma vantagem...”</p> <p>“Conseguí encontrar pessoas, encontrar, pessoas que há vinte anos...”</p>
	3.2. Riscos e receios	<p>“As pessoas ao publicarem ou a agilizarem não conseguem medir os riscos, que eu não consigo também e, por outro lado quem consegue e domina essas tecnologias pode tirar um partido dessa informação que não me passa nunca pela cabeça...”</p> <p>“E então associo sempre este, esta... a questão da vigilância...Com esta vigilância, algures, nós não sabemos nem quem nos guarda, nem quem nos vigia, nem de quem é que temos de nos desviar para não sermos agredidos. Não sabemos. E este risco do <i>Facebook</i>, estou a falar da internet e do meio digital em geral...”</p>	<p>“Muita vezes não ser a outra pessoa que está do outro lado, ou seja, se calhar perfis falsos, tentarem saber coisas através de perfis falsos, acho que é um dos grandes riscos...”</p>	<p>“Os riscos é o abuso das pessoas utilizarem informação e distorcerem-na...”</p>	<p>“O facto de tu expores a tua vida é sempre um risco, por isso é o que eu digo, há determinadas informações pessoais lá que quando começamos eu disse que não pus lá...há coisas na exposição que eu não digo que sou nazi...eu gosto de ver touradas, mas ver touradas não é moda...Se eu for escrever isso no <i>Facebook</i>, eu vou ser crucificado na hora...”</p>

3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.3. Importância atribuída à vigilância institucional	<p>“Mas hoje em dia é a tal informação que a gente passa a um desconhecido que não sabe qual é o uso que vai fazer dela...Já tem acontecido, pessoas que são, que tem em perigo os seus empregos por várias razões, alguém extravasou esse limite...Não [nunca me arrependi de disponibilizar os meus dados pessoais no <i>Facebook</i>], porque como disse são realmente muito poucos...”</p> <p>“Penso que é verdade [que o <i>Facebook</i>, enquanto empresa, detenha os dados que são disponibilizados e os utilize para gerar lucro], porque senão isso não existia...Se nos dessem algum lucro, até achava [correto]. Mas é assim, é a tal coisa, é o fator empresa, eles também não se empenhariam se, de alguma maneira não tivessem algum lucro...”</p> <p>“Não [concordo que as agências de segurança dos Estados tenham acesso à informação que disponibilizo no <i>Facebook</i>]...quem nos vigia devia ter um motivo...Agora, investigar os cidadãos que lhes apetece e com os tais objetivos escondidos...isso assusta-me...Aliás esta situação que vem à tona sobre a vigilância dos Estados Unidos sobre os outros estados ... tem a ver com o poder que eles têm, do controle de tecnologia...”</p> <p>“É como digo, não concordo [que as empresas tenham acesso à informação que disponibilizo no <i>Facebook</i>], concordar não concordo, como não concordo com a tal vigilância etc., porque é assim, se eu lhes peço um serviço, eles consideram-me como cliente e informam daquilo que eu pedi, não têm que me bombardear com aquilo que eu não quero...”</p>	<p>“Que é terrível [que outros, sem ser os que seleccionei, tenham acesso aos dados que disponibilizo no <i>Facebook</i>]...Não sei quem poderá ter acesso às minhas informações além das pessoas que seleccionei...Deixava [de usar a plataforma caso esta utilizasse os meus dados para fins que não tinham sido previstos]...”</p> <p>“Eu não acho justo, porque pronto, mas se é uma rede social isso acaba, e hoje toda gente tem <i>Facebook</i>, praticamente toda gente tem <i>Facebook</i> portanto acaba uma oportunidade de ser...mas obviamente eles estão a ganhar lucro com os nossos dados...”</p> <p>“Também não [não concordo que as agências de segurança do Estados tenham acesso à informação que disponibilizo no <i>Facebook</i>], porque acaba por ser muito pessoal...Por um lado é para ajudar, e por outro, acaba por não ser...”</p> <p>“As empresas como? Neste caso?...Não, eu continuo a dizer que o <i>Facebook</i> é uma página pessoal e que toda a informação é dada...se eu tiver interesse em que as empresas vejam, ponho disponível e ponho visível...”</p>	<p>“Se calhar, sei lá, não sei. Não sei muito bem [quem poderá ter acesso aos meus dados, além das pessoas que seleccionei]...Não, não sei, mas essas pessoas, sejam pessoas mal-intencionadas ou então...bisbilhoteiras...”</p> <p>“Eu acho que sim [que deixaria de utilizar a plataforma caso ela utilizasse os meus dados para fins que não tivessem sido previstos]...Outras pessoas utilizá-la com mera publicidade ou com mera proveito próprio, sem o utilizador saber, é um abuso...”</p> <p>“Não propriamente [nunca me arrependi de fornecer os meus dados pessoais no <i>Facebook</i>], porque nunca me chegou assim...”</p> <p>“Eles [os criadores de aplicações] podem aceder a isso [à minha informação bem como à minha lista de amigos]...”</p> <p>“Eu acho que isso [as agências de segurança dos Estados terem acesso à informação que disponibilizo no <i>Facebook</i>] é, eu acho que é entrar demais na vida privada das pessoas...No entanto, sei que isso que é, que eles têm acesso a toda a nossa informação a partir do momento que a gente entra no <i>Facebook</i>, eles têm toda a informação...Eu acho que sim. Se há uma suspeição, aí acho que todas as informações são poucas...”</p>	<p>“Pelo que diz a comunicação social, a própria empresa <i>Facebook</i>, acede e vende [informação dos utilizadores]...Não deviam fazer isso...Às vezes eu tenho assim, será que é verdade?...é moda dizer que as grandes empresas vendem as informações...Eu sei que quando preciso de uma informação, uma escuta telefónica...primeiro que as operadoras disponibilizam aos tribunais, é preciso ofícios, é preciso não sei quantos e depois eles vendem assim ao desbarato...custa-me a crer...ainda confio no sistema...”</p> <p>“Teoricamente, acreditando no sistema, só com ordem judicial é que as empresas deveriam revelar as nossas informações e eu acredito que seja assim, opah, vamos acreditar...”</p> <p>“É possível, claro que os utiliza [os dados], nós não pagamos nada à empresa <i>Facebook</i> e ela tem milhões de lucro, portanto o dinheiro tem de vir de algum lado...”</p> <p>“O lucro não vem, eles não venderam as nossas informações, nós é que lhes demos...Eu acho que é legítimo, porque se eles não receberem dinheiro da publicidade e usando as nossas informações teríamos de ser nós a pagar...”</p> <p>“As agências de segurança dos países, será que eles têm acesso assim à informação tão fácil como se diz? Eu não acredito nisso...Claro que é legítimo [as agências de segurança dos Estados acederem à informação que se encontra disponível no <i>Facebook</i>], até em nome da segurança de todos...”</p>
---	---	--	---	---	--

3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.4. Confiança na plataforma quanto à proteção dos dados	Não [confio]... Pelo aquilo que disse atrás. Acima dos administradores do <i>Facebook</i> , há outros que administram muito mais coisas e têm muito mais poder económico...”	“Não [confio]... Porque não sei, lá está, porque não sei quem tem acesso ao <i>Facebook</i> para além de mim, porque pode haver...há tanta gente que consegue entrar...”	“Eu confio, até ao momento em que seja outra ida, a partir daí, deixo de confiar...” “As pessoas que apanham, aproveitam as conversas e isso tudo para distorcer e para publicar noutra, em coisas que não devem...Se isso acontece é porque não há segurança devida, perante o utilizador. É porque eles não têm o cuidado devido...”	“Sim, acho que sim, é por isso que eles têm aqueles níveis de segurança...aquilo deve ter algum tipo de segurança, se nós somos aconselhados em casa e no trabalho com antivírus, firewalls e coisas do género, eles também devem ter, não é?...Eu acho que sim, mas também não há cofres 100% seguro...”
	3.5. Liberdade vs Segurança	“Eu comentaria dessa maneira, não tenho de facto nada a esconder...também não vejo interesse porque que é que há-de haver interesse de ter acesso aquilo que eu digo ou faço ou comento...”	Claro que importo obviamente...claro que me importo que acedam à informação a meu respeito, isso sim...Mesmo que não tenha nada a esconder, obviamente...”	“Sim, isso eu também realmente não tenho nada a esconder, mas a vida privada é a vida privada de cada um...”	“Todos nós temos qualquer coisa a esconder, é assim, há informação que eu disponibilizo e estou à vontade, está lá, essa não esconde. A que não está lá, eu escondi...Não é valido, nem é... não ter nada a esconder não é valido, toda a gente tem qualquer coisa a esconder. E é assim, não quer dizer que a pessoa tenha cometido um crime, é assim, posso esconder qualquer coisa a ti, e escondo a outro qualquer coisa que te conto a ti...”
	3.6. Consequências da criação de perfis virtuais	“É assim, eu não dou muita credibilidade justamente a esse perfil, que eu posso lá pôr o que quiser, não é, portanto os perfis também são construídos em função do objetivo que nós temos...” “As que me lembro, são por exemplo pessoas que têm, lá está, os tais objetivos escondidos, por exemplo casos de pessoas, sei lá, pedófilas...A pessoa que procura algo de prejudicial vai esconder-se justamente atrás desse perfil e vai adequar esse perfil e a fotografia, a imagem e o que lá diz àqueles que pretende impressionar...”	“Mas hoje em dia tira-se um bocadinho a fotografia entre aspas pelo perfil, pela pessoa que lá está pelos amigos que tem, pelo que faz, pelo que não faz. Acho que nesse especto as pessoas hoje em dia tiram muita fotografia neste caso as empresas também, algo no geral agora, tiram um bocadinho a fotografia por aí...Obviamente não é igual, porque nós não somos totalmente 100% um perfil de um computador, não é? Obviamente que não...”	“Para mim, acho que não, porque o que eu tenho no meu perfil também não dá muito para, enfim, só se for distorcido, lá está, só se a informação for distorcida à maneira deles...”	“Eu não sei, se calhar pode trazer consequências, por exemplo, se eu disser que sou a favor das touradas, há ali muita gente, há não sei quantos mil que vão cortar relações comigo...”

3.Os riscos associados à disponibilização de dados		Entrevista 17	Entrevista 18
	3.1. Vantagens	<p>“A nível de divulgação de todos os níveis...sei lá, uma coisa que o <i>Facebook</i> acaba por ter, se nós estivermos interessados e ligados a grupos que nos dê prazer, acabamos por descobrir outras coisas, não é? Pronto, eu gosto de livros de repente estou ligada à literatura mas já estou às artes, à musica já estou aos grafitis...ali uma serie de coisas...que aí está depende da importância que você depois (...) dos seus interesses...”</p>	<p>“Tem [a capacidade de potenciar causas] tem, pode ser uma boa causa, pode ser uma má causa, pode ser a união nazi e pode ser a causa da defesa dos direitos humanos na Somália e outra coisa qualquer. Há coisas boas ou más...É muito mais rápido, por exemplo, aquela manifestação de 15 de setembro de... acho que o <i>Facebook</i> foi fantástico aí...”</p>
3.2. Riscos e receios	<p>“Ora quanto mais damos, em mais situações nos expomos mais...Os meus limites de exposição sei quais são, é por uma fotografia gira de mim...mas quer dizer mas também era incapaz de por lá sei lá fotografias com os amigos aqui...”</p> <p>“O <i>Facebook</i>...ali é para chamarmos a atenção...é a mesma coisa que a gente estar num café entusiasmada a dizer mal de alguém, porque todos nós dizemos um bocadinho mal de alguém, e depois entretanto estar uma amiga dessa pessoa ao lado...Mas as pessoas fazem aquilo com (...) esquecem-se que é uma rede social, que é <i>online</i>...aquilo está ali tudo, estamos ligadas sei lá onde, quer dizer a minha fotografia sabe Deus quem é que viu já aquilo...Por isso é que se fala muito não pôr fotografias de crianças principalmente quando estão identificados os sítios...”</p>	<p>“Em relação à boca foleira no bar, é que no <i>Facebook</i> fica mesmo registada e as pessoas, é uma coisa que não se dão conta é que se estão a comprometer com as suas próprias palavras...Sim, as pessoas perderam completamente o controlo das coisas e da sua intimidade e da sua privacidade, mas mesmo muito da sua intimidade...Algum dia uma pessoa consegue ter mil amigos? Não...Completamente e perder-se o controlo da sua própria vida...Perderam completamente, perderam...As pessoas não sabem sociabilizar num espaço...no espaço fora do <i>Facebook</i>, exatamente...Perdeu-se e a sociedade de hoje fomenta o show off e não a intimidade, não a privacidade, portanto e depois essas coisas barram com esta coisa...”</p>	

3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.3. Importância atribuída à vigilância institucional	<p>“Eu acho que ninguém lê os termos de...as definições de privacidade, eu nunca as li, mas aí está se as pessoas lessem se calhar, estava lá o <i>Facebook</i> dá-se ao direito de revelar [os nossos dados]...Nunca me arrependi de fornecer dados no <i>Facebook</i>, até ao dia não...as pessoas não tem de se queixar, temos pena, porque nós não lemos...aquilo é uma empresa dele não é?...É natural esses parceiros [comerciais], sim...Alias, até tem toda a logica, não é? (risos) que é para ganharem o lucro. E se calhar se assim não fosse não seria tão dinâmico...todas aquelas paginas que aparecem ali de marcas e estamos a falar de marcas e produtos, não aparecem ali por mero acaso, quer dizer eles fazem a leitura do seu perfil e aparece lá certas e determinadas coisas, não é?...”</p> <p>“Não [concordo que os criadores de aplicações possam aceder à minha informação, bem como à minha lista de amigos]...dá a sensação de que é como se estivesse a ler a mente das pessoas se você não se interessa por roupa logo as pessoas é como se a seguir estivessem a olhar para o seu perfil e dizem não é de roupa que gostas é de sapatos, não é sapatos (...) parece que leem essas coisas todas, não é? Aquilo...há ali um lado perverso mas que ao mesmo tempo é um pouco um mercado e os interesses que estão ali, estão ali para lerem essas pessoas...”</p> <p>“Agora fala-se muito disso [as agências de segurança dos Estados acederem à informação que disponibilizo no <i>Facebook</i>], não é? Tipo, C.S.I a PIDE e não sei quê...eu estou exposta quer dizer, também não vejo porque irão querer aceder [a informação que coloco no <i>Facebook</i> é irrelevante] ...”</p>	<p>“É como o <i>Facebook</i> dizer-me que sabe que mudei de cidade...Agora vejam o mapa que não sei quem pode ter de nós, porque quem é que é o <i>Facebook</i> para ter um mapa da minha vida? E qual vai ser o uso disso no futuro, porque é uma coisa que as redes sociais nem se assustam, como vão usar isto no futuro?...”</p> <p>“Primeiro era preciso eu saber efetivamente [que a plataforma tinha usado indevidamente os meus dados], essa é a maior dificuldade...Se eu tivesse a certeza, deixava o <i>Facebook</i>, de certeza...porque é assim, há limites para o uso dos meus dados...Utiliza [o <i>Facebook</i> utiliza a nossa informação para gerar lucro], não sei é como utiliza, como não vou lá, ainda não percebi, mas sei que utiliza...Acredito, acredito que sim...”</p> <p>“Não [não concordo que os criadores de aplicações acedam à minha informação, bem como à minha lista de amigos] Porque estão a usar dados pessoais e isso é aquela análise de mercado, não é? Para fins lucrativos e que eu saiba, e eu ainda me inscrevi no <i>Facebook</i> antes desta ultima versão, que ninguém leu...”</p> <p>“Pela mesma logica...faz parte [que as agências de segurança dos Estados tenham acesso à informação que é disponibilizada no <i>Facebook</i>]...Faz parte, não gosto, mas faz parte, tão eles apanham os ladrões e tal...Agora, eu percebo que há pessoas muito perigosas e que devem ser vigiadas, agora o problema é que somos todos, a dada altura, esta é a escala, é que passamos a ser os maus da fita, mesmo não sendo...”</p>
---	---	---	---

3. Os riscos associados à disponibilização de dados	3.4. Confiança na plataforma quanto à proteção dos dados	<p>“Não sei porquê, eu acho que há ali uma serie de interesses talvez há uns anos atras, quando aquilo foi criado, talvez não existisse e que agora (...) para já há um grande interesse para já há um grande interesse de grandes marcas, e para andarem ali, há ali um negocio qualquer, não sei mas quer dizer não brincamos quer dizer uma rede social daquela dimensão toda a gente, há pessoas que estão viciadas naquilo, então as grandes marcas, os senhores donos do mundo porque é que andam ali? Tem de pagar para andar ali...”</p>	<p>“Não, não, obviamente [que não confio na plataforma]...Não, por tudo que fomos dizendo até agora, entre as questões técnicas e as questões pessoais, não.</p> <p>“Há ladrões que neste momento estão a ser apanhados porque os polícias vão ao <i>Facebook</i> e descobrem fotografias das coisas furtadas, portanto aqui está a prova que as pessoas perdem a noção da sua própria privacidade e da implicação das coisas, nos seus atos no real e nos seus atos no virtual...Não, obviamente [que não protege os nossos dados], se a polícia consegue detetar o ladrão de X e coisas do género, porque consegue, não é? Onde está a proteção dos nossos dados?...”</p>
	3.5. Liberdade vs Segurança	<p>“Quer no <i>Facebook</i>, quer fora dele sim, aliás, de tudo, de toda a informação que as pessoas obtém é aquilo que eu dou, não é? Tenho coisas a esconder, mas se estão escondidas à partida só sabe (...) as que estão escondidas não estão expostas, como no <i>Facebook</i>, não é? se não está lá é porque não expos lá, estão escondidas...”</p>	<p>“Isso é uma grande treta, essa coisa de não ter nada a esconder, eu também não tenho nada a esconder, vamos lá ver, eu não tenho uma vida devassa, não ando aí a roubar bancos, não ando a violar criancinhas, posso é não ser uma pessoa socialmente muito bem vista e isso não faz de mim uma pessoa errada, está a perceber o que estou a dizer? E nessa fronteira de não ter nada a esconder, é uma grande treta...uma coisa é a vida pública outra coisa é a vida privada. E essa tem a ver com a minha intimidade e é assim, a minha intimidade não é pública...”</p>
	3.6. Consequências da criação de perfis virtuais	<p>“Sei lá, se nós estivermos bem connosco próprios não creio que, agora depende das publicações...”</p> <p>“Imagine que você queria transferir a minha fotografia e depois fazia o que queria, epah se eu viesse...a mim dava-me alguma coisa má, do tipo mas porquê eu? E até dizia “é a minha fotografia” eu até posso estar num site super estranho, que eu nunca hei-de saber, mas imagine que alguém vai aqueles sites super estranhos e vê lá a minha fotografia? Será uma consequência, é óbvio...”</p>	<p>“Eles que dão o perfil que quiserem... Pode ser bom como mau, é assim, podem melhorar produtos, podem dar-nos resposta, podem-nos inventar principalmente necessidades...”</p> <p>“Nada é só negativo, nem nada é só positivo...O abuso, conforme a interação que tenham connosco, a ignorância aqui também é um bem precioso...”</p>

4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores		Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4
	4.1. Conhecimento da política de utilização de dados	<p>“Quando aderi, acho que não...foi mais tarde...Sim, mais tarde acabei por ler...Não, é muito vaga...Vaga porque ela primeiro...ela não diz lá que parceiros comerciais é que são...Como é que eles tratam essa informação? Quando é que eles tratam essa informação?...Não [não disponibiliza opções de privacidade suficientes]...Não, porque...a partir do momento em que o nosso amigo que está na nossa lista de amigos não o faz, a nossa informação também já não está controlada...Eu acho que eles querem que nós pensemos que ela se está a tornar cada vez mais protetora do utilizador, mas isso não acontece...É mais invasiva...Lá está, eles acabam por pôr em causa, muito de ter como fim o lucro, acaba por disponibilizar a nossa informação de uma forma irracional...”</p>	<p>“Não, nunca li [a política de privacidade]...Sim [considero que o <i>Facebook</i> disponibiliza opções de privacidade suficientes]... Aquelas informações que eles nos dão, por exemplo, podemos publicar uma fotografia que eu não queira que certas pessoas vejam e depois aí bloqueio nessa fotografia as pessoas que eu não quero que vejam. Ou um estado que eu publico no <i>Facebook</i>, e não quero que certas pessoas vejam, acho que...Sim, eu acho que sim [que há garantias da nossa informação ficar protegida]...Exatamente. Bloqueando essa informação para as pessoas que nós não queremos, automaticamente, essas pessoas não veem e é isso que é importante nessa segurança...Do pouco que eu li, acho que se está tornar mais invasiva [política de privacidade]...Porque acho que os nossos dados ficaram mais expostos do que no início...”</p>	<p>“Não [li a política de privacidade]...Em alguns casos sim, noutros não...Em alguns casos tem privacidade a mais, noutros tem privacidade a menos. Há certas opções que deviam existir, não existem e algumas opções que não deviam existir e que existem...Não, de todo. Digo que toda esta informação está numa base de dados localizada algures e que quem quiser aceder por maldade e malícia, basta mais tempo, menos tempo, se realmente quiser pode entrar dentro...[A plataforma] Está a tornar-se mais invasiva...Lá está, mais uma vez porque guarda dados que não devia guardar porque já foram apagados por nós, principalmente fotografias, devido à publicidade que existe, acho que é em demasia, por aí...”</p>	<p>“Não é hábito ler [a política de privacidade], por isso, confesso que não li...Sim, penso que sim, [que o <i>Facebook</i> disponibiliza opções de privacidade suficientes] em qualquer publicação podemos escolher se queremos só para os amigos se, queremos dentro dos amigos, ainda escolher pessoas que não vejam, mostrar só para alguns, por isso acho que sim...É como digo, até agora, não tive problemas, quando partilho algo só para os meus amigos, acho que só eles é que veem, por isso...Não sei, eu acho que eles no fundo tentam, pelo menos o que dizem, tentam proteger os dados...”</p>

4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores	4.2. Estratégias de prevenção	<p>“Olhe eu alterei [as definições de privacidade] logo depois de criar a conta e pus logo bastante restrito, há pouco tempo fui ver novamente ver em que condições estavam essas políticas de privacidade e acabei por manter algumas, outras, se calhar, meti ainda mais restritas...Por exemplo, uma coisa que eu alterei, na segunda vez que reví as opções de privacidade, foi a tal questão de quando eu sou identificada numa foto isso só aparece no meu perfil após eu aceitar...mas já não controlo se a lista de amigos dessas pessoas que fez a publicação vê ou não...Acabo por nunca falar de coisas, dar informação que eu possa comprometer, portanto o que eu falo no <i>chat</i> privado, basicamente eu poderia falar, num qualquer outro espaço mais público...Faço muitas poucas publicações...nunca publico opiniões, isso as opiniões não vão para o <i>Facebook</i>, no máximo vai aquilo que eu gosto...faço também muitos poucos comentários...”</p>	<p>“Não [alterei mais a minha política de privacidade]...O que meti no início é o que tenho agora...Porque acho que quando criei o meu <i>Facebook</i> e quando meti essa privacidade, meti para não a voltar a mudar. Se a mudasse era porque se calhar não estava correto, e como eu só queria que os meus amigos vissem e que as outras pessoas não vissem, meti logo essa definição de segurança, logo desde o início...Basicamente, é só essa [a estratégia que adoto]. As minhas definições de segurança, basicamente é só essa. Só publicar as coisas para os meus amigos verem, e aqueles que não são meus amigos não conseguem ver isso...”</p>	<p>“Sim. [costumo alterar as configurações de privacidade do <i>Facebook</i>]...Sempre que eu achar que é necessário...sempre que eu acho que há alguma coisa, que estou a perder privacidade, faço algum tipo de alterações...”</p> <p>“Se nós queremos proteger a nossa privacidade dentro de uma rede social, das duas, uma, ou estamos atentos a essas questões ou basicamente não protegemos nada e deixamos tudo publico...”</p> <p>“Cancelo todos os pedidos de jogos...[utilizo] Os bloqueadores de publicidade no <i>Facebook</i>...”</p>	<p>“Não, frequentemente não, só quando sinto necessidade [é que altero as configurações de privacidade]...Não, mas poucas, porque sempre tive só mostrar para os amigos, por isso, pouco mais...sim, acho importante ir vendo, quais são as coisas, as escolhas que eles possibilitam, é mais nesse caso e, ver se está mesmo como nós achamos que está...Lá está, só adiciono quem eu acho que deva fazer parte da minha lista de amigos e além disso tenho sempre a opção de bloquear as pessoas...Já bloqueei pessoas e há pessoas que não aceito na minha rede de amizade...”</p> <p>“Depende um pouco dos casos, já aceitei pessoas que não conheço, mas depois de aceitar, uma pessoa tem de tentar conhecer, se não for ao encontro das expectativas simplesmente apaga-se...Convêm também de vez em quando filtrar os amigos e ver...”</p>
	4.3. Mudanças necessárias	<p>“Eu acho que o principal problema no <i>Facebook</i> é eles permitirem a partilha de publicações, e é nessa partilha de publicações que toda a lista de amigos de todos os que estão nessa partilha vão poder aceder...Portanto a partir do momento em que nos permite partilhar o que os outros publicam, já permite difundir ali a informação de uma forma muitas vezes inimaginável...”</p> <p>“A própria arquitetura da página, o facto de nos entrarmos no <i>Facebook</i> e vermos o <i>Feed</i> de notícias de todos os nossos amigos acho que isso também acaba por ser um bocado exagero....”</p>	<p>“Se calhar voltava um pouco mais ao início, onde eles tinham as políticas das informações pessoais mais fechadas, não demonstrava tanto as informações pessoais das pessoas. Acho que isso era um ponto que no início até os ajudou a conquistar pessoas a aderir ao <i>Facebook</i>, e que se calhar agora até há pessoas a cancelar a sua conta no <i>Facebook</i>, mesmo por causa disso, por verem as suas informações pessoais a serem demonstradas...”</p>	<p>“Para já, para começar, se eu apago uma coisa, ela deve ser apagada, ponto...”</p> <p>“Assim, de resto, acho que por defeito deveria haver certas configurações de segurança cada vez que uma pessoa escrevia já estavam ativadas por defeito porque há muita gente que não sabe trabalhar com o <i>Facebook</i>...toda a informação que é disponibilizada devia ser tornada privada para essa própria pessoa e ser essa pessoa a decidir com quem a partilha, e não ao contrário...”</p>	<p>“Sim, não sei se mudaria algo, para o que eu utilizo, que é mais para passar tempo e para divulgar talvez trabalhos e assim e, falar com as pessoas que conheço, estar mais próximo delas, acho que não alteraria grande coisa...”</p>

		Entrevista 5	Entrevista 6	Entrevista 7	Entrevista 8
4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores					
	4.1. Conhecimento da política de utilização de dados	<p>“Li, por acaso li [a política de privacidade]...em algumas coisas é dúbia, mas eu também não acredito em tudo o que lá está...Não é muito difícil de compreender, aquilo é claro, só não sei se é 100% verdade...”</p> <p>“Sim, eu acho que eles oferecem algumas opções [de privacidade], não todas, não muitas, mas algumas e as pessoas sentem-se mais protegidas, porque podem escolher quem recebe a informação, se isso é legítimo, se isso é o que acontece efetivamente, nós não sabemos, as pessoas preferem acreditar que sim e expõem-se como se isso fosse 100% verdade. Eu por exemplo, não acredito que isso seja 100% verdade...”</p> <p>“Não, não tenho acompanhado muito [a evolução da política de privacidade]...Mas aquilo que vou lendo...mais para facilitar a exposição mais a proteger-se a eles próprios...a partir do momento que aceito tudo que está lá escrito pode ser usado contra mim, é a ideia que tenho...”</p>	<p>“Não [não li a política de privacidade]...”</p> <p>“Dentro do que conheço e daquilo que utilizo, sim [penso que o <i>Facebook</i> disponibiliza opções de privacidade suficientes]...”</p> <p>“Eu penso que sim, que eles cumprem com a palavra e guardam as coisas que lá coloco...”</p>	<p>“Não [não li a política de privacidade do <i>Facebook</i>]... Não, não foi por falta de tempo...só vi as coisas mas básicas, não é? que era muita coisa... li aquilo que achei e, depois só com a utilização, não é? e, com o interesse da utilização e, quando reparei que havia de facto coisas que fugiam do meu controle é que, deixa-me lá ir a ver a política de que tem e, depois vi... vi, mas não na altura em que acedi...Não, não é [clara para os utilizadores]... Não é, porque há ali muitas questões...que até são pessoais e de cada um e, não ficam muito esclarecidas, não é?...Acho que não são suficientes [as opções de privacidade], até voltando novamente, mesmo que, ponha qualquer coisa e que queira, ou que se arrependa e, que queira retirar, não é? É impossível, porque eles ficam e, nós não sabemos sequer, se pensarmos, para onde é que vão [os dados]...”</p> <p>“Percebi que foi mudando alguma coisa [na política de privacidade], porque eu quando comecei, essa questão de se partilhar com os amigos, isso nem existia...Dá ideia que as pessoas podem gerir e serem elas a decidir quem é que faz e quem é que não faz, mas no fundo, nas grandes questões é que as pessoas não podem decidir tudo...”</p>	<p>“Vagamente, não li toda [a política de privacidade]...Entretanto já fui mudar as normas de privacidade, já disse que alguém que queira publicar no meu perfil, não o pode fazer...Ainda assim, não me livro de ela aparecer no <i>Feed</i> de notícias...”</p> <p>“Não, não é nada clara [a política de privacidade do <i>Facebook</i>]... É um labirinto, é uma teia muito pantanosa...Pessoas com baixo nível de literacia, terão muita dificuldade em gerir aquilo, eu próprio tenho algum. Para além que o <i>Facebook</i> agora esta constantemente a alterar os termos de privacidade, constantemente...”</p> <p>“Eu acho que a arquitetura do <i>Facebook</i> tem claramente isso como objetivo que é transmitir segurança, privacidade, mas no fundo aquilo para mim é público...Não, não, [os dados] ficam armazenados nos servidores do <i>Facebook</i>...”</p>

4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores	4.2. Estratégias de prevenção	<p>“Alterei penso uma vez, que estava para toda a gente e eu não tinha essa noção e depois coloquei só para amigos. Foi por falta de conhecimento, falta de explorar um bocadinho a rede...Para mim não é muito importante fazê-lo mais vezes, porque eu também não ponho lá nada...Não é informação relevante, nem informação diária, nem coisa mais ou menos...Quando quero partilhar alguma coisa apenas com uma ou duas pessoas é com elas que partilho...”</p>	<p>“Não, nunca [alterei as definições de privacidade do <i>Facebook</i>]...Ora bem, pouca informação aplico lá também, não é?...”</p>	<p>“Não, não [Nunca alterei as configurações de privacidade do <i>Facebook</i>]...Não, absolutamente nada [não adoto nenhuma estratégia para filtrar a informação no <i>Facebook</i>]... É esse o grande motivo [a informação que coloquei não é prejudicial]...”</p> <p>“A maioria dos pedidos de amizade que recebo e não conheço as pessoas, eu não aceito...”</p>	<p>“Sim [já alterei as definições de privacidade] com alguma regularidade...Sim, de seis em seis meses...Ou quando ouço alguma notícia, “o <i>Facebook</i> alterou as condições, não sei que, não sei que...Atenção eu também tenho conhecimento pericial acerca disso...”</p> <p>“Eu não partilho, o simples facto de eu não partilhar [muita informação]...”</p> <p>“Com alguma regularidade [altero a password], é uma estratégia, sim, sim, obviamente. Mas não faço assim mais nada...”</p>
	4.3. Mudanças necessárias	<p>“Eu acho que a plataforma funciona bem, o que eu mudaria era mesmo essa... colocaria neles a responsabilidade social e empresarial da privacidade e da garantia da privacidade dos dados e colocaria também, ou seja, a clausula de que se eles não cumprissem essa privacidade e que se nós nos sentimos traídos, eles são então... que há responsabilidade jurídica sobre isso...”</p> <p>“O <i>Facebook</i>, com certeza, a principal preocupação dele não é se a minha informação está protegida. O problema é que eles comunicam isso como se fosse uma preocupação deles, quando não é. Não é, porque neste mercado é difícil ser...”</p>	<p>“Dentro do meu conhecimento está bem como está, porque aí eu já não tenho conhecimento para poder dizer outra coisa...”</p>	<p>“Aquilo que eu mudava e que mais me chocou desde início, é exatamente os nossos dados ficarem para sempre...”</p> <p>“Se eu decidisse que eu já não queria colocar isso ou até indo mais longe, aquela fotografia que alguém colocou não é? E aí a pessoa tinha direito porque estava na foto, mas se eu não a quiser lá e, retirá-la da minha página e, de quem, com quem eu partilho, mas ela sair...não deixar rasto no tal sistema não é?...nós devíamos ser consultados e informados de que o Estado por um motivo ou por outro quis consultar os nossos dados.</p> <p>“Se eu difamar a si, se houver testemunhas, vamos a tribunal e eu sou penalizada. Ali não há, lá está, falta o tal enquadramento legal não é?...”</p>	<p>“Deixarem de ter publicidade (risos)...A publicidade é <i>chata</i> e a publicidade é uma clara manifestação de vigilância, quando te aparece publicidade claramente direcionada diretamente aos teus interesses, tu tens no teu browser recorrentemente, nos teus favoritos, livros, blogues e depois abres o teu <i>Facebook</i> e tens publicidade relacionada com isso...”</p>

4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores		Entrevista 9	Entrevista 10	Entrevista 11	Entrevista 12
	4.1. Conhecimento da política de utilização de dados	<p>“Não [não li a política de privacidade]... De vez em quando [costumo acompanhar notícias relacionadas com o <i>Facebook</i> e as mudanças na política de privacidade e não só]...”</p> <p>Sim, eu acho que sim [que o <i>Facebook</i> disponibiliza opções de privacidade suficientes]... Eu, por exemplo, tenho tudo bloqueado só para os meus amigos. Só eles é que podem ver. Eu acho que uma pessoa tem as ferramentas suficientes para bloquear as visualizações ou as nossas publicações...Eu gosto de acreditar que sim [que a nossa informação se encontra protegida]...Eu acho que cada vez mais pede mais informação sobre as pessoas, mas as pessoas também só dão se quiserem, não é?...”</p>	<p>“Li [a política de privacidade], mas não foi muito importante, porque eu fui influenciado pelo grupo de amigos e...foi naquela de coiso sempre conveniente que eu posso anular aquilo quando quero...”</p> <p>“Não é muito clara [a política de privacidade], os graus de literacia são elevados...interpretar aquilo é preciso entender bem o português...”</p> <p>“Opa, sinceramente eu...eles põem lá essas coisas [definições de privacidade], mas eu sinceramente não tenho tempo para isso, eu ponho o menos possível naquilo esta é a minha política...”</p> <p>“Eu não sei exatamente, eles estão sempre a falar leiam a nossa política de segurança, mas eu não sei avaliar muito bem esse coiso se quer que lhe diga honestamente...”</p>	<p>“Ninguém lê as letras pequeninas, eu também não li...costumo ler os pontos que é para por os “x’s” e as cruzes, essas costumo ler, mas o resto todo não ...”</p> <p>“Saber o que há de seleccionar o que não há de seleccionar, por vezes, pode ser complicado...”</p> <p>Esperemos que sim [que os dados que disponibilizo fiquem seguros], agora garantias, se eles dão temos que assumir que sim, mas lá está.</p> <p>“Eu penso que a nível de política de privacidade e das opções que tem, penso que as pessoas podem tornar o <i>Facebook</i> mais particular e mais restritivo, só a divulgação de informações que querem...”</p>	<p>“Li alguns itens, mas muito na diagonal...até li mais os itens gordos do que o resto da política... Sim, às vezes vejo, até quando há alguma mudança da política de privacidade, que eles avisam... Sim. Aí tenho a preocupação de ir ver...”</p> <p>“Não, eu não acho que é clara...é um marcial de informação, quando chego ao fim do parágrafo...já não me lembro do que li no primeiro...eu acho que deveria ser resumida, no sentido de haver duas leituras, uma muito filtrada, muito exaustiva mas uma que desse que muito rapidamente para eu perceber o que ali está subjacente... Embora a utilização seja muito indutiva...a própria dinâmica da rede social não é de todo muito explícita...”</p> <p>“Sim, sim, mas acho que está a tornar-se evasiva [a política de privacidade], não só no <i>Facebook</i>, não só nas redes sociais...”</p>

4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores	4.2. Estratégias de prevenção	<p>“Fiz isso uma vez [alterar as configurações de privacidade], mas de vez em quando em algumas publicações vou pondo quando não quero que x ou y vejam as publicações vou lá pondo isso, não é?... Não, raramente [vou à página das configurações alterar]... Penso que no máximo duas...”</p> <p>“Não, acho que não [adoto mais estratégias para filtrar a informação no Facebook]...”</p>	<p>“Já, várias vezes [que alterei as configurações de privacidade]...Não [o faço regularmente], eu tenho lá poucas coisas...”</p> <p>“Eu não sou como aquelas pessoas que como aqueles meus dois amigos que eu a pouco referi, eu sei tudo através do <i>Facebook</i>, de mim sabem de vez em quando souberam aqui há dias que eu estava na Feira, na rádio lá...”</p>	<p>“Sim [já alterei as configurações de privacidade]...Normalmente, vejo as opções de privacidade quando coloco alguma coisa nova, para dizer quem é que vai poder ver essa informação ou não...”</p> <p>“Eu utilizo o <i>chat</i>, vai direcionado só para aquela pessoa... Não coloco a informação ao público, e basicamente é só. E se depois há outra informação que eu não quero que ninguém saiba, não coloco lá. Aquilo não é um diário meu...”</p>	<p>“Sim, sim, costumo até atualizar [as configurações de privacidade] ... Confesso que às vezes até me esqueço, confesso, quando mudo lá qualquer coisa, vou lá ver, pronto isso sim... Sim, eu restrinjo o máximo de acesso possível, mas desde que esses queiram é acessível, mas restrinjo...”</p> <p>“Há uma que é o que eu ponho ali, toda a informação que ponho ali logo, isso é a minha maior proteção, depois tudo o que é filtrar pessoas que eu não conheço, ou que não estou a conhecer na altura, tento saber sempre o que são...Eu bloqueio as pessoas. Eu acho que o grande regime democrático no <i>Facebook</i> é mesmo esse, o poder bloquear pessoas...”</p>
	4.3. Mudanças necessárias	<p>“Não, eu acho que não mudaria nada... A partir do momento em que me deixa ter a privacidade que eu quero...[está tudo bem]...”</p>	<p>“Sei lá, não faço ideia...”</p>	<p>“Se calhar mudaria a forma de alterar as pessoas ao nível da amizade que é muito exaustivo fazer essa mudança. Ou seja, quando uma pessoa quer mudar uma pessoa de amigo para conhecido ou para amigo chegado...”</p>	<p>“Eu acho que o que mudaria é a tal imagem de invasão que há de jogos, de todas as aplicações...Sim, eu tento ter o cuidado de ir bloquear as aplicações, eu acho que as aplicações deveriam estar todas bloqueadas e se eu quisesse é que ia disponibiliza-las...”</p>

		Entrevista 13	Entrevista 14	Entrevista 15	Entrevista 16
4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores					
	4.1. Conhecimento da política de utilização de dados	<p>“Não, não li... Sinceramente, não li [a política de privacidade]...”</p> <p>“Tem aquilo muito em miudinho e dificuldade e, às vezes até os termos são, não direi eruditos, porque também há dicionários mas, são seguramente assim um bocadinho confusos, justamente para a pessoa não perceber tudo. Eu nunca li. Eu confesso. Mas não me valorizo por isso, uma pessoa às vezes está com pressa e isso também as entidades comerciais utilizam... Também não, não acredito que mesmo que tenham lá [opções suficientes de privacidade], e é publicidade enganosa, eu acho, porque não é totalmente verdade que, eles também sabem que não podem sequer garantir isso...”</p> <p>“Acho que a ideia é tornar-se mais evasiva... Porque cada vez mais, lá está, os tais, ou aquela meia dúzia, não sei atenção, FML e não sei quê, que eles é que sabem...vão invadir esses espaços e, a tendência é de controlar cada vez mais...”</p>	<p>“Não [não li a política de privacidade] Vim a descobrir aos poucos... Não, foi mesmo, descobrindo aos poucos...”</p> <p>“Eu nesse aspeto, acho que sim, porque realmente quando ponho tudo privado depois tenho a tendência de ir a ver, se realmente está tudo privado e geralmente está tudo privado... Sim, nunca tive ... (problemas)...”</p> <p>“Eu acho que sim. Eu acho que está [a política de privacidade] a proteger, porque há lá muitas... Vou dar um exemplo, a capa, já há a possibilidade, antigamente isso era público e hoje em dia, já é possível verem simplesmente a capa que está e não verem todas as informações. Eu acho que eles à medida que vão passando, vão acabando por também dar...Exatamente, por tornar mais privado...”</p>	<p>“Alguma, nem toda porque eu não tive tempo para estar a ler... Vou lendo, de vez em quando, mas pronto, não muito, porque também não faço muitas partilhas, não partilho muita coisa, não desnudo a minha vida privada lá, pronto, quer dizer, embora não tenha nada a esconder, a minha vida é a minha vida...”</p> <p>Acho que não [é clara], às vezes acho que não é, porque mais que se leia, pode-se cada um entender à sua maneira mas acho que não é propriamente uma maneira de toda a gente ficar a saber realmente...”</p> <p>“Eu acho é que está tornar-se mais invasiva... Porque, não sei, acho que a segurança no início era maior e a privacidade dos utilizadores acho que era maior no início do que é agora...”</p>	<p>“Não [li], já viste o tamanho daquilo, aí está outra coisa, alguém leu aquilo? Já alguma vez leste aquilo?...Não, até porque quando recibes aquelas notificações e tal, deixa-me ver como isto se elimina, fui vendo umas coisas e tal, mas na totalidade, nunca li...O facto não é não ser clara, se calhar até é clara, mas aquilo é tão grande que ninguém lê, mas se calhar é tão grande porque é assim que tem de ser, ter lá tudo...”</p> <p>“Eu acho que sim. [que o Facebook disponibiliza opções de privacidade suficientes]...É aquilo que acabamos de dizer, aquilo que lá está, a privacidade, eles devem ir acrescentando aquilo, à medida que alguém se queixe de determinada situação....”</p> <p>“Também não há 100% de garantias [da informação ficar protegida]... Não há cofres seguros...”</p> <p>“Eu acho que está cada vez mais a ser protetora...se eu cada vez me torno mais privado e bloqueei determinadas notificações, penso que estou a proteger as minhas informações, há menos aplicações a saber a minha informação...”</p>

4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores	4.2. Estratégias de prevenção	<p>“Não [nunca alterei as configurações de privacidade do <i>Facebook</i>]...”</p> <p>“Não interagir...Basicamente é, não interagir fundamentalmente, não alimento... é assim uma coisa muito esporádica, mas mesmo muito esporádica...”</p>	<p>“Ah sim já, já bloqueei pessoas, é nessa parte? Já mexi nessa parte [configurações de privacidade]..”</p> <p>“Não costumo fazê-lo. Toda a informação que eu ponho é aquela que eu acho que seja aquela que eu quero que se veja. Acabo por não pôr assim... aliás já pus, obviamente que já, não vou mentir, e obviamente que já tive informações mais detalhadas a meu respeito, mas como vi que realmente havia muita gente abusiva optei por não pôr tanta informação, porque acabam por querer saber mais...”</p>	<p>“Sim, às vezes quando vou lá e vejo que há que pessoas podem ver, tiro sempre a visibilidade...”</p> <p>“Para já, vou ver a informação que mesmo eu tendo...por exemplo, a questão dos jogos...a privacidade, julgo eu, serem só aos meus amigos que veem, eu de vez em quando vou ver se aquilo está para público ou se está para o...e apago, elimino tudo que estiver para o público...”</p>	<p>“Sim, às vezes vou alterando [as configurações de privacidade]...Sim, uma pessoa põe lá, não quero receber isto, não quero receber isto, vou lá ver como aquilo se altera e altero...”</p> <p>“Basicamente é o que temos vindo falar, é só disponibilizar o que pode ser público e o outro é restringir só para os meus amigos...”</p>
	4.3. Mudanças necessárias	<p>“Não a li, mas em qualquer privacidade e, por tudo o que está atrás, não era essa política de privacidade que eu mudava, era algo mais superior em termos de regulamentação, a nível superior, de maneira a também regulamentar tudo o que vem daí....”</p>	<p>“Sinceramente, não estou a ver assim algo que eu mudasse...”</p>	<p>“Para já, acho que asseguraria os dados das pessoas e, as pessoas...arranjar maneira das pessoas se sentirem seguras ao estar no <i>Facebook</i>, inclusivamente, a sua vida privada não ser distorcida, e os seus próprios dados não serem distorcidos, inclusive fotografias não serem distorcidas e acho que a pessoa que utiliza a rede se deveria sentir segura, realmente...”</p>	<p>“Nunca pensei nisso, nunca pensei nisso, acho que uma opção que ninguém podia dizer nada de mal de mim...Eu estava a brincar. (risos)...”</p> <p>“Não, acho que não. Não estou a ver assim nada...têm lá não sei quantos mil funcionários, devem saber melhor isto que eu...”</p>

4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores		Entrevista 17	Entrevista 18
	4.1 Conhecimento da política de utilização de dados	<p>“Não [li]..Opa porque aquilo é muito longo... Sim já tentei, já tentei ler já abri mas depois aquilo (...) mas faço isso com muita coisa...Não sei [se a política de privacidade é clara], vi muito pouco...Há pessoas que se queixam [das opções de privacidade] e dizem que não, mas eu como não tenho essas preocupações por enquanto...Aquelas identificações que a gente aparece não sei onde...isso acho que aí já nos estão a expor...aí já deviam dar a possibilidade de nós permitir-nos ou não sermos identificados, mas eu acho que aquilo é propositado...”</p> <p>“Não, eu acho que não [a nossa informação não está realmente protegida]...deve ser uma das maiores empresas a nível mundial, com interesses comerciais, claro...está a perceber aqueles espões você acha que estão pouco atentos ao <i>Facebook</i>?...”</p> <p>“Olhe não li o suficiente para perceber isso, mas quase tenho a certeza e até se um dia me lembrar vou ler, mas tenho a certeza que mais para a segunda opção invasiva, sim de uma forma muito (...) porque é conveniente...os tais interesses [económicos]...”</p>	<p>“A última. Na altura li... quando aderi, li assim como leio a bula dos medicamentos e como leio a coisa dos seguros, metade não percebo que é feito para não perceber, metade uma pessoa não digere, portanto de toda a informação fica-nos para aí 10%. Pronto...Na altura não achei [clara], sei que entretanto mudaram a política, sei que fui daquelas que não leu e pensei assim “quero que se lixem...A última, não, não li. Devo dizer que aí fui completamente inconsequente...”</p> <p>“Ai disponibiliza [opções de privacidade suficientes] que eu pus só amigos...Na altura, que eu fiz isso sim. Deu-me lá essas opções de princípio. Agora se há pessoas que fazem de olhos fechados, isso...”</p> <p>“Não faço a menor ideia [se está ou não mais invasiva], como não a li...Não a li, li engraçado, nos artigos de jornal, não vou ao <i>Facebook</i>, mas leio o jornal. E então, na altura houve críticas positivas e negativas como há sempre para estas coisas, portanto, mas numa coisa estava melhor, noutras pior, na altura, achei que vi, mas como faço um delete e mental, não registei.</p>

4. Medidas/Estratégias de prevenção levadas a cabo pelos utilizadores	4.2 Estratégias de prevenção	<p>“Sim [já alterei as configurações de privacidade do <i>Facebook</i>], mas faço porque quando alguém me pede autorização para pôr algo no meu mural...Se eu tiver uma fotografia que só quero partilhar com aquele grupo de amigos, normalmente poderei vir a usar, mas até agora nunca calhou...”</p> <p>“Sim, mas eu nunca poderia pôr ali algo que não...que acabava por invadir a privacidade de um grupo de amigos que não querem, não têm ligações com o <i>Facebook</i>, e aí sim andamos à procura das restrições...e essas seis pessoas é que veem, e depois aí sim...Fazia algum sentido eu estar por uma fotografia de dois amigos que detestam estar no <i>Facebook</i>, isso era ridículo...”</p>	<p>“Houve uma altura [em que alterei as configurações de privacidade], já não sei, houve uma (...) de amigos, de familiares, ou amigos públicos, já não sei, qualquer coisa assim, quando eu ia mais. E aí alterei algumas coisas, não me pergunte o que foi...Foi só dessa vez, Não voltei a alterar...”</p> <p>“Há sempre um cromo da bola, em relação ao <i>Facebook</i> é sempre o meu cunhado e amigo que me elucida e às vezes também já me diz “eu já não sei que já não tenho paciência” mas, sim...”</p> <p>“A estratégia é não colocar nada...É a melhor estratégia delas todas...Recomendo, não há grandes perigos...”</p>
	4.3. Mudanças necessárias	<p>“Não tirando aquela questão de sermos identificados sem autorização, que acho que acaba por ser invasivo acho que é nessa base, mas eu não conheço estou a aperceber-me que não conheço a rede tão bem...”</p>	<p>“Não faço a menor ideia...”</p>